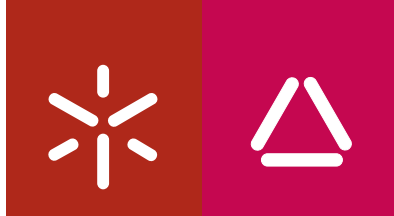


Universidade do Minho  
Instituto de Ciências Sociais

António Manuel Portela de Sá Pereira

Análise diacrónica do tecido histórico  
de Barcelos: O sistema defensivo medieval



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

António Manuel Portela de Sá Pereira

**Análise diacrónica do tecido histórico  
de Barcelos: O sistema defensivo medieval**

Relatório de Estágio  
Mestrado em Arqueologia

Trabalho efectuado sob a orientação da  
**Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro**

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO PARCIAL DESTA TESE APENAS PARA EFEITOS  
DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE  
COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/ \_\_\_\_/ \_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **Agradecimentos**

Independentemente das palavras que usar para descrever a minha gratidão, estas serão sempre escassas. No entanto, não posso deixar de expressar a minha gratidão a todos os que contribuíram, não só para a realização deste trabalho, como também para a formação académica, profissional e pessoal, que tenho vindo a adquirir ao longo de todo o meu percurso. Tenho também a noção que distinguir todos é uma tarefa imensa, senão mesmo impossível. Há, no entanto, um conjunto de pessoas cujo agradecimento tenho o dever de salientar.

À Professora Maria do Carmo, orientadora deste trabalho, vejo-me na obrigação de estender o meu agradecimento para além do estágio realizado. Os resultados aqui alcançados representam apenas parte de um percurso iniciado anteriormente, que me permitiu estabelecer bases e crescer de forma a ser capaz de realizar e concretizar um trabalho de investigação. Não obstante, assumo que contraí uma dívida inestimável pelo acompanhamento constante, por todas as indicações, pelos conhecimentos transmitidos, por todas as importantes sugestões e pelos inúmeros conselhos que, principalmente nos momentos de dúvida ou indecisão estiveram sempre presentes.

Ao Dr. Cláudio Brochado, para além da disponibilidade e acompanhamento constante no desenvolvimento do trabalho, não posso deixar de agradecer a responsabilidade que assumiu e a forma como fui acolhido no Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Barcelos, para a realização do estágio. Na memória ficar-me-á registado o ótimo ambiente de trabalho proporcionado, o espírito de camaradagem, a constante partilha dos mais variados conhecimentos, a integração nas diversas atividades realizadas e toda a formação adicional que pude adquirir na área da Arqueologia.

À Câmara Municipal de Barcelos, representada pela Sra. Vereadora Dra. Armandina Saleiro, devo um agradecimento pela abertura, disponibilidade e interesse demonstrado no estabelecimento do protocolo e no desenvolvimento do trabalho.

Ao Museu de Olaria, à Dra. Cláudia Milhazes e a todos os funcionários, tenho a agradecer todo o apoio, a forma como fui recebido e como sempre fui tratado, sentindo-me verdadeiramente em casa.

Ao Arquivo Municipal e aos seus funcionários, tenho a agradecer as condições que me foram proporcionadas durante as tarefas que lá executei.



Agradeço igualmente a todos os meus amigos que sempre me apoiaram e compreenderam as ausências por vezes impostas por este compromisso.

Na base de tudo, tenho a agradecer à minha família, a principal fonte de motivação, compreensão, apoio e presença constante, tanto na partilha das alegrias como dos momentos menos bons. Acima de tudo, agradeço por em momento nenhum me sentir desapoiado.

Obrigado.

## Resumo

O presente relatório destina-se a reportar a análise do sistema defensivo medieval de Barcelos do século XV, a partir de uma abordagem metodológica multidisciplinar, sediada em campos de estudo distintos, como a Arqueologia da Arquitetura e os Estudos de Morfologia Urbana.

Representando um elemento fundamental para a compreensão do desenvolvimento urbano da cidade de Barcelos, o sistema defensivo medieval é particularmente indispensável na compreensão da morfologia da urbe medieval. No entanto, à semelhança do que ocorre nos antigos cascos urbanos das cidades atuais, o sistema defensivo encontra-se sujeito a constantes processos de destruição, reutilização, fossilização e ocultação, motivados pelas constantes renovações urbanas.

Dada a efemeridade dos vestígios e a ausência de um estudo aprofundado sobre este tema, consideramos que o sistema defensivo medieval de Barcelos reunia as condições favoráveis para aplicação de uma metodologia de estudo inovadora, no estudo das construções históricas do tecido urbano de Barcelos.

Nas últimas décadas temos assistido a uma aproximação da arqueologia ao estudo das construções do passado conservadas à superfície. Neste sentido, a nossa abordagem, para além do fator multidisciplinar, contemplou o cruzamento de diferentes fontes e aquisição de novos dados, provenientes do trabalho de campo, gabinete e arquivo.

O recurso à informática e às novas tecnologias foi essencial no tratamento, organização, armazenamento e geração de conteúdos. Para o efeito recorremos com frequência a aplicações de edição de imagem (Photoshop), desenho assistido por computador (CAD) e aos sistemas de informação geográfica (SIG).

Como principais resultados destacamos a confirmação de aspetos como o traçado e a arquitetura e os materiais. Da mesma forma, procedemos à realização de leituras estratigráficas dos paramentos, fornecendo assim uma perspetiva diacrónica das principais transformações ocorridas no sistema defensivo, desde o século XV até à atualidade.

Do ponto de vista da salvaguarda do património arqueológico e arquitetónico reunimos um considerável acervo de informação sobre o sistema defensivo e a urbe do século XV, de forma a possibilitar abordagens posteriores.



## **Abstract**

The present report expresses an analysis of the 15th century medieval defense system of Barcelos, set from a multidisciplinary methodological approach based on distinct fields of study like Archaeology of architecture and Urban Morphology Studies

Representing an element of fundamental importance to the comprehension of urban development of the city of Barcelos, the medieval defense system is particularly important to the comprehension of its medieval urban morphology. That being said, like it occurs in other historical urban tissues, the medieval defense system of Barcelos is exposed to continuous phenomena of destruction, reutilization, fossilization and concealment taken by constant urban transformations.

Because of the ephemeral aspect and the lacking of studies concerning this subject, we consider that the medieval defense system of Barcelos gathered the proper setting to endeavor a new methodological approach, in the investigation of historical constructions of urban tissues.

In the last decades, there has been an increasing interest of archaeology to the study of constructions from the past still preserved at the surface. That being said, our effort, besides the multidisciplinary factor, also included the acquisition of new data by crossing different sources of information, as a result from fieldwork, laboratory work and archivist research.

The usage of new technologies and informatics resources was essential to the treatment, organization, storage of the gathered information and the making of new contents. To achieve such result, applications of software like image treatment (Photoshop), computer assisted drawing (CAD) and geographical information systems (GIS) were frequently used.

As principal results of the analysis, we display certain aspect of the medieval defense system of Barcelos like its perimeter, architecture and construction materials. We also proceeded in making wall stratigraphic readings, with the aim of giving a diachronic perspective of the major changes that occurred, from the 15<sup>th</sup> century until the present days.

Also a contribution to the safeguard of the archaeological and architectural cultural heritage of Barcelos, we gathered a collection of data concerning the medieval defense system and the medieval urban tissue of the 15<sup>th</sup> century, as a way of granting the possibility of future investigation.



## Índice

Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	v
Abstract.....	vii
Lista de figuras.....	xi
Introdução .....	15
1. Evolução Urbana de Barcelos.....	19
1.1 Enquadramento histórico-geográfico.....	19
1.2 A Origem da Vila .....	21
1.3 A Vila Régia .....	22
1.4 A Vila Condal .....	25
2. Metodologia.....	32
2.1. Contributos da Arqueologia da Arquitetura .....	32
2.2. Os estudos de morfologia urbana.....	37
2.3. Fontes para o estudo do sistema defensivo de Barcelos.....	39
2.3.1. Tecido urbano .....	41
2.3.2. Fontes Iconográficas e Cartográficas.....	41
2.4. Trabalho de Campo .....	46
2.4.1. Prospeção.....	47
2.5. Trabalho de Gabinete.....	49
2.5.1. Base de Dados .....	49
2.5.2. Tratamento da base cartográfica .....	52
2.5.3. Exercício de correção de cartografia antiga e Produção de nova base cartográfica .....	53
2.5.4. Sistema de Informação Geográfico (SIG).....	56
2.5.5. Transcrição de fontes documentais.....	58
3. Sistema Defensivo Medieval de Barcelos .....	61
3.1. Historiografia .....	61
3.2. Caraterísticas gerais .....	64
3.3. Traçado da Muralha Comprovado .....	68
3.3.1. Pano Sudeste.....	69
3.3.2. Pano Este .....	79
3.3.3. Pano Nordeste.....	83
3.3.4. Pano Noroeste.....	86

3.3.5. Pano Oeste .....	90
3.3.6. Pano Sudoeste .....	92
3.4. Arquitetura, materiais e técnicas construtivas .....	97
3.4.1. Técnicas construtivas dos Panos, torres e Pontos de Inflexão .....	98
3.4.2. Pontos de inflexão.....	100
3.4.3. Alicerces e zonas de implantação.....	102
3.4.4. Portas e Postigos.....	104
3.4.5. Barbacã.....	108
3.4.6. Adarve.....	113
3.4.7. Materiais .....	114
3.5. Diagnóstico.....	114
3.5.1. Quarteirão D-1.....	114
3.5.2. Torre da Porta da Ponte.....	120
3.5.3. Quarteirão A-9 .....	124
3.5.4. Postigo da Vinha velha.....	129
3.5.5. Torre da Porta de Cimo de Vila .....	130
3.5.6. Quarteirão A-4 .....	134
3.5.7. Porta Nova.....	137
3.5.8. Quarteirão B-2.....	138
3.5.9. Postigo da Ferraria.....	140
3.5.10. Torre da Porta do Vale.....	140
3.5.11. Quarteirão C-1 .....	141
3.5.12. Quarteirão C-2.....	142
3.5.13. Porta de Fundo de Vila.....	144
3.5.14. Quarteirão C-3.....	146
3.5.15. Postigo das Vingadeiras .....	147
Conclusão.....	149
Considerações finais .....	163
Bibliografia.....	169
Fontes documentais .....	173
Apêndices.....	175

## Lista de figuras

Figura 1 – Localização geográfica de Barcelos. A freguesia de Barcelos (vermelho) e as freguesias circundantes (verde). Fonte da imagem de satélite: Google Earth.....	20
Figura 2 - Possível trajeto da via referida por C. A. Ferreira de Almeida (1990). Fonte da imagem de satélite: Google Earth. ....	21
Figura 3 - Vista aérea do Largo do Apoio, da Igreja Matriz e da Rua dos Açougues (a vermelho). Fonte da imagem de satélite: Google Earth. ....	24
Figura 4 - O percurso desde o Fundo da Vila até ao cimo da Vila pela Rua dos Açougues e a artéria de Cima da Vila (a vermelho) e as interceções da Rua de Santa Maria (a azul) e a Judiaria (a amarelo). Fonte da imagem de satélite: Google Earth. ....	25
Figura 5 - Localização da ponte, da igreja matriz, da Rua dos Açougues (a vermelho), da Rua de Sta. Maria (a azul) e do Largo do Apoio. Fonte da imagem de satélite: Google Earth.....	26
Figura 6 – Pannel em azulejo com a representação de Barcelos por Duarte d'Armas (séc. XVI) localizado no atual museu arqueológico de Barcelos (ruínas do paço dos Condes de Barcelos/Duques de Bragança), que representa a mais antiga fonte iconográfica da vila medieval conhecida. ....	27
Figura 7 - Principais equipamentos e edifícios nos finais do século XV, inícios do século XVI. Fonte da imagem de satélite: Google Earth. ....	29
Figura 8 – Exemplos da concentração de arquitetura do século XVIII, no arrabalde de Cimo de Vila. Fonte da imagem de satélite: Google Earth. ....	31
Figura 9 - Barcelos no início do século XVI representada por Duarte d'Armas no <i>Livro das Fortalezas</i> . ....	42
Figura 10 - Planta de Barcelos da autoria de Custódio Vilas Boas (1806). ....	42
Figura 11 - Planta de Barcelos centrada na Torre da Porta de Cimo de Vila proveniente das intervenções da DGEM Fonte: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Images/SIPAIImage.aspx?pid=377071">http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Images/SIPAIImage.aspx?pid=377071</a> .....	43
Figura 12 - Planta de Barcelos proveniente das intervenções da DGEMN. Fonte: <a href="http://www.monumentos.pt/Site/DATA_SYS/FONTES_DOC/THUMBS/00000038/00185400.JPG">http://www.monumentos.pt/Site/DATA_SYS/FONTES_DOC/THUMBS/00000038/00185400.JPG</a> .....	44
Figura 13 - Estrutura da base de dados utilizada.....	50
Figura 14 - Individualização alfanumérica dos quarteirões do Centro Histórico. ....	52
Figura 15 – Sobreposição do levantamento 1:2000 à planta da DGEMN.....	54
Figura 16 – Sobreposição do levantamento 1:2000 à planta de Custódio Vilas Boas (1806) (Figura 10).55	
Figura 17 – Base cartográfica 1:2000 aproximada à área da muralha e georrefrenciada no ArcMap. ....	57
Figura 18 – Ligação à base de dados através do ArcCatalog. ....	57
Figura 19 - Exemplo da informação da base de dados vista no SIG. ....	58
Figura 20 - Localização do Pano Sudeste.....	69
Figura 21 - Projeção do traçado da muralha na parcela D1-03 (A- Vista parcial de um alçado Sul e da torre do Pessegal; B- Vista da varanda; C- Vista parcial de um alçado norte num dos átrios; D. Vista parcial de um alçado norte no pátio das cavalariças; Vista parcial de um alçado Sul e da torre do Pessegal. ....	71
Figura 22 - Proposta de interpretação do traçado do pano sudeste no quarteirão D-1. ....	71
Figura 23 - Proposta de interpretação do traçado do Pano Sudeste confrontada com a representação de Duarte d'Armas (séc. XVI). ....	72
Figura 24 – A- Projeção do traçado da muralha com a possível torre a Oeste. B- Pormenor da porta com um arco enxalço) no quarteirão D1.....	76



Figura 25 - Confrontação da hipótese 1 com fontes cartográficas e iconográficas. A- Representação de Duarte d'Armas (séc. XVI); B- Planta da DGEMN (séc. XX); C- Imagem do GE (séc. XXI); D- Planta de Custódio Vilas Boas (1806). .....	77
Figura 26 - A- Projeção do Postigo do Pessegal na parcela D1-04 do quarteirão D1. B- Possíveis fases construtivas do postigo: 1- Reformulação; 2- Interface de rutura; 3- Possível remanescência do arco em ogiva do postigo original. ....	78
Figura 27 - Confrontação da hipótese 2 com fontes cartográficas e iconográficas. A- Representação de Duarte d'Armas (séc. XVI); B- Planta da DGEMN (séc. XX); C- Imagem do GE (séc. XXI); D- Planta de Custódio Vilas Boas (1806). ....	79
Figura 28 - Localização do Pano Este. ....	80
Figura 29 - Traçado do Pano Este entre a parcela D1-05 e o Postigo da Vinha Velha (parcela A9-14). Quarteirões D1 e A9. ....	81
Figura 30 - Traçado do Pano Este entre o Postigo da Vinha Velha (parcela A9-14) e a parcela A9-03 do quarteirão A9. ....	81
Figura 31 - Fotografia do início do Século XX, segundo consta na fonte, possivelmente de 1935-40, onde é possível ver-se uma secção da muralha na atual rua Fernando de Magalhães. (Fonte: <a href="http://www.barcelos.net/barcelos/antigo/imagem13.htm">www.barcelos.net/barcelos/antigo/imagem13.htm</a> ). ....	82
Figura 32 - Localização do Pano Nordeste. ....	83
Figura 33 - Traçado do pano nordeste nos quarteirões B2, B1 e A9. ....	85
Figura 34 - Localização do Pano Noroeste. ....	86
Figura 35 - Traçado do pano noroeste entre a parcela B2-03 do quarteirão B2 e a parcela B1-17 do quarteirão 17. ....	88
Figura 36 - Traçado da muralha entre a parcela B1-17 do quarteirão B1 e a parcela C1-04 do quarteirão C1. ....	89
Figura 37 - Localização do Pano Oeste. ....	90
Figura 38 - Traçado do pano Oeste nos quarteirões C1 e C2. ....	92
Figura 39 - Proposta 1 para o traçado do Pano Sudoeste no quarteirão C3. ....	94
Figura 40 - Proposta 2 para o traçado do Pano sudoeste no quarteirão C3. ....	95
Figura 41 - Proposta 3 para o traçado do Pano sudoeste no quarteirão C3. ....	96
Figura 42 - Esquerda: Pormenor do aparelho no sítio D1-05. Direita: Interior da estrutura da muralha no sítio D1-02. ....	100
Figura 43 - Esquerda: Pormenor de um ponto de inflexão na parcela D1-05; Direita: Pormenor do traçado curvilíneo da muralha no quarteirão C2. ....	101
Figura 44 - Técnicas e materiais construtivos da muralha no sítio D1-03 (A- espessura no topo; B- Aparelho e reaproveitamento do topo como passagem e varanda; C- Espessura vista do interior; D- Constituição do interior. ....	101
Figura 45 - Pormenor da implantação do pano de muralha diretamente sobre a rocha na parcela D1-05 do quarteirão D1. ....	103
Figura 46 - Esquerda: Pormenor da parte superior da Porta de Cimo de Vila na parcela A9-01. Direita: Pormenor do aparelho da Torre da Ponte na parcela TP-01. ....	104
Figura 47 - Alçados oeste e sul da Torre da Porta de Cimo de Vila no quarteirão A9 (Parcela A9-01). ..	106
Figura 48 - Pormenor do aparelho do muro de contenção do paramento superior no logradouro do sítio D1-03. ....	109
Figura 49 - Projeção da estrutura externa do Postigo do Pessegal (A- Projeção na representação de Duarte d'Armas; B- Localização dos vestígios: 1- torre oeste, 2- socalco; C- Projeção da estrutura). ....	110
Figura 50 - Projeção da estrutura externa do Postigo do Pessegal (A- Projeção na representação de Duarte d'Armas; B- Localização dos vestígios: 1- rampas de acesso aos logradouros, 2- Travessa do Pessegal; C- Projeção da estrutura). ....	112

Figura 51 - Esquerda: Caminhos em rampa junto à parcela D1-04; Direita: Possível remanescência da barbacã na atual Travessa do Pessegal e junto à parcela D1-05. ....	112
Figura 52 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano sudeste da muralha. ....	115
Figura 53 - Proposta de interpretação do traçado da muralha a partir dos vestígios identificados desde a Torre da Ponte até ao Postigo da Vinha Velha. ....	120
Figura 54 - Hipóteses sobre a evolução construtiva da Torre da Ponte. Fonte: Representação de Duarte d'Armas. ....	123
Figura 55 - Pormenor da Torre da Ponte após a derrocada e demolição de 1800. Representação de 1806 de autor desconhecido (Norton, 1996). ....	124
Figura 56 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano este da muralha. ....	125
Figura 57 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano nordeste da muralha. ....	125
Figura 58 - Interpretação e reconstituição do pano de muralha nordeste nos quarteirões A9 e A4. ....	128
Figura 59 - Interpretação e reconstituição do pano Este até ao postigo da Vinha Velha no quarteirão A9. ....	129
Figura 60 - Perspetiva do paramento Sul da torre. A fotografia apresenta a data de 1952 (Fonte: <a href="http://www.espoliofotograficoportugues.pt/Default.aspx?ID=10&amp;ProductID=PROD2188227">http://www.espoliofotograficoportugues.pt/Default.aspx?ID=10&amp;ProductID=PROD2188227</a> ). ..	132
Figura 61 - Perspetiva do paramento Sul da torre nos inícios do século XX. (Fonte: <a href="http://barcelosempostais.no.sapo.pt/Barcelosempostais/Ruas/ruasfoot.htm">http://barcelosempostais.no.sapo.pt/Barcelosempostais/Ruas/ruasfoot.htm</a> ..	132
Figura 62 - Comparação do cunhal existente atualmente na parcela A4-02 e uma fotografia da Torre de Cimo de Vila de Inícios do século XX, possivelmente 1905, onde ainda é possível ver o cunhal referido por Joaquim Pereira (1867) (Fonte da foto da esquerda: <a href="http://www.barcelos.net/barcelos/antigo/imagem4.htm">www.barcelos.net/barcelos/antigo/imagem4.htm</a> ) ..	135
Figura 63 - Reconstituição da Parcela A4-02 no século XIX a partir da descrição de Joaquim Pereira (1867). ....	136
Figura 64 - Reconstituição da Parcela A4-02 no século XVIII a partir da descrição de Joaquim Pereira (1867). ....	136
Figura 65 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano noroeste da muralha. ....	139
Figura 66 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano oeste da muralha. ....	145
Figura 67 - -- Interpretação do Pano Oeste. ....	145
Figura 68 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano sudoeste da muralha. ....	146
Figura 69 - Proposta de Reconstituição 3d do sistema defensivo medieval de Barcelos. Perspetiva semelhante à da representação de Duarte d'Armas (Figura 9). ....	151
Figura 70 - Muralha de Aveiro do século XV, segundo Auzelle, Robert (1964) (Ferreira, 2003). ....	153
Figura 71 - Proposta de distribuição dos vestígios datados do século XV pertencentes à estrutura original do sistema defensivo. ....	154
Figura 72 - Proposta de distribuição dos vestígios datados do século XVI e XVII. ....	155
Figura 73 - Proposta de distribuição dos vestígios datados do século XVIII. ....	156
Figura 74 - Proposta de distribuição dos vestígios datados entre os séculos XIX e primeira metade do século XX. ....	157
Figura 75 - Proposta de distribuição dos vestígios datados da segunda metade do século XX. ....	157

Figura 76 - Hipótese sobre a área total a ser abrangida pela muralha. 1- Lugar da Cruz, 2- Torre de Cimo de Vila, 3- Torre da Ponte, 4- Porta de Fundo de Vila, 5- Antiga estrada medieval, 6- Atual Capela de S. José (anteriormente de Sta. Madalena)..... 161

## Introdução

O presente relatório foi elaborado no âmbito do Estágio do 2º ano do Curso de Mestrado em Arqueologia da Universidade do Minho, ao abrigo do protocolo estabelecido entre a Universidade do Minho e a Câmara Municipal de Barcelos. Com uma duração total de seis meses, o período de estágio decorreu entre o dia 15 de Janeiro e 15 de Julho. Tendo-se estabelecido a Câmara Municipal de Barcelos como instituição de acolhimento, a orientação científica ficou a cargo da Professora Doutora Maria do Carmo Franco Ribeiro<sup>1</sup>. Como responsável na instituição ficou o Dr. Cláudio Brochado<sup>2</sup>.

No sentido de complementar a formação em Arqueologia, o Estágio constitui uma das modalidades pensadas para o segundo ciclo de estudos, como forma de consolidar os conhecimentos anteriormente adquiridos e proporcionar uma formação adicional em Arqueologia, sob uma perspetiva interdisciplinar.

O tema do estágio centrou-se na “Análise diacrónica do tecido histórico de Barcelos”, tendo como caso de estudo o sistema defensivo medieval. Na realidade, o ato de circunscrever um núcleo urbano com muralhas representa um fenómeno global, tão antigo quanto o próprio fenómeno urbano, que importa analisar rigorosamente, uma vez que as muralhas são edificações com grande impacto na morfologia urbana.

No caso do núcleo de Barcelos esta questão torna-se particularmente paradigmática, uma vez que o amuralhamento foi realizado num período avançado de urbanização. Na realidade, o aglomerado urbano só irá ser dotado de muralhas nos finais do século XV, altura em que a vila se encontrava em pleno processo de crescimento.

Motivados pela possibilidade da aplicação de uma metodologia de estudo de carácter inovador no estudo do urbanismo de Barcelos, observamos que o sistema defensivo medieval reunia as características mais favoráveis à realização da nossa análise. Enquanto elemento intrinsecamente relacionado com o fenómeno urbano medieval, entendemos o seu estudo prioritário numa primeira abordagem ao estudo do urbanismo de Barcelos. Outros fatores, como a ausência de um estudo arqueológico rigoroso, bem como a necessidade de levantamento de uma estrutura dispersa e em constante alteração, foram determinantes para a escolha. Da mesma forma, o conhecimento de vestígios conservados à superfície tornou possível uma abordagem sediada na Arqueologia da Arquitetura e dos estudos de Morfologia Urbana.

---

<sup>1</sup> Professora Auxiliar do Departamento de História do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho

<sup>2</sup> Mestre em Arqueologia pela Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Arqueólogo da Câmara Municipal de Barcelos.

Na realidade, a cidade de Barcelos conhece desde, pelo menos o século XVIII, uma tradição historiográfica com permitiu elaborar um conjunto de obras extremamente importantes para o estudo do seu passado. No entanto, trata-se de compilações de cariz historiográfico que espelham, naturalmente, as concepções ideológicas que nortearam o pensamento das diferentes épocas em que foram produzidas. Um dos objetivos deste trabalho visa precisamente rever grande parte das referências ao sistema defensivo medieval de Barcelos, no sentido de os poder confirmar, ou não, mas, também, introduzir novos dados, obtidos com base em metodologia privilegiada pela Arqueologia.

A abordagem realizada baseia-se na concepção da cidade como um sítio arqueológico complexo e dinâmico onde o edificado está dotado de uma estratificação que traduz de forma diacrónica as várias ações de construção, transformação e destruição que foram ocorrendo no tecido histórico construído ao longo dos séculos. Por esta razão, a Arqueologia da Arquitetura assume grande importância neste tipo de estudo, uma vez que dispõe de recursos metodológicos que permitem contextualizar e interpretar os vestígios materiais sobreviventes do passado, valorizando a multidisciplinaridade e a utilização de diversas fontes de informação (Ribeiro, 2008).

A perspetiva arqueológica do edificado permite, ainda, uma expansão do universo de questões que normalmente são valorizadas nos estudos tradicionais da Arquitetura e da História de Arte, indo além da avaliação das características formais, estilísticas e artísticas e permitindo a compreensão dos mais variados processos que constituem o quotidiano do meio urbano.

Dado o carácter vulnerável do edificado, sujeito a céleres transformações, fruto da evolução constante a que a cidade enquanto elemento dinâmico está sujeita, a Arqueologia da Arquitetura prevê uma atuação de carácter preventivo e não intrusivo, permitindo a criação de um arquivo que assegure a informação e o valor histórico associados ao edificado. Desta forma, pretende-se criar um registo íntegro e detalhado, tornando a informação acessível a qualquer momento e permitindo o seu estudo continuado.

Deste modo, os resultados finais da execução deste Estágio pretendem a elaboração de um importante registo e salvaguarda do edificado atual mas, também, desconstruir as diversas transformações e sobreposições que atualmente ocultam as possíveis dinâmicas morfológicas que a cidade foi conhecendo.

Tendo em consideração aspetos como as características geomorfológicas do local de implantação do núcleo urbano primitivo de Barcelos, assumimos que a estratificação presente na paisagem urbana atual, designadamente no tecido histórico construído, constitui um fator

essencial para a compreensão da evolução da morfologia cidade, nomeadamente através da análise de alguns dos seus elementos estruturantes como foram as muralhas.

Tirando partido dos recursos informáticos disponíveis na atualidade, os registos, as leituras e as propostas de reconstituição produzidas contaram com o recurso a *softwares* de edição de imagem, desenho assistido e construção de SIG's.

Os resultados obtidos na realização deste Estágio encontram-se, pois, descritos neste relatório, que em termos de estrutura se organiza do seguinte modo. A “Introdução”, onde expusemos as linhas gerais do trabalho realizado, seguida do primeiro capítulo, intitulado “Evolução urbana de Barcelos”, no qual elaborámos uma abordagem geral acerca dos principais momentos que marcaram o urbanismo da cidade, procedendo-se, igualmente, ao seu enquadramento histórico-geográfico.

O segundo capítulo centrou-se nas questões metodológicas que nortearam o estudo, procedendo-se à descrição da base teórico-metodológica, proporcionada pelos contributos da Arqueologia da Arquitetura e dos estudos de Morfologia Urbana, à referência às fontes utilizadas e culminando com as atividades inseridas no trabalho de campo e de gabinete.

Seguidamente, no terceiro capítulo, intitulado “O sistema defensivo medieval de Barcelos” procurámos sintetizar os contributos objetivos do Estágio. Deste modo, começamos por proceder à revisão do conhecimento produzido até ao momento acerca do mesmo, para posteriormente procedermos à caracterização efetiva do sistema defensivo, dividindo a abordagem em três pontos.

O primeiro vetor de análise recaiu sobre a comprovação do seu traçado. O objetivo deste ponto centrou-se na necessidade de se proceder a uma confirmação exata do perímetro da muralha, bem como à análise de algumas problemáticas que lhe estão associadas. A linguagem arquitetónica expressa no sistema, bem como os materiais e técnicas empregues, corporizaram o segundo vetor. Para finalizar, abordámos o diagnóstico dos vestígios materiais sobreviventes do sistema defensivo que podem, ainda, ser observadas no tecido urbano atual e que foram identificados e registados ao longo dos trabalhos de campo do Estágio. A inclusão do terceiro vetor teve como finalidade aferir o estado de conservação dos vestígios pertencentes ao sistema do século XV, bem como perceber as transformações ocorridas nos períodos posteriores à sua construção.

Em jeito de observação crítica, o relatório contou com uma conclusão, onde registámos a forma como se procedeu a realização do estágio, destacando as aprendizagens e contribuições para elaboração de trabalhos científicos, não esquecendo a formação profissionalizante.

O relatório contará ainda com uma última parte dedicada à bibliografia e a apêndices. Nos apêndices, incluem-se todos os conteúdos produzidos durante a execução do estágio, tais como: fichas do levantamento gráfico e descritivo das parcelas, Transcrições das atas de Vereação da Câmara Municipal de Barcelos e o catálogo onde reunimos a informação descritiva e leituras estratigráficas efetuadas nas parcelas.

## **1. Evolução Urbana de Barcelos**

### **1.1 Enquadramento histórico-geográfico**

A cidade de Barcelos, localizada no distrito de Braga, situa-se na margem norte de um dos mais importantes cursos de água da região, o rio Cávado, que nasce na serra do Larouco atravessa vários concelhos, entre os quais Barcelos, e desagua no Oceano Atlântico, conhecendo um percurso total de aproximadamente 135 Km.

O concelho de Barcelos confronta a norte pelos municípios de Viana do Castelo e Ponte de Lima, a leste por Vila Verde e por Braga, a sueste por Vila Nova de Famalicão, a sudoeste pela Póvoa de Varzim e a oeste por Esposende.

O concelho atual de Barcelos possui o maior número de freguesias do país, oitenta e nove ao todo, merecendo particular destaque aquelas que, sendo predominantemente urbanas, se situam nas proximidades do núcleo urbano e irão ser referidas neste trabalho, designadamente imediatamente a norte do Cávado, Barcelos (Santa Maria) e Vila Frescaíinha (S. Pedro) e a sul, Barcelinhos (Sto. André) (Figura 1).

Apesar da comprovada presença e exploração humana que o vale do Cávado conhece desde a Pré-História, não há indícios que a atual zona do núcleo urbano de Barcelos tenha conhecido uma ocupação anterior à época medieval (Almeida, 1990).

A área de implantação da cidade de Barcelos encontra-se sobre uma confluência de diferentes formações geológicas. Tendencialmente a norte, e ocupando grande parte da área urbana, verificam-se as formações geológicas mais recentes. Enquadradas no Plio-Plistocénico, traduzem-se pelos depósitos de praias antigas e os terraços fluviais entre os 15 e os 25m. Em seguida, com maior incidência a sul/sudeste, registam-se as unidades silúricas compostas por rochas silúricas metamorfizadas, sob a forma de corneanas, xistos andaluzíticos, granatíferos e luzentes, entre outras. Por sua vez, no quadrante sudoeste situam-se as formações mais antigas, referentes às rochas eruptivas, designadamente os granitos monzoníticos (s.l.) predominantemente biotíticos, onde predomina o tipo não porfiroide, de grão médio, tal como se pode constatar na Carta Geológica de Portugal, à escala 1:50000<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> PORTUGAL. Direção Geral de Minas e Serviços Geológicos. Serviços Geológicos de Portugal (1969). *Carta geológica de Portugal : Folha 5-C : Barcelos*. Lisboa : S.G.P.



Quanto ao relevo são visíveis as inclinações para o sul em direção ao Rio Cávado. As vertentes mais acidentadas correspondem às zonas de margem, onde os desníveis são mais acentuados e onde se verificam a existência de afloramentos à superfície.

Todavia, no aro circundante que atravessa as freguesias de V. F. de S. Pedro, V. F. de S. Martinho, Arcozelo, Tamel e Manhente, observa-se a existência de uma extensa mancha de depósitos argilosos. Nesta mancha, a presença humana encontra-se atestada, desde tempos muito recuados, por múltiplos achados líticos que se encontram dispersos pela região. Sabe-se, igualmente, que a exploração da região para obtenção de matérias-primas, como a argila para a produção cerâmica, foi uma prática recorrente na envolvente de Barcelos. A este propósito cabe ainda referir alguns topónimos encontrados nas referidas freguesias que atestam a exploração e ocupação humana da região (Almeida, 1997).

Na realidade, a região envolvente de Barcelos beneficia de importantes recursos naturais onde, desde logo, se destacam o rio Cávado e os férteis terrenos que se desenvolvem nas suas margens mas, também, a abundância de pedra granítica ou a argila. Todavia, ao que tudo indica, o local onde o núcleo urbano se implanta só terá conhecido uma ocupação permanente na Idade Média.

Ao longo da época medieval a vila de Barcelos irá conhecer inúmeras vicissitudes políticas, sociais e económicas que terão fortes repercussões na morfologia do núcleo urbano, algumas das quais ainda bem presentes no tecido urbano atual.

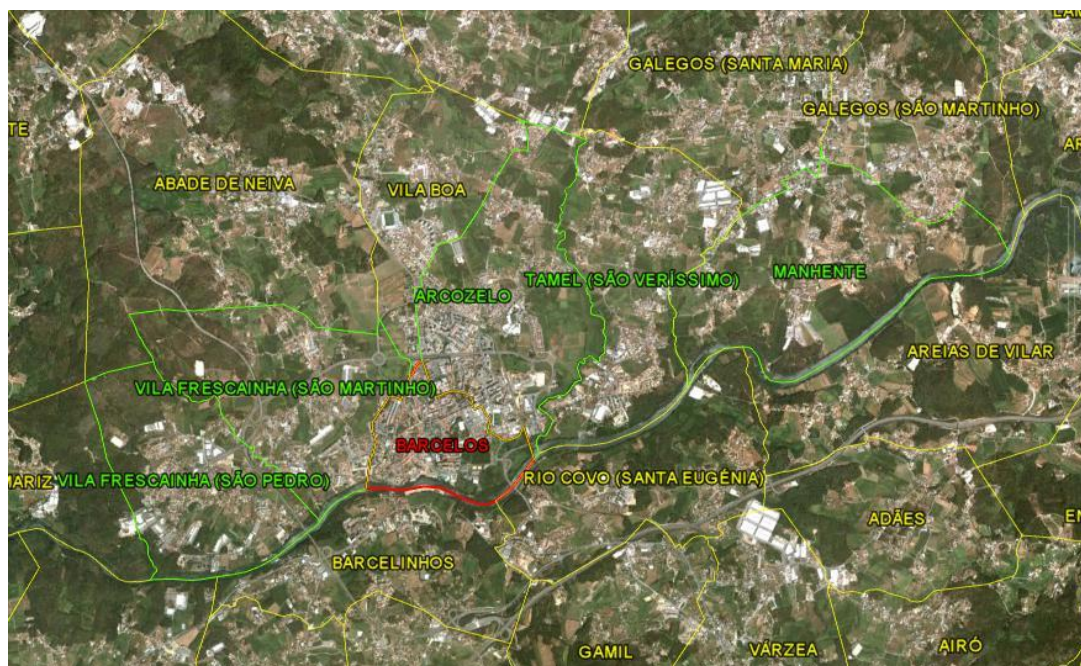


Figura 1 – Localização geográfica de Barcelos. A freguesia de Barcelos (vermelho) e as freguesias circundantes (verde). Fonte da imagem de satélite: Google Earth.

## 1.2 A Origem da Vila

O lugar onde agora se situa o centro urbano de Barcelos terá sido, pelo menos desde a época romana e até ao séc. XVIII, um dos pontos eleitos para se atravessar o rio Cávado. O local onde tal aconteceria é situado por alguns autores a jusante da ponte medieval e tratar-se-ia de uma passagem a vau (Almeida, 1997).

Documentada neste local por fontes documentais alti-medievais e arqueológicas está também a passagem de uma importante via romana, que derivava da via XVI que ligava a cidade de *Bracara Augusta* (Braga) a *Olissipo* (Lisboa), passando pelo Porto. O percurso desta via incluía uma área de Famalicão, seguindo depois para norte por S. Miguel da Carreira, Santa Eulália de Rio Covo, Midões e Gamil, cruzava o rio Cávado em Barcelos, indo depois entroncar com a via *per loca* marítima, que ligava Bracara Augusta ao litoral. De Barcelos, partiria ainda outra via, para norte, em direção a Ponte de Lima. (Almeida, 1997) (Figura 2).

Para além dos dados referidos, destacaríamos ainda a existência nas imediações de Barcelos de *villae* e casais relacionados com a exploração agrícola, cuja cronologia permite admitir uma ocupação na Alta Idade Média e, também, no período romano da região (Carvalho, 2008).

No entanto, parece ter sido a viabilidade de passagem do rio neste local que maior influência exerceu na origem e desenvolvimento do núcleo medieval. Esta ideia encontra-se reforçada pelo facto do local em questão não ser propício para a agricultura, e como tal, na Idade Média configurar um cruzamento de caminhos regionais.

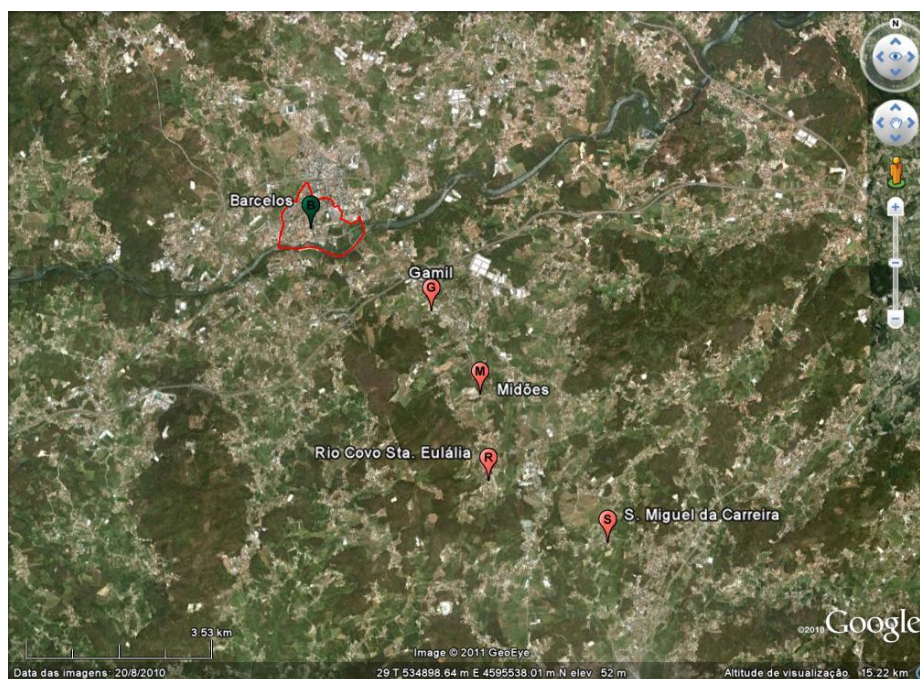


Figura 2 - Possível trajeto da via referida por C. A. Ferreira de Almeida (1990). Fonte da imagem de satélite: Google Earth.

### 1.3 A Vila Régia

Segundo alguns autores, a fonte documental mais antiga conhecida que se refere a Barcelos é a carta foral de D. Afonso Henriques, dirigida à “... *meam villam de Barcelos...*” e cuja data parece situar-se entre 1156 e 1169 (Almeida, 1990).

Curiosamente, no Censual do Bispo D. Pedro do séc. XI, não há referência à Freguesia de Sta. Maria de Barcelos, mas sim às freguesias de S. Pedro de Barcelos (atualmente V. F. de S. Pedro) e Sto. André de Barcelos (atualmente Barcelinhos). Assim sendo, no séc. XI parece não existir ainda a freguesia de Santa Maria de Barcelos e, igualmente, o termo Barcelos era usado para designar duas freguesias, uma área portanto abrangente que ocupava ambas as margens do rio Cávado, sem correspondência com o espaço que atualmente é ocupado pela freguesia de Barcelos.

Neste sentido, a constituição de Barcelos como vila medieval parece acontecer no século XII, altura em que recebe a carta de foral de D. Afonso Henriques. Através do referido documento é possível perceber que já se tratava de um núcleo de povoamento concentrado onde predominariam as atividades de comércio e almocrevia. Outro indicador do desenvolvimento e urbanização da vila é a existência de uma gafaria, documentada em 1177, junto ao núcleo urbano, na zona da Fonte de Baixo, na estrada que vinha de Esposende. Esta instituição ocuparia um espaço privilegiado, situando-se no ponto principal de entrada na vila. (Almeida, 1990).

Desta forma, a passagem e o cruzamento de pessoas, proporcionada pelos caminhos referidos anteriormente, terão estado na origem de um processo de assentamento que foi evoluindo para um povoamento efetivo, materializado por alguns arruamentos e, que a partir do séc. XII, a vila de Barcelos se constitui já num núcleo populacional concentrado,

Para o século XIII, as Inquirições de 1220 e 1258, permitem continuar a documentar o desenvolvimento urbano de Barcelos. Através da análise dos dados contidos nesta fonte, é possível admitir um relativo desenvolvimento urbano do aglomerado, bem como a “consciência” de um núcleo bem definido, possivelmente bastante arruado, com cerca de vinte arruamentos com casas do tipo urbano, igreja, açougue e circundado por arrabaldes, designadamente, Cimo de Vila, Fundo de Vila e do Vale. Neste momento parece ter havido um interesse por parte das instituições religiosas das proximidades em possuir e edificar casas no interior do espaço urbano (Ferreira, 1992).

Com base nas referidas inquirições é ainda possível saber que possuía uma densidade populacional relativamente elevada, superior às freguesias mais próximas (Almeida, 1990). A

evolução urbana de Barcelos será pautada na Baixa Idade Média pela condição de centro jurídico e administrativo de um grande termo, acabando igualmente por centralizar as atividades comerciais e oficiais da vasta região que administrava. A estrutura do núcleo era composta por um sistema viário “*com marcada especialização de serviços...*”, como testemunham os topónimos de *Rua dos Pelames, da Sapataria, dos Alanterneiros*, entre outros (Ferreira, 1992).

Naquilo que Conceição Falcão considera como ser a primeira fase de desenvolvimento urbano da vila de Barcelos (Ferreira, 1992), que se prolongará sensivelmente até meados do século XIV, o ponto central da povoação parece ter-se desenvolvido em torno da casa onde terá funcionado o concelho, próximo dos açougues e a norte da Igreja Matriz. Assume-se assim que o Largo do Apoio constituiu a primitiva praça, albergando a residência condal mais antiga que hoje se conhece, que possivelmente terá pertencido a Nuno Álvares Pereira (Ferreira, 1992).

A Matriz, que mantém atualmente a sua localização original, ocupava naquela altura uma posição isolada no espaço central, desempenhando um papel fundamental na formação da consciência coletiva enquanto agente de fixação da comunidade (Ferreira, 1992). Trata-se, na realidade, de um fenómeno característico dos núcleos urbanos medievais, onde a praça permanecerá como fórum público de encontro, agora como espaço de troca de bens simbólico e para a realização de festas, mas também de mercado, para troca de bens materiais e do lucro (Figura 3).





Figura 3 - Vista aérea do Largo do Apoio, da Igreja Matriz e da Rua dos Açougues (a vermelho). Fonte da imagem de satélite: Google Earth.

O caminho designado por *velha estrada da beira do rio* que fazia a ligação para poente, à povoação de Esposende e às áreas de grande importância para a exploração agrícola situadas ao longo da margem norte do Cávado, desempenhou um papel destacado no desenvolvimento urbano de Barcelos, ao contribuir para que o designado *fundo da vila* se tornasse num importante local de passagem, e simultaneamente num dos principais eixos urbanos da vila medieval.

A partir do *fundo da vila* era possível aceder aos açougues (local de comércio), ao já referido Largo do Apoio (local dos paços do conde) e a outra importante artéria, a de Cima da Vila, junto do arrabalde com o mesmo nome, por onde se seguia para Ponte de Lima e Viana do Castelo.

Da artéria que seguia para Cimo de Vila derivavam dois outros importantes eixos que permitiam aceder à Igreja Matriz e à Judiaria, respetivamente (Figura 4).



Figura 4 - O percurso desde o Fundo da Vila até ao cimo da Vila pela Rua dos Açougues e a artéria de Cima da Vila (a vermelho) e as interseções da Rua de Santa Maria (a azul) e a Judiaria (a amarelo). Fonte da imagem de satélite: Google Earth.

A Igreja Matriz, ligeiramente afastada do Largo do Apoio, comunicava com o mesmo através da Rua de Santa Maria. Posteriormente, sobretudo a partir do primeiro quartel do séc. XIV, o local em torno da igreja passa a exercer uma forte atração urbana, dando-se um forte incremento construtivo e uma ocupação dos espaços imediatos (Figura 5).

Em termos de conclusão podemos afirmar que a *vila régia* de Barcelos constitui uma fase embrionária de desenvolvimento do núcleo urbano. Contando a sua praça no atual Largo do Apoio, alguns arruamentos importantes, açougues e uma igreja matriz, nesta fase o núcleo não possuía ainda castelo, muralhas ou torres, circunstância, aliás, comum e verificável em muitas outras vilas medievais (Almeida, 1991).

Todavia, será a partir das estruturas existentes referidas que, ao longo dos séculos seguintes, vamos assistir à evolução e complexificação do tecido urbano da vila, que a partir do ano de 1298 passará ao estatuto de vila condal.

## 1.4 A Vila Condal

A partir de 1298, a vila medieval de Barcelos adquire um novo estatuto, o de vila condal. Esta circunstância decorreu do facto do rei de Portugal, D. Dinis, que governou o reino entre 1279 e



1325, a ter doado ao seu mordomo, João Afonso de Albuquerque, desta forma, o título de 1º conde de Barcelos (Pereira, 1867).

Naturalmente, a alteração de estatuto da vila irá ter repercussões diretas na evolução urbana do núcleo que, desde logo, pela instituição de um vínculo senhorial em detrimento do vínculo à coroa, pressupõe uma maior proximidade entre o poder governante e a própria organização urbana. Simultaneamente, poder-se-á admitir uma progressiva afirmação da vila relativamente aos vários julgados do termo de Barcelos, nomeadamente de Faria, de Aguiar, de Neiva, de Penafiel de Bastuço e de Vermoim.



Figura 5 - Localização da ponte, da igreja matriz, da Rua dos Açougues (a vermelho), da Rua de Sta. Maria (a azul) e do Largo do Apoio. Fonte da imagem de satélite: Google Earth.

Todavia, refira-se que o início da jurisdição senhorial irá marcar um período de grandes lacunas informativas nas fontes documentais, dificultando assim, entre outras, as tarefas de compilação e interpretação dos dados referentes à evolução urbana da vila medieval de Barcelos, quer no âmbito descritivo, quer cronológico (Ferreira, 1992).

A lógica da sucessão do título de conde de Barcelos irá relacionar-se com diversos acontecimentos que vão influenciar sobremaneira a evolução urbana da vila. Refiram-se, desde logo, as atuações do Conde D. Pedro, filho ilegítimo de D. Dinis e terceiro conde de Barcelos (1314 – 1354) (Almeida, 1990), a quem se ficou a dever a promoção da construção da Igreja

Matriz e da ponte medieval sobre o Cávado, que viriam a marcar de forma determinante o desenvolvimento do núcleo medieval.

De facto, a partir do momento em que se constrói a ponte medieval sobre o rio Cávado, possivelmente entre 1325 e 1328 (Almeida, 1990), o panorama da vila de Barcelos sofreu alterações significativas. Para além de facilitar a passagem, especialmente durante o inverno, esta estrutura funcionou como polo de atracção para quem se deslocasse de Famalicão ou do Porto e pretendesse atravessar o rio, em direção a Norte, por exemplo, à vila de Ponte de Lima.

Na realidade, a referida ponte provocou alterações na fisionomia do núcleo urbano da vila, mas também teve grande impacto na própria construção da paisagem (Ferreira, 1992).

De igual modo, também a construção da Igreja da Colegiada, erigida no local da antiga Matriz, teve um forte impacto no desenvolvimento urbano da vila. De facto, esta estrutura veio proporcionar um reforço da crescente afirmação daquela área urbana como espaço central da povoação, pelo menos a partir do último quartel do século XIV (Ferreira, 1992).

O século XV vai ficar marcado por grandes transformações ao nível do edificado, que como consequência irão alterar a própria fisionomia da vila condal. Primeiramente, entre as obras de maior impacto na formação e desenvolvimento da paisagem urbana da vila medieval de Barcelos destacam-se, as muralhas. A sua construção só veio a ser promovida na administração do oitavo conde de Barcelos, D. Afonso, que governou a cidade entre 1401 e 1461 (Figura 6).

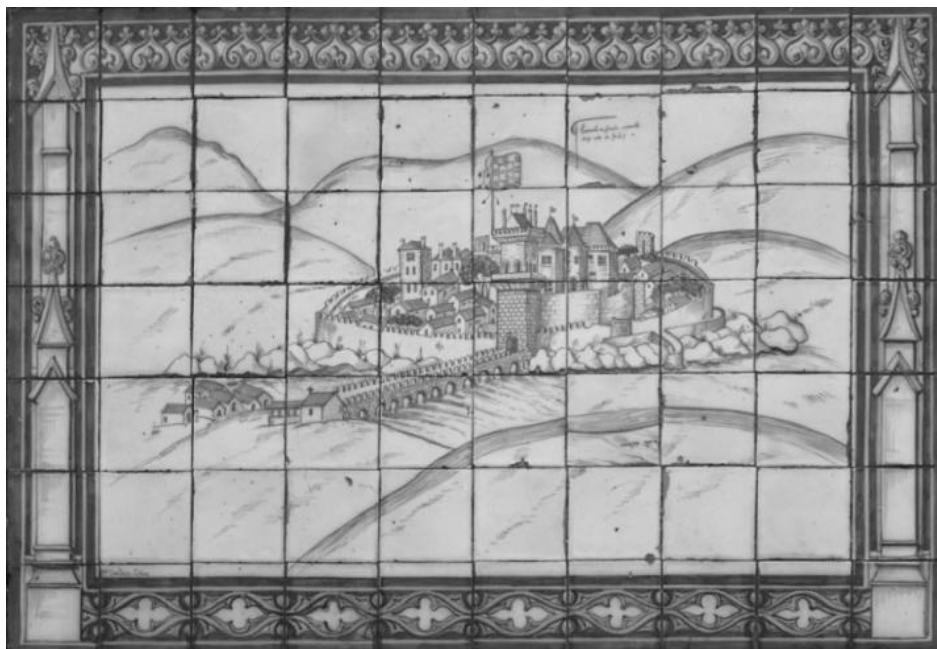


Figura 6 – Painel em azulejo com a representação de Barcelos por Duarte d'Armas (séc. XVI) localizado no atual museu arqueológico de Barcelos (ruínas do paço dos Condes de Barcelos/Duques de Bragança), que representa a mais antiga fonte iconográfica da vila medieval conhecida.



As muralhas e as suas respetivas portas condicionaram um novo ordenamento do espaço viário, colocando em evidência a área em torno da Igreja da Colegiada. No entanto, este espaço apenas se afirmou definitivamente como um lugar central da vila, com a construção do Paço dos Duques.

A construção deste edifício inicia-se provavelmente ainda no primeiro quartel do século XV, no decorrer da construção da muralha, ou pelo menos no seu seguimento, também sob a promoção do mesmo Conde D. Afonso (VIII) (Barroca, 1999). O novo Paço dos Duques irá ocupar um lugar de destaque no núcleo urbano, no entanto, com grandes limitações ao crescimento estrutural do edifício. Ao estabelecer-se num promontório, adorado à Igreja da Colegiada, pela parte norte, e à Torre da Ponte, pela parte sul, o Paço dos Duques irá ficar muito condicionado em termos espaciais. Esta circunstância irá levar posteriormente D. Jaime, 11º conde de Barcelos (1496-1532), a tentar a sua transferência para o Campo da Feira, algo que não se concretizou devido às restrições e condicionantes impostas pelo arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa (1504-1532). A impossibilidade da construção ducal se ampliar na área em que se implementa, condicionou a construção desagregada de muitos dos espaços de armazenamento, naturalmente associados a este tipo de edifício, que se espalharam pelas áreas menos urbanizadas da vila, como foi o caso da *Vinha Velha*, onde se localizariam as estrebarias e o celeiro (Vale, 1991).

Todavia, o facto de se adotar à Torre da Ponte terá materializado a ideia de uma verdadeira fortaleza, cujo impacto na paisagem colmatou de certa forma a ausência de um castelo (Ferreira, 1992).

Outro facto de relevante importância para a vida da vila medieval de Barcelos ocorreu em 1464, com a instituição da Colegiada de Barcelos, pelo Arcebispo Primaz de Braga, D. Fernando da Guerra, pondo fim, desta forma, a um processo que envolveu grandes conflitos e gerou tensão entre poder senhorial e eclesiástico. Esta instituição irá contribuir para a plena afirmação desta zona do centro urbano, como polo central da urbe.

Desta forma, o carácter centralizador na morfologia urbana, até ao século XV ocupado pelo Largo do Apoio, foi transferido para o local da igreja colegiada e do paço do condal. Transferência que levou, consequente, também a uma mudança ao nível da circulação com a afirmação do eixo que ligava os dois pontos, a Rua de Santa Maria.

A atribuição do ducado de Bragança a D. Afonso, 8º Conde de Barcelos, em 1442, marcou o período em que Barcelos passa a ter um papel secundário nas prioridades dos seus senhores. Deste facto, resulta uma diminuição do ritmo de desenvolvimento, sendo apenas de destacar o breve período em que a vila foi novamente integrada nos bens da coroa. Em 1484, após o

décimo conde de Barcelos, D. Fernando, ter sido condenado pelo crime de lesa-majestade, a vila passa a pertencer ao rei, tendo posteriormente o rei D. Manuel, em 1496, restituído os bens ao legítimo herdeiro D. Jaime, o décimo primeiro conde de Barcelos.

Tal como já referido, e para além do já mencionado, acerca da atuação dos condes que se foram sucedendo no título pouco se sabe (Almeida, 1990). Todavia, para o estudo da vila de Barcelos no século XV existe uma importante fonte documental constituída pelo *Tombo Velho do Hospital*. A referida instituição hospitalar, que se estabelecerá na Rua de Santa Maria, encontra-se documentada a partir de meados do século XIV, desconhecendo a data exata da sua fundação (Figura 7).

Nas proximidades deste Hospital, aparece documentada em 1369, a existência de um bairro exclusivo para judeus, a já referida Judiaria. Situada no eixo que ligava o Lugar da Cruz à Praça da Vila, possuía uma Sinagoga e portões em cada extremidade. O edifício da Sinagoga situava-se no lado poente, num local atualmente ocupado pelo edifício da Câmara Municipal (Almeida, 1990).



Figura 7 - Principais equipamentos e edifícios nos finais do século XV, inícios do século XVI. Fonte da imagem de satélite: Google Earth.

De facto, podemos concluir que é a partir do momento em que Barcelos se torna numa vila condal que vai adquirir grande parte dos seus equipamentos públicos e religiosos, passando a

constituir um centro urbano bem definido pelas suas muralhas, um centro ou praça, em torno da Igreja Matriz e do Paço dos Duques, um entramado de ruas que ligam as principais portas da muralha aos restantes espaços e edifícios, como o hospital mas, também, bairros habitacionais como a Judiaria. É igualmente possível supor que a construção doméstica tenha acompanhado a restante evolução urbana, como testemunham as casas quinhentistas que ainda hoje se observam espalhadas pelo burgo, como por exemplo na antiga Rua das Flores, ou na antiga Rua da Cruz (Trigueiros *et al*, 1998).

Nos inícios do século XVI, Barcelos parece ter conhecido uma renovação urbana que se encontra refletida na arquitetura dos edifícios, mas também no aparecimento de bairros extramuros, como os da Porta do Vale, da Cruz e do Salvador. Estes bairros encontrar-se-iam ligados ao crescimento populacional ou económico, nomeadamente ao desenvolvimento das atividades mesterais (Almeida, 1990).

Apesar da estrutura do núcleo intramuros denotar alguma estagnação, a evolução da cidade irá pautar-se pelo aparecimento de bairros extramuros, dando origem a um plano urbano radial, com várias artérias que confluem para o núcleo amuralhado. Esta forma urbana é comparada por alguns autores a um polvo, cuja cabeça é representada pela parte interior da muralha e os tentáculos as artérias que se começam a desenvolver a partir desse núcleo.

É no decorrer do século XVI, mais propriamente em 1562, que D. Sebastião estabelece o Ducado Barcelos. Em carta datada de 5 de Agosto é atribuído o título de Duque de Barcelos a D. João, filho de D. Teodósio (5º Duque de Bragança) que passa assim a ostentar os títulos de 1º Duque de Barcelos e 6º Duque de Bragança (Serrão, 1999). Não obstante, esta alteração de estatuto parece não ter produzido efeitos de grande visibilidade no quotidiano da vila.

Durante o século XVIII, Barcelos terá conhecido a continuidade do crescimento já retratado, havendo uma reformulação dos espaços comerciais, nomeadamente a feira, mas também uma razoável expansão urbana e uma melhoria significativa de muitas das construções.

O fenómeno mais notável do séc. XVIII é, no entanto, a organização e composição do espaço urbano sob influência do Barroco. Entre os aspetos mais marcantes refira-se a integração de vários elementos urbanos, cujas características arquitetónicas vão refletir uma preocupação estética. Por exemplo, a atenção dada ao atual Largo da Porta Nova, onde a Ermida do Bom Jesus da Cruz vai dar lugar a um Templo de influência renascentista e, também, à construção da Igreja de S. Francisco, de influência Barroca, no Campo da Feira. A necessidade de criar um elemento cenográfico de remate, a sul, destas duas Igrejas, vai originar a criação do Passeio dos Assentos, que passa a desempenhar a função de elemento de ligação entre estes dois edifícios,

mas também de miradouro, ao permitir a contemplação do rio e simultaneamente fornecer o devido enquadramento à Igreja do Bom Jesus da Cruz (Figura 8).

Apesar de o título de Duque de Barcelos ser ainda reconhecido na atualidade, a sua relevância tornou-se ainda mais diminuta nos séculos seguintes, com a transição de regime e posterior abolição da Monarquia.



Figura 8 – Exemplos da concentração de arquitetura do século XVIII, no arrabalde de Cimo de Vila.  
Fonte da imagem de satélite: Google Earth.

## **2. Metodologia**

O estudo do sistema defensivo de Barcelos pretende constituir um contributo da Arqueologia para a análise do tecido histórico urbano a partir dos vestígios conservados à superfície. Neste sentido, a análise teve como base os pressupostos teóricos de diferentes áreas de estudo, como a Arqueologia da Arquitetura e dos Estudos de Morfologia Urbana.

Metodologicamente a postura adotada visou o cruzamento de diferentes fontes. Este princípio estabeleceu a base tanto do trabalho de campo e aquisição de novos dados, como do trabalho de gabinete e tratamento da informação.

### **2.1. Contributos da Arqueologia da Arquitetura**

A Arqueologia da Arquitetura teve a sua origem em Itália, na década de 70, do século XX, graças em grande parte aos trabalhos de restauro de alguns edifícios realizados neste país, bem como ao desenvolvimento da própria arqueologia medieval. Entre os seus primeiros percussos destacam-se os nomes de Tiziano Mannoni (MANNONI, 1976, 1990), Gian Pietro Brogiolo (BROGIOLO, 1988, 1996, 2007) e Roberto Parenti (PARENTI, 1983, 2002, 2004).

O interesse da Arqueologia pelo estudo do edificado surge numa conjuntura marcada por uma importante rutura epistemológica na arqueologia italiana, que se traduziu no aparecimento de novas perspetivas de investigação e novos temas de trabalho. É dentro deste cenário que investigadores como Tiziano Mannoni (1990) começaram a ensaiar a aplicação e adaptação dos métodos de análise estratigráfica a edifícios com carácter históricos, através da definição de algumas técnicas como a leitura estratigráfica de alçados e da introdução do conceito de unidade estratigráfica de paramentos.

Desde então, a Arqueologia da Arquitetura conheceu a expansão para outros países europeus, com adaptações particulares, bem como uma crescente diversificação temática e instrumental, sobretudo em Itália e em Espanha.

Até ao aparecimento da Arqueologia da Arquitetura, as abordagens mais comumente adotadas para o estudo do edificado eram realizadas por arquitetos e historiadores de arte. Não desvirtuando o valor da sua contribuição, estas abordagens começaram a revelar, do ponto de vista metodológico e interpretativo, algumas limitações, que acabaram também por possibilitar e fomentar a emergência da Arqueologia da Arquitetura.

A abordagem, dita mais tradicional, possui uma propensão para a análise do estilo e da linguagem arquitetónica, minimizando por vezes a necessidade de distinguir os diferentes contextos em que o edifício desenvolve. Todavia, os contextos permitem perceber e diferenciar

as reconstruções, reutilizações e até a reciclagem de elementos estilísticos em edificações de cariz posterior.

De igual modo, o recurso a métodos de análise com base na analogia e na procura de “estilos semelhantes” são usados como forma de datação ou de enquadramento para realidades diferentes, devido à não contemplação do contexto.

No entanto, o contexto, bem como a noção de estratigrafia, são condições essenciais para a compreensão e estudo das diferentes fases construtivas de uma edificação, por vezes, independentemente da época, linguagem ou estilo que apresente. Não se trata de minimizar as abordagens tradicionais, mas antes da necessidade de produzir análises de cariz multidisciplinar, de forma a tornar cada vez mais completo e eficaz o estudo do património edificado.

O processo de aceitação geral, não só no seio da Arqueologia mas, também, junto das disciplinas que tem por objeto de estudo o edificado histórico, foi conseguido através da realização de reuniões e conferências que reúnem com alguma regularidade arqueólogos, restauradores e arquitetos, mas também da fundação de revistas especializadas, como a “*Archeologia dell’architettura*, italiana, ou a “*Arqueologia de la Arquitectura*”, espanhola.

Todavia, estamos perante uma especialização relativamente recente da disciplina arqueológica, que resulta de um conjunto de experiências e investigações realizadas nos últimos 30 anos, em vários países europeus, com particular destaque para Itália e Espanha, que procuram aplicar as técnicas, conceitos e problemáticas da arqueologia ao estudo do edificado.

Atualmente, a Arqueologia da Arquitetura pode ser definida como uma disciplina – ou uma especialização técnica e temática da Arqueologia (Gutiérrez Lloret, 1997).

Subjacente à aplicação dos princípios da Arqueologia da Arquitetura estão um conjunto de noções que importa salientar. Desde logo, que um edifício deve ser entendido como um sítio arqueológico e histórico, pluriestratificado, que pode ser analisado com os mesmos princípios usados nas escavações. Do mesmo modo, é muito importante ter em consideração que toda a restauração envolve a destruição de parte do sítio, pelo que é necessário documentá-lo e conhecê-lo o melhor possível, de modo a poder definir projetos de intervenção que integrem a dupla dimensão do documento arquitetónico. Igualmente, que é necessário fazer uso de um conjunto de técnicas de documentação e de análise de arquitetura, resultantes da aplicação da Arqueologia à análise da Arquitetura, geralmente não destrutivos. Outra importante noção é a de que o património arquitetónico é suscetível de produzir conhecimento sobre a sociedade que construiu e usou os edifícios. Estes dados históricos, devem ser tidos em conta no planeamento

da restauração, pois podem ajudar a esclarecer patologias e alterações dos materiais, explicáveis apenas no contexto da história da construção do edifício.

Assim, a Arqueologia da Arquitetura enquanto disciplina que estuda os edifícios através da metodologia arqueológica, contempla as construções de carácter histórico que se encontram acima do subsolo como parte integrante da cultura material. Enquanto evidência deixada pelas sociedades do passado, o património construído converte-se num potente meio para o conhecimento da história dos edifícios e dos espaços conexos, considerados na sua individualidade construtiva e nos seus contextos sociais, económicos, artísticos e tecnológicos particulares (Fontes 2004).

Das várias técnicas que Arqueologia da Arquitetura tem vindo a adaptar, adquire especial importância a análise estratigráfica aplicada ao edificado. Com o objetivo de recuperar a sequência construtiva das edificações e permitir a sua datação, adaptaram-se os princípios da estratigrafia arqueológica, desenvolvidos por *E. C. Harris* (1989), denominado de método Harris, às construções históricas. Efetivamente, a aplicação desta técnica ao edificado parte de dois pressupostos essenciais: que um edifício, tal como um sítio arqueológico, está sujeito a processos estratigráficos; e que um edifício deve ser entendido como um sítio arqueológico.

Tal como num sítio arqueológico convencional, a validade do estudo da Arqueologia da Arquitetura está fundamentalmente ligada à análise ou leitura estratigráfica, onde o objetivo consiste em identificar, documentar, registar e estudar os distintos momentos de uso e as alterações formais ao longo do tempo, bem como os processos pós-deposicionais (restauros e arranjos) que ocorreram no edifício. Desta forma, o estudo dos edifícios por parte da Arqueologia da Arquitetura contempla o uso de uma metodologia que identifique, ordene, date e interprete as diferentes etapas de vida de um edifício, desde a sua construção até ao momento da realização do estudo. O estudo pormenorizado das diferentes fases e processos construtivos/destrutivos é alcançado através da análise estratigráfica de alçados ou leitura de paramentos.

Para dar cumprimentos aos seus objetivos a Arqueologia da Arquitetura recorre, igualmente, a uma panóplia de técnicas e metodologias entre as quais se destacam a recolha de fontes documentais e iconográficas acerca do edifício, o levantamento gráfico e fotográfico, bem como a análise do edificado sobre os levantamentos gráficos, análises geológicas, químicas e físicas dos diferentes tipos de materiais (argamassas, rebocos, madeira, pintura mural, entre outros, bem como tipológicas, acerca dos métodos e técnicas de construção, bem como aos elementos decorativos e construtivos, tendo em vista produzir um diagrama final que permita obter uma visão global do edifício e da sua história (Ramalho, 2005).

A Arqueologia da Arquitetura assume-se, deste modo, como uma área muito importante no estudo mas, também, na gestão do património construído.

A sua forma de atuação torna-se essencial no acompanhamento de intervenções de recuperação e/ou conservação, evitando não só a perda de informação, como a utilização de técnicas e materiais desadequados.

É necessário considerar, contudo, as limitações desta forma de abordagem. De facto, a aplicação do método estratigráfico de forma isolada, apenas fornece informação de carácter cronológico relativo (“anterior a”; “posterior a”; “contemporâneo de”). Neste sentido, a sua aplicação deve ser realizada em consonância com outras fontes, de modo a permitir obter dados mais específicos. Tal como já referido, o estudo do edificado deve fazer uso de um leque alargado de dados que podem ser obtidas através do recurso às fontes escritas/iconográficas/cartográficas, as análises arqueométricas e as tipologias.

No entanto, a aplicação da metodologia e dos procedimentos da Arqueologia da Arquitetura lida com algumas dificuldades, entre as quais aquelas que se relacionam com a própria complexidade do edifício, em virtude da ocultação da sua estratigrafia por rebocos ou do grande número de alterações que conheceu ao longo da sua história, entre outros. Neste sentido, é necessário ter em consideração que a aplicação da metodologia, bem como o uso de outros elementos de análise, depende sempre da edificação em questão, do tipo de intervenção e dos meios disponíveis. Parte, portanto, do arqueólogo a capacidade de programar e gerir todos os aspetos necessários para a elaboração do estudo, passando por uma definição realista dos objetivos a atingir, bem como pela gestão de toda a logística que se encontra implicada nos trabalhos desta natureza.

É fundamental que as equipas integrem especialistas que assegurem uma correta análise estratigráfica mas, também, o conhecimento das técnicas construtivas, pelo que o diálogo interdisciplinar entre arquitetos e arqueólogos é fundamental.

De uma forma geral, a Arqueologia da Arquitetura conta já com uma grande variedade de estudos que corroboram as suas potencialidades no estudo do edificado. A nível nacional, merecem particular destaque os trabalhos que têm contribuído para a sua afirmação dentro do universo arqueológico. O trabalho de Maria Ramalho tem-se destacado no âmbito metodológico com publicações como “*Arqueologia da Arquitetura. O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitetónico*” (Ramalho, 2002) ou as “*Potencialidades de arqueologia da arquitectura. A experiência do Instituto Português do Património Arquitectónico*” (Ramalho, 2005). Luís Fontes, juntamente com outros investigadores, tem realizado um



*importante trabalho na questão prática da Arqueologia da Arquitetura com publicações como “Experiências em Arqueologia da Arquitetura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho” (Fontes et al, 2004) e “Arqueologia da Arquitetura em Contexto Urbano. Reflexões a partir de três exemplos da cidade de Braga, Portugal” (Fontes et al, 2010).*

A Arqueologia da Arquitetura assume-se, igualmente, como uma área disciplinar de grande importância no estudo do urbanismo, permitindo através da aplicação das suas técnicas e metodologia, contribuir para a interpretação da evolução histórica da cidade. O entendimento dos núcleos urbanos como sítio arqueológico foi, desde década de 60, do século XX, uma questão muito importante para a afirmação da Arqueologia Urbana. Desde então, a procura em analisar as transformações urbanas ocorridas nas cidades históricas tem conhecido uma aceitação e preocupação permanente por parte dos arqueólogos. Mais recentemente, a arqueologia urbana tem, conjuntamente com a arqueologia da arquitetura, promovido estudos diacrónicos acerca das transformações morfológicas e arquitetónicas ocorridas das cidades históricas, como os realizados para Braga (Ribeiro 2008) e Chaves (Ribeiro 2010).

O nosso trabalho insere-se, igualmente, na categoria deste tipo de estudos. Todavia, estamos conscientes que a transposição dos pressupostos teóricos da Arqueologia da Arquitetura para a prática requer uma adaptação ao tipo de investigação e acima de tudo ao objeto de estudo. Ao pretendermos aplicá-los ao estudo do tecido urbano, temos que considerar que este é constituído por vários elementos que se articulam entre si. O edifício, a parcela, o quarteirão, as praças e ruas, são elementos que devem ser entendidos como fazendo parte de um todo, o plano urbano, que ao longo do tempo se foram alterando e sucedendo, conformando diferentes tecidos urbanos, que devem ser analisados tendo em conta a sua morfologia, usos e funções, mas também o contexto social, económico, tecnológico e cultural em que foram criados.

A conceção metodológica que elaborámos para o estudo do sistema defensivo medieval de Barcelos insere-se no âmbito da Arqueologia urbana, mas também da aplicação dos pressupostos teóricos da Arqueologia da Arquitetura, elevando a sua aplicação a várias escalas. Pretende-se, deste modo, realizar uma abordagem que contempla a edificação individualmente, para depois a inserir no contexto do tecido urbano que ocupa, e finalmente nas relações que estabelece com toda a cidade.

Assim, a abordagem encetada neste trabalho centrou-se essencialmente nos seguintes vetores de análise: primeiro, a posição estratigráfica relativa, essencial para compreender a formação e alteração das diferentes edificações; depois o tipo de relação que as estruturas estabelecem entre si, através da análise dos materiais e técnicas construtivas utilizadas e que podem fornecer simultaneamente informação cronológica e tipológica, mas também acerca das

formas funcionalidades do edifício; paralelamente realizar o cruzamento com as restantes fontes existentes (escritas, iconográficas e cartográficas) que podem fornecer informação complementar, ao nível cronológico, social, económico e cultural. Por fim, a articulação entre o edifício, a parcela, o quarteirão e o sistema viário que caracterizaram o tecido urbano do período histórico em análise.

## **2.2. Os estudos de morfologia urbana**

A cidade constitui uma forma de aglomeração humana desde as primeiras civilizações, surgidas no Próximo Oriente, tendo conhecido desde o seu aparecimento, uma grande diversidade de configurações, definições e conceções, sendo atualmente a sua definição uma tarefa complexa, por vezes até divergente que depende dos critérios adotados.

Na realidade, a cidade representa um produto do homem que foi sendo inventado e reinventado ao longo do tempo, tendo adquirido várias formas, de acordo com a própria conceção de urbano das diferentes sociedades. Neste sentido, o seu conceito é plural, tanto quanto heterogéneo, que pode ser definido e abordado sob múltiplas perspetivas (Ribeiro 2008).

Tal como preconiza Chueca Goitia nas primeiras linhas da sua *“Breve História do Urbanismo”* (1982), não é viável que uma só disciplina ou área almeje compreender a totalidade dos fenómenos que atribuem a “pluralidade” ao urbanismo. Pelo contrário, uma boa definição do que se pretende saber sobre a cidade, bem como a aplicação de uma metodologia adequada e uma abertura à multidisciplinaridade, constituem a forma mais adequada de abordar algo tão complexo.

De facto, a cidade constitui um objeto de análise multifacetado que pode ser abordado por diferentes áreas do saber, de acordo com as questões e metodologias que norteiam as várias disciplinas que se têm debruçado sobre o estudo do fenómeno urbano.

Entre as inúmeras especialidades que têm contribuído para o alargamento dos conhecimentos sobre os núcleos urbanos, destacam-se aquelas que inclusivamente têm incorporado nas suas áreas de especialização a palavra urbano, como a Arqueologia, a História, a Geografia, a Sociologia ou a Antropologia mas, também, o Urbanismo e a Arquitetura.

Na realidade, trata-se de disciplinas que se debruçam sobre a análise da cidade numa perspetiva que tem vindo a ser cada vez mais multidisciplinar mas, também, mais especializada. É precisamente neste sentido que vamos assistir nas últimas décadas a um crescente interesse pelo estudo da morfologia urbana, enquanto área consagrada no estudo da cidade.

Evidentemente que, o interesse pela morfologia, enquanto estudo do espaço físico da cidade, possui uma longa tradição que foi alimentada desde a antiguidade clássica sob variadas perspectivas.

Todavia, é sobretudo a partir do momento em que a cidade passa a ser perspectivada numa dimensão histórica, detentora de um passado que deixou marcas na sua estrutura física, que podemos considerar o aparecimento da história urbana e, conseqüentemente, o aparecimento dos primeiros registos documentais e cartográficos (Ribeiro 2008).

Nesta perspectiva, o período do Renascimento, aliado ao interesse pela redescoberta e conhecimento da Antiguidade Clássica, bem como ao crescimento dos próprios centros urbanos assume-se como um momento importante na história dos estudos da morfologia urbana.

Os séculos seguintes irão redobrar este interesse através da consolidação da historiografia regional e urbana dos diferentes países que, sobretudo a partir do século XVIII e XIX, se materializa sob a forma de edições de carácter monográfico, que procuram deixar testemunho do passado das cidades.

Todavia, serão as preocupações urbanas do século XX, fundamentadas pelo crescimento, transformação e destruição dos centros urbanos europeus que irão estar na origem da criação de teorias, métodos e técnicas que procuram, por um lado, preservar e estudar as formas urbanas anteriores, por outro, projetar um futuro sustentável para as cidades. É neste contexto que diversas áreas do conhecimento são chamadas a participar e começam a desenvolver metodologias de atuação, designadamente a Arqueologia, a Arquitetura e o Urbanismo.

A consolidação, nos finais do século XX, dos campos de ação da Arqueologia, como a Arqueologia Urbana, Medieval e da Arquitetura, têm permitido desenvolvidas metodologias que permitem o estudo de diversos aspetos do fenómeno urbano, através de uma temporização contextualizada dos vestígios que se foram sedimentando ao longo do tempo no tecido urbano. É neste sentido, que a Arqueologia passou a contribuir e a colmatar algumas carências junto dos demais campos do saber, para o conhecimento de um objeto de estudo tão complexo como a cidade histórica.

Paralelamente, a Arquitetura, o Urbanismo e a Geografia foram dando grandes contribuições para o estudo da morfologia urbana, centrado a sua atenção nos diversos aspetos que compõem a forma física das cidades, nomeadamente nos elementos topográficos que ocupam o espaço urbano e no seu conjunto dão forma à cidade.

O modo como estas áreas do saber foram estudando e compreendendo a organização da cidade e dos seus elementos topográficos, identificando-os, atribuindo-lhes definições, descortinando aspetos como a sua funcionalidade ou simbologia e, essencialmente, a forma

como representam o resultado da atuação dos agentes que habitam a cidade, torna claro o carácter essencial que adquirem no processo de compreensão, estudo e transformação do tecido histórico.

Atualmente, os estudos de morfologia urbana baseiam-se em alguns importantes princípios, nomeadamente, que a análise do espaço físico da cidade deve compreender três níveis de incidência: o plano, as formas de construção ou edificado, e o uso do solo. Por sua vez, que o plano da cidade é composto por elementos físicos fundamentais, tais como as ruas e o sistema viário em que se inserem; as parcelas ou lotes e a sua agregação em quarteirões; e o edificado. Por outro lado, que a forma urbana pode ser observada a diferentes escalas, desde a parcela até ao plano urbano. Por fim, referira-se ainda que a forma urbana apenas deve ser percecionada na sua dimensão histórica, uma vez que os elementos estão submetidos de forma constante a ações de transformação e substituição (Moudon 1997).

Desta forma, podemos compreender que fatores como forma, escala e tempo, constituem componentes fundamentais para a investigação da morfologia urbana (Moudon 1997).

Naturalmente, o estudo da morfologia das cidades históricas assume uma grande complexidade, pois, por vezes, no mesmo espaço físico, foram-se sucedendo múltiplos planos, com alterações sucessivas de ruas, parcelas, quarteirões e edifícios.

Todavia, a forma como se tem vindo a estudar a organização e divisão do espaço na cidade, ou, a forma como se distribuem e organizam seus os elementos topográficos e a relação que estabelecem com o tecido construído, adquire bastante relevância no sentido em que constituem elementos comuns de todas as cidades e conservam em si características históricas, tipológicas e topográficas (Ribeiro, 2008), essenciais para a compreensão do passado da cidade.

### **2.3. Fontes para o estudo do sistema defensivo de Barcelos**

A arqueologia é a disciplina que procura explicar e compreender o comportamento das sociedades do passado através de uma metodologia específica, usando as evidências materiais, ou registo arqueológico, achado casualmente ou recuperado através de técnicas desenvolvidas no âmbito da disciplina. As especificidades inerentes aos métodos e técnicas mas, também, aos próprios vestígios materiais, ou fontes, bem como à interpretação fazem da arqueologia uma disciplina com uma grande dimensão multidisciplinar. Esta característica tem permitido à arqueologia afrontar o estudo de diversos domínios das sociedades passadas, designadamente aqueles que se referem ao estudo do urbanismo e da arquitetura dos centros urbanos.

Nesse sentido, para a concretização dos seus objetivos, a arqueologia incorporara um vasto conjunto de dados provenientes de outras fontes, bem como metodologias de outras áreas do saber.

A amplitude e profundidade de um estudo deste tipo dependem em larga medida dos dados proveniente das fontes usadas e da informação que delas conseguimos extrair. Estas são essenciais na demonstração de evidências e factos, independentemente das distinções que possam ser feitas quanto ao tipo, cronologia e quantidade/qualidade de informação que proporcionam. Neste sentido, a análise realizada neste trabalho pretende constituir um contributo da arqueologia para o estudo do sistema defensivo de Barcelos, fazendo uso de um leque diversificado de fontes, onde se incluem as arqueológicas, mas também as documentais, as cartográficas e as iconográficas.

Dentro das fontes arqueológicas incluem-se uma gama muito diversificada de evidências materiais de diferentes categorias de registo arqueológico. Os vestígios materiais podem encontrar-se enterrados, e ser recuperados pelas escavações arqueológicas, ou à superfície, estudados pela arqueologia da arquitetura. Refira-se, no entanto, que este trabalho não contemplou trabalhos de escavação, mas apenas incorporou dados de escavações já realizadas.

O nosso estudo foi realizado com base em trabalho de prospeção que procuraram identificar, registar e estudar os vestígios do sistema defensivo medieval, fazendo uso das evidências que se encontram visíveis à superfície ou integradas nas construções atuais, procedendo-se, posteriormente ao seu estudo e análise, com base nos princípios da arqueologia da arquitetura. De igual modo, foram consideradas todas as marcas físicas ou fossilizadas na paisagem urbana que permitem complementar o nosso estudo.

Este trabalho fez uso ainda das fontes documentais designadamente, o *Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcellos* do Frei Pedro de Poyares (1672), a *Corografia Portuguesa* do Pe. António Carvalho da Costa (1706), as Memórias Paroquiais de 1758, a *Memória histórica da villa de Barcellos* do Abade do louro (1867) e as *Actas de Vereação da Câmara de Barcelos* dos séculos XVIII e XIX. Foram também utilizadas fontes iconográficas e cartográficas como o desenho da vila de Barcelos de Duarte d'Armas, presente no *Livro das Fortalezas* do século XVI, desenhos provenientes do Arquivo da Casa de Bragança (Norton, 1996) e ainda outras pinturas, serigrafias e postais, compilados numa edição da Biblioteca Municipal de Barcelos. Destacamos ainda a planta do Século XIX realizada por Custódio Vilas Boas e os levantamentos de meados do século XX, realizados aquando das intervenções da DGMEN.

### **2.3.1. Tecido urbano**

O tecido urbano constitui uma fonte de informação extremamente importante no estudo da evolução da morfologia urbana, designadamente no que se refere a alguns dos seus componentes, como o sistema viário, as praças, os quarteirões, as parcelas, ou o edificado, no qual se incluem por exemplo as muralhas, elementos estruturantes da formação e desenvolvimento urbano.

De igual modo, por tecido histórico podemos entender o conjunto das materialidades e das marcas fossilizadas na paisagem que integram um determinado núcleo urbano e que resultaram de diferentes processos de urbanização que foram ocorrendo ao longo do tempo. Neste sentido, o tecido urbano constitui um documento histórico e estratificado, onde se inscrevem diferentes processos, contextos e escalas temporais (Ribeiro, 2008).

À semelhança de outros núcleos urbanos históricos, também o tecido urbano de Barcelos encerra um conjunto de evidências físicas e materiais que resultaram da ação urbanizadora do núcleo urbano na longa duração, alguns visíveis à superfície, mas muitos outros conservados no subsolo, só possíveis de recuperar e interpretar pela Arqueologia. Deste modo, o tecido histórico constitui uma fonte privilegiada de informação. Referimo-nos especificamente ao conjunto das estruturas construídas, sejam edifícios, ruas, praças, mas também as marcas fossilizadas na paisagem que integram a cidade atual, mas que foram sendo construídos, adaptados ou transformados ao longo da história da cidade.

Neste sentido, o tecido histórico presente à superfície pode ser perspectivado como um sítio arqueológico, estratificado, cujas evidências construtivas permitem determinar os contextos históricos da sua produção, bem como recolher informação de carácter cronológico, cultural e tecnológico.

Desta forma, uma das fases do nosso estudo prendeu-se com o levantamento do tecido histórico por meio da prospeção, em zonas previamente definidas, com o objetivo de perceber a forma como se procedeu a estratificação do sistema defensivo, os elementos remanescentes da Idade Média, bem como os fenómenos pós-deposicionais que o afetaram.

### **2.3.2. Fontes Iconográficas e Cartográficas**

O número e a diversidade de fontes iconográficas que permitem documentar a história urbana de Barcelos é bastante reduzido.

A fonte deste tipo mais antiga consiste no desenho da vila de Barcelos da autoria de Duarte d'Armas que, incumbido pelo rei português D. Manuel I em registar todas as fortalezas

fronteiras portuguesas, procedeu ao registo de duas vilas não fronteiriças, Sintra e Barcelos (Figura 9).

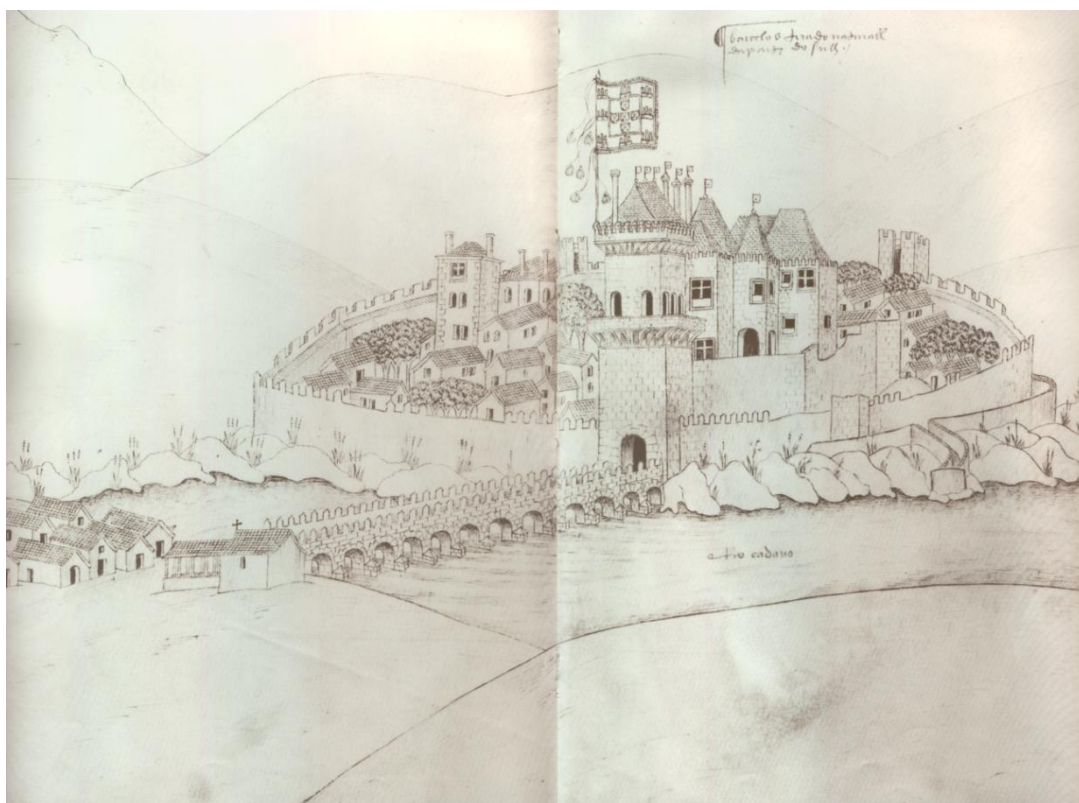


Figura 9 - Barcelos no início do século XVI representada por Duarte d'Armas no *Livro das Fortalezas*.

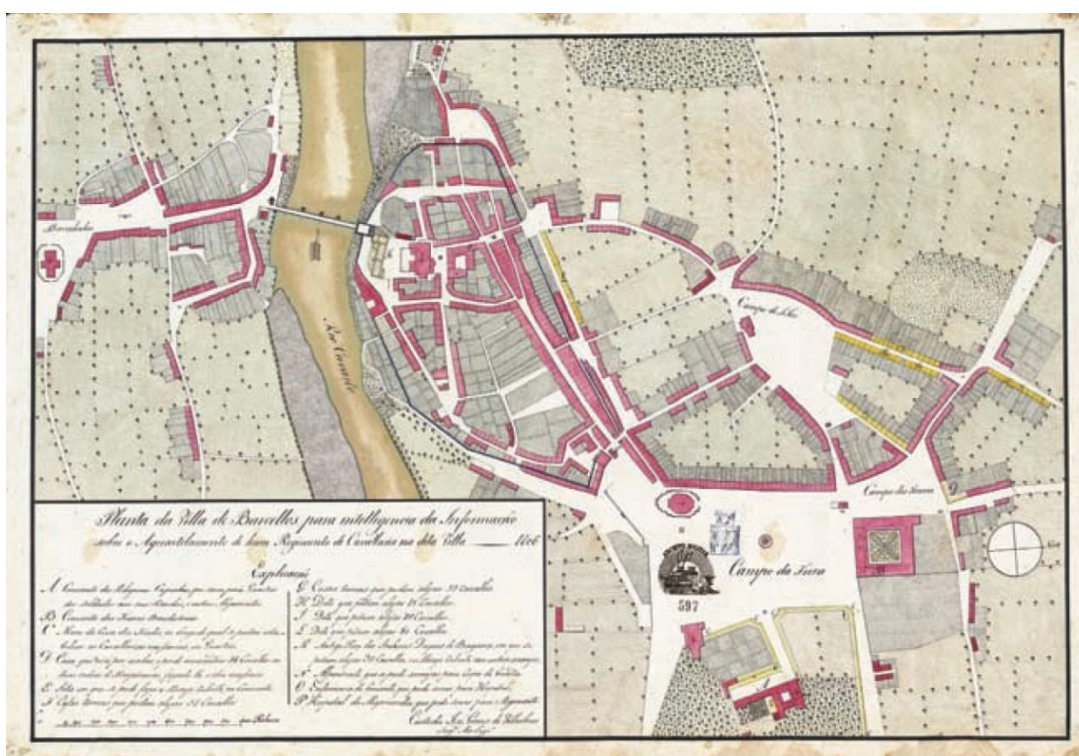


Figura 10 - Planta de Barcelos da autoria de Custódio Vilas Boas (1806).



Não obstante, esta representação constitui uma fonte essencial para a compreensão de Barcelos no séc. XV, uma vez que, apresentava uma vista sobre a vila, onde podemos identificar diversos elementos topográficos como, o paço condal, em grande destaque, o Solar dos Pinheiros, mas também vários aspetos do sistema defensivo, tais como as Torres da Porta da Ponte, do Vale de Cimo de Vila, parte dos panos, a barbacã, o cubelo do Postigo do Pessegal. Perceíveis são também os vários aglomerados de habitação corrente, no quarteirões contíguos ao paço condal e ao Solar dos Pinheiros, na zona da antiga Rua das Flores e ainda na zona de Cimo de Vila, junto da Torre da muralha, no local da antiga Rua Direita.

De cronologia mais avançada consideramos ainda uma série de pinturas, serigrafias e postais que forneceram dados importantes. Neste caso destacamos os desenhos existentes no arquivo da casa de Bragança, datados do século XIX, onde foram registados alguns detalhes da Torre da Porta da Ponte e várias perspectivas da Torre da Porta de Cimo de Vila. Quanto aos postais e serigrafias, de forma não intencional ficaram registados diversos aspetos relacionados com o sistema defensivo, como vestígios dos panos de muralha e das torres.

Ao nível de material cartográfico, destacamos a existência de uma planta do Séc. XIX realizada por Custódio Vilas Boas, que constituiu a primeira representação com cariz cartográfico e precisão a vila, nos inícios do século XIX (1806), que por sua vez possuía ainda uma morfologia muito semelhante à da época moderna (Figura 10).

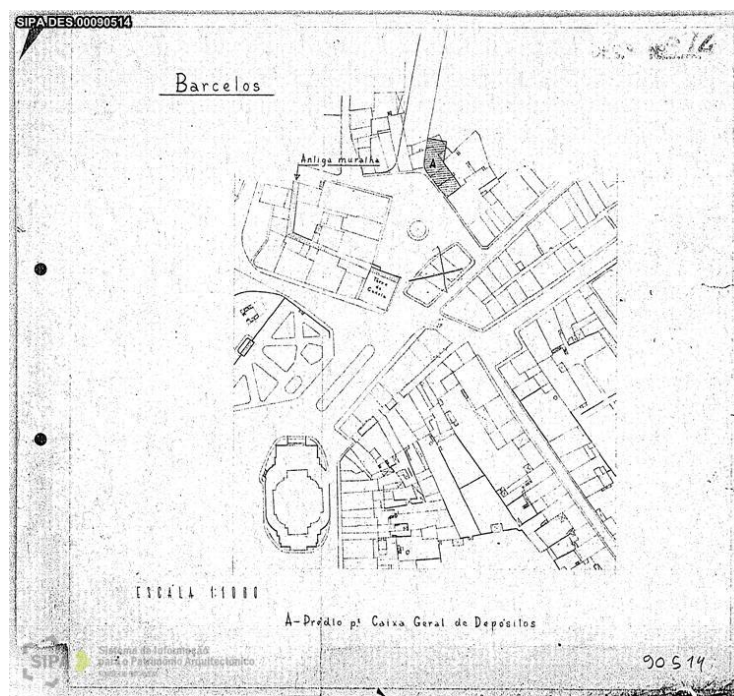


Figura 11 - Planta de Barcelos centrada na Torre da Porta de Cimo de Vila proveniente das intervenções da DGEM  
 Fonte: [http://www.monumentos.pt/Site/APP\\_PagesUser/Images/SIPAIImage.aspx?pid=377071](http://www.monumentos.pt/Site/APP_PagesUser/Images/SIPAIImage.aspx?pid=377071)



Ainda que produzidas já no séc. XX, a produção cartográfica e os levantamentos realizados pelo organismo da DGMEN, foram de grande importância. Uma vez que este organismo operou sobre o tecido histórico, os levantamentos elaborados constituíram uma fonte de informação bastante relevante. Em algumas das plantas produzidas foram assinalados algumas localizações de vestígios do sistema defensivo, como por exemplo parte do Pano que corria ao longo da Travessa do Pessegal e o cubelo do Postigo do Pessegal. Ainda que tenha sido um levantamento parcial e não sistemático, a pertinência destes registos é ainda mais elevada por ser anterior ao surto de edificações de grande impacto que se verificaram posteriormente a meados do século XX. Assim, constituem também uma fonte essencial para uma perceção progressiva da paisagem urbana registada nas fontes cartográficas do século XIX para a atualidade (Figuras 11 e 12).

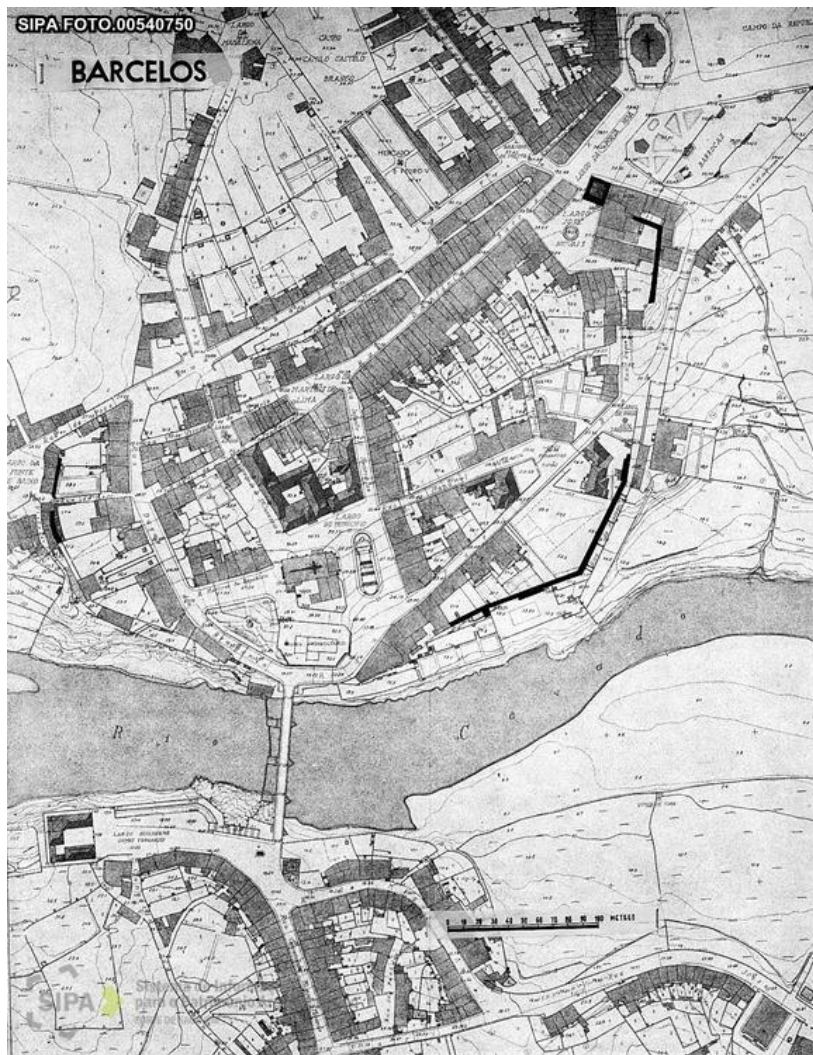


Figura 12 - Planta de Barcelos proveniente das intervenções da DGMEN.  
Fonte: [http://www.monumentos.pt/Site/DATA\\_SYS/FONTES\\_DOC/THUMBS/00000038/00185400.JPG](http://www.monumentos.pt/Site/DATA_SYS/FONTES_DOC/THUMBS/00000038/00185400.JPG)

### 2.3.3. Fontes Histórico-documentais

A história urbana de Barcelos encontra-se documentada em vários documentos avulsos produzidos desde o século XIII, tais como as inquirições de 1220 e 1258. Na continuidade, o Tombo do Hospital, de 1498, tem sido considerado como uma fonte essencial, presente em vários estudos (Almeida, 1990; Ferreira, 1992). Para os períodos posteriores à Idade Média, a mesma relevância pode ser observada em obras como o “*Tractado Panegyrico em Louvor da Villa de Barcellos, por rezam do Aparecimento de cruces que nella apparecem*” do Frei Pedro Poiares (1672), ou a “*Memória Histórica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelição*” do Abade do Louro (1867).

O uso de fontes histórico-documentais no estudo do passado de Barcelos traduziu uma prática já existente nos inícios do séc. XX. Logo na primeira década, é visível na contribuição de António Ferraz para a história de Barcelos, registada em diversas publicações locais. O seu trabalho sobre a muralha veio a ser recuperado posteriormente por Carlos Basto (1982). Sensivelmente duas décadas depois, a mesma prática é visível, sob a forma de monografia, no trabalho de Teotónio da Fonseca, um historiador local cujo contributo mais significativo se traduziu pela obra *Barcelos Aquém e Além Cávado* (1938).

No entanto, para o estudo realizado neste trabalho acerca da muralha de Barcelos recorreremos a várias fontes deste tipo, entre as quais o *Tractado panegyrico em louvor da villa de Barcellos*. Trata-se de uma obra datada do século XVII, da autoria do Frei Pedro Poyares (1672). Esta publicação, motivada pelo episódio do Milagre das Cruzes, constituiu um dos primeiros compêndios de âmbito historiográfico sobre o passado de Barcelos, onde constavam referências à muralha. Outra importante fonte, ainda que de carácter mais abrangente, continha no entanto referências mais específicas sobre as portas da muralha. Referimo-nos à *Corografia Portuguesa...* do P. António Carvalho da Costa (1706).

Uma fonte de consulta obrigatória foi o inquérito contido nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela e Borralheiro, 1998). Em resposta a uma questão sobre os muros existentes, a descrição providenciada proporcionou bastante informação sobre a muralha. Desde referências a portas, traçado e a características arquitetónicas, a descrição primou ainda por informações com precisão métrica e cronológica.

Já no decorrer do século XIX, a *Memória histórica da villa de Barcellos* obra do Abade do Louro, primou por reunir importantes informações sobre o estado da muralha no Século XIX e também sobre acontecimentos dos séculos anteriores. Constituiu assim uma fonte de grande relevância e apurado sentido historiográfico.

Motivados pelas datas e apontamentos específicos que recuperamos na bibliografia consultada, onde destacamos o trabalho de Teotónio da Fonseca (1938) e Carlos Basto (1982), procedemos ao levantamento e estudo das *Actas de Vereação da Câmara de Barcelos* a partir dos finais do século XVIII.

Este tipo de fonte, de carácter de recorrente na sua utilização em estudos centrados na época medieval, demonstrou a sua validade enquanto fonte estende-se muito para além da história do municipalismo, sendo relevante para as mais diversas áreas, tais como, economia, sociedade, política e cultura, transmitindo uma diversidade e quantidade tal, que quase parece ser uma fonte inesgotável (Coelho, 2006). Sendo o Século XIX o grande período de destruição das muralhas, a informação contida nas atas foi imprescindível para estudarmos como se procederam muitos desses atos de demolição, bem como as suas causas e consequências. Da mesma forma, foi ainda essencial na comprovação do traçado em locais onde não pudemos observar vestígios conservados, como no caso da Torre da Porta do Vale, demolida em 1796 e do Pano Sudoeste no quarteirão C3, demolido em 1811.

## **2.4. Trabalho de Campo**

A metodologia empregue na realização deste trabalho compreendeu, tal como já referido, a utilização de conceitos e metodologias utilizados nos estudos de morfologia urbana mas, também, da arqueologia urbana e da arqueologia da arquitetura.

Nesse sentido, a obtenção dos dados que nos permitem estudar o sistema defensivo de Barcelos, compreendeu a realização de trabalho de campo e de gabinete. No que se refere aos trabalhos de campo, trataram-se essencialmente de trabalhos de prospeção direta do terreno, onde procurámos reconhecer, localizar e analisar os restos sobreviventes do sistema defensivo que são visíveis ainda à superfície. Já em gabinete, estes dados foram informatizados. Os dados descritivos foram integrados numa base de dados criada para o efeito e os dados gráficos foram tratados através de *software* de desenho assistido por computador. Posteriormente concebemos um sistema de informação geográfica de modo a integrarmos os dados gráficos com os alfanuméricos.

A metodologia empregue neste trabalho compreendeu ainda a análise e cruzamento de dados provenientes de outras fontes, designadamente documentais, iconográficas e cartográficas, como passaremos a descrever.

### 2.4.1. Prospeção

A prospeção arqueológica pode ser definida como uma forma de pesquisa que se centra na recuperação, registo e interpretação das evidências materiais que se encontram à superfície do solo, ou são detetáveis a partir da superfície. Neste sentido, permite identificar, localizar, analisar e estudar sítios arqueológicos sem necessidade de os escavar, ou seja, de forma não intrusiva e assente numa estratégia adequada ao objeto de estudo e ao meio em que este se encontra inserido.

Até aos anos 60 do século XX a prospeção era entendida como uma etapa preparatória da escavação arqueológica<sup>4</sup> e não como uma fase autónoma, que por si só fosse capaz de produzir resultados de análise e interpretação. Atualmente, a prospeção serve múltiplos propósitos, para além do reconhecimento e localização dos vestígios materiais humanos do passado, onde se destacam a identificação dos vestígios para realizar inventários e cartas arqueológicas tendo em vista a preservação do passado.

De igual modo, temos assistido a um afastamento da ideia de que a escavação é a única, e deve ser a mais recorrente forma da Arqueologia estudar o passado, verificando-se uma crescente importância do recurso a metodologias não destrutivas (Gamble, 2001). A enfatização da valorização das técnicas empregadas na prospeção reside no facto de ser possível recuperar grandes quantidades de informação, bem como proceder à sua interpretação, sem necessidade de recorrer à escavação, que compreende uma intervenção física irreversível, não devendo esta constituir-se como inevitável para a investigação arqueológica (Green, 2003).

De facto, a prospeção arqueológica compreende a aplicação de uma vasta gama de técnicas e métodos que incluem a análise de fontes diversificadas, onde se incluem as documentais, e as cartográficas, mas também a fotointerpretação, a prospeção direta do terreno ou a utilização de sistemas de prospeção direta baseados nos princípios geofísicos.

Todavia, apesar das vantagens inerentes à aplicação dos métodos não destrutivos, a decisão de qual metodologia empregar para o estudo dos sítios arqueológicos, tem necessariamente que anteder a vários fatores, tratando-se de mais um exercício de reflexão, onde é necessário ter em consideração o objeto de estudo, o meio, as fontes existentes e os resultados pretendidos. De facto, a identificação, análise e estudo dos sítios através da recolha de objetos móveis à superfície – à parte das suas características técnicas – não possuem o mesmo valor cronológico e contextual do que aqueles que possam ser recuperados através da escavação. Neste caso, a

---

<sup>4</sup> Veja-se a obra "*Techniques of Archaeological Excavation*" de P. Barker (2005), onde o autor coloca a prospeção num ponto designado por "pesquisa pré-escavação".

prospecção constitui uma primeira abordagem que permite a recolha de indicadores e levantar questões, cujos resultados apenas são possíveis através da escavação.

No entanto, os estudos da paisagem e do povoamento têm demonstrado que através da prospecção e do cruzamento de diferentes fontes, bem como a utilização de diferentes escalas, permitem conduzir a estudos igualmente válidos do ponto de vista arqueológico.

No estudo em questão, os critérios que determinaram a abordagem metodológica para a identificação e registo de vestígios do sistema defensivo medieval de Barcelos, basearem-se no conhecimento da existência de vestígios conservados à superfície, integrados no interior dos quarteirões por urbanizar, ou nas atuais construções, mas também na existência de várias fontes documentais, cartográficas e iconográficas que permitem a sua identificação, localização, análise e estudo.

O facto do tecido histórico está sujeito a fenómenos de estratificação ocorridos nas construções à superfície, que tiveram lugar ao longo de diferentes períodos cronológicos, sendo possível através da aplicação dos princípios estratigráficos da arqueologia proceder ao seu estudo.

#### **2.4.1.1. Fichas de Prospecção e Croquis de Georreferenciação**

Com o objetivo de possibilitar a uma recolha sistemática de informação, foram elaboradas fichas de prospecção individuais com vista a proceder a um registo descritivo das evidências observadas no campo, juntamente com o registo fotográfico. Assim, cada ficha conta com um campo relativo à identificação, onde consta o acrónimo do sítio, o quarteirão, o nº da ficha e a data. Seguidamente constam os campos relativos às características da evidência tais como: tipo, proveniência e contexto. Um último campo refere-se a uma pequena descrição dos vestígios onde são registados todos dados considerados relevantes que não mencionados nas categorias anteriores, bem como apontamentos e medições. Desta forma a informação fica logo a partir do trabalho de campo, organizada e suscetível de ser introduzida na base de dados, formando-se assim um arquivo de novas fontes arqueológicas (Apêndice I).

De igual modo, procedemos ao desenho das evidências materiais mais significativas, assim como à sua georreferenciação na planta atual da cidade de Barcelos<sup>5</sup>. Foram ainda realizados croquis de cada quarteirão a partir do levantamento cartográfico em CAD e de imagens de satélite do Google Earth. Este exercício permitiu-nos proceder à comprovação do parcelamento

---

<sup>5</sup> Gostaríamos de agradecer a possibilidade que nos foi dada pela Câmara Municipal de Barcelos, bem como ao Gabinete de Arqueologia de aceder e utilizar o arquivo cartográfico digital que possuem.

atual, bem como à sua georreferenciação a partir da observação direta no terreno facilitando desde logo a leitura global do posicionamento e forma dos vestígios, à escala dos quarteirões.

## **2.5. Trabalho de Gabinete**

### **2.5.1. Base de Dados**

Como já referido e evidenciado, um dos objetivos do presente trabalho consistiu na de um arquivo de informação acerca dos vestígios sobreviventes da muralha medieval de Barcelos que integram o tecido urbano atual. Para este propósito concebemos e implementámos uma base de dados que permitisse o armazenamento, tratamento e gestão sistemática de toda a informação recolhida.

A base de dados compreende uma tabela principal designada de “Sítio” que se encontra relacionada com mais 3 tabelas secundárias e uma auxiliar. As secundárias destinaram-se à bibliografia, fontes e fotografias e a auxiliar destinou-se aos quarteirões (Figura 13).

A tabela principal “Sítio” contém a informação referente à identificação e descrição de cada uma das entradas. Das tabelas secundárias fazem parte as tabelas fontes, fotos e bibliografia.

A relação entre a tabela principal e as tabelas secundárias foi estabelecida através de uma relação direta de “um-para-muitos”. Esta relação expressa o facto de cada sítio poder possuir várias fotografias, fontes e referências bibliográficas. Quanto à tabela auxiliar dos quarteirões, dada a possibilidade de implantar um campo de preenchimento automático, utilizamos a pesquisa nas propriedades dos campos, e criámos uma caixa da combinação.

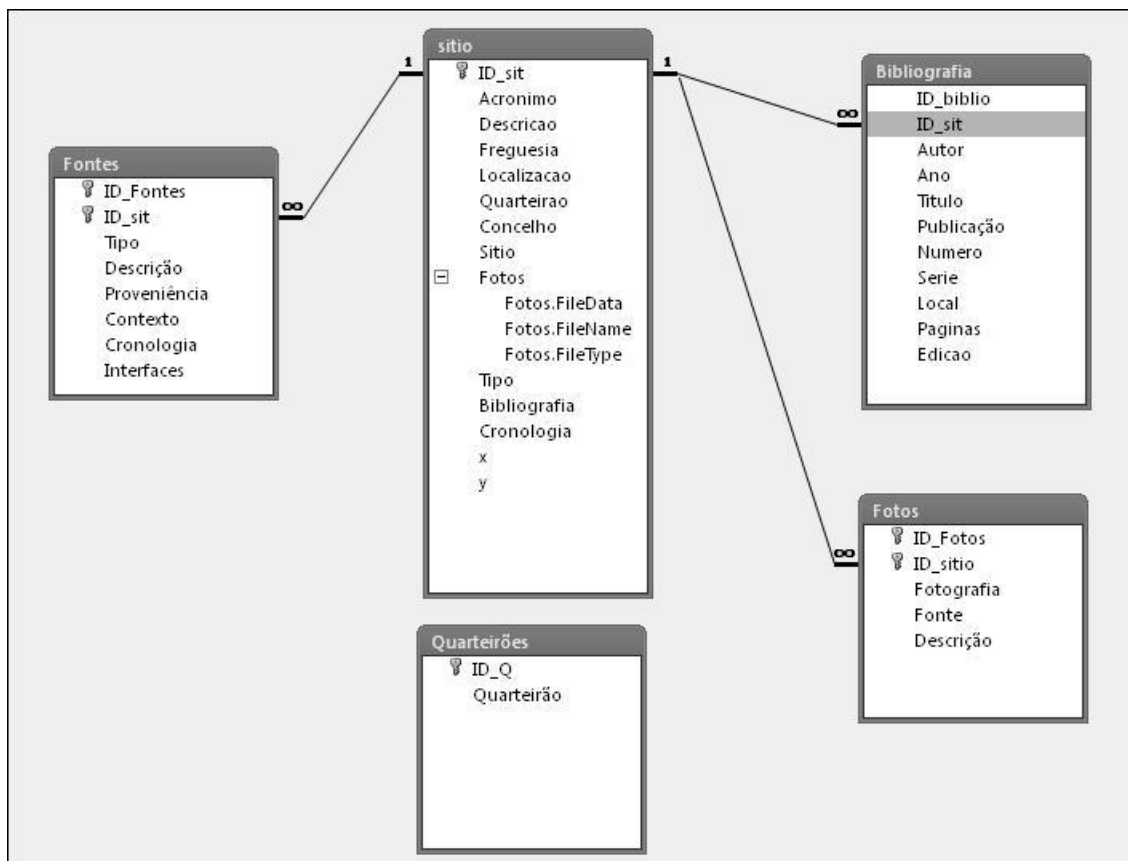


Figura 13 - Estrutura da base de dados utilizada.

#### 2.5.1.1. Individualização dos quarteirões

A morfologia urbana é constituída por um conjunto de elementos topográficos, que, tal como já referimos, podem ser categorizados em ruas e o sistema de viário que integram, as parcelas e os quarteirões, bem como o edificado. Através da relação específica que estabelecem entre si, conferem ao tecido urbano uma organização estrutural e um sentido unitário. Neste sentido, o seu estudo e análise executa-se a várias escalas, sendo necessário seguir uma metodologia que permita alternar entre os diferentes níveis de observação, mantendo a coerência entre os elementos topográficos que integram a estrutura do tecido urbano.

Uma das necessidades primárias de âmbito metodológico, para a presente análise, passou pela divisão do centro histórico em diferentes zonas. Esta divisão foi estabelecida com base no carácter unitário contido nos diferentes quarteirões (Figura 14).

Num plano urbano os elementos topográficos vão desde a parcela, que construída ou não conforma o elemento de menor dimensão, até ao quarteirão, cuja morfologia é determinada pela confluência de três, ou mais, ruas e/ou praças. Estes elementos são responsáveis pela

comunicação entre os vários quarteirões. No entanto, quando nos referimos à evolução da morfologia urbana, as ruas, para além de delimitar os quarteirões, assumem grande importância, pois conhecem normalmente um processo frequente de transformação que interfere na forma dos quarteirões mas, também, na alteração, por vezes profunda, do parcelamento. Normalmente, as grandes artérias existentes nos centros históricos resultam de processos de regularização posteriores à sua génese. As ruturas que provocam tornam-nas indicadores fundamentais para a diferenciação das diferentes zonas.

Apesar de ter sido elaborada uma primeira identificação e individualização de parte dos quarteirões que compõem o tecido construído de Barcelos, com o início da tarefa de prospeção, deparamo-nos com a necessidade de proceder a alguns ajustes. A diferenciação inicial incidia somente nos quarteirões afetos à passagem da muralha medieval. No entanto, tendo em consideração os aspetos metodológicos em causa e a natureza de continuidade implícita no estudo do meio urbano, tornou-se evidente efetuar uma revisão da tarefa e proceder a algumas alterações.

Assim, a tarefa de individualização foi efetuada de forma a ir ao encontro às práticas metodológicas mais utilizadas em estudos desta natureza (Ribeiro, 2008). Atribuiu-se uma designação alfanumérica aos quarteirões que constituem o centro histórico, com base em dois parâmetros distintos. O primeiro disse respeito à delimitação das diferentes zonas, definidas pelas artérias de maior dimensão e às quais foram atribuídas letras. Dentro destas zonas, a cada quarteirão existente, à letra que identifica a zona foi adicionado um número, de forma a individualizar e organizar a leitura dos mesmos.

Deste modo, a nossa área de estudo, o centro histórico definido pela muralha, foi dividido em quatro zonas – As zonas A; B C e D.

A zona A encontra-se definida pelas ruas Duques de Bragança, S. Francisco, D. António Barroso, Largo da Porta Nova e Fernando de Magalhães e integra 9 quarteirões. Por sua vez, a zona B foi delimitada pelas ruas Barjona de Freitas, Duques de Bragança, S. Francisco e D. António Barroso e compreende 7 quarteirões. A zona C encontra-se demarcada pelas ruas do Poço, e Duques de Bragança e integra 3 quarteirões.

Por fim, a zona D foi circunscrita pelas ruas Fernando de Magalhães e Travessa do Pessegal e integra 1 quarteirão.

A atribuição da identificação alfanumérica assente nos parâmetros referidos, foi aplicada tendo em consideração a logística implicada na tarefa de prospeção, razão pela qual a



designação dada a cada zona seguiu o sentido contrário ao dos ponteiros do relógio, e a individualização dos quarteirões foi estabelecida da esquerda para a direita.

Desta forma, para além do já referido carácter metodológico de organização e individualização, que permite um estudo contextualizado a várias escalas, este critério de identificação tende a ir ao encontro de uma lógica de estudo continuado, permitindo sempre a expansão e a abordagens de diferentes zonas do tecido histórico de Barcelos.



Figura 14 - Individualização alfanumérica dos quarteirões do Centro Histórico.

### 2.5.2. Tratamento da base cartográfica

No estudo da morfologia urbana, a representação gráfica dos elementos topográficos que constituem o tecido urbano, revela-se um contributo essencial para a análise histórica do mesmo. A observação das variadas características deste complexo meio, necessita de um suporte que forneça informação gráfica com precisão métrica. Tendo em consideração que o tecido urbano retém em si “marcas” das diferentes fases e transformações a que esteve sujeito, um levantamento cartográfico atual permite inferir sobre os aspetos morfológicos do seu passado.

A cartografia encetada para a realização da análise a que nos propusemos teve como base um levantamento, à escala 1:2000, cedido pela Câmara Municipal de Barcelos. O referido levantamento apresenta uma grande concentração e diversidade informativa, tendo sido necessário proceder a uma filtragem e tratamento da informação referente ao tecido construído.

Centrando-se a nossa análise no estudo da muralha medieval, sob o ponto de vista da evolução diacrónica do tecido histórico, adveio a necessidade de restringir a cartografia aos elementos edificados. Desta forma, tornou-se possível cruzar os dados obtidos através da tarefa de prospeção com as fontes históricas, procedendo à sua projeção georreferenciada no espaço.

O tratamento da cartografia passou pelo recurso a um *software* de desenho assistido por computador (CAD) para o isolamento dos elementos correspondentes ao tecido construído do centro histórico, produzindo-se deste modo a base cartográfica a utilizar neste trabalho (Figura 14). Simultaneamente, aproveitando o facto de nos encontramos a realizar trabalho de campo, pudemos acrescentar informação que não se encontrava atualizada no levantamento, bem como comprovar e retificar os elementos topográficos da referida cartografia.

### **2.5.3. Manipulação de cartografia antiga e produção de nova base cartográfica**

Tal como referido, a zona C é constituída por um conjunto de 3 quarteirões. A sua análise teve como objetivo principal compreender o traçado de parte do pano Noroeste, todo o Oeste e todo o Sudoeste, até à Torre da Ponte, da muralha de Barcelos. A influência morfológica da cerca medieval é bastante visível nos quarteirões C-1 e C-2, onde se materializa de forma semelhante.

Apesar de atualmente ser visível, principalmente no quarteirão C-2, uma grande agregação de edifícios, é possível perceber que a muralha exerce ainda uma influência direta na morfologia atual desta zona, nomeadamente a norte e a Oeste, definindo a orientação das ruas que a delimitam, bem como dos edifícios que se vão adossando/sobrepondo. No interior do perímetro amuralhado regista-se uma maior fossilização morfológica, evidenciada pela preservação de artérias de cariz medieval.

Por sua vez, o quarteirão C-3, que atualmente configura um miradouro sobre o Rio Cávado, assumindo-se ao mesmo tempo como um remate da malha urbana medieval, revelou-se ser uma zona problemática do ponto de vista da interpretação do traçado da muralha. Trata-se de uma zona bastante afetada pela topografia, com pendentes de grande amplitude, tendo sofrido sucessivos processos de construção e demolição, pelo menos desde a construção da cerca medieval, com uma compreensiva descaracterização do perfil original do terreno. Este facto acabou por pesar bastante na compreensão do traçado da cerca medieval, dada a ausência de vestígios. Assim, tornou-se necessário recorrer a um conjunto de fontes, no qual se insere a



### Comparação do Tecido Urbano actual com a planta de Custódio Vilas Boas (séc. XIX)

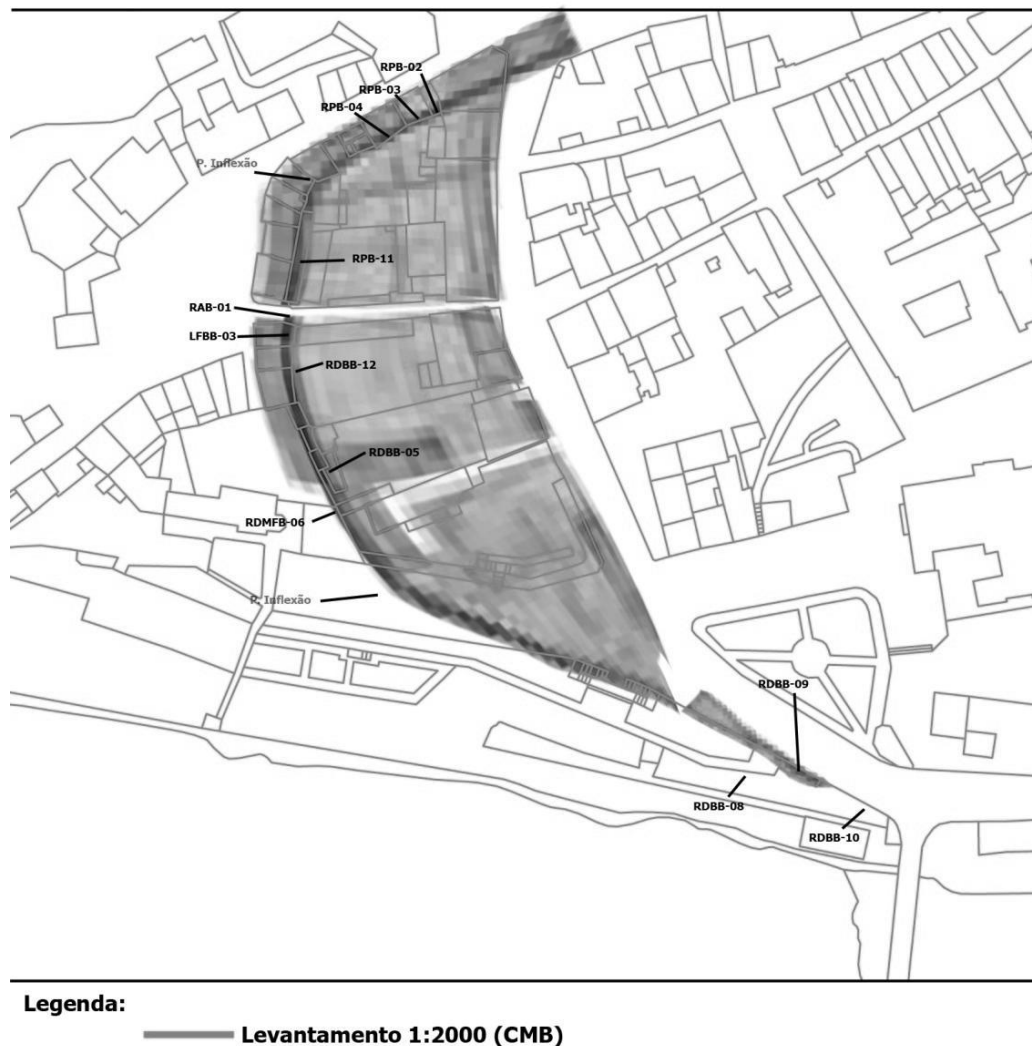


Figura 16 – Sobreposição do levantamento 1:2000 à planta de Custódio Vilas Boas (1806) (Figura 10).

Por último, efetuamos a sobreposição da planta de 1806 sobre os outros levantamentos (Figura 16). As ações de manipulação e sobreposição cartográfica caracterizaram-se essencialmente na confrontação dos elementos topográficos comuns às diferentes plantas, nomeadamente o edificado, as ruas, e os quarteirões.

Desta forma, com o recurso a ferramentas utilitárias de edição de imagem, ainda que sem rigor métrico como por exemplo o *software Adobe Photoshop*, conseguimos efetuar a sobreposição dos diferentes quarteirões e formular uma planta mais completa do espaço intramuros, no século XIX, mais concordante com o levantamento atual.

O resultado, apesar de se tratar de um exercício de manipulação da planta do século XIX, não deixa de constituir uma proposta válida, uma vez que foi elaborada em função de outras

fontes cartográficas. No entanto, apesar do resultado obtido a proposta estará sempre suscetível a alterações ou correções com o aparecimento de novos dados.

#### **2.5.4. Sistema de Informação Geográfico (SIG)**

A implementação de um Sistema de Informação Geográfica (SIG) consistiu na utilização de uma aplicação informática que permitisse e facilitasse a análise, bem como a representação e gestão do espaço e dos fenómenos que nele se registaram, nomeadamente o estudo da evolução do sistema defensivo de Barcelos.

Na realidade, trata-se de conjugar a informação contida em bases de dados alfanuméricas num suporte cartográfico. Deste modo, o modelo de SIG a desenvolver basear-se-á nas aplicações e dados já existentes.

Assim, depois de selecionado o *software* de SIG a utilizar, neste caso o ArcGis, começamos por criar um *Projeto*, no *ArcMap* (componente do ArcGis), procedendo-se posteriormente, à importação da base cartográfica e da base de dados já criadas.

Para tal, primeiramente foi necessário proceder ao estudo de uma forma de estabelecer a ligação com a base de dados, já criada anteriormente, que permitisse visualizar no SIG a informação contida na mesma.

Relativamente à cartografia cedida pela Câmara Municipal, em formato CAD, após o tratamento descrito no ponto 1.2., foi necessário proceder à sua importação para o *Projeto* na plataforma SIG e criar um ficheiro *shapefile*, próprio para os sistemas de informação geográfica. Uma vez que o levantamento em CAD se encontrava georreferenciado, o processo caracterizou-se pela importação do ficheiro para o *ArcMap* (componente do ArcGis), segundo o processo de adição de informação, comum a qualquer projeto produzido no programa em questão.

A este ficheiro agora introduzido no *ArcMap*, foi necessário introduzir a informação relativa à referência espacial. Apesar de haver várias formas de se efetuar a tarefa, optámos por recorrer a um ficheiro já com informação espacial, neste caso um *shapefile* da área das freguesias e concelhos<sup>6</sup>. A partir deste ficheiro procedeu-se à importação da referência espacial contida no mesmo, neste caso, o DATUM 73. Deste modo, a base cartográfica ficou apta a ser manipulada na plataforma SIG em conjunto com a restante informação necessária para a execução do *Projeto* (Figura 18).

A segunda fase prendeu-se com a necessidade de estabelecer a ligação entre a base de dados e o nosso *Projeto*. Para o efeito, foi necessário recorrer ao *ArcCatalog* (componente do

---

<sup>6</sup> fonte: [http://sniamb.apambiente.pt/portalmetadados/index.php?option=com\\_dnl&format=ra&task=download&id=161](http://sniamb.apambiente.pt/portalmetadados/index.php?option=com_dnl&format=ra&task=download&id=161)

ArcGis), mais propriamente ao separador da *Database Connections*. Aqui, procedeu-se à criação de uma nova “*OLE DB Connection*”. Uma vez estabelecida a ligação, as tabelas da base de dados passaram a estar disponíveis na nova ligação criada no *ArcCatalog* (Figura 19), procedendo-se à migração das tabelas pretendidas, neste caso, a tabela principal “sitio”, para o *Projeto* em execução no *ArcMap*.

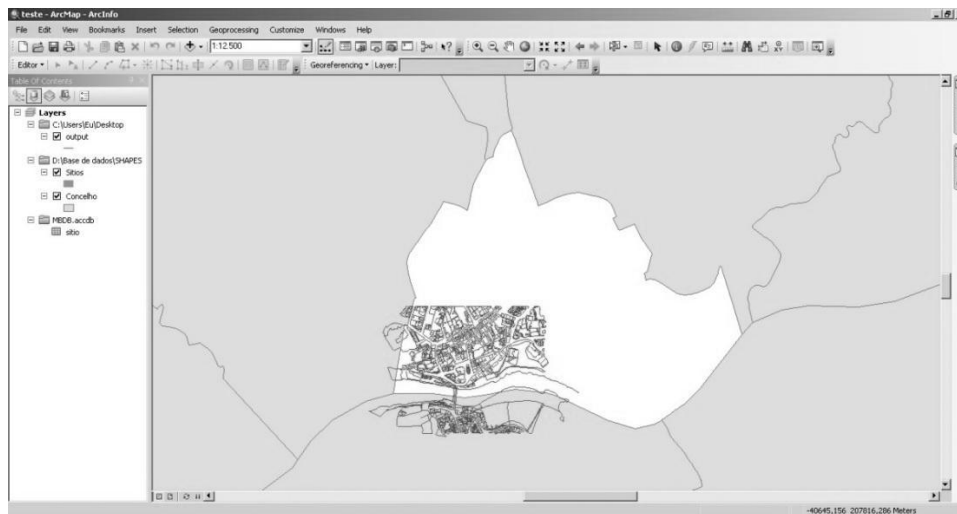


Figura 17 – Base cartográfica 1:2000 aproximada à área da muralha e georrefrenciada no ArcMap.

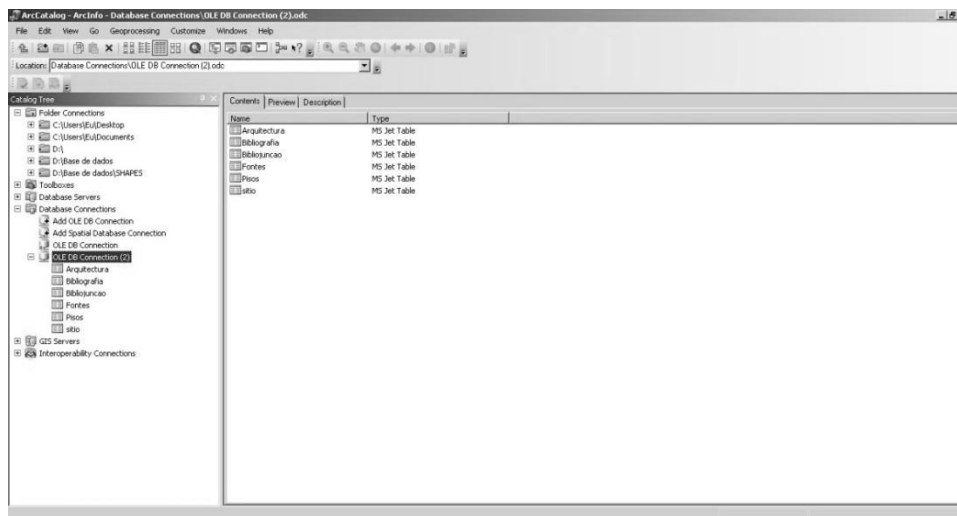


Figura 18 – Ligação à base de dados através do ArcCatalog.

Posteriormente, foi ainda necessário proceder ao estabelecimento da relação entre a informação descritiva (base de dados) e a informação gráfica (levantamento das evidências afetas à muralha). Para isso foi criado um novo *layer* (camada), apto a conter os polígonos referentes às evidências identificadas. São estes polígonos que vão conter, para além da informação cartográfica, a descrição referente a cada um dos sítios da base de dados. No entanto, para que tal seja possível foi necessário nas propriedades do *layer* em causa, criar um

campo em comum com a tabela da base de dados de forma a ser possível estabelecer a relação.

O processo de relacionamento ficou concluído com a utilização do comando *join*. Através deste comando indicamos a correspondência os campos comuns na tabela dos sítios e no *layer* dos polígonos. Criada a ligação e fazendo corresponder automaticamente os registos existentes, o *Arcmap* estabeleceu a relação, permitindo agora a edição do *layer* e a atualização da base de dados, sendo possível ver a descrição contida na base de dados no polígono elaborado no *Arcmap* (Figura 20).

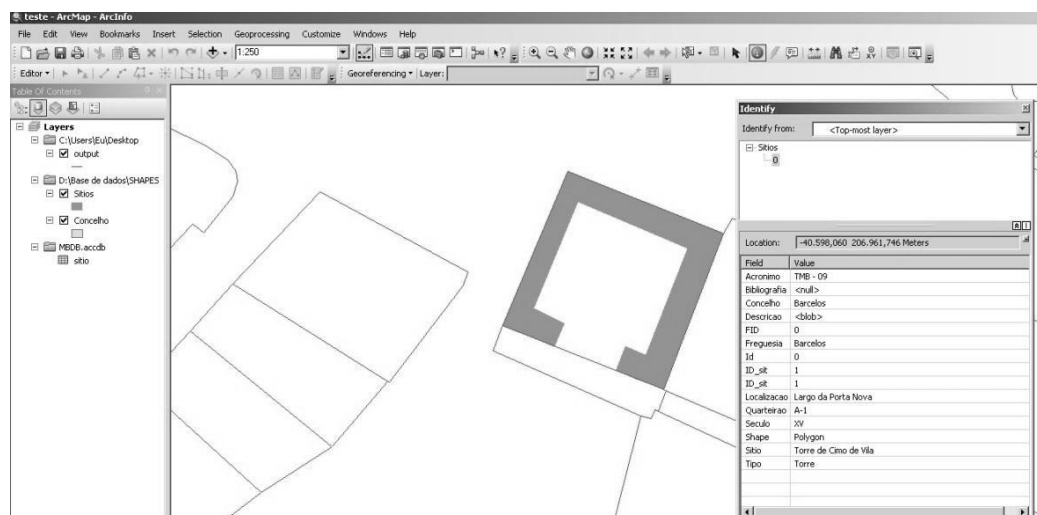


Figura 19 - Exemplo da informação da base de dados vista no SIG.

### 2.5.5. Transcrição de fontes documentais

As fontes documentais disponíveis para Barcelos, nomeadamente as atas de vereação da Câmara Municipal, existentes desde 1628, são detentoras de um carácter multifacetado, incluindo dados relativos a arrematações de obras e serviços públicos, nomeações para cargos públicos, pagamentos de serviços, constituição de regulamentos e normas municipais ou comemorações de factos históricos mas, também, relativa aos muros da cidade. Estes últimos tipos de dados levaram-nos a considerar no nosso estudo a sua utilização.

A opção da utilização de atas de vereação do século XIX prendeu-se, por um lado, com a necessidade de confirmar as referências retiradas da bibliografia e, por outro, com a importância de proceder à contextualização e balizagem das destruições ocorridas, facto que suscitou a procura de dados cronológicos absolutos e informação mais detalhada, de forma a podermos proceder às interpretações dos sítios onde a estrutura se encontrava seccionada.

A abordagem utilizada na análise e tratamento das fontes documentais foi norteadas pelas referências contidas na bibliografia historiográfica mas, também, por informações datadas sobre ocorrências que envolveram as estruturas do sistema defensivo. Deste modo, foi possível

circunscrever a procura de informação a apenas alguns anos, restringindo-se a nossa análise às atas pertencentes aos anos mais propícios de possuir informação relevante.

Os documentos apresentados em apêndice (II) foram transcritos em linha contínua, assinalando-se sempre as mudanças de linha com “/”. O início de cada fôlio foi assinalado através da indicação da abreviatura (Fl.), sendo que para o verso de cada fôlio apenas acrescentamos “v.”.

Da mesma forma, foi sempre mantida a separação original de cada parágrafo, conservando-se a pontuação e grafia original. As abreviaturas foram desdobradas e nos casos de ilegibilidade ou mau estado de conservação do documento, utilizaram-se reticências para as palavras em falta.

Ao longo deste trabalho iremos fazer uso dos dados obtidos. No entanto e em jeito de síntese, referiram-se os dados relativos à demolição da Torre da Porta do Vale, ocorrida em 1796 devido à necessidade de materiais para os arranjos das ruas. Também documentado está todo o processo de atuação face à derrocada da Torre da Porta da Ponte, em janeiro de 1800. Na sequência refira-se ainda a informação referente à demolição do Pano Sudoeste da muralha, situado a poente da Torre da Porta da Ponte.





### **3. Sistema Defensivo Medieval de Barcelos**

#### **3.1. Historiografia**

A produção de conhecimento sobre o sistema defensivo medieval de Barcelos possui uma grande amplitude cronológica que se divide em duas fases distintas. A primeira engloba a informação registada entre os séculos XVI e XIX. A bibliografia e iconografia produzida durante este período adquirem igualmente a característica de fonte, uma vez que não seguem um carácter semelhante aos trabalhos de investigação mais recentes.

Com o dealbar do século XX, teve início uma progressiva produção de estudos de investigação que abriram caminho para os métodos e paradigmas estabelecidos sob uma base científica, atingida já na segunda década do século XX. Se nas primeiras décadas do mesmo século os estudos começaram a conceber a muralha como um testemunho com significado histórico, que necessita de fontes para ser estudado, esta prática apenas se apresenta totalmente definida a partir da década de 90, do referido século.

A referência mais antiga ao sistema defensivo de Barcelos chegou-nos através de Duarte d'Armas e do seu Livro das Fortalezas, realizado nas primeiras décadas do século XVI (Figura 9). O conteúdo desta representação fornece uma perspetiva da urbe de Barcelos a partir do sul, permitindo observar diversos elementos da muralha do século XV. Nela podemos ver as três torres e analisar pormenorizadamente a sua arquitetura, bem como toda parte da cerca voltada a sul. Ao nível dos panos permite perceber que a estrutura possuía um adarve na parte interna e era rematada por merlões e ameias. Era ainda detentora de uma estrutura do tipo barbacã no quadrante nascente junto ao rio.

A fonte com rigor cartográfico mais antiga relacionada com Barcelos, uma planta de 1806, da autoria de José Custódio Vilas Boas, assinala igualmente o traçado da muralha. Refira-se, igualmente que esta fonte possui um enorme valor informativo sobre a morfologia de Barcelos nos inícios século XIX, ainda bastante subsidiária dos séculos anteriores.

A perspetiva captada da paisagem urbana de Barcelos, no século XVI, por Duarte D'Armas, tem assumido grande importância, não só no estudo da cerca medievá como, também, na generalidade dos estudos sobre a história da cidade. Investigadores como Carlos Basto (1982), Ferreira de Almeida (1990) ou Conceição Ferreira (1992), têm estudado o centro urbano de Barcelos e identificado diversas características que coincidem com a representação feita por Duarte d'Armas, conferindo a esta fonte um elevado grau de fidedignidade que,

simultaneamente, se constitui um instrumento essencial para a compreensão da evolução morfológica de Barcelos.

A construção da muralha de Barcelos esteve diretamente associada ao 8º Conde de Barcelos, D. Afonso, filho legitimado de D. João I. A aceitação deste conde como promotor da construção, no século XV, tem sido um dado pacífico no conhecimento produzido (Barroca, 1999).

Quanto à data específica em que teve início a construção da muralha não existe um consenso. De forma geral, esta tem sido colocada nos primeiros anos do século XV., existindo referências documentais que se balizam entre 1401 e 1461, período em que D. Afonso manteve o condado em sua posse (Costa, 1706). O mesmo tipo de associação parece estar patente nas Memórias Paroquiais, de 175, onde o inquirido Rev. P. Pedro de Gouveia atribui a construção da cerca ao mesmo conde e refere que a obra foi iniciada em 1402. A mesma ideia foi ainda veiculada pelo Abade do Louro, no século XIX (Pereira, 1867).

No século XX, a questão acerca da data exata do início da muralha de Barcelos volta a ser alvo de reflexão. José Mancelos Sampaio (1927), citado por Carlos Basto (1982), num intento de recuperar a origem da muralha medieval e verificar a possibilidade de existência de um sistema defensivo anterior, concluiu serem inexistentes referências à data da edificação da muralha, tanto nas inquirições régias, como nas crónicas. O mesmo autor, ainda citado por Carlos Basto (1982), situou a construção da muralha no período do conde D. Afonso, dando a conhecer uma carta régia de 10 de Agosto, de 1413, que concede uma isenção aos habitantes de Azurara (Vila do Conde) de prestarem serviço na construção da cerca defensiva.

De igual modo, na obra *“Barcelos aquém e além-Cávado”*, do historiador Teotónio da Fonseca (1938), não são acrescentados mais dados aos divulgados nos séculos anteriores, considerando-se que D. Afonso atuou como reformador e restaurador de Barcelos, uma *“terra aberta e sem defesa guerreira, que o conde mandou cercar com uma muralha”*.

Por sua vez, Rogério Azevedo (1942), citado por Carlos Basto (1982), datou o início da construção da muralha entre 1410 e 1411, após uma viagem de D. Afonso *“aos Lugares Santos”*. Todavia, este autor, com base num documento datado de 1482, situa o final da construção da muralha por volta de 1425.

No ano de 1982, Carlos Basto elaborou um artigo para a publicação *“Barcelos Revista”* onde - para além de recuperar o trabalho de alguns dos autores já referidos - menciona que a construção da cerca pode ter sido motivada pelo espírito de cavalaria, que dominava na Baixa Idade Média, e no seguimento da resistência imposta pelos alcaides do Castelo de Faria à invasão castelhana, em 1373. No entanto, referiu ser inequívoco que a muralha se tratou de uma construção do Conde D. Afonso. Esta ideia, apesar de generalizada, começava a ser

equacionada por alguns autores da altura, que levantavam a possibilidade de se tratar de uma ação régia de D. João I, sendo o Conde o “*principal obreiro*”.

A data do término da construção da muralha foi igualmente um tema com algum impacto na historiografia de Barcelos. Carlos Basto (1982), escudando-se no facto de a construção da muralha e do paço se cruzarem, referiu que alguns autores defenderam o término da construção da muralha antes da expedição de D. Afonso a Ceuta, em 1415. Neste sentido, o mesmo investigador citando Francisco Azeredo (1954), referiu que o tempo que medeia o início da construção, 1410 ou 1411, e a expedição de D. Afonso a Ceuta, não é compatível com a dimensão da obra, acrescentando que a mesma ainda estaria em curso, a julgar pelo facto do conde D. Afonso ter transportado alguns elementos arquitetónicos para integrar o Paço condal.

Por sua vez, Ferreira de Almeida (1990), com base na reclamação do Concelho de Ponte de Lima, sobre a obrigação de contribuir para os “muros e torres” de Barcelos, esclarece que a primeira queixa surge pelos habitantes de Azurara, em 1406 e 1413. Assim sendo, já em 1406 se tinha dado início à construção da muralha, ou pelo menos já existia essa intenção e se cobravam taxas nesse sentido. Com base na referida reclamação, é possível igualmente estabelecer que em meados da centúria de quatrocentos a cerca defensiva já estaria concluída.

Informação de cariz semelhante foi ainda produzida em artigos como “O Paço do Conde de Barcelos” de Clara Pimenta do Vale (1991) e “Barcelos Terra de Condes” de Conceição Ferreira (1992). Neste último, a propósito dos privilégios de Santa Maria, foi referido que as obras dos muros foram discutidas no penedo de Barcelos – local onde se encontra construído o paço - e que as obras deveriam ter arrancado antes de 1411, continuando por 1431, 1461 e 1480.

A comemoração dos 700 anos da elevação de Barcelos a condado originou uma concentração de estudos sobre o passado de Barcelos onde, sobre as muralhas, se destacaram um artigo de Mário Barroca sobre a arquitetura do paço condal (Barroca, 1999) e outro sobre o sistema defensivo de Barcelos, de Joaquim Flores (1999). Com base nas fontes documentais já referidas, Mário Barroca (1999) elaborou uma desconstrução de vários textos. Entre as conclusões mais significativas que o autor registou refiram-se as de que as queixas do pagamento da talha, referida na reclamação dos habitantes de Ponte de Lima, não atestavam que as obras dos muros se prolongassem até 1480. Igualmente, que a construção da cerca urbana se situou no primeiro quartel do século XV, devendo as contribuições ter continuado a ser cobradas, designadamente para a construção de outros edifícios como o paço condal e a uma posterior alteração da torre da ponte.

Mais recentemente, um conjunto de intervenções arqueológicas realizadas sob a responsabilidade da Câmara Municipal de Barcelos, em áreas afetas ao sistema defensivo, constituíram o contributo mais recente da Arqueologia para o seu estudo. Os resultados obtidos permitiram o esclarecimento de algumas problemáticas, bem como uma nova base científica para a compreensão da estrutura medieval. A primeira intervenção, realizada na rua Fernando de Magalhães (Brochado, 2004), foi motivada por uma derrocada do suposto paramento da muralha. Os dados obtidos permitiram concluir que o paramento existente configurava um muro de contenção em jeito de reformulação da estrutura medieval.

Por sua vez, a intervenção efetuada na rua Duques de Bragança (Brochado, 2005) e na Torre da Porta de Cimo de Vila (Brochado, 2009), revelou-se extremamente importante em termos de datação da estrutura. Segundo os resultados obtidos, foi possível confirmar que a construção da muralha ocorreu no primeiro quartel do Século XV.

### **3.2. Características gerais**

A representação iconográfica de Duarte D' Armas, dos inícios do século XVI, constitui a fonte que mais informação fornece sobre as características do sistema defensivo medieval de Barcelos. Apesar de se tratar de uma vista que não permite abarcar toda a cidade, fornece uma perspetiva bastante completa da Torre da Ponte (parcela TP-01), juntamente com os Panos Sudoeste e Sudeste da muralha. Através da sua análise podemos verificar que era constituída por um conjunto de panos e possuía três torres que superavam em altitude os paramentos. Os panos possuíam, ao nível da face virada para o exterior, um remate superior com merlões e ameias, situando-se na face interior uma zona de adarve. A Torre da Ponte, que nesta representação já se encontrava integrada com o paço, possui cobertura e janelas de sacada nas três faces voltadas para o exterior. As outras duas, designadamente, a Torre do Vale (parcela TV-01) e a Torre de Cimo de Vila (parcela A9-01), apresentavam uma arquitetura mais singela, sem cobertura e evidenciando uma planta em “u”, ou seja, com uma abertura para o interior da vila. O remate superior era igualmente com ameias e merlões.

A representação de Duarte d'Armas fornece ainda uma série de pontos de referência que permitem delinear a parte sul do traçado. A partir da Torre da Ponte, a sul, é possível identificar mais a nascente, a Torre do Postigo do Pessegal e a norte as torres de Cimo de Vila e do Vale. A oeste a representação do solar dos pinheiros permite estabelecer parte do perímetro nesta zona. Da mesma forma, o desenho completo dos Panos Sudoeste e Sudeste, que passam mesmo junto ao rio, permitem aferir o traçado deste sector da muralha.

Nas Memórias Paroquiais, de 1758, a descrição das portas existentes resultou numa descrição semelhante à representação de Duarte D' Armas, ficando implícito que a cerca defensiva possuía sete portas e um postigo.

Tal como já referido, o traçado da muralha existente no século XIX encontra-se representado com rigor cartográfico na planta de 1806, da autoria de José Custódio Vilas Boas (Figura 10). Esta planta, ao assinalar topograficamente o percurso da muralha, constitui um instrumento incontornável no estudos sobre o sistema defensivo medieval.

Bastante completa afigurou-se a descrição de António Ferraz (1901), citado por Carlos Basto (1982). A partir do cunhal da Torre da Ponte, a muralha seguia para o nascente até ao Postigo de Pessegal, sempre pela margem do Cávado, terminado numa “*pequena torre ameçada*”, onde também existia uma “*segunda cortina de muros exteriores*” que corriam paralelamente à muralha e defendiam uma pequena porta ou postigo (Pessegal). Segundo o autor, esta torre correspondia à que ainda hoje existe no logradouro da Casa do Conde de Vilas Boas. Alguns metros à frente deste postigo (Pessegal) para nascente, a muralha infletia para norte, em linha reta, até chegar à “*parte alta da vila*” na direção sul/norte. Mais adiante, no local do Banco de Barcelos (hoje Banco Totta), infletia mais para norte, até chegar a uma outra torre (de Cimo de Vila). Daí seguia para a Porta Nova (na rua D. António Barroso) e, em direção a noroeste, até infletir para poente, seguindo em linha reta, e paralelamente à Rua D. António Barroso, até à Rua da Esperança (hoje Travessa da Esperança) onde se situava a Torre do Vale (ou da Esperança). Desta torre, onde se encontrava a Porta do Vale, a muralha fazia uma curva semicircular contornando a Rua de Fundo de Vila, o Terreiro e a Viela das Vingandeiras, e descia sobre a margem escarpada do Cávado, indo terminar outra vez na Torre da Ponte.

Nas descrições que se seguiram, foram adotados os mesmos pontos de referência. Destas, podemos destacar a de Teotónio da Fonseca (1938) cujas principais diferenças de fazem notar pelo uso de topónimos mais recentes e por um maior detalhe na descrição das portas e postigos.

Posteriormente Ferreira de Almeida (1990) procedeu a uma elaboração mais detalhada. No entanto, nestas descrições nunca se procedeu a uma referenciação exata de muitos dos vestígios existentes. Na realidade, a atenção destes autores recai sobretudo num enfoque sobre as portas e torres, em detrimento dos troços e dos panos, muitas vezes relegados para descrições mais vagas.

A primeira descrição escrita da arquitetura e materiais construtivos da muralha, da autoria do Padre António Carvalho da Costa, surge na corografia 1706. O autor refere-a como uma alta

muralha de alvenaria, contando a toda a volta com “...ameas quadradas da mesma fabrica, com seterias no meyo de cada hua...”. Indica, igualmente, que se tratava de uma construção robusta, apelidando-a de “obra muy forte” (Costa, 1706).

Nas Memórias Paroquiais, de 1758, (Capela; Borralheiro, 1998) apenas se alude ao facto de se tratar de uma muralha de alvenaria e muito forte pela qualidade da sua argamassa. Na mesma linha, encontra-se a descrição veiculada por António Ferraz (1901), citado por Carlos Basto (1982).

Para além dos vestígios mais sobejamente conhecidos, como a Torre de Cimo de Vila, os alicerces da Torre da Ponte, a Torre e Postigo do Pessegal, pouco foi o conhecimento produzido na recuperação dos vestígios materiais. De certa forma, nas publicações anteriores ao século XIX, esses motivos são de fácil compreensão, uma vez que se tratava ainda de uma estrutura bastante presente na paisagem urbana de Barcelos.

Em meados do século XX, destacam-se as ações da Direção Geral dos Monumentos Nacionais (DGEMN) que tiveram como resultado algumas produções cartográficas da malha urbana, onde estão identificados vestígios da muralha, bem como alguns levantamentos arquitetónicos da Torre de Cimo de Vila. No entanto, tratou-se igualmente de um levantamento bastante reduzido, onde não foram englobados por exemplo os alicerces da Torre da Porta da Ponte (Figura 11 e 12).

Carlos Basto (1982) no seu artigo sobre as muralhas de Barcelos afirma igualmente haver ainda vários trechos da muralha, embora sem especificar a sua localização. No entanto, é apenas com o advento da Arqueologia enquanto ciência que surge a necessidade de incluir os vestígios materiais no estudo da cerca urbana medieval.

Em 1990, Ferreira de Almeida (1990), refere à existência de alguns troços de muros e alicerces conservados até aos dias de hoje. Alguns desses pontos são referidos a partir da Torre da Ponte, onde ainda se conservam os seus alicerces mas, também, o pano de muralha que se estende para o nascente, ao longo da margem do rio, onde subsistem os muros quase integralmente, embora sobrepostos pelas casas. Junto da Torre de cimo de Vila, mais propriamente entre esta e o ponto de inflexão dos Panos Este e Nordeste, conservam-se igualmente vestígios dos panos da muralha.

Por sua vez, Joaquim Flores (1999), referiu que os vestígios dos panos da muralha se reduzem aos paramentos da Casa do Conde de Vilas Boas e na sua continuidade envolvendo o edifício da Cooperativa Agrícola. Refere também a existência de um troço a sul da torre ainda existente (Torre de Cimo de Vila), bem como uma pequena porção no local onde existia a Porta do Fundo de Vila.

Por evolução da estrutura entendemos a forma como se foram procedendo adições ou destruições. As adições estão relativamente bem documentadas. Nas primeiras referências podemos perceber, por exemplo, que o Postigo das Vingandeiras é o último a surgir, uma vez que ainda não aparece referenciado pelo Pe. António da Costa (1706) ou pelo Pe. Pedro Poyares (1672).

A primeira grande alteração documentada encontra-se nas Memórias Paroquiais onde se refere que a Porta Nova, anteriormente efetuada pela Torre de Cimo de Vila, transformada em cadeia no século XVI. As adições verificaram-se essencialmente ao nível da abertura de portas e postigos, enquanto as demolições se dividiram entre causas naturais, tais como derrocadas e demolições intencionais, e intencionais, nomeadamente para a obtenção de matéria-prima (pedra) ou para a abertura de novos acessos.

Ferreira de Almeida (1990) procedeu, ainda, a uma descrição bastante técnica. A muralha possuía cerca de 2,80m de espessura, sendo que os paramentos utilizavam uma alvenaria pouco trabalhada, por vezes com silhares de grande dimensão, unidos por argamassa e pedra miúda. A argamassa era constituída pelo barro de Barcelos, arenoso e amarelo. Ao nível dos pontos de inflexão, tal como nas torres, possuía um aparelho quadriculado, bem afeiçoado.

A esta descrição, Joaquim Flores (1999) acrescentou que o aparelho dos panos da muralha era semelhante ao *opus emplectum*, com cerca de 0,60m de leito. Em determinadas situações, como nos pontos de inflexão era aparelhada. Quanto ao espaço interior era preenchido por pedra miúda, terra e argamassa, salientado que muitos destes aspetos podem ser visíveis em fotografia da década de 50, do século XX, no decorrer das ações da DGEMN.

Mais recentemente, os dados obtidos nas escavações arqueológicas permitiram adiantar outros resultados acerca do sistema defensivo medieval. A intervenção na rua Fernando de Magalhães (Brochado, 2004), motivada por uma derrocada, serviu para verificar que o paramento existente no local, que servia de remate ao desnível do terreno, não integrava o sistema defensivo original, tratando-se de uma reformulação de carácter recente, datada do século XX. No entanto, face ao traçado conhecido da muralha, bem como, a presença de vestígios da mesma no enfiamento, admitiu-se a possibilidade daquele paramento constituir uma reformulação da antiga estrutura, respeitando assim o seu traçado. Infelizmente, esta intervenção não permitiu uma avaliação técnica da muralha em virtude da ausência de vestígios. Na realidade, a sua importância residiu na resolução de uma problemática sobre a origem do paramento em causa.



Todavia, a intervenção na rua Duques de Bragança (Brochado, 2005) permitiu recuperar vestígios da cerca medieval. A intervenção motivada pela construção de uns anexos no logradouro da residência paroquial possibilitou a exumação de um troço da muralha, ao nível dos alicerces e arranque do paramento, permitindo perceber com maior precisão o tipo de fundações da estrutura.

Estas intervenções viabilizaram, igualmente, introduzir no estudo da muralha dados estratigráficos e cronologias absolutas. Os vestígios encontrados permitiram concluir que se trata de uma construção de inícios do século XV (Brochado, 2005).

Igualmente, através dos dados arqueológicos foi possível retirar importantes conclusões acerca da evolução da estrutura defensiva medieval. De facto, constatou-se que a estrutura conheceu ações de manutenção que se verificaram essencialmente ao nível do reforço estrutural e impermeabilização, com a aplicação de cimentos nas juntas, á base de cal e argilas locais, cuja aplicação remonta possivelmente ao século XVIII (Brochado, 2005).

De igual modo, foi possível apurar que a muralha medieval de Barcelos não foi totalmente demolida nos locais em que já não se encontra visível. Esta conclusão pôs fim à ideia generalizada de que determinados troços foram totalmente desmantelados, no seguimento de uma doação de D. Carlos, em 1874, referido por Mário Barroca (1999), citado por Cláudio Brochado (2005).

Por fim, refira-se ainda que a existência vestígios associados à muralha em mais de 60% do seu perímetro, compreendia diferentes formas de conservação e evolução da estrutura. Na generalidade, os paramentos da muralha foram reutilizados como paredes meias de habitações, encontrando-se muitos troços ocultos que serviram como muro de contenção de socacos.

### **3.3. Traçado da Muralha Comprovado**

As cercas urbanas medievais possuem um valor fundamental para o estudo do fenómeno urbano medieval, uma vez que representam um elemento intrínseco à própria definição do termo (Ribeiro, 2008). Nos quesitos da Arquitetura Militar o traçado de um sistema defensivo está diretamente relacionado com a sua função defensiva. Não obstante, particularmente no caso das cercas urbanas medievais conhecer o seu traçado é também conhecer os limites da própria urbe. É conhecer um espaço fisicamente delimitado de afirmação identitária, social, cultural, política e ideológica (Ribeiro, 2008).

Apesar de o traçado do sistema defensivo medieval barcelense ser um assunto já anteriormente versado (Fonseca, 1938; Basto, 1982; Almeida, 1990), pela importância que

pensamos existir entre a muralha e a urbe que defende, consideramos que o seu traçado constituiu um dos principais aspetos carentes de revisão, ao qual juntamos o intuito de proceder a uma confirmação mais exata do mesmo.

À semelhança das descrições conhecidas (Fonseca, 1938; Basto, 1982; Almeida, 1990) e tendo em consideração a organização da muralha, consideramos que a forma mais exequível de sequenciar o seu traçado seria pela adoção da Torre da Ponte, uma das principais portas, como ponto de referência. Esta opção residiu no facto de ainda se observarem vestígios da estrutura conservados à superfície e ser o único ponto onde se verificava existir uma interrupção dos panos.

### 3.3.1. Pano Sudeste

A partir da Torre da Ponte, e em direção a nascente, tinha início o Pano Sudeste, inserido na sua totalidade no quarteirão D-1 e limitado a poente pela travessa do Pessegal (Figura 20).

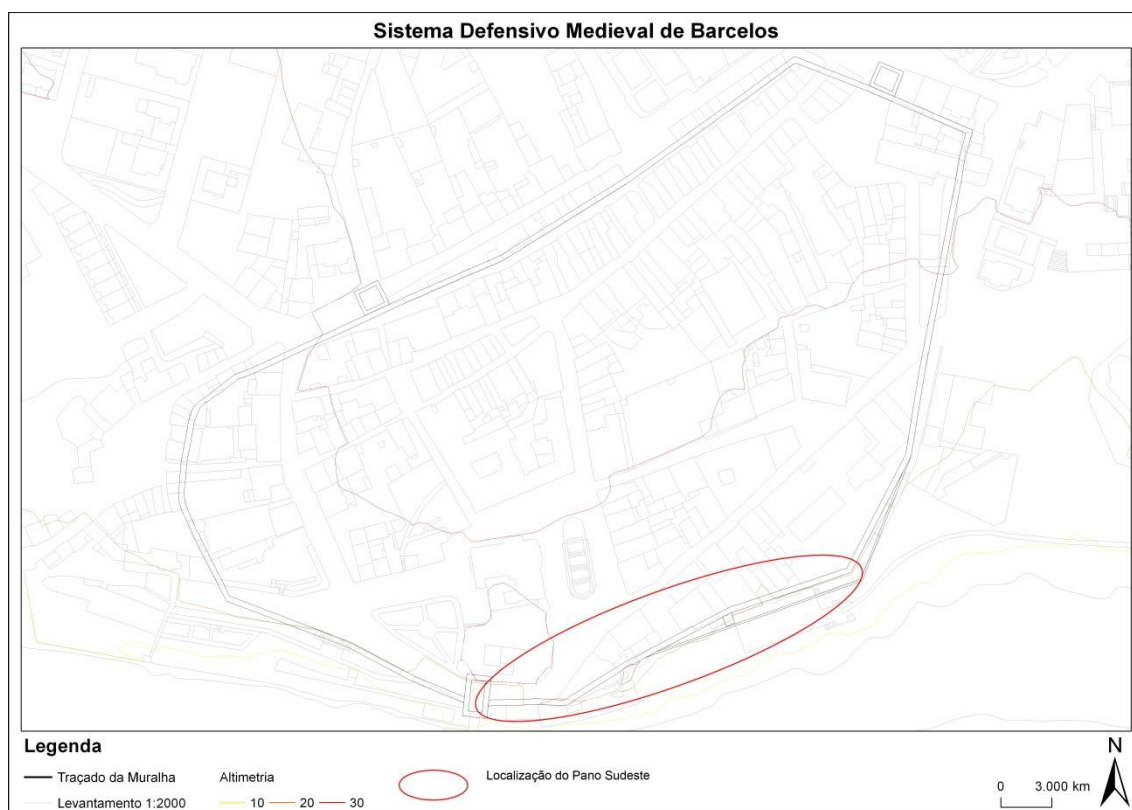


Figura 20 - Localização do Pano Sudeste.

Este pano aparece descrito na década de 30 do século XX como “o primeiro lanço de muralhas” que ia até ao Pessegal, na margem do rio, terminando aí numa pequena torre, cujos vestígios se vêem ainda no quintal da casa do Ex.<sup>ma</sup> Sr. Conde de Vilas Boas. No local, segundo a mesma descrição, existia ainda um postigo, o do Pessegal, apelidado como a “porta da traição”

da muralha. A alguns metros do postigo, a muralha prosseguia para este até ao ponto em que subia em linha reta para norte (Fonseca, 1938).

Posteriormente, Nos finais do século XX, encontramos outra descrição, também a partir da “... *torre sobre a ponte onde partiam os muros...*”. Segundo a mesma, O traçado seguia para nascente, ao longo da margem do rio, conservando-se os muros quase de forma integral, ainda que sobrepostos pelas casas. Junto do local atual das piscinas municipais, sob a forma de aproveitamento de uma saliência rochosa, existia uma torre, que defendia o Postigo do Pessegal e possibilitava o acesso à fonte e ao rio. Deste ponto partia uma “couraça” virada ao rio, que defendia o algibe (cisterna) e prosseguia para norte em forma de barbacã, tal como se pode observar na representação de Duarte d’Armas. Pouco depois este ponto, a muralha infletia para norte, subindo até à Torre de Cimo de Vila ou da Porta Nova (Almeida, 1990).

Tendo como base as referidas descrições e o conhecimento sobre as características construtivas da muralha, pudemos confirmar o traçado proposto pelos referidos autores, para o Pano Sudeste (Figura 21).

Adotado como ponto de partida a Torre da Porta da Ponte, começámos por verificar que os alicerces ainda visíveis permitiram localizar o arranque do pano da muralha em direção a nascente. Este seguia em linha reta, passando pela parcela D1-01, contígua à Torre da Porta da Ponte, onde identificámos um troço de muralha agora reaproveitado como muro de contenção. Continuando pelo sítio D1-02, identificámos um ligeiro ponto de inflexão, que alterava ligeiramente a sua direção para Nordeste, reaproveitado como alicerce da fachada Sul de um edifício.

A partir deste ponto, continuava de forma retilínea pelo sítio pela parcela D1-03 (Casa do Conde Vilas Boas, datada do século XVII), onde foi registado um troço de muralha bastante extenso integrado na parede de fachada da casa voltada a Sul. Posteriormente seguia pela parcela D1-04 onde confirmámos a existência do Postigo do Pessegal e um reaproveitamento de um tramo de muralha como divisória de um espaço de logradouro. O postigo, ainda funcional na atualidade, constitui um acesso ao logradouro da parcela onde está inserido (D1-04), através de umas escadas. Arquitetonicamente exprime uma simples abertura no paramento da muralha, rematada na parte superior por um arco de volta perfeita, indiciando sinais de remodelação.

Depois do postigo do Pessegal, pudemos verificar a continuidade do pano de muralha pelo sítio pela parcela D1-05 (Casa do Tanque, datada do século XVIII), onde foi identificado o resto do Pano Sudeste que desembocava no ponto de inflexão com o Pano Este (Figura 22). Este troço foi alvo de reutilização como muro de contenção do espaço exterior da Casa do Tanque, conservando-se da estrutura do século XV apenas as fileiras inferiores.

Tal como já referimos, o Pano Sudeste encontra-se representado na perspectiva de Duarte d'Armas. Esta circunstância permitiu-nos estabelecer uma comparação do traçado comprovado neste trabalho com a ilustração seiscentista e verificar a existência de vários pontos coincidentes com a nossa proposta. Dentro destes, destacamos a existência de três pontos de inflexão e do Postigo do Pessegal com uma torre associada (Figura 23).



Figura 21 - Projeção do traçado da muralha na parcela D1-03 (A- Vista parcial de um alçado Sul e da torre do Pessegal; B- Vista da varanda; C- Vista parcial de um alçado norte num dos átrios; D. Vista parcial de um alçado norte no pátio das cavaliçarias; Vista parcial de um alçado Sul e da torre do Pessegal.

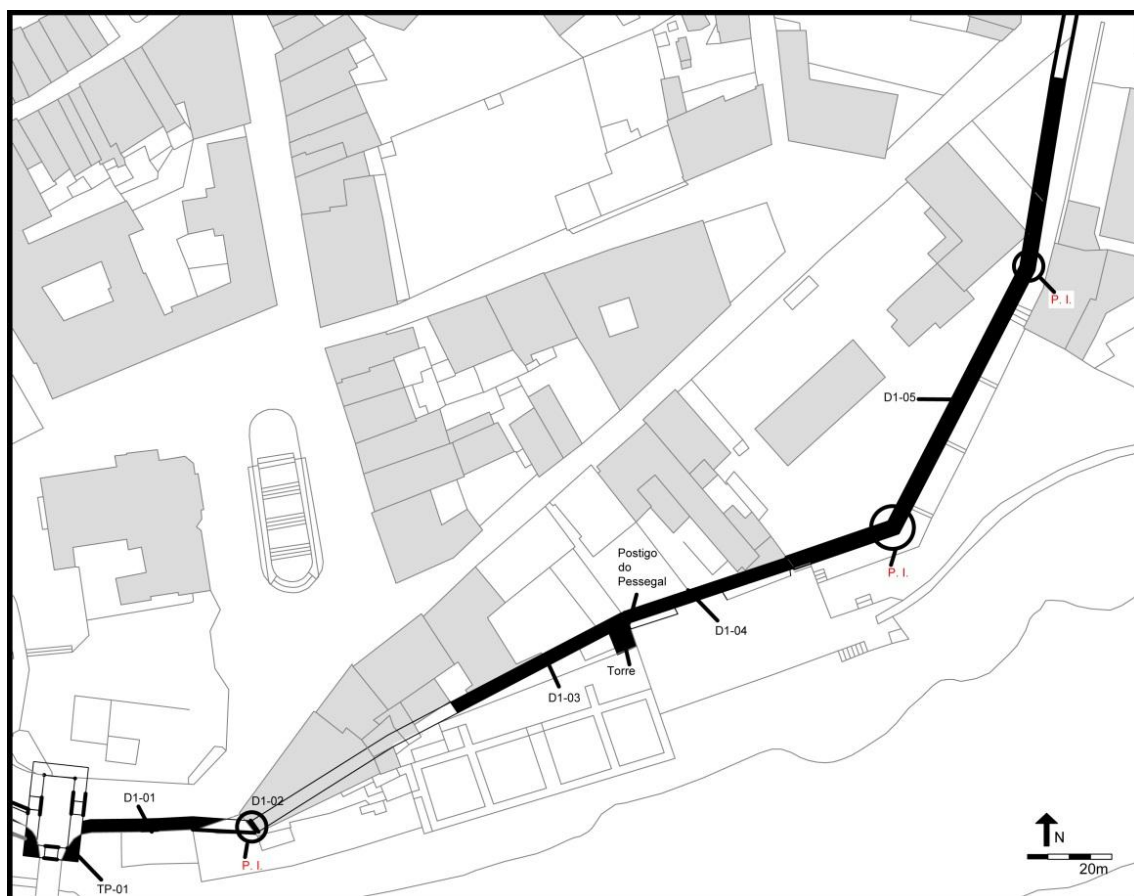


Figura 22 - Proposta de interpretação do traçado do pano sudeste no quartiere D-1.

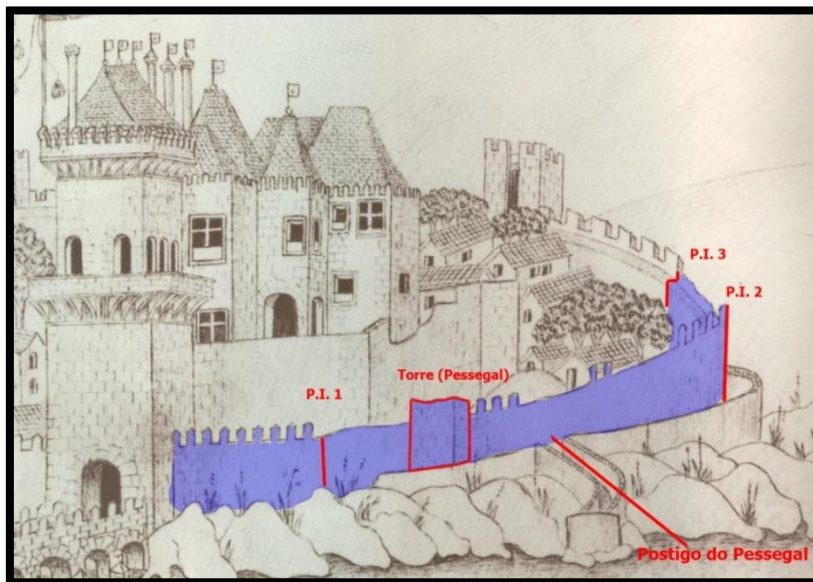


Figura 23 - Proposta de interpretação do traçado do Pano Sudeste confrontada com a representação de Duarte d'Armas (séc. XVI).

### 3.3.1.1. Torre da Ponte

A Torre da Ponte estava situada a norte da ponte, no local de confluência das atuais ruas Fernão de Magalhães e Duques de Bragança. A ponte, mandada construir pelo Conde D. Pedro, no século XIV, permitia transpor o rio Cávado e aceder diretamente à vila, pelo que se afigura lógica a existência de uma porta nesta zona.

Não obstante a possibilidade de confirmação da sua localização a partir dos vestígios ainda existentes, procedemos também à recuperação da informação contida nas fontes, referente à sua localização. Duarte d'Armas no século XVI, ainda que iconograficamente, representou em grande destaque e de forma inequívoca esta torre na desembocadura norte da ponte.

Em termos documentais, na corografia do Padre António Carvalho da Costa (1706) a própria designação usada “*Torre da ponte*” é bastante específica em relação à sua localização. No entanto, as Memórias Paroquiais de 1758 fornecem uma descrição mais detalhada. As fundações da torre estavam “*bem perto da margem do rio, sobre rochedos muito fortes, e subindo athe igualar com a ponte, e o terrapleno da villa*” (Capela, Borralheiro: 1998).

De igual modo, a planta de Custódio José Vilas Boas, de 1806, permitiu-nos atestar a localização da mesma.

Uma descrição da autoria do Abade do Louro, em 1869, transmite-nos algumas menções toponímicas, acontecimentos e elementos existentes no interior da ponte. De forma implícita, referencia a sua localização com alusões à “*torre do palacio*” (Paço dos Condes de Barcelos e Duques de Bragança). Segundo o mesmo autor, nela existiam três portas de arcaria: uma virada à ponte; outra a Este, que permitiria o acesso às ruas das Flores e dos Pelames (atual Fernando

de Magalhães); e outra, localizada a oeste, que dava acesso à rua do Terreiro (atual Duques de Bragança). Na descrição do seu interior utiliza expressões como “... *fronteiro á ponte e encostado ao alicerce do palacio...*”.

Deste modo, e tal como já referido, apesar de não terem sobrevivido vestígios materiais da Torre da Ponte, para além das suas fundações, esta encontra-se bem documentada iconográfica e documentalmente. Para além de ter constituído umas das principais aberturas do sistema defensivo construído no século XV, ainda no mesmo século terá sido remodelada e integrado o paço condal (Barroca, 1999), adquirindo o aspeto monumental visível na representação de Duarte d’Armas.

No início de 1800, um episódio de derrocada provocada por uma intempérie, levou à necessidade de se proceder à sua demolição, tal como documentado nas atas de vereação da Câmara de Barcelos.

### **3.3.1.2. Torre e Postigo do Pessegal**

O Postigo do Pessegal constituía o único postigo original do sistema defensivo quatrocentista localizado na zona do Pessegal, junto ao rio. Em termos funcionais e pelo que nos mostra a representação de Duarte d’Armas, permitia o acesso direto à barbacã e a um algibe (Almeida, 1990). Atualmente traduz o acesso ao logradouro de uma parcela (D1-04) a partir do local das antigas piscinas municipais e da Margem do rio. Não obstante, a descrição existente nas Memórias Paroquiais de 1758, levantou uma problemática quanto à localização deste postigo, tal com evidenciaram Carlos Basto (1982) e Joaquim Flores (1999).

Recapitulando a informação que conseguimos reunir, a ilustração de Duarte d’Armas, realizada nos inícios do século XVI, representa o postigo no Pano Sudeste, a Este da Torre da Porta da Ponte e defendido por uma pequena torre, observável à esquerda do mesmo.

Por sua vez, na corografia de António Carvalho da Costa (1706), aparece integrada no conjunto dos postigos existentes na muralha, como sendo o “...*dos Pelames*”, enquanto nas Memórias Paroquiais de 1758 a referência surge como tendo sido a porta do “*Pecegal*”, situada entre a Torre da Ponte e o Postigo da Vinha Velha, mais precisamente “ (...) *sobre o rio no alto dos rochedos entre dous fortins que faz a muralha*” (Capela e Borralheiro, 1998).

Já na Memória Histórica do Abade do Louro (1867), pudemos perceber que para além do autor também se referir ao mesmo como postigo, a designação “*Pelames*” surge através do nome da artéria, possivelmente transversal à antiga Rua dos Loureiros, que do interior da vila dava acesso ao postigo e que o topónimo “*Pecegal*” se referia à zona fora do circuito

amuralhado. António Ferraz, nos inícios do século XX, colocou o postigo no limite nascente da Casa do Conde de Vilas Boas (Basto, 1982). Esta localização foi posteriormente retomada por Teotónio da Fonseca (1938) referindo-se provavelmente à abertura, por nós já referida, existente na parcela D1-01.

Carlos Basto (1982), baseando-se bastante na descrição já referida de António Ferraz, salientou o facto das Memórias Paroquiais de 1758 apresentar uma descrição referência à existência de duas estruturas de defesa associadas ao postigo, divergente das restantes descrições e do que foi representado por Duarte d'Armas (Figura 23).

Ferreira de Almeida (1990), numa análise mais precisa, situou este postigo junto do antigo complexo das piscinas municipais. Segundo o mesmo autor, a implantação da torre que defendia o postigo, tirou partido da existência de uma saliência rochosa.

Para além das referências enunciadas, existe uma descrição arquitetónica, efetuada mais recentemente sobre a casa do Conde Vilas Boas (Trigueiros *et al*, 1998), que refere a presença, no pátio das cavalariças da dita casa, de um postigo ogivado e um cubelo, podendo tratar-se de um testemunho do antigo Postigo do Pessegal. Mais uma vez, pensamos tratar-se de uma referência à abertura por nós assinalada na parcela D1-04.

Ainda mais recentemente, Joaquim Flores (1999) centra-se na problemática sobre a sua localização, referindo-se a duas hipóteses. Uma reproduz a de Ferreira de Almeida (1990), baseada na representação de Duarte d'Armas. A outra, consiste numa perspetiva contrária ancorada numa descrição do Rev. Prior Pêro Gouveia, registada nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela e Borralheiro, 1998). Favorecendo a segunda hipótese, Joaquim Flores refere que o Postigo estaria originalmente colocado na casa do Conde de Vilas Boas (parcela D1-03) e não na parcela D1-04.

Como sustentação da afirmação em causa, o mesmo autor refere ser possível observar na casa do Conde Vilas Boas (parcela D1-03) evidências de uma torre, integrada no corpo poente do edifício. Esta suposta torre, juntamente com a que está bem identificada na ala contrária, ou seja, no quadrante Este da mesma parcela, constituíam os dois “fortins” referidos nas Memórias Paroquiais do século XVIII. Desta forma, o autor preconizou que o Postigo do Pessegal estaria igualmente integrado na construção, agora estabelecendo a ligação entre vários patamares da casa e o logradouro que confina com o rio. Como comprovação desta hipótese, referiu que este acesso possuía características construtivas como, um arco em ogiva e também, pelo facto de se encontrar numa cota baixa, num ponto em que a muralha se encontrava intacta. Para reforçar a tese estabelece uma comparação com a outra porta existente na parcela D1-04. Segundo o mesmo autor, esta última possuía características mais tardias, tais como um arco de volta

perfeita, encontrando-se a uma cota mais elevada e por isso pouco provável de traduzir o Postigo do Pessegal erguido no século XV.

Desta forma forma, lançamo-nos numa análise das duas hipóteses na tentativa de estabelecermos algum consenso sobre o assunto em epígrafe. A primeira hipótese que consideramos para a localização do Postigo do Pessegal baseou-se então nas referências existentes nas Memórias Paroquiais, de 1758, realçadas por Carlos Basto (1982) e desenvolvida por Joaquim Flores (1999).

Em primeiro lugar, perspetivámos a possibilidade deste postigo estar originalmente situado na parte central da parcela D1-03, agora casa do conde de Vilas Boas, num segmento do Pano Sudeste e defendido por duas torres quadrangulares.

Tal como já referido, na nossa análise considerámos o Pano Sudeste como tendo início na Torre da Ponte. Passando um pequeno ponto de inflexão na parcela D1-02, uma das torres consideradas por Joaquim Flores, neste caso a torre Oeste, estaria logo localizada no início da parcela D1-03. A partir deste ponto, o traçado faria uma pequena reentrância por onde circulava o pano de muralha e após a referida torre a Oeste, situava-se o postigo, coincidente com o ponto central da parcela. No seguimento situava-se então a segunda torre (ou torre Este), no final da parcela D1-03, tendo em consideração a orientação seguida de poente para nascente.

Da observação que pudemos efetuar na parcela D1-03, mais propriamente na ala poente do edifício, que atualmente revela negligência na sua conservação, verificámos a existência de um corpo saliente, que pode ter correspondido a uma estrutura em forma de torre adossada ao Pano Sudeste da muralha, cenário bem evidente na ala contrária.

No corpo central do edifício, mais precisamente no paramento correspondente à fachada voltada a Sul, verificámos que o acesso ao logradouro é efetuado através de uma porta que parece envergar um arco em ogiva acima do lintel (Figura 24).

Estes elementos, supondo-se que correspondem aos elementos presentes na interpretação proporcionada por Joaquim Flores (1999), não deixam de possuir algumas particularidades que achámos necessário ter em consideração. Relativamente à referida porta na fachada Sul, pudemos constatar que a sua localização não coincide com o traçado do pano sudeste da muralha, situado uns metros a Sul desta porta (Figura 25). Da mesma forma, o referido arco em ogiva (Figura 24), dado o grande porte do paramento onde se encontra, parece-nos corresponder a um arco enxalço sobre o lintel da porta.

Efetivamente, na parcela D1-03 existe uma abertura na muralha que permite o acesso ao logradouro da parcela, mas que não exhibe quaisquer indícios de ter contemplado um postigo da



muralha. Trata-se de uma simples rutura no paramento da muralha que dá acesso a umas escadas exteriores, onde foram inclusive instalados uns sanitários, que não apresentou indícios passíveis de associação a um postigo da muralha.

No que concerne a existência de uma torre poente, referida nas Memórias Paroquiais, subsistem igualmente alguns argumentos que condicionam esta tese. Devendo os dados apontados na referida fonte ser usados com alguma prudência.

Na realidade, devemos ter em atenção que as Memórias Paroquiais datam de 1758, ou seja, foram produzidas numa data bem posterior à primeira edificação da casa do Conde de Vilas Boas. Segundo a inscrição epigráfica existente na varanda superior, a construção parece ter ocorrido em 1632. É necessário referir que a mesma varanda, que se encontra assente na muralha, exibe elementos arquitetónicos de gosto clássico ou neoclássico, designadamente nas colunas de sacada. Assim, tendo em consideração a cronologia da construção da casa e o tipo de elementos arquitetónicos referidos, está igualmente implícita a noção de simetria, subjacente às próprias características arquitetónicas do período em questão.

A construção deste edifício neste local terá reaproveitado e integrado na sua estrutura os elementos pré-existentes, valorizando a disposição simétrica dos seus elementos. A preexistência de um cenário como podemos observar, por exemplo, na representação de Duarte d'Armas, com a existência de uma torre, junto do Postigo do Pessegal, pode ter motivado a construção de uma estrutura do mesmo tipo na ala contrária, com o propósito de conferir uma forma simétrica à edificação. Desta forma, a descrição de 1758 terá contemplado as duas torres ou as duas estruturas semelhantes, uma vez que a integração da referida torre poente, a ter existido, terá ocorrido numa fase posterior ao século XVIII.



Figura 24 – A- Projeção do traçado da muralha com a possível torre a Oeste. B- Pormenor da porta com um arco enxalço) no quarteirão D1.

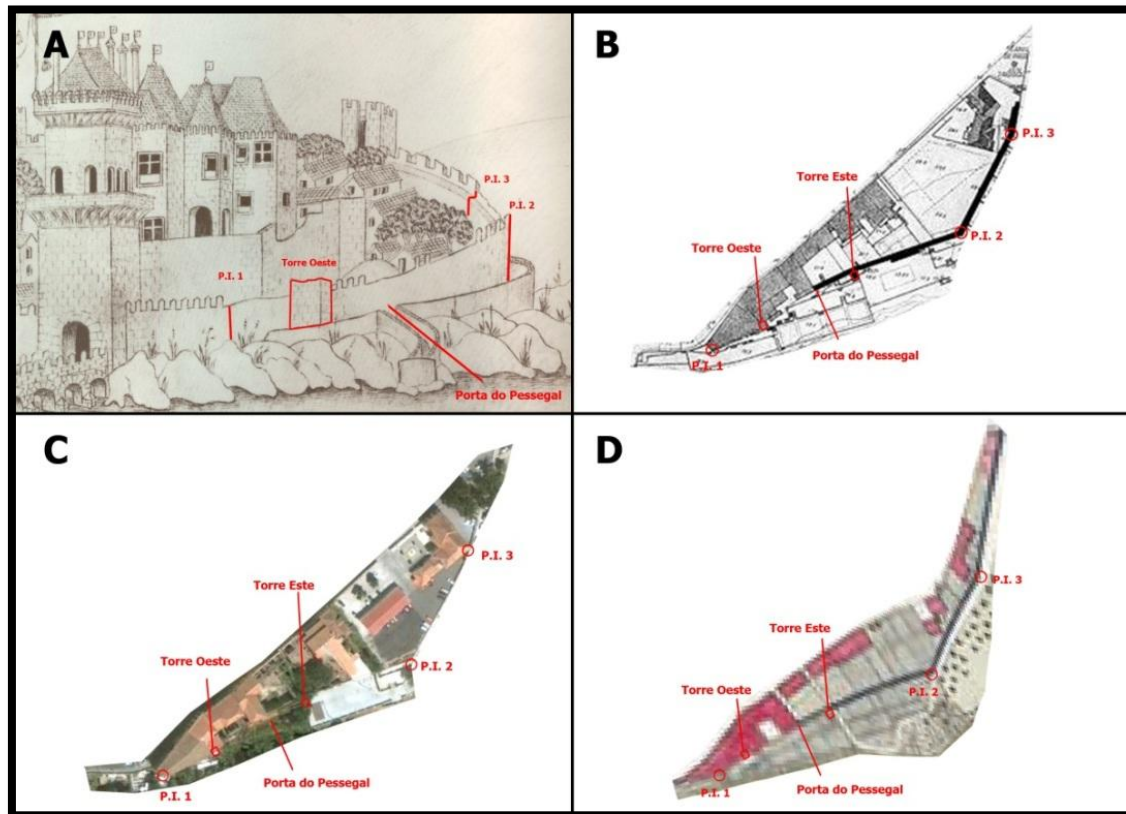


Figura 25 - Confrontação da hipótese 1 com fontes cartográficas e iconográficas. A- Representação de Duarte d'Armas (séc. XVI); B- Planta da DGEMN (séc. XX); C- Imagem do GE (séc. XXI); D- Planta de Custódio Vilas Boas (1806).

Como segunda hipótese interpretativa do Postigo de Pessegal, consideramos a descrição adotada por investigadores como António Ferraz (Basto, 1982) e Ferreira de Almeida (1990), certamente baseada na iconografia produzida por Duarte d'Armas e nos vestígios atualmente visíveis, mais propriamente a torre existente no limite nascente da Casa do Conde Vilas Boas (parcela D1-03) e a abertura existente na parcela D1-04. Desde logo, O sistema equacionado nesta hipótese confere uma maior simplicidade do ponto de vista do número de estruturas, sendo o Postigo do Pessegal defendido apenas por uma torre e não por duas, como referido na hipótese anterior.



Figura 26 - A- Projeção do Postigo do Pessegal na parcela D1-04 do quartirão D1. B- Possíveis fases construtivas do postigo: 1- Reformulação; 2- Interface de rutura; 3- Possível remanescência do arco em ogiva do postigo original.

Como já tivemos oportunidade de referir, a representação do século XVI constitui um recurso essencial na recuperação de características do sistema defensivo medieval. Apesar do seu carácter iconográfico, a sua validade tem sido demonstrada nos diferentes vetores, sob os quais temos vindo a nortear a nossa análise. Desta forma, afigura-se-nos pouco provável que o autor optasse por representar apenas uma torre, se tal não correspondesse à realidade.

Não obstante, parece-nos evidente a concordância entre a representação do século XVI e os vestígios ainda hoje visíveis, ainda que o parcelamento posterior tenha exercido uma divisão de parcelas, certo é que a torre e o postigo estão dispostos continuamente no sentido Oeste-Este, estando então a torre mesmo no limite final da parcela D1-03 e o postigo logo no início da parcela D1-04, o que indicia uma associação.

Se atentarmos em mais alguns pormenores fornecidos pela representação quinhentista, é certo que não existe uma representação exata da abertura do postigo, muito em parte devido à existência da barbacã (Figura 23). Não obstante, supomos que o corredor existente entre a barbacã e o rio estaria situado no seguimento do postigo, neste caso imediatamente a Este da torre, sendo concordante com a abertura existente na parcela D1-04.

Joaquim Flores (1999) refutou a hipótese em causa referindo que a abertura que hoje podemos observar na parcela D1-04 exhibe características arquitetónicas posteriores às da construção da muralha. Considerando assim, que este postigo teria sido aberto na sequência da desativação do original, devido à construção da casa do Conde Vilas Boas (parcela D1-03). No entanto, a observação por nós efetuada do vão da abertura existente na parcela D1-04, pareceu

apresentar sinais de remodelação ao nível do remate superior, tal como sugerido por António Ferraz (Basto, 1982) (Figura 26).

A projeção desta hipótese em relação à confirmação que elaboramos do traçado do Pano Sudeste mostra igualmente haver uma concordância com a representação de Duarte d'Armas. Não só em relação às estruturas mas também ao nível dos pontos de inflexão formados pela organização dos panos (Figura 27).

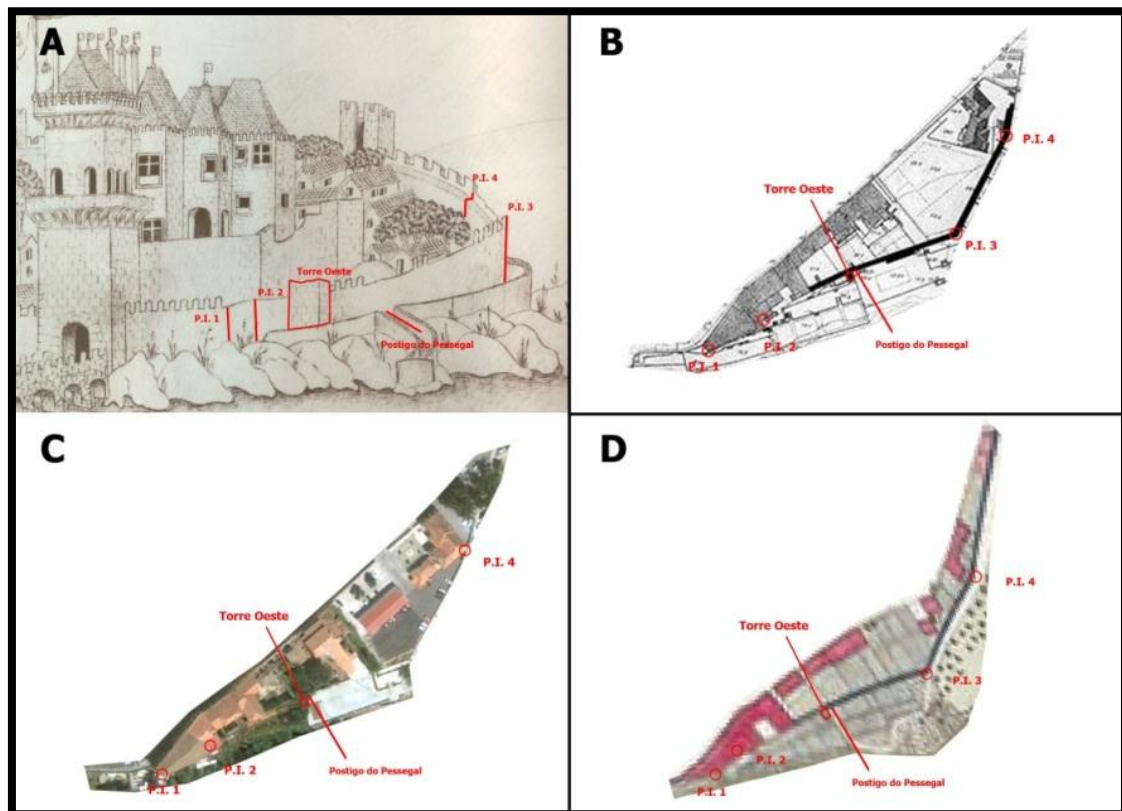


Figura 27 - Confrontação da hipótese 2 com fontes cartográficas e iconográficas. A- Representação de Duarte d'Armas (séc. XVI); B- Planta da DGEMN (séc. XX); C- Imagem do GE (séc. XXI); D- Planta de Custódio Vilas Boas (1806).

Desta forma, o cruzamento entre as diferentes fontes levam-nos considerar a segunda hipótese como a mais viável, correspondendo o Postigo do Pessegal à abertura ainda hoje existente na parcela D1-04, que apenas contemplava uma torre associada a ponte, na parcela D1-03.

### 3.3.2. Pano Este

O sector do sistema defensivo medieval considerado neste trabalho como Pano Este compreende parte do quartirão D1, limitado a nascente pela Travessa do Pessegal, desde o



ponto de inflexão com o pano Sudeste até ao quarteirão A9, no local onde se situa o ponto de inflexão com o Pano Nordeste (Figura 28).

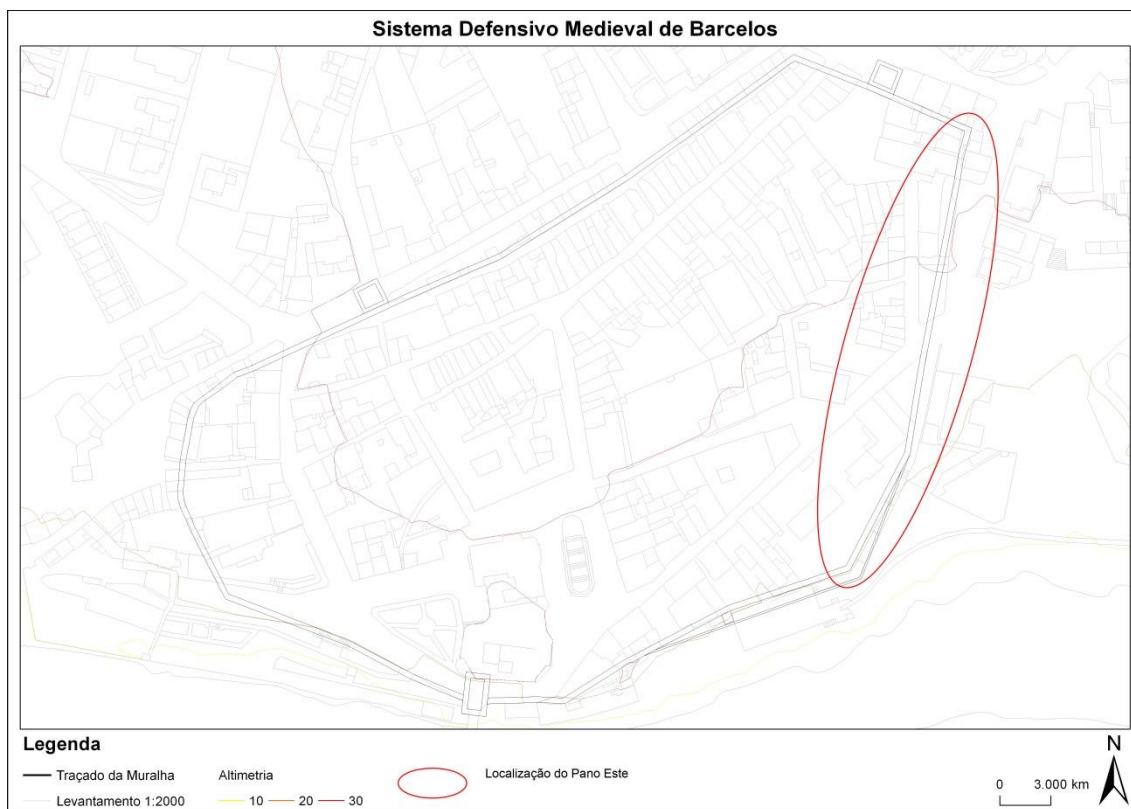


Figura 28 - Localização do Pano Este.

As principais referências documentais a este pano consistem na planta de 1806 e no levantamento feito pela DGEMN, em meados do século XX.

De acordo com a observação direta no terreno que realizámos, foi possível identificar e comprovar algumas das suas características, que passaremos a analisar.

Dentro do quarteirão D-1, mais propriamente na parcela D1-05 foi identificado um troço parcialmente conservado, onde se iniciaria o Pano Este. Possuía essencialmente uma orientação para norte e percorria na sua totalidade cerca de 250m. A sua linearidade era apenas interrompida por um ponto de inflexão pouco pronunciado, situado ainda na parcela D1-05 e que orientava a direção ainda mais para norte (Figura 29). O seu traçado, bem explícito tanto na planta da DGEMN de meados do século XX, bem como na planta de 1806, estendia-se então desde o ponto de inflexão com o Pano Sudeste (parcela D1-05), cruzava a atual Rua Fernando de Magalhães e prosseguia pelo atual quarteirão A-9 até ao ponto de inflexão com o Pano Nordeste, na parcela A9-03.



Figura 29 - Traçado do Pano Este entre a parcela D1-05 e o Postigo da Vinha Velha (parcela A9-14). Quarteirões D1 e A9.



Figura 30 - Traçado do Pano Este entre o Postigo da Vinha Velha (parcela A9-14) e a parcela A9-03 do quarteirão A9.

No início do quarteirão A-9 entroncava no Postigo da Vinha Velha, aberto em 1635 (Fonseca, 1938), na continuidade da atual Travessa da Vinha Velha. Parte da estrutura do pano de muralha neste local ficou registada numa fotografia do século XX. Numa análise pormenorizada a esta fotografia, parece possível admitir que a mesma consiste numa imagem da estrutura da muralha em secção e adossada às edificações que a ladeiam. Deste modo, foi possível confirmar o traçado proposto (Figura 31).

Assim, após o Postigo da Vinha Velha (parcela A9-14), a muralha passava pelo local onde já foi realizada uma intervenção arqueológica, na parcela A9-13 (Brochado, 2004). No entanto, referira-se que o muro observado no referido sítio, apesar da sua aparência, não representa a estrutura da muralha, mas sim um muro de contenção que parece ter substituído a estrutura original do sistema defensivo (Brochado, 2004).

Na continuidade e onde agora é possível observar-se um aglomerado de edificações, foram identificados vestígios da muralha nas parcelas A9-09, A9-08 e A9-07. O ponto de inflexão com o Pano Nordeste foi observado no sítio A9-03, local onde findava o pano em questão (Figura 30).



Legenda:

**A - secção da muralha**

Figura 31 - Fotografia do início do Século XX, segundo consta na fonte, possivelmente de 1935-40, onde é possível ver-se uma secção da muralha na atual rua Fernando de Magalhães. (Fonte: [www.barcelos.net/barcelos/antigo/imagem13.htm](http://www.barcelos.net/barcelos/antigo/imagem13.htm)).

### **3.3.2.1. Postigo da Vinha Velha**

O Postigo da Vinha Velha consiste numa abertura secundária datada do século XVII, 1635 confirmar. Consta nas Memórias Paroquiais, de 1755, onde aparece situado acima (a norte) da *Porta do Pecegal* e identificado como Porta da Rua das Velhas (Capela e Borralheiro, 1998)<sup>7</sup>. A mesma localização, na Rua das Velhas, é igualmente apontada pelo Abade do Louro, em 1867.

---

<sup>7</sup> Nas memórias paroquiais de 1758, é referido a existência de um postigo “*Mais asima tem a porta chamada da Ferraria, que fica para o Oriente...*” no entanto, esta designação trata-se de um equívoco com a Porta da Ferraria, como posteriormente referiu o autor “*... e a que acima também chamamos da Ferraria se chama a porta da Rua das Velhas, que por equivocação se disse ser da Ferraria*” (Capela e Borralheiro, 1998).

NO entanto, Teotónio da Fonseca (1938) avança com a hipótese do Postigo da Vinha Velha ter sido destruído para dar passagem à antiga Rua Faria Barbosa, atual Fernando Magalhães, possivelmente no decorrer do século XIX e situada a Sul da referida Rua das Velhas, que atualmente possui o topónimo de Travessa da Vinha Velha.

Segundo a nossa interpretação, a localização deste postigo estaria na continuidade da Travessa da Vinha Velha (ou Rua das Velhas) e não no local referido por Teotónio da Fonseca (1938). Através da observação da planta do século XIX, onde ainda é possível confirmar a existência da muralha na atual rua Fernando Magalhães, e verificar que na desembocadura da atual Travessa da Vinha Velha, se verificava um local de passagem, devendo tratar-se do Postigo da Vinha Velha.

### 3.3.3. Pano Nordeste

O Pano Nordeste compreende o tramo de muralha que tem início no ponto de inflexão com o Pano Este, no quarteirão A9, até ao ponto de inflexão com o Pano Noroeste, situado no quarteirão B2 (Figura 32).

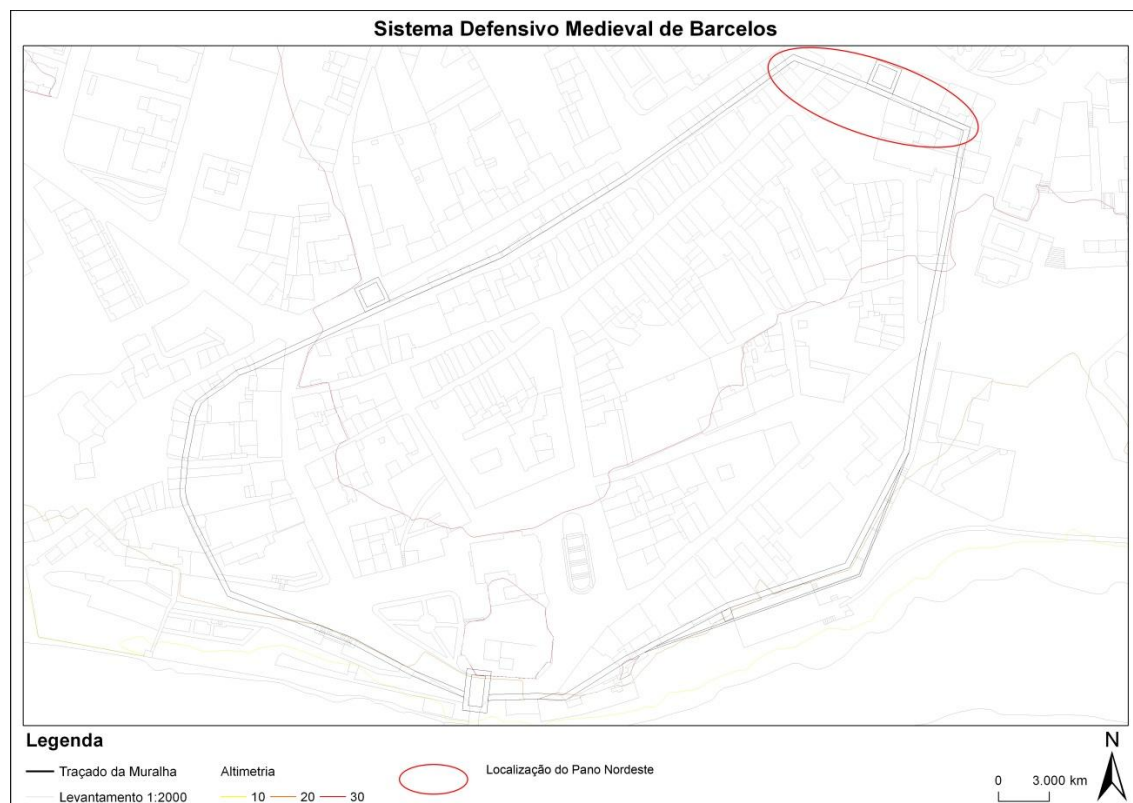


Figura 32 - Localização do Pano Nordeste.

A confirmação deste pano beneficia de um conjunto alargado de vestígios conservados à superfície. A Torre de Cimo de Vila (parcela TCV-01) representa o elemento com mais elevado



grau de conservação do sistema defensivo do século XV, traduzindo-se num indicador importantíssimo enquanto ponto de referenciação e orientação do Pano Nordeste.

Pela observação da planta de 1806 (Figura 10), verificamos que o traçado deste pano atravessava o atual quarteirão A-9 de forma bastante regular, a partir do ponto de inflexão com o Pano Este, percorria as parcelas A9-03, A9-11 e A9-01, situando-se nesta última a porta original que dava para o arrabalde de Cimo de Vila. Daí, percorria de forma marginal o atual quarteirão A4, passando ainda na atual Rua D. António Barroso, onde no século XVI foi aberta a Porta Nova (parcela PN-01) e atingia novo o ponto de inflexão, já no quarteirão B-2. Este pano percorria uma distância de cerca de 80m (Figura 33).

O troço que seguia desde a Torre de Cimo de Vila, até ao ponto de inflexão com o Pano Noroeste requereu uma interpretação mais complexa quanto ao seu traçado, uma vez que não foi possível observar qualquer evidência física passível de estar associada à cerca medieval.

No entanto, a partir vestígios registados no Quarteirão B-2 e no A-9, coadjuvados pela disposição do edificado e pelas fontes iconográficas e escritas, pensamos ter conseguido delinear o traçado com bastante precisão.

Para o efeito efetuámos uma projeção dos vestígios identificados nos quarteirões B-2 e A-9, cruzada com a observação da planta do século XIX. O resultado gerou um traçado essencialmente linear, onde a localização do ponto de inflexão foi determinado pelo local onde os dois panos se intercetavam.

No seguimento deste sector, o traçado do Pano Nordeste no quarteirão B-2 é bastante residual, limitando-se a sensivelmente 12m de pano até ao ponto de inflexão com o Pano Noroeste. Se recorrermos à descrição de António Ferraz de inícios do século XX, referimo-nos à parte que vai da Porta Nova em direção a Noroeste e a poucos metros de distância desta, onde se regista um pequeno desvio para poente (Basto, 1982).

Recuperando a reconstituição de Carlos Alberto Ferreira de Almeida (1990), trata-se dum segmento acerca do qual já não existem evidências devido ao aforamento do espaço no século XIX, sendo no entanto possível traçar o percurso com segurança. Assim, trata-se da parte que vindo da Torre da Porta de Cimo de Vila, "*... continuava, no alinhamento anterior até às traseiras da casa que contorna no lado sul, a Praceta Rogério Calas de Carvalho*".



Figura 33 - Traçado do pano nordeste nos bairros B2, B1 e A9.

### 3.3.3.1. Torre de Cimo de Vila

A Torre de Cimo de Vila (parcela A9-01), contemplando a única das principais torres do sistema defensivo ainda edificada, está localizada a sudoeste do Largo da Porta Nova e a nordeste do Largo Dr. José Novais. Devido ao seu estado de conservação, o local onde se situa não oferece dúvidas, sendo ainda possível observar-se vestígios de um troço de muralha do Pano Nordeste, com orientação Sudeste/Noroeste, adjacentes à sua fachada Sul.

O topónimo de Cimo de Vila é devedor da topografia do local onde se implanta, a zona mais elevada da vila de Barcelos. Do mesmo modo, também o arrabalde que se desenvolve nas suas imediações recebeu o nome de Arrabalde de Cimo de Vila situado na proximidade do antigo Campo da Feira (Almeida, 1990).

### 3.3.3.2. Porta Nova

A Porta Nova (parcela PN-01) consistiu numa adição realizada ao nível do Pano Nordeste nos inícios do século XVI (Almeida, 1990). O seu aparecimento deveu-se ao encerramento de uma porta existente na Torre de Cimo de Vila e à sua substituição pela abertura de uma entrada alternativa, a Porta Nova. Refira-se, aliás, que foi um processo frequente nos centros urbanos portugueses, onde é frequente encontrar o topónimo Porta Nova, resultante de alterações introduzidas nos sistemas defensivos medievais, realizadas na Idade Moderna.

Esta porta situava-se a cerca de 20 m a noroeste da Torre de Cimo de Vila, na desembocadura da antiga Rua Direita (atual D. António Barroso) para o Largo da Porta Nova, topónimo adquirido pela presença da porta em questão.

### 3.3.4. Pano Noroeste

O Pano Noroeste constitui um dos mais extensos tramos do sistema defensivo medieval de Barcelos, com aproximadamente 370 m de comprimento, percorrendo os quarteirões B-2, B-1 e C-1 (Figura 34).

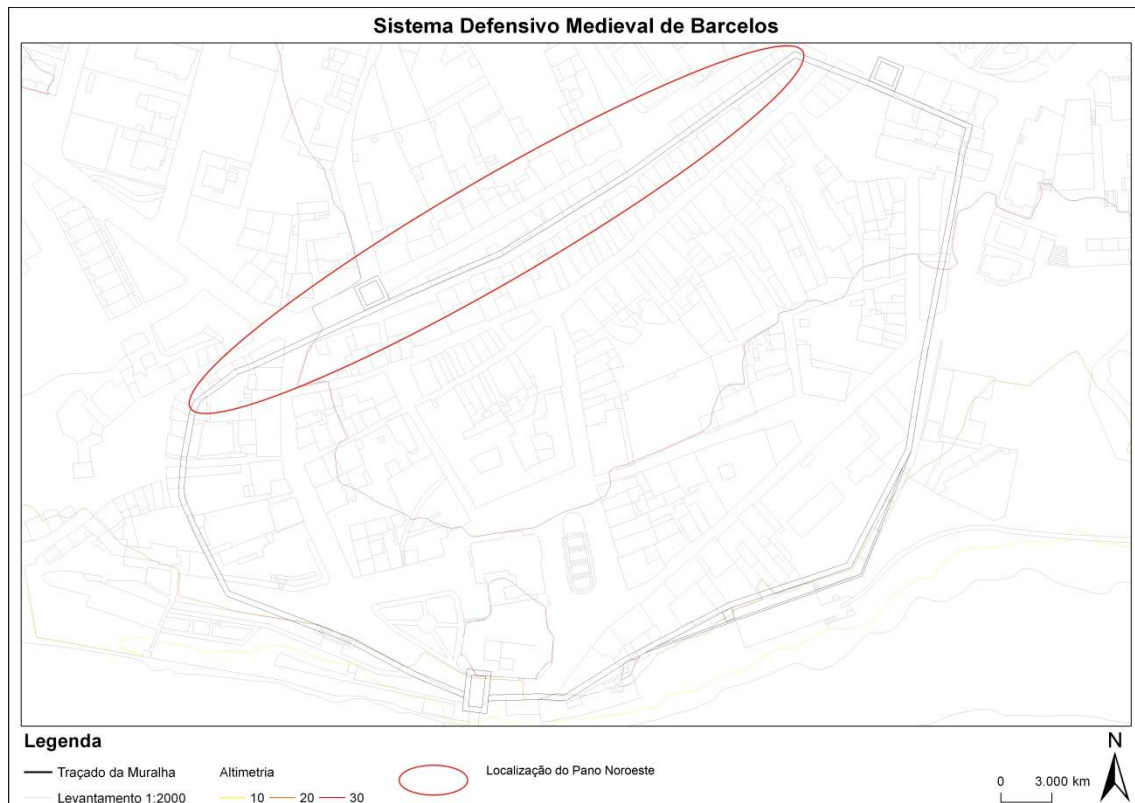


Figura 34 - Localização do Pano Noroeste.

Este pano encontra-se delimitado, na extremidade norte, pelo ponto de inflexão situado no quarteirão B-2. Daí percorre o referido quarteirão, em direção a Sudoeste, passa pelo Postigo da Ferraria, e continuando pelo quarteirão B-1, atinge a Torre da Porta do Vale, terminando no ponto de inflexão com o Pano Oeste, já no quarteirão C-1.

O traçado deste pano da muralha no quarteirão B-2, é descrito por António Ferraz como seguindo em linha reta e paralelo à Rua D. António Barroso, até alcançar a Rua da Esperança – atual Travessa da Esperança – onde terminava numa outra torre e porta (Torre do Vale) (Basto, 1982). Por sua vez, Ferreira de Almeida (1990) especifica-o com mais pormenor, evidenciando que a partir do ponto de inflexão, onde faria um ângulo e “ *inflectia para sudoeste, formando*

*parede ou servindo de alicerce às casas que marginavam, no lado norte, um arruamento estreito que, por isso, se chamava, Rua de Trás ou Rua do Muro".*

Para além destas descrições, a confirmação deste traçado conta também com a informação fornecida pela planta militar de 1806.

Neste sentido, e com o objetivo de procurar os vestígios que atualmente ainda possam testemunhar o Pano Noroeste no quarteirão B-2, prospetámos as parcelas B2-03, B2-08 e B2-11. De facto, pudemos observar que o traçado deste troço da cerca medieval se estenderia formando uma linha reta, disposição agora ocupada pelas fachadas da Travessa de Entre Muros, até ao local do Postigo da Ferraria (parcela PF-01). Esta abertura, datada de 1631 (Fonseca, 1938), constituiu um dos postigos adicionados à muralha no decorrer do século XVII, tendo sido demolido no século XVIII (Basto, 1982). Tal como o nome indica, permitia o acesso à zona da Ferraria.

Após o postigo, o traçado continuava de forma semelhante pelo quarteirão B-1, ainda que ligeiramente mais desviado em direção a poente. Neste quarteirão apenas pudemos registar as evidências físicas na parcela B1-17. No entanto, através do cruzamento dos dados identificados com a planta de 1806, foi possível confirmar o traçado proposto.

Na sequência do quarteirão B-1, o traçado passaria ainda pela Torre da Porta do Vale (parcela TV-01). Apesar de não existirem quaisquer vestígios materiais que permitam confirmar o local exato desta torre, Abade do Louro (1867) situou-a na sequência da rua da Esperança, hoje travessa da Esperança. No decorrer do século XIX, esta torre, tal como a rua a quedava passagem, era também designada como Torre da Esperança, como pudemos confirmar nas atas de vereação (Apêndice II, Transcrição N°2, Fl. 68)

O traçado da muralha a partir da Torre do Vale, em direção a Oeste, desenvolvia-se pelos limites norte e Oeste do quarteirão B1 designadamente pelo limite da parte de trás das parcelas da rua do Poço e do largo da Fonte de Baixo. Da mesma forma, servia de delimitação ao atual logradouro de habitações que têm fachada para a rua Duques de Bragança.

Apesar da significativa ausência de vestígios específicos que confirmem o Pano Noroeste mas, tendo em consideração as referências da localização da Torre do Vale e dos vestígios do Pano Oeste, bem como a sua confrontação com os dados disponibilizados pelas referências bibliográficas e as fontes cartográficas, mas também a própria morfologia do edificado, o traçado proposto parece ser viável. Refira-se, igualmente, que o local não apresenta especificidades capazes de condicionar a implantação da estrutura.

Por fim, no quarteirão C-1 foi identificar várias marcas e vestígios relacionados com o sistema defensivo medieval. De facto, para o Pano Noroeste, designadamente a partir da Torre do Vale, é evidente que uma parte considerável da estrutura defensiva se encontra demolida. Esta situação terá ocorrido, muito provavelmente, na sequência da intervenção urbana de 1857 (Basto, 1982; Fonseca, 1938), quando se abriu a ligação entre as ruas Duques de Bragança e Barjona de Freitas, como ainda é possível observar na planta de 1806. No entanto, entrando já na área abrangida pelo quarteirão, também não foi possível identificar qualquer vestígio do restante Pano Noroeste, bem como do ponto de inflexão com o Pano Oeste. Esta ausência leva-nos a considerar que a referida demolição possa ter provocado a destruição da estrutura dentro do quarteirão, o que não invalida, igualmente, a hipótese de que o pano da cerca medieval possa estar oculto pela atual massa de edificação que se regista no quarteirão C1. Não obstante, pudemos registar a existência de um conjunto de edificações, nomeadamente nas parcelas: C1-02, C1-03 e C1-04, cujos paramentos parecem reproduzir o traçado da muralha, tal como o sugerido por Ferreira de Almeida (1990).

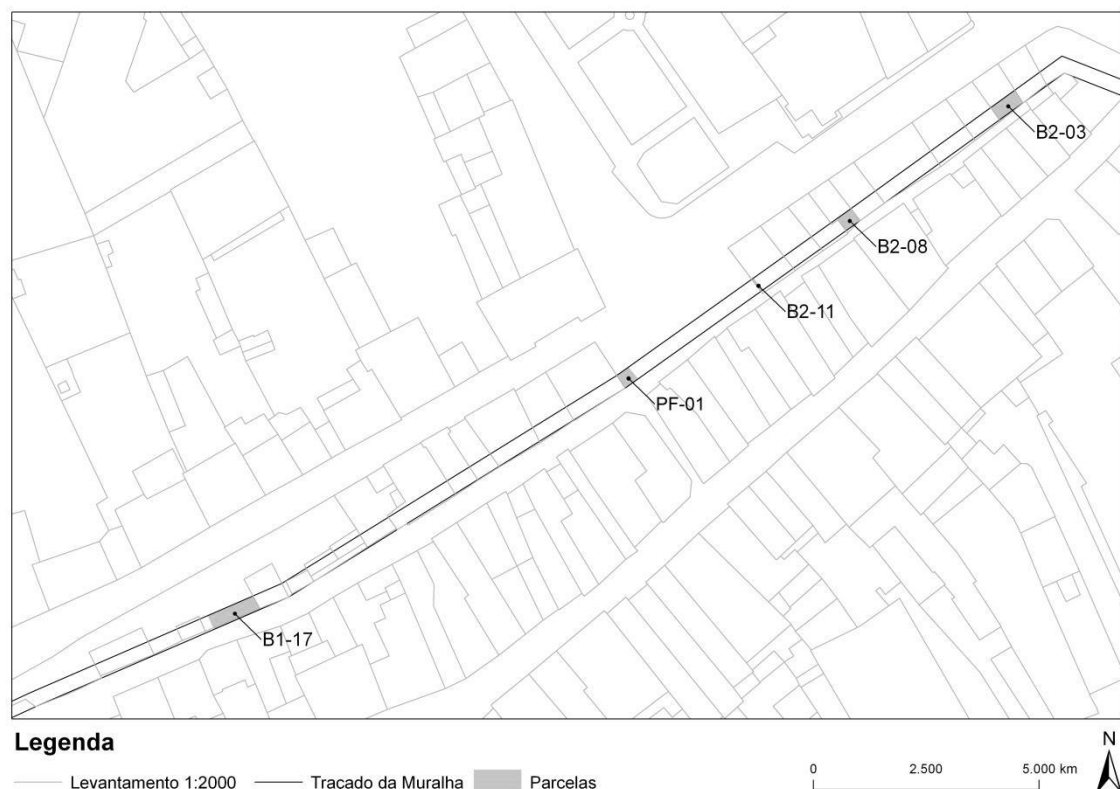


Figura 35 - Traçado do pano noroeste entre a parcela B2-03 do quarteirão B2 e a parcela B1-17 do quarteirão 17.

### 3.3.3.1. Postigo da Ferraria

Para além do percurso executado pelos panos de muralha, é inevitável termos em consideração as aberturas que permitiam a circulação entre o interior e o exterior do perímetro

muralhado. No troço em causa, seguindo a ordem das zonas em prospeção, deparamo-nos com o local do Postigo da Ferraria, que não fazia parte das portas originais do sistema defensivo, tendo sido aberto em 1631 (Fonseca, 1938). Recorrendo à planta de 1806 pensamos que o postigo ter-se-á localizado na desembocadura norte da atual travessa da Ferraria, que permitia a ligação entre a antiga rua Direita (atual rua D. António Barroso) e a Travessa Entre Muros. Refira-se, contudo que durante a tarefa de prospeção não foram identificadas quaisquer evidências. Desta forma, tudo indica que o Postigo da Ferraria terá sido demolido no século XVIII, juntamente com o troço de muralha no enfiamento da atual Praça de Pontevedra, com esta última a ocupar um espaço exterior ao antigo perímetro amuralhado (Basto, 1982).

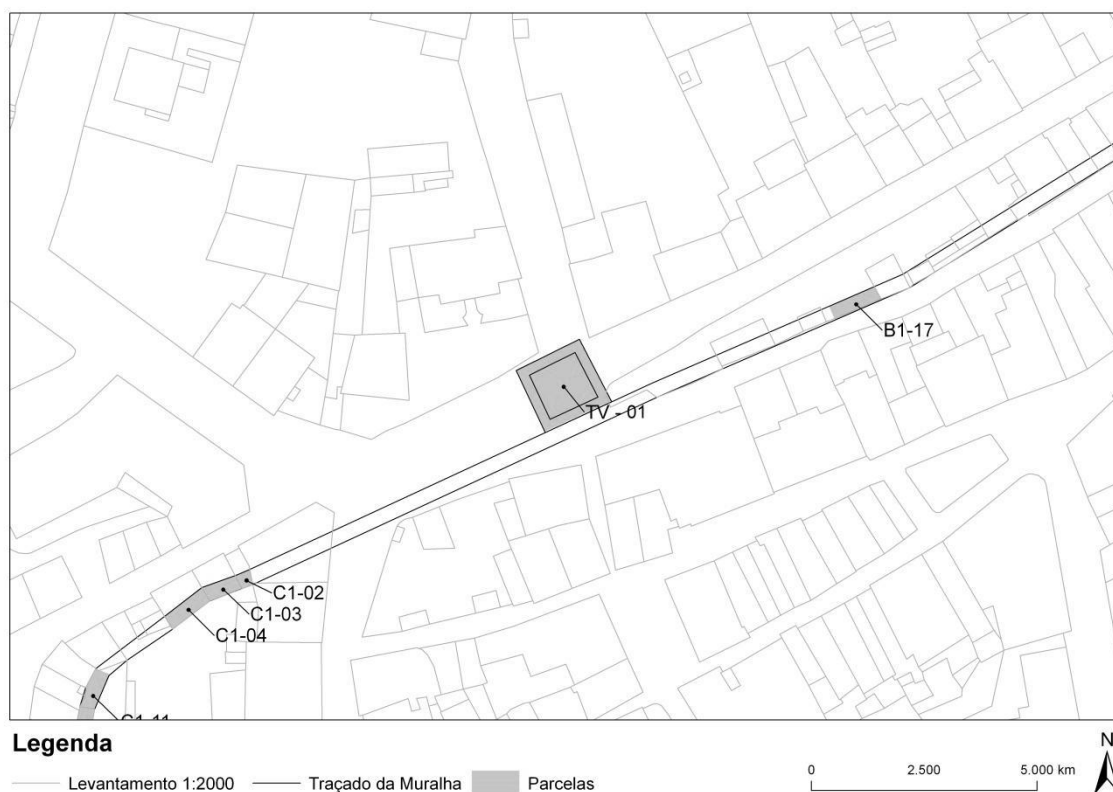


Figura 36 - Traçado da muralha entre a parcela B1-17 do quartiere B1 e a parcela C1-04 do quartiere C1.

### 3.3.3.2. Torre da Porta do Vale

Um dos objetivos da nossa análise passava, igualmente, por identificar algumas evidências relativas a uma das portas principais, a Porta do Vale, que estaria integrada numa torre (parcela TV-01). No entanto, pelo que foi possível apurar à superfície não conseguimos identificar vestígios passíveis de serem relacionados com uma estrutura deste tipo.

A Torre da Porta do Vale defendia uma das portas originais do sistema defensivo. A partir do século XVII conheceu uma utilização como lugar de culto, até ser demolida em 1796.

A sua localização pôde ser obtida através do cruzamento do traçado do Pano Noroeste com a atual travessa da Esperança, local referido pelo Abade do Louro (1867) que referiu que a Torre da Porta do Vale permitia a ligação, em linha reta, entre o Largo do Apoio e a Rua da Barreta.

### 3.3.5. Pano Oeste

Tal como referido, o Pano Oeste tinha o seu início ainda dentro do quarteirão C1, atravessava todo o quarteirão C2 e findava no ponto de inflexão com o Pano Noroeste, ao nível da Rua Dr. Miguel da Fonseca. Foi possível confirmar com exatidão o traçado da muralha neste setor através da identificação de um troço da estrutura que se estendia desde o ponto de inflexão com o Pano Noroeste, até ao local da Porta de Fundo de Vila (parcela PFV-01) (Figura 37).

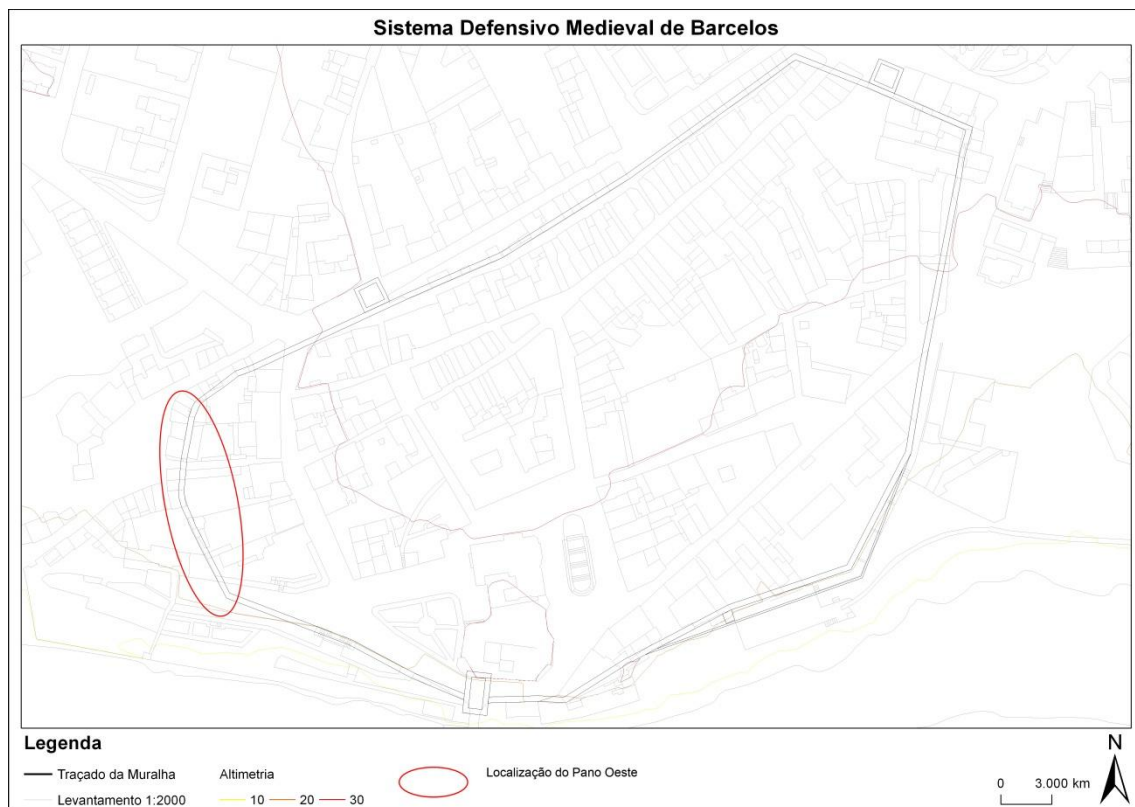


Figura 37 - Localização do Pano Oeste.

No quarteirão C-2 possuíamos, como ponto de partida, a localização da Porta de Fundo de Vila, local onde o tramo de muralha estabelecia a ligação entre este quarteirão e o C-1. À semelhança do ocorrido no quarteirão anterior, também neste quarteirão foi possível proceder ao registo de várias parcelas com vestígios. Em termos práticos foi possível confirmar e recuperar parte do Pano Oeste com bastante precisão. O esquema de disposição da estrutura traduz uma repetição do observado no quarteirão anterior, continuando a orientação norte/sul descrevendo uma ligeira curva. Apesar das semelhanças registadas até na forma de reutilização da estrutura da muralha, neste caso, podemos observar uma maior integração das habitações adossadas

pela parte exterior do perímetro da muralha. Registou-se, também, que o seu traçado coincide com a delimitação das parcelas com fachada para o largo da Fonte de Baixo e para a rua Dr. Miguel da Fonseca, bem como com o logradouro de habitações voltadas à rua Duques de Bragança.

O troço que identificamos, logo após a Porta de Fundo de Vila, sofre uma interrupção de poucos metros no local agora ocupado por um anexo, tendo continuidade noutro troço que, menos visível e também padecente de demolição parcial no local onde a intervenção arqueológica de 2005, permitiu perceber a existência da estrutura medieval. O último vestígio identificado diz respeito a um paramento sobreposto por uma reconstrução superior situado já numa parcela com fachada para a rua Dr. Miguel da Fonseca.

No quarteirão C-2 o traçado não ofereceu grandes dificuldades de interpretação, uma vez que os vestígios registados permitem traçar, quase na totalidade, o percurso com grande rigor e precisão. No entanto, não foi possível encontrar vestígios do ponto de inflexão com o Pano Sudoeste. Neste caso, restou-nos elaborar uma proposta de traçado, baseada nas fontes cartográficas. Como se pode verificar na planta da DGEMN, o Pano Oeste estendia-se pelo menos até parte da atual rua Dr. Miguel da Fonseca, sendo aí o local em que considerámos possível que se situasse o ponto de inflexão, onde se ligaria ao Pano Sudoeste (Figura 35).

#### **3.3.5.1. Porta de Fundo de Vila**

A Porta de Fundo de Vila conhece parcas referências documentais. Na «*Corografia Portuguesa*» de 1706, da autoria do Padre António Carvalho da Costa<sup>8</sup>, é mencionada como uma das quatro portas da muralha, localizada na zona da Fonte de Baixo.

Por sua vez, nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela e Borralheiro: 1998), apenas se regista que pertence ao conjunto das portas do sistema defensivo e que possuía uma orientação de entrada virada para o oriente, colocando-a no Pano Oeste da cerca medieval.

Todavia, a existência da Porta de Fundo de Vila subsistiu no topónimo da atual Rua do Arco, artéria por onde se fazia a ligação entre o interior do perímetro amuralhado e o arrabalde da Fonte de Baixo.

Da análise que pudemos efetuar, apesar da porta já não existir, não nos deparamos com qualquer informação sobre a sua demolição. No entanto, uma vez que ainda é mencionada pelo Abade do Louro a presença de troços da muralha ainda bem conservados nos quarteirões C-1 e C-2, permitiu estabelecer a sua localização de forma muito precisa. Na parcela C1-11 foi possível

---

<sup>8</sup> Como portas são referidas: a “Torre da Ponte”; a “porta nova”; a “do Valle”; a “da fonte de baixo”. Como postigos: o “da Feyra”; o “das Vigandeiras”; o “dos Pelames”.



observar o interface de rutura da demolição da porta. Na parcela C2-02, apesar de não existir um interface de rutura, a estrutura da muralha encontra-se fossilizada na fachada do edifício atual, podendo ser observada em secção.

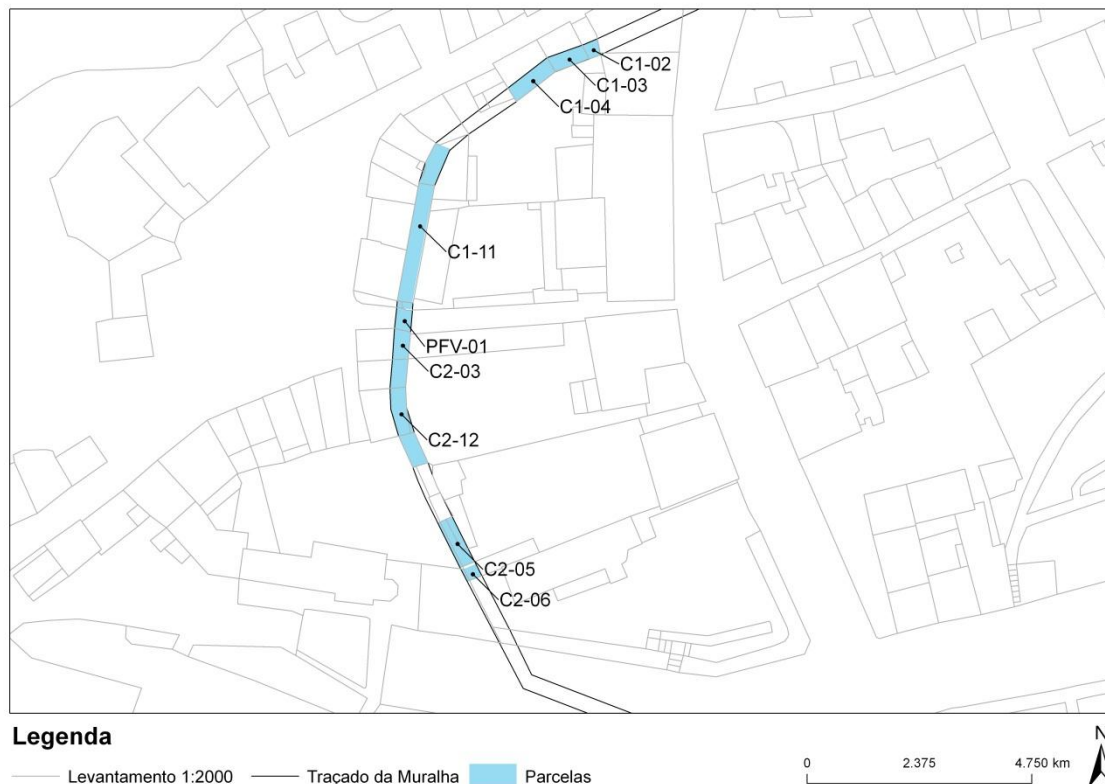


Figura 38 - Traçado do pano Oeste nos quarteirões C1 e C2.

### 3.3.6. Pano Sudoeste

O Plano Sudoeste tem o seu início no ponto de inflexão com o Pano Oeste, no local atualmente ocupado pela Rua Dr. Miguel da Fonseca. A partir deste ponto desenvolve-se por todo o Quarteirão C3 até findar na Torre da Porta da Ponte.

Apesar de aparentemente estarmos na presença de um tramo de fácil retificação, na verdade, o Pano Sudoeste constituiu uma das zonas mais problemáticas no que diz respeito à confirmação exata do traçado da muralha.

Este pano, inserido quase na sua totalidade no quarteirão C3, foi demolido em 1811 na sequência do aluimento e demolição da Torre da Ponte, tal como registado nas atas de vereação da Câmara de Barcelos (Apêndice II, Transcrição N.º 3, Fl. 44 v.). De facto, a grande problemática traduziu-se pela observação insuficiente de reminiscências, numa zona alvo de grandes remodelações nos inícios do século XX.

Atualmente, com a construção do miradouro, é possível observar a existência de vários paramentos em diferentes planos. Esta situação conduziu à necessidade de proceder a uma

análise mais cuidada e ponderada, onde foi essencial o cruzamento dos vários tipos de fontes, como forma de evitar conclusões precipitadas ou pouco sustentadas.

Na realidade, a abertura da rua Dr. Miguel da Fonseca criou uma grande rutura no sistema amuralhado, interferindo diretamente com o ponto de inflexão entre os Panos Sudoeste e Oeste, anulando possíveis pontos de referência, apenas subsistindo, para efeitos de alinhamento, o cunhal da Torre da Ponte.

Por outro lado, também a construção do edifício do Turismo em meados do Século XX, ainda que localizada no quarteirão C-2, vem agudizar esta problemática devido à transformação que provocou no edificado anterior, cuja morfologia era um indicador importante para a compreensão do percurso da cerca. Também as fotografias de inícios do século XX, apesar de parecerem evidenciar a presença da muralha, não são suficientemente explícitas para fornecer pontos de referência exatos à reconstituição do edificado anterior.

No entanto, a reformulação da zona ribeirinha, que atualmente delimita a malha urbana, constitui a ação mais problemática do ponto de vista de transformação da paisagem. De facto, a construção do miradouro provocou um grande impacto na paisagem afetando de tal forma o edificado e a estrutura da muralha, que tornou extremamente subjetiva a interpretação do traçado do Pano Sudoeste, com base no edificado. Na realidade, as fontes fotográficas revelam uma paisagem anterior bastante caótica, não sendo totalmente perceptível a presença da muralha ou de reaproveitamento desta, salvo em alguns pontos em que a sua presença é mais evidente.

Não obstante, a tarefa de prospeção propiciou o registo de alguns vestígios na zona mais próxima da Torre da Ponte. Nesse local, pudemos observar a subsistência de evidências físicas anteriores às reformulações do miradouro, pondo-se desde logo a hipótese de poderem constituir partes sobreviventes da cerca medieval (parcelas C3-08 e C3-10).

Neste sentido, procurámos realizar a interpretação do Pano Sudoeste através do cruzamento de várias fontes. Esta circunstância permitiu-nos considerar três propostas para a confirmação do traçado da muralha neste sector.

A primeira proposta (Figura 39) baseou-se na análise das técnicas e dos materiais construtivos observados nos vestígios identificados nas imediações da Torre da Ponte, designadamente a existência de um aparelho em alvenaria, de argamassa de argila, que traduzem características semelhantes às que se verificam na muralha medieval. Neste sentido, o traçado deveria seguir a própria morfologia do muro de contenção do terraço intermédio. Tendo como ponto de referência o arranque do troço de muralha que consideramos na parcela C3-10, é possível admitir que a muralha podia seguir de forma retilínea até à parcela C3-08, infletindo

nesse ponto, e continuando pelo terraço até ao ponto de inflexão com o Pano Oeste, ou seja, no seguimento da parcela do sítio C2-06, como se pode observar na figura 39. No entanto, quando cruzadas as informações provenientes das fotografias de inícios do século XX e as plantas corrigidas, não encontramos uma coerência no conjunto informativo. Da mesma forma, no seu seguimento não se observam vestígios que se possam associar à muralha. Já a planta do século XIX tende a mostrar no traçado uma inflexão para o interior, contrariamente ao que esta proposta sugere.

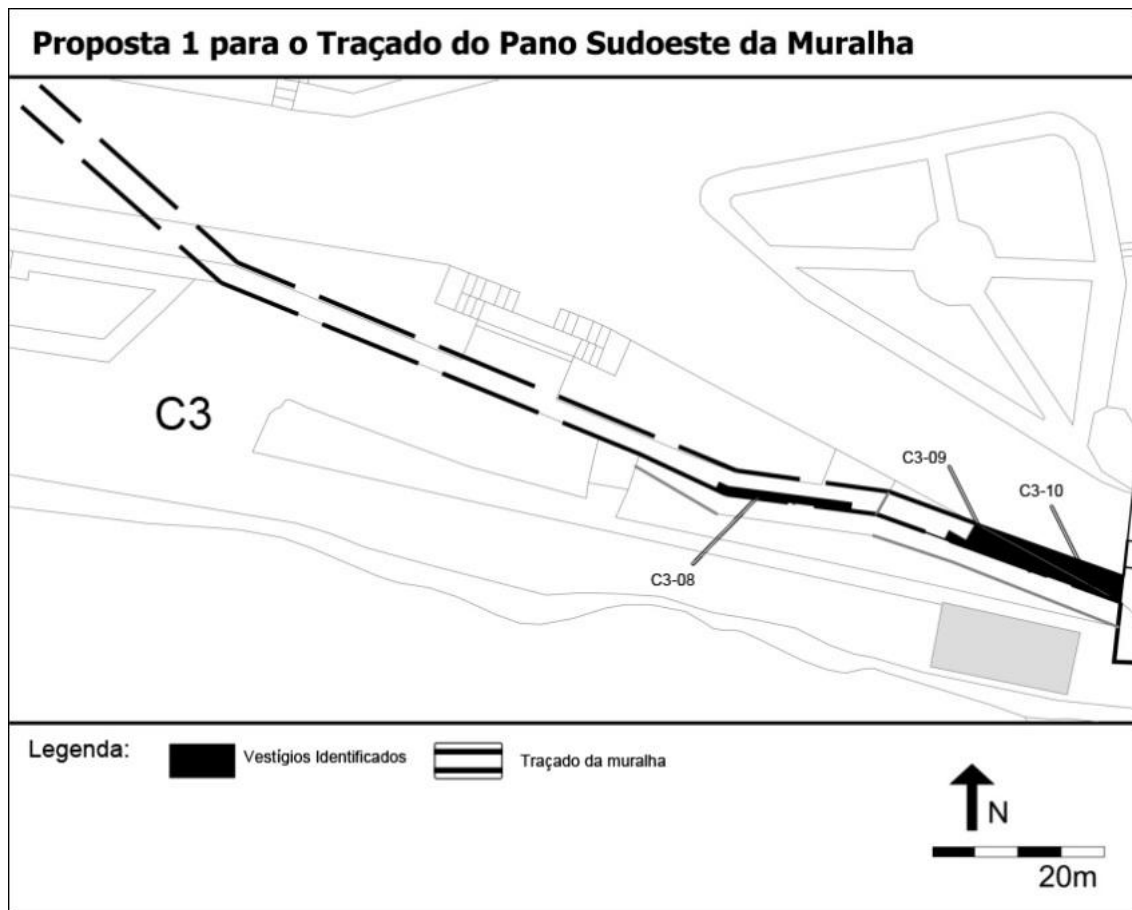


Figura 39 - Proposta 1 para o traçado do Pano Sudoeste no quarteirão C3.

A segunda proposta (Figura 39) teve em consideração o pressuposto de que o muro de contenção do terraço superior do miradouro Pudesse constituir um aproveitamento parcial, conservando o traçado da cerca medieval desde o paramento onde arranca da Torre da Ponte até ao ponto onde se encontra um escadório e as instalações sanitárias. Na realidade, esta proposta recupera em grande parte o traçado avançado por Ferreira de Almeida (1990).

Após a observação no terreno do paramento em causa podemos verificar que o tipo de aparelho não difere caracteristicamente do que podemos observar na muralha. No entanto, podemos igualmente observar na sua constituição a utilização de uma argamassa de carácter

recente. Esta circunstância levou-nos a considerar, à parte de respeitar ou não o traçado da muralha, que se trataria de uma construção ou reconstrução recente.

Todavia, a confrontação deste traçado com os dados cartográficos revelou, igualmente, a partir de determinado ponto, uma discordância com o traçado sugerido pela cartografia. Do mesmo modo, a partir da análise das fotografias dos inícios do século XX podemos observar a existência de uma estrutura semelhante, anterior à renovação, ficando a dúvida quanto ao seu traçado exato, e tal como para o sítio C3-08, a sua cronologia.

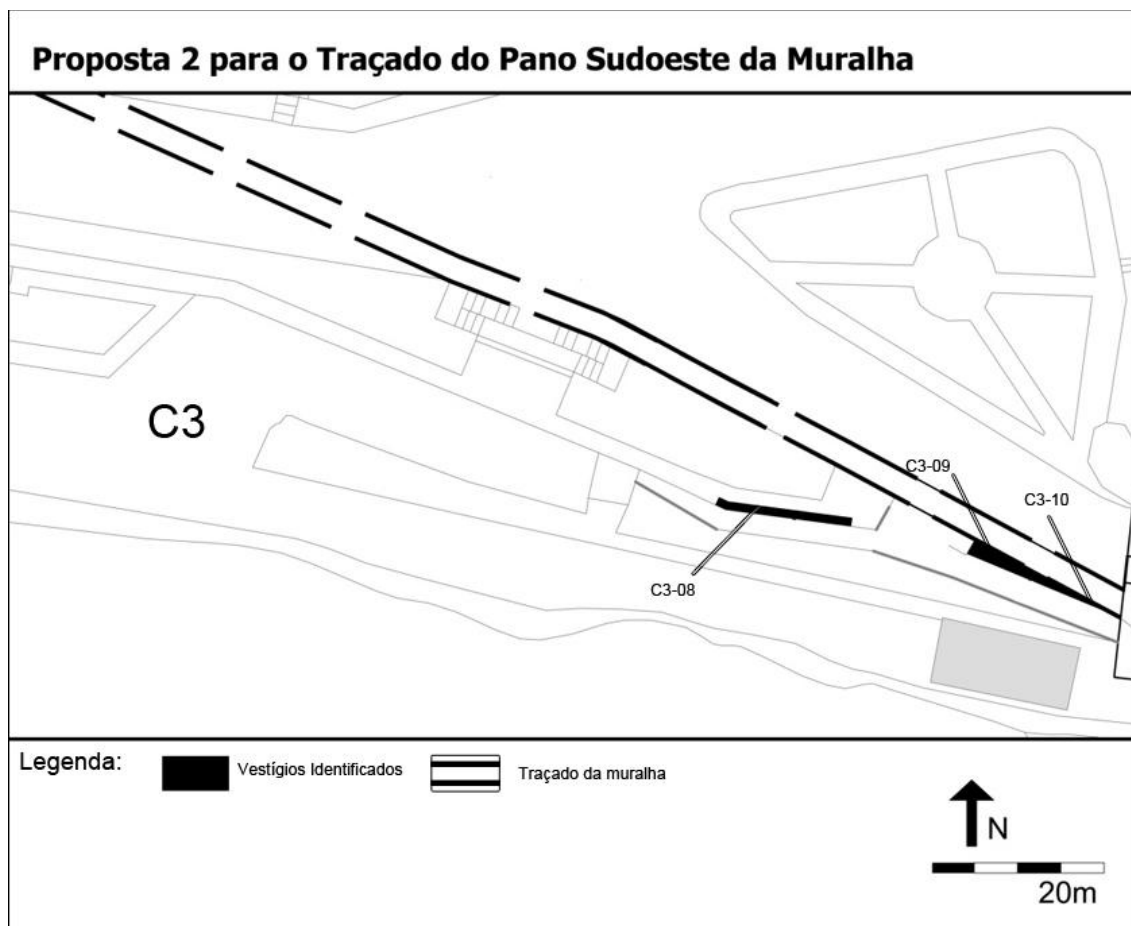


Figura 40 - Proposta 2 para o traçado do Pano sudoeste no bairro C3.

Por fim, a terceira proposta teve por base o traçado representado na cartografia, essencialmente pela planta da DGEMN (Figura 12), que apresenta o edificado anterior às alterações de meados do século XX fornecendo, deste modo, indicações indiretas acerca da presença, traçado e morfologia da estrutura que integrava o sistema defensivo medieval.

Neste sentido, consideramos como ponto de partida o arranque da muralha a partir da Torre da Ponte, tal como é apresentado na primeira proposta. No entanto, a partir deste ponto, pensamos que não seguiria em direção ao sítio C3-08, mas sim um traçado mais concordante com o da segunda proposta, ou seja, num plano mais avançado relativamente ao paramento

hoje existente. Seguir-se-ia um ligeiro ponto de inflexão junto à zona da escadaria e seguiria em linha reta até ao ponto de inflexão com o pano Oeste, como se pode observar na figura 41.

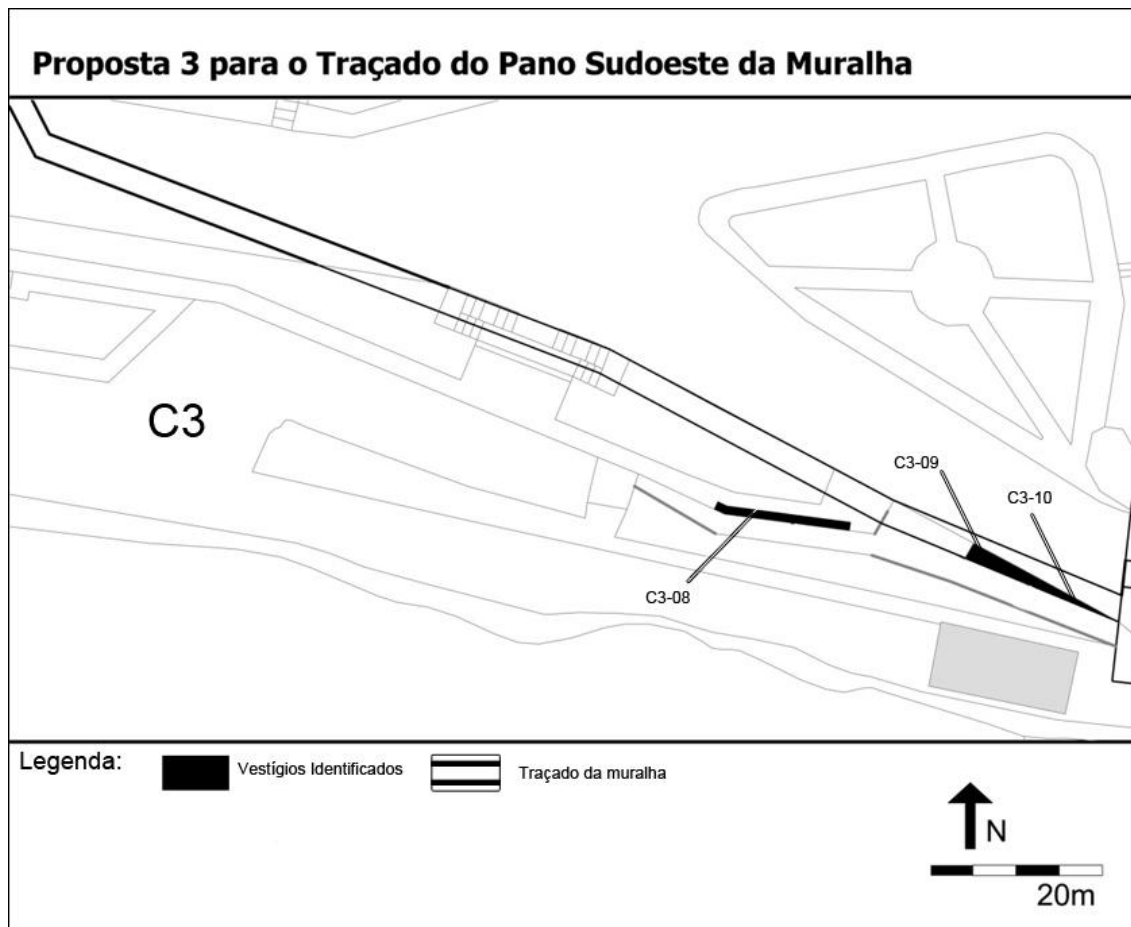


Figura 41 - Proposta 3 para o traçado do Pano sudoeste no bairro C3.

Refira-se, ainda, que a vista tirada por Duarte d'Armas, em 1509/1510, constituiu um documento bastante útil à reconstituição do sistema defensivo medieval de Barcelos, permitindo, no caso do Pano Sudeste, observar a sua quase totalidade. Da mesma forma, a partir da sua análise foi possível fazer a distinção entre os Panos Noroeste, Oeste e Sudoeste, bem como os seus pontos de inflexão.

### 3.3.6.1. Postigo das Vingandeiras

O Postigo das Vingandeiras (parcela C3-09), a única abertura efetuada no Pano Sudoeste da muralha e que ainda hoje constitui um local de passagem no miradouro sobre o rio, localiza-se no quadrante nascente do bairro C3, já próximo da Torre da Porta da Ponte. Traduz uma abertura efetuada no século XVII e demolida juntamente com o Pano Sudoeste em 1811. Nas Memórias Paroquiais, de 1758, encontramos a referência a um postigo, chamado dos Pelames, imediatamente a poente da Torre da Ponte (Capela e Borralheiro, 1998). Pela localização, pensamos que se refira ao postigo das Vingandeiras que o inquirido, por lapso, terá confundido

com o Postigo do Pessegal, esse sim, referido pelo Abade do Louro (1867) como o Postigo dos Pelames, no enfiamento da artéria com o mesmo nome.

O seu acesso, a partir do interior do perímetro amuralhado, devia estabelecer-se transversalmente à antiga rua do Terreiro, hoje rua Duques de Bragança, no seguimento da porta oeste da Torre da Ponte. A sua continuidade no exterior levava à viela das *Vingandeiras* através de uma escadaria. Esta artéria possibilitava ainda o acesso às azenhas. Tal como na atualidade, devia permitir apenas uma utilização pedonal e possuía uma escadaria devido ao relevo bastante acidentado.

### **3.4. Arquitetura, materiais e técnicas construtivas**

A muralha medieval de Barcelos compreendeu um conjunto diferenciado de soluções arquitetónicas que consideramos importante analisar neste trabalho devido ao carácter tardio da estrutura mas, também, às soluções construtivas empregues. De facto, trata-se de uma cerca urbana dos finais da Idade Média, cuja arquitetura bem como as técnicas e materiais empregues devem ser analisados de acordo com contexto histórico em que foi produzida mas, também, na conjuntura das muralhas erguidas durante o século XV. Pensamos, igualmente, poder contribuir com o caso de Barcelos para a problemática dos sistemas defensivos medievais da Baixa Idade Média, assim como para a aplicação de uma metodologia de análise válida para outras realidades urbanas.

Se as fontes existentes permitiram elaborar uma caracterização arquitetónica bastante detalhada do sistema defensivo, também os vários estudos realizados, tanto pela observação de vestígios conservados, como pelo recurso à representação iconográfica do século XVI de Duarte d'Armas (Fonseca, 1938; Basto, 1982; Almeida, 1990; Vale, 1991; Flores, 1999), abordam as especificidades inerentes à construção da muralha medieval de Barcelos.

Não obstante, a nossa abordagem pretendeu traçar com elevado grau de pormenor as soluções construtivas adotadas na edificação do sistema defensivo medieval de Barcelos, não só através do levantamento dos vestígios conservados que integram ainda o tecido urbano de Barcelos, como também, através do cruzamento de diferentes fontes de informação, com particular destaque para a representação iconográfica do “*Livro das Fortalezas*”.

Tal como já referimos anteriormente, a visão apresentada no “*Livro das Fortalezas*” traduz uma perspetiva da parte sul da Vila, representando diferentes elementos defensivos como a Torre da Ponte, em grande destaque, juntamente com os Panos Sudoeste e Sudeste. Apesar de se tratar uma perspetiva parcial da muralha, permite desconstruir os principais elementos

arquitetónicos que a compõem. A nível da constituição do sistema defensivo, este era constituído por um conjunto de panos, com 4 torres que superavam em altitude os paramentos e ainda uma espécie de barbacã.

Os panos possuíam na face virada para o exterior um remate superior com merlões e ameias, situando-se na face interior uma zona de adarve.

A Torre da Ponte, integrada com o paço na representação de Duarte d'Armas, possuía cobertura, janelas nas três faces voltadas para o exterior, ou seja, apresenta uma maior elaboração arquitetónica relativamente às outras. As restantes, designadamente a Torre do Vale e Torre de Cimo de Vila, apresentam uma arquitetura mais singela, sem abertura e evidenciando uma planta em "U", ou seja, com uma abertura para o interior da vila. O remate superior era igualmente com ameias e merlões.

Por sua vez, o Postigo do Pessegal possuía outro tipo de estruturas de apoio defensivo associadas. À semelhança das portas principais, possuía uma torre, de compleição menor do que as principais e ainda uma barbacã.

Esta caracterização arquitetónica, subsidiária da representação de Duarte d'Armas, possui correspondência com alguns vestígios identificados nos trabalhos de prospeção realizados no âmbito deste trabalho. Se por um lado a iconografia se tornou essencial na compreensão geral da arquitetura do sistema defensivo ao nível dos componentes, os vestígios identificados revelaram-se fundamentais para a compreensão mais pormenorizada dos volumes, técnicas e materiais utilizados na sua construção.

Desta forma, a importância do registo dos vestígios existentes pautou-se pela confirmação da arquitetura representada por Duarte d'Armas mas, também, pela aquisição de outros e novos tipos de informação que permitam caracterizar com mais pormenor e segurança a arquitetura, as técnicas e os materiais empregues no sistema defensivo de Barcelos.

#### **3.4.1. Técnicas construtivas dos Panos, torres e Pontos de Inflexão**

Os muros dos panos constituíam o principal componente estrutural e também o mais extenso do sistema defensivo. Os vestígios identificados demonstraram a utilização de técnicas construtivas bastante comuns ao nível dos paramentos. Os muros possuíam um esquema de duas faces entremeadas por um enchimento. O aparelho das faces era constituído por uma alvenaria de silhares em granito bastante irregulares, de média dimensão, entre os 50/80cm de comprimento e os 30/40 cm de largura. Era ainda completado por pequenos elementos como forma de preenchimento dos espaços provocados pela irregularidade dos silhares de maior

dimensão. A argamassa das juntas era constituída à base de uma mistura de argila, cal e alguma areia, de cor amarelada (Figura 44 – esquerda).

No quartirão D-1, nas parcelas D1-01, D1-03, D1-04 e D1-05, podemos confirmar exemplos do aparelho da face voltada para o exterior, identificados no Pano Sudeste. Já a face voltada para o interior foi registada na parcela D1-03.

Igualmente, no Pano Este voltámos a registar o aparelho da face exterior no quartirão D-1, na parcela D1-05 e no quartirão A-9, nas parcelas A9-07 e A9-08 e A9-09. Este último constituiu igualmente o único sítio onde pudemos observar o aparelho da face interior neste quartirão.

Por sua vez, no Pano Nordeste registamos exemplos do aparelho da face interna no quartirão A-9, nas parcelas A9-01 e A9-12. De forma muito residual, a estrutura do Pano Noroeste apenas foi observado no sítio B2-03, embora este aparelho específico possa já constituir a parte do alicerce.

O Pano Este possuía visível uma grande extensão da face interior da estrutura da muralha. No quartirão C-1, ambas as faces foram identificadas no sítio C1-11, ainda que a face exterior apenas de forma muito residual. Por fim, no quartirão C2 foi ainda identificada a face interior, designadamente nas parcelas C2-03, C2-05 e C2-12, enquanto a face exterior apenas foi registada na parcela C2-06.

O enchimento que preenchia o espaço entre as duas faces e conferia sustentabilidade à estrutura era constituído à base de terra, argila e pedra miúda. Tratava-se do componente que ocupava grande parte do espaço volumétrico. Juntamente com as faces, a espessura da estrutura situava-se entre os 2,80m e os 3m, com a particularidade de ser toda argamassada. Esta circunstância conferia à estrutura capacidade para atingir alturas consideráveis.

O enchimento do Pano Sudeste foi observado no quartirão D-1, nas parcelas D1-01 e D1-03, em secção, enquanto no Pano Este, pôde ser observado no quartirão A-9, designadamente na parcela A9-09. Por fim, o enchimento da muralha pode ser ainda observado no quartirão C-1, na parcelas C1-11 e no quartirão C-2, na parcela C2-12 (Figura 44 – direita).



Relativamente às espessuras da estrutura pudemos efetuar medições no quarteirão D-1, referente à espessura do Pano Sudeste, nomeadamente nas parcelas D1-03. A espessura do Pano Nordeste foi registada no quarteirão A-9, nas parcelas A9-03 e A9-04. No caso do Pano Noroeste, apenas foi possível registar uma espessura parcial no quarteirão B-2, na parcela B2-08. Finalmente, para o Pano Oeste, a sua espessura pode ser aferida no quarteirão C-1, na parcela C1-11 e, no quarteirão C-2, na parcela C2-02.

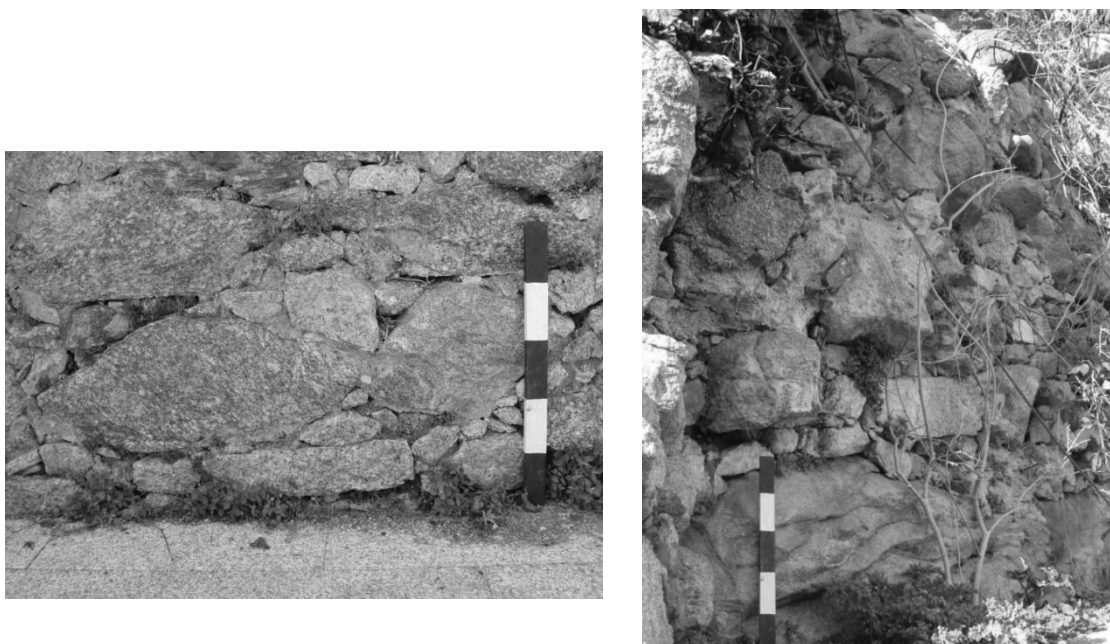


Figura 42 - Esquerda: Pormenor do aparelho no sítio D1-05. Direita: Interior da estrutura da muralha no sítio D1-02

### **3.4.2. Pontos de inflexão**

Os pontos de inflexão determinavam o local onde os troços retilíneos mudavam de direção. Do ponto de vista arquitetónico, a técnica empregue representava uma exceção à alvenaria dos panos.

De facto, as faces dos panos da muralha eram constituídas na sua maioria por um aparelho em alvenaria irregular, exceto nos pontos em que o traçado mudava de direção (Flores, 1999). A articulação entre os muros era efetuada pelo recurso a um aparelho de cantaria com silhares em granito, bastante regulares e dispostos horizontalmente. Este sistema, apesar de empregado na maioria dos panos, terá existido uma maior incidência no Quadrante Este da muralha, mais propriamente no quarteirão D1, onde se observamos a conservação de pontos de inflexão nas parcelas D1-02 e D1-5 (Figura 43 – esquerda). A utilização deste sistema e de troços totalmente retilíneos contrastava com os troços ligeiramente curvilíneos visíveis no Pano Oeste, mais propriamente nos quarteirões C-1 e C-2 (Figura 43 – direita).

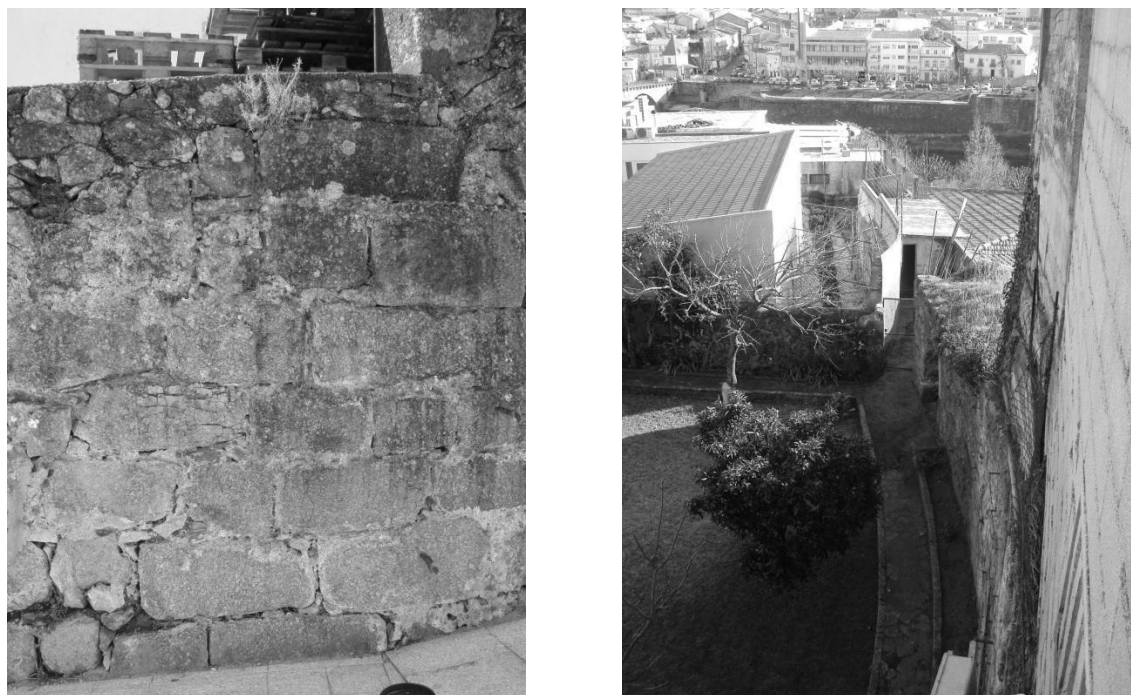


Figura 43 - Esquerda: Pormenor de um ponto de inflexão na aparcela D1-05; Direita: Pormenor do traçado curvilíneo da muralha no quarteirão C2.

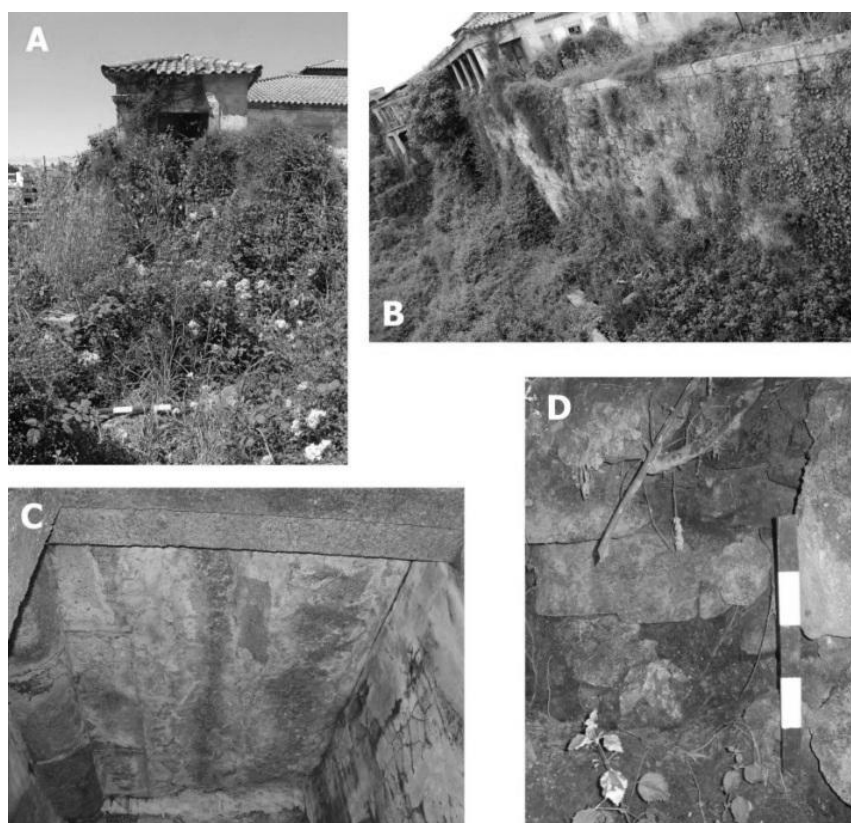


Figura 44 - Técnicas e materiais construtivos da muralha no sítio D1-03 (A- espessura no topo; B- Aparelho e reaproveitamento do topo como passagem e varanda; C- Espessura vista do interior; D- Constituição do interior.

### **3.4.3. Alicerces e zonas de implantação**

Tal como já referido, a zona de ocupação medieval de Barcelos encontra-se implantada sob um maciço rochoso que em determinados locais, como nas margens do rio, se encontram à superfície. A verificação de diferentes condições geomorfológicas do terreno permitiu-nos identificar duas modalidades distintas

No local de implantação dos Pano Noroeste e Oeste o terreno apresenta um declive suave em direção a poente, não representando uma situação particularmente favorável, do ponto de vista defensivo, para a implantação da estrutura.

Tal como já apurado nas escavações realizadas num dos troços do Pano Oeste, na parcela C2-05 do quarteirão C-2, a muralha foi implantada nesta zona com alicerces ligeiramente mais potentes do que os do paramento de muralha, assim como com grande profundidade (Brochado, 2005). Esta solução deverá estar relacionada com a necessidade de produzir uma base de sustentação maior devido à grande elevação que a cerca medieval deveria possuir neste ponto. Face a este cenário, pensamos que o traçado da muralha terá sido principalmente definido em função do tecido urbano pré-existente, na zona do Fundo de Vila (Vale, 1991).

No caso dos panos Sudoeste e Sudeste as soluções de implantação da muralha terão sido diferentes. Nestes tramos, tomando como exemplo a parcela C3-10 do Quarteirão C3, e D1-02, D1-04 e D1-05 do quarteirão D1, a própria topografia e condições geomorfológicas do terreno exercem uma influência direta na forma de implantação da estrutura. Na realidade, trata-se de uma zona de escarpa com uma acentuada pendente, encontrando-se o afloramento rochoso à superfície. Deste modo, a estrutura parece assentar diretamente na rocha (Figura 45), sendo visíveis zonas de corte e afeiçoamento de determinadas zonas do afloramento proporcionando uma base sólida de sustentação à construção. Apesar dos afloramentos serem evidentes, a própria pendente do local terá exercido uma influência direta no planeamento do traçado.

De um modo geral, nas referidas parcelas observamos uma implantação num substrato rochoso granítico, com exceção da parcela D1-05 do quarteirão D1, onde parte da estrutura assentava num substrato rochoso xistoso.

Face a estas observações supomos, igualmente, que o aproveitamento da topografia e das condições geomorfológicas do terreno se repita em todo o quarteirão D1 e C3, incluindo a Torre da Porta da Ponte (parcela TP-01).

Igualmente significativa é a diferença de cota de circulação observada entre o espaço interior e exterior à muralha em determinados locais. Este tipo de assimetria foi particularmente notável

nos Panos Sudoeste e Sudeste, nos quarteiros C3 e D1 respetivamente. Ao que parece, ter-se-á tratado dum aproveitamento da inclinação natural da encosta do rio, com a implantação da muralha a seguir a cota dos 20m de altitude.

No caso do Pano Nordeste, quarteirão A9, o troço que seguia desde a Porta Nova até à Torre de Cimo de Vila, não apresenta uma diferença substancial do nível de circulação entre a zona interior e exterior da cerca. No entanto, a partir da Torre da Porta de Cimo de Vila (Parcela A9-01), pudemos observar a existência de uma pendente para sul, em direção ao rio. A assimetria existente, contemplava essencialmente as cotas dos espaços internos e externos. No lado externo, verificava-se uma inclinação descendente a partir da referida torre, pela antiga rua da calçada, que se vai acentuado para a banda do sul, na direção do rio. No lado interno, o nível de circulação mantém-se nivelado mesmo após a Torre da Porta de Cimo de Vila (Parcela A9-01), formando uma espécie de praça, ou largo, que assume uma clara posição dominante sobre a envolvente a sul.

Neste sentido, apesar de se verificar um comportamento relativamente semelhante das curvas de nível dentro e fora do perímetro amuralhado, as diferenças que se fazem sentir parecem demonstrar que as características topográficas também tiveram um peso importante na determinação do local de implantação da muralha, ficando tendencialmente, o nível interno num plano superior ao externo, estando a transição de cota associada ao local de implantação da muralha.



Figura 45 - Pormenor da implantação do pano de muralha diretamente sobre a rocha na parcela D1-05 do quarteirão D1.

### 3.4.4. Portas e Postigos

Os estudos realizados acerca dos sistemas defensivos medievais, assim como a historiografia têm demonstrado que as aberturas constituíram um importante elemento de atracção no plano urbano funcionando como pontos de referência para os habitantes do núcleo mas, também, para os que a ele se dirigiam. Todavia, para além da sua função de entrada, permitindo a transição entre o espaço intra e extramuros, possuíam características e estatutos diferenciados.

As aberturas conhecidas na muralha de Barcelos dividiam-se entre Portas e Postigos. Originalmente o sistema defensivo possuía cinco aberturas. Como portas, as aberturas que apresentavam maior dimensão, consideramos a Porta da Ponte, Porta de Cimo de Vila, Porta do Vale e Porta do Fundo de Vila. Como postigo, possuía apenas o do Pessegal.

As portas, à exceção da Porta de Fundo de Vila, possuíam estruturas defensivas (torres) adossadas ao pano de muralha, o que provocava um desdobramento da espessura (Vale, 1991), mas não uma interrupção dos paramentos. Apenas no caso da Torre da Ponte, pela forma como se encontrava “encerrada” entre a ponte e os paços, bem como pelas medidas que constam nas Memória Paroquiais de 1758, haveria uma interrupção dos paramentos da muralha, unindo os panos Sudoeste e Sudeste aos alçados oeste e este da Torre da Porta da Ponte respetivamente.



Figura 46 - Esquerda: Pormenor da parte superior da Porta de Cimo de Vila na parcela A9-01. Direita: Pormenor do aparelho da Torre da Ponte na parcela TP-01.

A Torre da Porta de Cimo de Vila, tal como a Torre da Porta da Ponte, em virtude de terem constituído os locais com informação disponível, serviram de forma mais ou menos arquetípica para percebermos o sistema das portas principais.

No seu estado primitivo, a Torre da Porta de Cimo de Vila seria aberta na fachada voltada ao interior da vila, ou seja, teria uma planta em “U”, tal como a Torre do Vale, e paredes com cerca de 2,36m de espessura. Estes aspetos são observáveis na Representação de Duarte d’Armas (Figura 9). Também da forma original seriam os vários pisos, possuindo, muito provavelmente

um resguardo em madeira. Clara Pimenta do Vale (1991) acrescentou mais algumas características a este tipo de construção, referindo que possuía um aparelho de cantaria em granito, acautelando o facto de a torre estar adossada à muralha. Segundo a autora, a torre não se encontraria integrada na estrutura da cerca, apresentando deste modo maior espessura, neste caso do piso térreo da face sul. Relativamente ao facto de originalmente poder ter possuído um resguardo em madeira na face aberta para o interior da vila a oeste, justifica a hipótese com base na circunstância das juntas de união das pedras da parede, colocadas no século XVII para fechar a edificação, conterem o contorno de mísulas ao nível dos dois pisos superiores.

Outras perspetivas centraram-se a sua análise na procura de paralelismos arquitetónicos, como foi o caso de Joaquim Flores (1999), que estabeleceu uma comparação tipológica entre a Torre de Cimo de Vila e as Torres de *Avignon*, no sul de França, datadas da segunda metade do século XIV (Flores, 1999). Para além dos paralelismos entre estas duas torres, o autor, acrescenta outras evidências que comprovam a planta original em “U”, designadamente a diferença de espessura existente entre as paredes originais, com cerca de 2,64m, e a parede que fecha a estrutura, como já referido, resultado de uma reformulação do século XVII, e que apenas possui cerca de 0,90 m (Flores, 1999).

A composição das fachadas<sup>9</sup> da Torre da Porta de Cimo de Vila inclui um conjunto de aberturas, designadamente no alçado oeste 4 vãos divididos por todos os pisos. No rés-do-chão encontra-se a entrada original da torre, em arco quebrado, com aduelas bem aparelhadas e um extradorso bem delimitado. No segundo piso existe uma seteira, enquanto o terceiro piso é rasgado por uma janela em arco quebrado e o quarto piso por uma janela em arco redondo.

Por sua vez, no alçado norte apenas se verifica um vão em arco quebrado no terceiro piso e no alçado sul uma série de 6 aberturas, duas por cada piso de forma paralela, e uma entrada dupla no rés-do-chão em arco quebrado, no local da outra porta original (Figura 46 – esquerda). Por fim, refira-se que o alçado este possuía adossado a si várias construções (Trigueiros et al, 1998) (Figura 45).

Relativamente à outra porta, a Porta da Ponte (parcela TP-01), esta encontrava-se inserida na torre com o mesmo nome. Em termos arquitetónicos, a Torre da Porta da Ponte possuía uma planta retangular com aproximadamente 22 metros de comprimento e 13 metros de largura, segundo a descrição retirada das Memórias Paroquiais de 1758.

---

<sup>9</sup> A torre apresenta uma orientação ligeiramente desviada para nordeste em relação aos principais pontos cardeais, razão pela qual a referência às fachadas pode diferir. Por exemplo, na obra “Barcelos Histórico Monumental e Artístico” (Trigueiros et al, 1998), às fachadas que os autores identificam como voltadas a Norte, Nascente, Poente e Sul, correspondem respetivamente aos nossos alçados Oeste, Norte, Sul e Este.

Ainda segundo esta obra, os paramentos ostentavam um aparelho em cantaria, com silhares retangulares bem talhados (Figura 46 – direita). Como já referido, possuía três portas – uma em cada um dos paramentos este, sul e oeste. Estas teriam de largo 14 palmos (3,08m) e a grossura das paredes teria 13 palmos (2,86m).

A Torre da Porta da Ponte foi integrada no paço dos duques de Bragança ainda no decorrer do século XV (Barroca, 1999). Desta forma, percebe-se que nas Memórias paroquiais de 1758 seja descrita como a maior das 3 torres do palácio dos Duques (paço condal) (Capela e Borralheiro, 1998). Nas fachadas possuía ainda “*verandas de pedra*”, sendo que no último piso contava com janelas em todas as faces. Em termos de altura, excedia os 150 palmos (33m) e no interior, de norte a sul, teria 75 palmos (16,5m). De nascente a poente ficava-se pelos 33 palmos (7,26m).

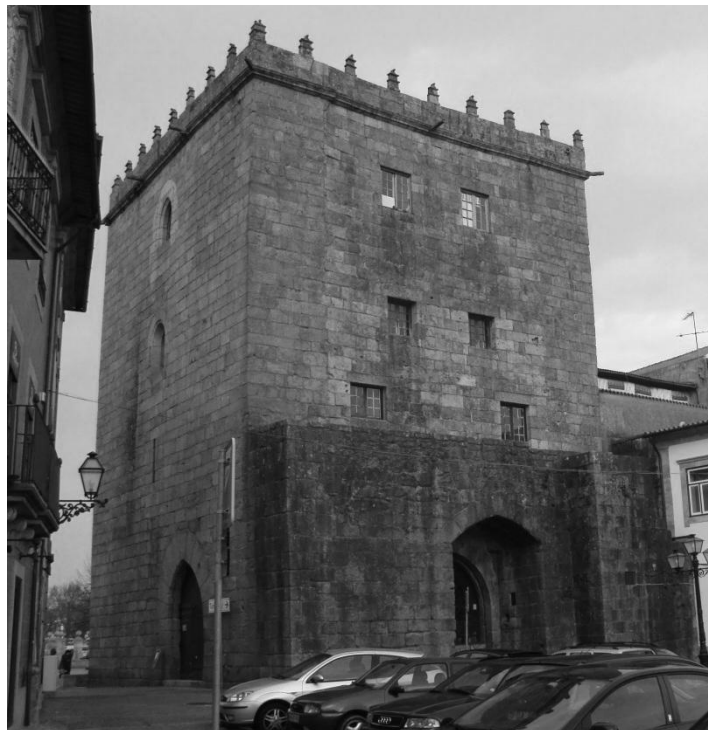


Figura 47 - Alçados oeste e sul da Torre da Porta de Cimo de Vila no quarteirão A9 (Parcela A9-01).

A outra abertura na muralha medieval de Barcelos, considerada como porta, encontra-se na Porta do Vale, que se encontrava integrada na torre que conhece o mesmo nome.

A informação relativa à Torre da Porta do Vale é bastante diminuta. No entanto, através da representação iconográfica de Barcelos de Duarte d'Armas (Figura 9), é possível verificar que possuía planta em forma de “U”, provavelmente com características arquitetónicas semelhantes à estrutura original da Torre do Cimo de Vila, descrita anteriormente.

A Torre da Porta do Vale (Parcela TV-01) possuiria a especificidade de apresentar um alinhamento ao nível das portas de entrada e saída no rés-do-chão, circunstância que pode ser atestada pela descrição elaborada por Abade do Louro (1867) que refere que era a torre “... pela

*qual se sahia do Apoio para a Barreta em direitura*". Neste sentido, não se verificava a mesma tipologia de circulação em cotovelo como na Porta da Torre de Cimo de Vila (parcela A9-01). A explicação para a adoção de tal solução parece residir no facto de, deste modo, permitir o trânsito de transportes carrários, uma vez que dava acesso a terrenos agrícolas (Almeida, 1990) (Vale, 1991) (Flores, 1999).

Por fim, considerámos ainda como porta, a Porta do Fundo de Vila (parcela PFV-01), localizado na zona da Fonte de Baixo. Ao que tudo indica esta porta, em nenhum momento, terá adquirido a monumentalidade observada nas restantes portas principais. Tratar-se-ia de um acesso desprovido de qualquer estrutura de defesa, muito embora descrita de forma recorrente como pertencente ao conjunto das principais entradas da vila, chegando mesmo a ser contrastada com o Postigo do Pessegal (parcela D1-04), localizado na zona do Pessegal, que apesar de ter possuído um esquema defensivo mais elaborado, era relegado à condição de postigo (Fonseca, 1938).

No século XIX, Abade do Louro (1867) sugere uma descrição historiográfica da Porta do Fundo de Vila referindo que se trataria de uma porta "*de arcaria*" ainda erguida e funcional. Apesar de não ter possuído uma torre adossada, o autor integrou-a no conjunto das portas principais, juntamente com a Torre da Ponte (ou do Palácio, como refere o autor), a Porta Nova (parcela PN-01, que substituiu no século XVI a Porta de Cimo de vila) e a da Torre do Vale (parcela TV-01), relegando à condição de postigos: o da Feira (Postigo da Vinha Velha, parcela A9-14), dos Pelames (Postigo do Pessegal, parcela D1-04) e o das Vingandeiras (parcela C3-09).

Todavia, nos inícios do século XX, António Ferraz não viu na Porta do Fundo de Vila a mesma importância relegando-a para a condição de um dos postigos primitivos, juntamente com o Postigo do Pessegal (Basto, 1982).

Neste sentido, em face à falta de relevância que foi sendo atribuída à composição desta porta, permite deduzir que a Porta do Fundo de Vila teria uma constituição bastante simples, materializando-se, provavelmente, como uma simples abertura no pano de muralha, ostentando um arco, possivelmente do tipo quebrado.

No que se refere às entradas principais, o Postigo do Pessegal, seria constituído arquitetonicamente por um arco em volta perfeita com aduelas em granito relativamente regulares. Esta solução sugere uma cronologia mais tardia em relação à muralha, tal como refere por Joaquim Flores (1999). Não obstante, partindo da observação que efetuámos sobre a questão da localização do postigo, a estrutura atualmente visível pode ter constituído o resultado de uma reformulação, não permitindo observar a totalidade das características originais da



porta. No entanto, este postigo caracterizava-se por possuir um torreão, ainda existente na parcela D1-03 do quarteirão D1 como já referido, que servia de guarda a esta porta. Consiste numa torre de planta quadrangular e dimensões mais reduzidas relativamente às torres das portas principais. No entanto, exibia um aparelho semelhante ao da muralha, adossando-se ao alçado sul da cerca (face exterior). Na parte superior possui assentos em granito, resultado de reformulação possivelmente no decorrer da construção da casa do Conde de Vilas Boas, construída em 1632. A utilização de betão traduz uma ação de reforço da estrutura, de caráter ainda mais recente. Apesar da ilustração de Duarte d'Armas não mostrar a existência de merlões e ameias. Todavia, permite verificar que este torreão, no século XVI, estava mais elevado do que o pano de muralha.

Dado o diminuto número de aberturas existente no sistema defensivo original, nos séculos seguintes vamos assistir à adição de novas aberturas. Estas ações traduziram-se na abertura de uma porta, a Porta Nova e vários postigos como o da Ferraria, da Vinha Velha e das Vingandeiras. Sobre a sua arquitetura original não nos foi possível constituir um acervo de informação detalhada. Não obstante, regista-se a menção deixada pelo Abade do Louro (1867), relativamente ao Postigo da Vinha Velha que na sua primeira fase seria um dos “... *postigos ou portas mais pequenas e arcadas por cima...*”.

### **3.4.5. Barbacã**

O sistema defensivo medieval de Barcelos possuía uma barbacã junto ao Postigo do Pessegal (parcela D1-04), na zona do Pessegal, bem visível no desenho de Duarte d'Armas. Estando esta estrutura relacionada com o Postigo do Pessegal, está inevitavelmente relacionada com a problemática da localização do Postigo do Pessegal, anteriormente abordada.

As interpretações em torno desta estrutura, ainda que bastante sucintas, apresentam-se divergentes determinando, uma vez mais, a necessidade de uma abordagem independente às duas hipóteses formuladas. Uma das hipóteses colocava o Postigo do Pessegal na parcela D1-04 e atribuía-lhe a função de servir também como “porta da traição” (Basto, 1982; Fonseca, 1938), ou uma barbacã (Almeida, 1990; Ferreira, 1992).

Outra perspetiva seria sugerida por Joaquim Flores, que situou o Postigo do Pessegal na parcela D1-03, tendo sido integrado a partir do século XVII na casa do Conde Vilas Boas.

Tal como na abordagem à localização do Postigo do Pessegal, consideramos em primeiro lugar a hipótese formulada mais recentemente. Joaquim Flores (1999), ao apontar a localização inicial do Postigo do Pessegal na casa do Conde Vilas Boas (parcela D1-03) no quarteirão D1,

defendeu que a barbacã estaria assente sobre uma base de pedra, que amparava a diferença de cota entre os patamares do antigo jardim da casa, o rio e entre as duas torres (do postigo).

Partindo desta premissa, a observação que efetuámos do patamar superior do logradouro da parcela D1-03, permitiu-nos registar um tipo de aparelho seco, com silhares de cantaria, de talhe pouco regular, em granito (Figura 48). As suas características aproximavam-se mais do aparelho do muro do patamar inferior, do que do aparelho que temos vindo a identificar como muralha.

Não obstante, a projeção desta interpretação configurava uma barbacã situada entre as duas torres que o autor em causa referiu terem existido a ladear o Postigo do Pessegal. Do que pudemos observar em planta, o patamar superior da parcela D1-03 estendia-se desde a parte frontal da torre existente a ponte da parcela e ainda hoje visível, prosseguindo de forma oblíqua até entroncar no paramento da muralha. Através desta perspetiva tornou-se visível que o patamar superior encontrava-se alinhado com o socalco inferior da parcela, sendo mais provável que corresponda a uma possível ação de regularização do logradouro da casa do Conde Vilas Boas, construída no século XVII (Figura 49).



Figura 48 - Pormenor do aparelho do muro de contenção do paramento superior no logradouro do sítio D1-03.

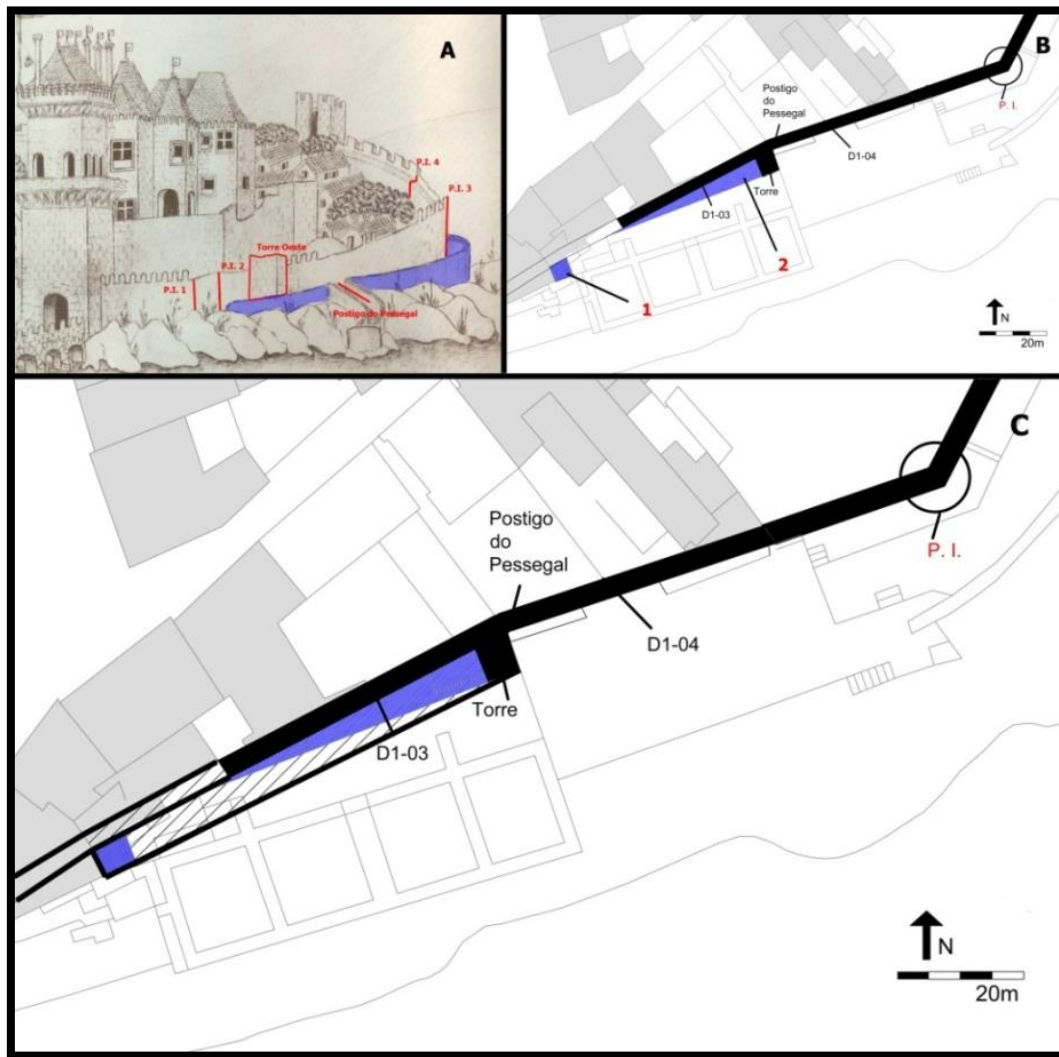


Figura 49 - Projeção da estrutura externa do Postigo do Pessegal (A- Projeção na representação de Duarte d'Armas; B- Localização dos vestígios: 1- torre oeste, 2- soalco; C- Projeção da estrutura).

Como segunda hipótese para a problemática da barbacã, consideramos a interpretação proporcionada por Ferreira de Almeida (1990). Segundo o autor, junto ao Postigo do Pessegal, situado na parcela D1-04 do quarteirão, teria sido construída uma “couraça” virada ao rio, que defendia a fonte/cisterna e se prolongava para nordeste, sob a forma de uma barbacã. Descrição muito provavelmente baseada na perspectiva e Duarte d'Armas (Figura 9).

Relativamente a esta hipótese, como aliás referido por Ferreira de Almeida (1990), junto à parcela D1-04, na zona do Pessegal, a existência de vestígios fica desde logo condicionada pelo abaixamento da cota para a construção das piscinas. Não obstante, adotando-se a localização do Postigo do Pessegal na parcela D1-04, a hipótese da existência de uma barbacã parece bastante plausível em relação à localização e tipo de estrutura.

Com base na iconografia do século XVI e com alguns vestígios registados no local, elaborámos uma hipótese interpretativa para a estrutura que envolveria o Postigo do Pessegal, como se ilustra na figura 50. Assim, deveria existir um segundo paramento que, partindo da face

exterior da muralha junto à torre situada a poente do Postigo do Pessegal, se estenderia de forma paralela ao longo do Pano Sudeste em direção a nascente. Refira-se que na parcela D1-04 existem duas rampas e caminhos de acesso aos logradouros que poderão configurar uma remanescência dessa estrutura, uma vez que os acessos aos logradouros se encontram à mesma cota do postigo. Na continuidade prosseguiria pela atual travessa do Pessegal. Na realidade, o caminho que agora configura esta travessa poderá ter resultado da conservação desta estrutura, a julgar pelos vértices que ainda apresenta, que seguem o mesmo esquema observado no panos sudeste e este da muralha (Figura 51).

Por fim, refira-se o acesso à “porta da traição”, ou a uma fonte/cisterna, efetuado através de uma outra “cortina” transversal à barbacã, cuja existência parece inserir-se mais pacificamente na segunda hipótese acima elaborada. No entanto, não foi possível concretizar uma projeção da estrutura, devido ao desconhecimento de indícios que confirmem a sua localização exata. O espaço em causa, entre o rio e o quarteirão D1, onde a estrutura devia estar situada, está hoje profundamente transformado, o que dificulta a identificação de vestígios conservado à superfície, possivelmente associados à estrutura em questão.

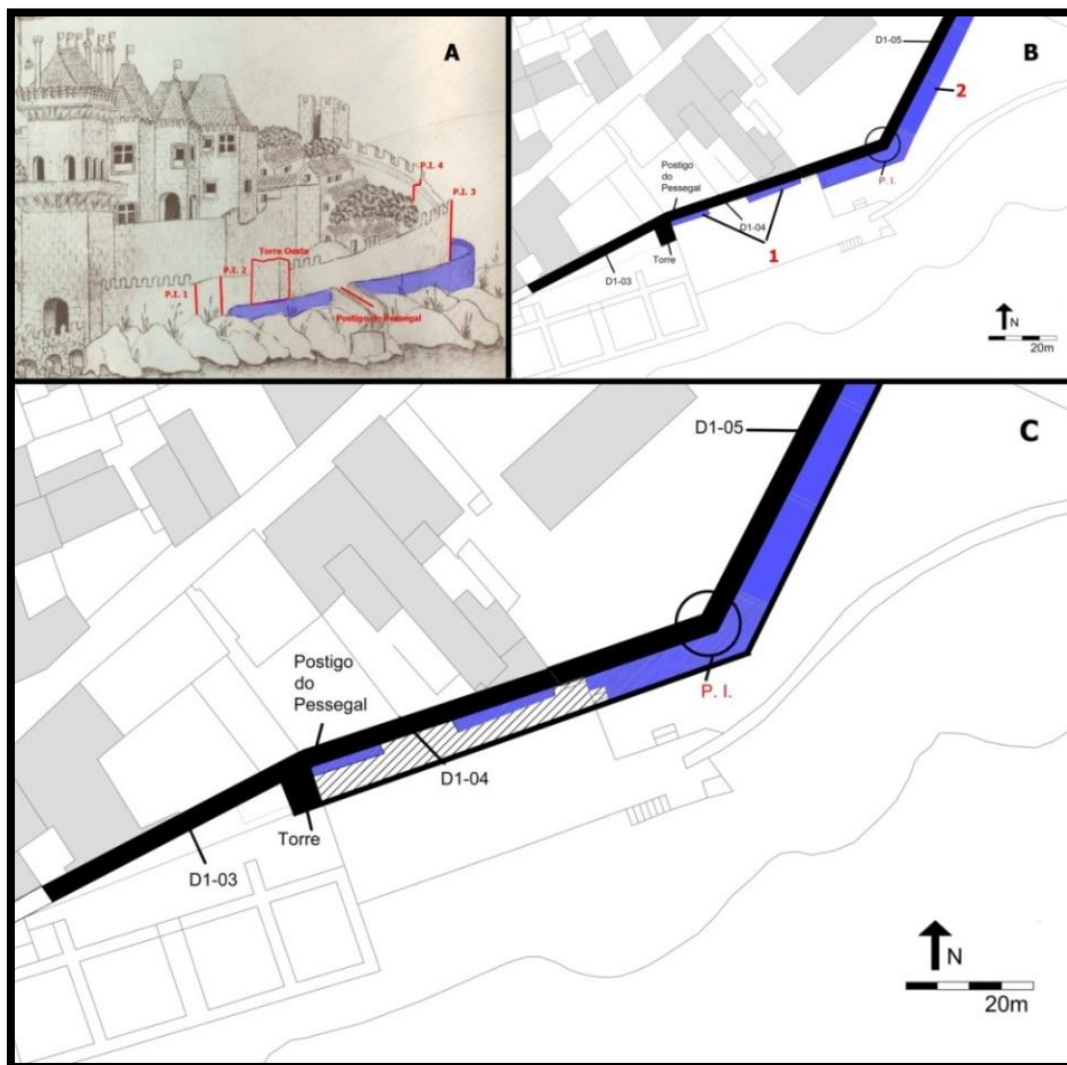


Figura 50 - Projeção da estrutura externa do Postigo do Pessegal (A- Projeção na representação de Duarte d'Armas; B- Localização dos vestígios: 1- rampas de acesso aos logradouros, 2- Travessa do Pessegal; C- Projeção da estrutura).



Figura 51 - Esquerda: Caminhos em rampa junto à parcela D1-04; Direita: Possível remanescência da barbacã na atual Travessa do Pessegal e junto à parcela D1-05.

### **3.4.6. Adarve**

O sistema defensivo medieval de Barcelos devia contar com um pequeno caminho que acompanharia o topo da muralha, ou adarve, tal como é visível na representação de Duarte d'Armas do século XVI (Figura 9). Estimamos que no caso da muralha de Barcelos o adarve se desenvolvesse ao nível do segundo piso, tendo em conta os vestígios ainda visíveis do troço de muralha, ao qual a Torre de Cimo de Vila estava adossada, e um conjunto de representações iconográficas, que se supõem ser dos inícios do século XIX (Norton, 1996). Alternando com as ameias, os merlões seriam constituídos por simples silhares de cantaria dispostos alternadamente no remate superior da face externa, tal como nos mostra a mesma representação do século XVI. Em termos materiais, não foi identificada qualquer evidência desta solução arquitetónica, excetuando na Torre de Cimo de Vila, muito embora esta constitua o resultado de uma reformulação na época moderna (Almeida, 1990). No entanto, refira-se que na representação de Duarte d'Armas é possível ver alguns segmentos da parte este da muralha onde não estão representados merlões e ameias, ficando assim a dúvida se já no século XVI não existiriam ou se se trata de uma falha de representação.

A falta de referências específicas ao Adarve permitiu levantar algumas interrogações quanto à possibilidade da sua conservação. No entanto, algumas partes da estrutura parecem ter sido reaproveitadas para outras construções, como podemos observar em alguns quarteirões analisados neste trabalho. No quarteirão A-9, a partir da observação da Torre da Porta de Cimo de Vila, é possível admitir que o Adarve se desenvolvesse ao nível do segundo andar (na fachada sul) (Figura 49), constituindo os espaços de logradouro existentes nesse quarteirão, nomeadamente na parcela A9-03, um aproveitamento dessa estrutura. Da mesma forma, na parcela C1-11, do quarteirão C-1, existe uma plataforma na parte superior, que podia corresponder a um tramo conservado do adarve. No entanto, o troço preservado nas parcelas C2-03 e C2-12, no quarteirão C-2, que se situa na continuidade do anterior, revelou uma altura superior, o que parece indicar que a plataforma existente na parcela C1-11, no quarteirão C1, possivelmente configurava uma rutura.

Por fim, refira-se que nas parcelas D1-03 o troço de muralha identificado revelou um elevado grau de conservação. Neste local, a parte superior possuía uma plataforma com um remate sobre o paramento exterior. Todavia, tal como já referido, a complexidade e o estado de conservação deste local não permitiu estabelecer grandes conclusões acerca da conservação do adarve da muralha, devendo esta questão ser abordada num estudo dirigido especificamente a esta parcela.

### **3.4.7. Materiais**

Os materiais utilizados na construção da muralha medieval de Barcelos incluíam, na sua grande maioria, o granito, utilizado nas faces e no preenchimento do interior, a argila, a terra e alguma cal nas argamassas. Em períodos mais tardios da utilização da muralha observou-se a aplicação de novas argamassas. Por volta do século XVIII, é notória a aplicação de novas argamassas e cal, como forma de consolidação e impermeabilização da estrutura (Brochado, 2005).

Já relacionado com ações de carácter recente, o uso do betão é também visível, tanto para reforçar a própria estrutura da muralha, como para consolidar estruturas adjacentes. Em determinados casos, em que a estrutura se apresenta integrada noutras edificações, era igualmente comum o uso de reboco.

Por sua vez, no preenchimento entre as faces dos muros da muralha era usada uma mistura de argamassa de argila, cal e cascalho, este último à base de pequenos fragmentos de granito.

### **3.5. Diagnóstico**

O tecido urbano é um meio complexo sujeito a constantes transformações, onde dificilmente se pode considerar que um elemento topográfico inserido num meio urbano permaneça estaticamente inalterado à passagem do tempo. Seja por ação humana ou pela degradação natural, certo é que qualquer estrutura sofre alterações que podem ser datadas e contextualizadas de forma diacrónica.

O processo de identificação e avaliação das estruturas que constituem o sistema defensivo medieval de Barcelos, implicou também a desconstrução da forma como a estrutura foi sofrendo transformações ao longo do tempo, seja enquanto estrutura defensiva, ou posteriormente pela aquisição de novas funções por meio da reutilização. Da mesma forma, a abordagem pautou-se pela observação dos fenómenos resultantes da relação entre a estrutura medieval e o edificado associado.

Em traços gerais, a interpretação centrou-se nos vestígios físicos onde pudemos efetuar leituras estratigráficas (Apêndice III – Catálogo). Para o caso das portas, quando verificamos a ausência deste tipo de registo, com exceção para a Torre da Porta da Ponte, baseamo-nos inteiramente nas restantes fontes para obtermos dados sobre as transformações ocorridas.

#### **3.5.1. Quarteirão D-1**

O estudo do sistema defensivo tem requerido uma análise cuidada dos paramentos, uma vez que nem sempre são totalmente explícitas as recorrentes transformações a que o edificado está

sujeito. Das leituras efetuadas no quarteirão D-1, foi desde logo perceptível a existência de vestígios provenientes do sistema defensivo mas, também, de diversas ações construtivas que se associaram posteriormente à estrutura defensiva, sendo necessário proceder à sua ordenação e interpretação (Figura 52).

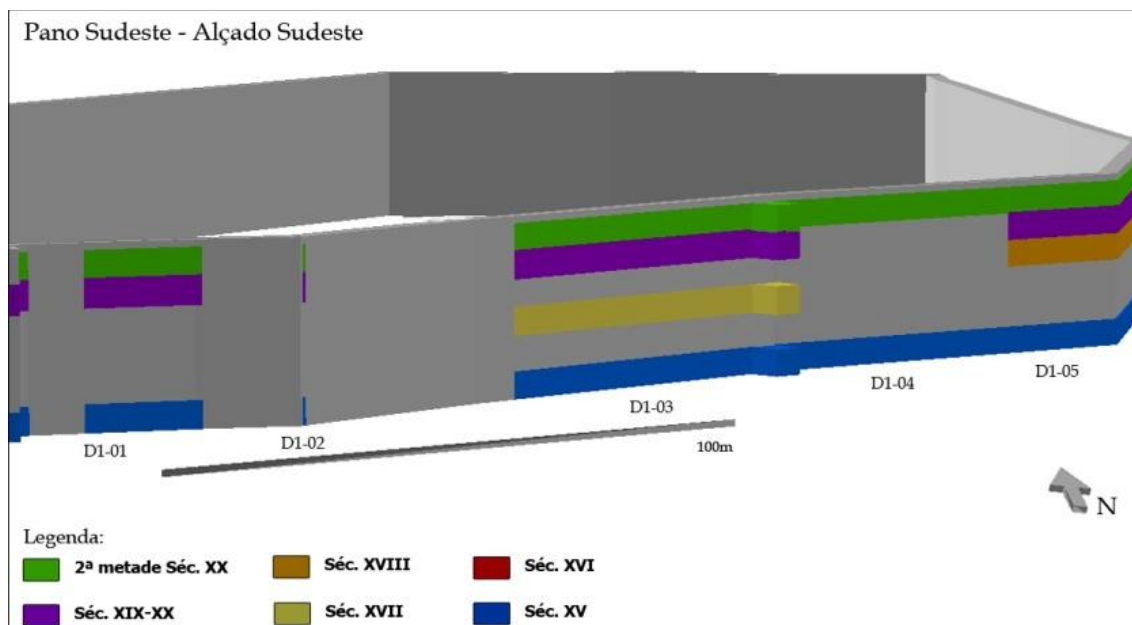


Figura 52 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano sudeste da muralha.

Ao nível das atividades construtivas mais recentes, enquadráveis já na segunda metade do século XX, podemos fazer uma distinção dos diferentes tipos de ações e evidências registadas. Na parcela D1-01, lote não construído, registamos essencialmente atuações relacionadas com a instalação de infraestruturas e equipamentos de saneamento, bem como a colocação de pavimentos, tudo ao nível da face exterior da muralha. Por sua vez, na parcela D1-02, correspondente a um edifício de comércio e habitação, estas ações não demonstraram possuir uma grande expressão, resumindo-se à instalação de um balcão com gradeamento, igualmente na zona exterior da muralha. A parcela D1-05, correspondente à Casa do Tanque construída no século XVIII, pela sua grande extensão, revelou uma proliferação de alterações em todos os segmentos do alçado este<sup>10</sup> e do alçado sul do muro de divisória exterior que reaproveitou a muralha. Em ambos, foi possível observar a associação pela face exterior da muralha, de um pavimento colocado na travessa do Pessegal. Por toda a estrutura, pudemos observar a existência remates, adicionados a pontuais atividades de reconstrução e reforço da estrutura do muro com betão.

<sup>10</sup> Por questões de representação devido à sua extensão, o alçado este foi dividido em 6 segmentos identificados de A a F no sentido sul/norte.



As transformações construtivas enquadráveis entre os séculos XIX e XX repartiram-se por todos os locais prospetados. Na parcela D1-01, registaram-se ao nível de um socalco adossado à face exterior da cerca, bem como na reconstrução e remate do pano de muralha. De forma menos expressiva, registamos a existência de estruturas relacionadas com o escoamento de águas.

Na parcela D1-02, foi possível observar algumas reconstruções e remates dos paramentos, sendo de destacar a existência de um edifício do século XIX, bem como um socalco a encostar à face exterior da muralha, possivelmente para servir como logradouro, ou patamar da edificação.

Por sua vez, na parcela D1-05, as alterações foram realizadas de forma bastante localizada. Assim, ao nível do alçado sul regista-se a construção de uma estrutura relacionada com o escoamento de águas, aberto num paramento do século XVIII. Já no alçado este, incluíram transformações nos segmentos designados por E e F no seguimento da atual Praceta Mestre Luiz Costa. Apesar da semelhança que o aparelho visível possui com a muralha, os elementos usado parecem adequar-se mais a um arranjo posterior à demolição da muralha, desde a Porta da Vinha Velha até à referida praça, no sentido de lhe conferir um nível de circulação plano. O remate superior, agora enquadrado no paramento, parece sugerir um avanço da parcela da Casa do Tanque (Parcela D1-05) para o espaço do largo.

As transformações construtivas no sistema defensivo de Barcelos levadas a cabo no século XVIII foram, na generalidade, impossíveis de determinar. Na realidade, apenas pudemos obter alguns dados na parcela D1-05, designadamente ao nível do aparelho que se encontrava a sobrepor a estrutura da muralha. Neste caso, trata-se de uma técnica construtiva muito específica, estando possivelmente relacionado com a construção da Casa do Tanque, no decorrer do século XVIII (Trigueiros et al, 1998). A justificar esta alteração pode estar o desmonte da muralha e o simultâneo uso dos silhares em granito como material de construção para outras edificações. No entanto, nos pontos de inflexão, talvez pela maior solidez que o aparelho em cantaria oferece, não se registam alterações, tendo permanecido intatos, como ainda se pode observar no local.

Para o período medieval pudemos, igualmente, identificar um conjunto de ações contemporâneas da construção do sistema defensivo. Pudemos constatar a sobreposição de estruturas construtivas à muralha usando-a essencialmente como alicerce ou base de sustentação das construções que neste período se vão erguendo nas imediações da muralha, como no caso da parcela D1-02, ou como muro de sustentação e delimitação de propriedade como nas parcelas D1-01, D1-04 e D1-05.

Por fim, destacaríamos ainda um outro período de transformações, registado apenas na Torre da Ponte (TP-01). De forma inédita no nosso estudo, pudemos verificar a associação de estruturas anteriores à construção da cerca defensiva. Referimo-nos à ponte, cuja data de construção tem sido apontada para o século XIV, numa iniciativa do Conde D. Pedro.

Na parcela D1-03, referente à Casa do Conde Vilas Boas, vários fatores determinaram a ausência de leituras. O edifício radica numa construção do século XVII (Trigueiros et al, 1998)<sup>11</sup>, que foi alvo de transformações sucessivas nos séculos seguintes. Diversos fatores, como a grande amplitude cronológica, a dimensão do edifício, bem como a complexidade do conjunto de transformações que conheceu, não permitiram apresentar uma perspetiva estratigráfica deste sítio, objetivo apenas concretizável com uma investigação arqueológica centrado neste local.

Não obstante, através da observação da parcela foi possível retirar algumas conclusões sobre o estado de conservação da muralha, bem como de algumas das transformações mais evidentes. A estrutura quatrocentista da muralha parece ainda conservar grande parte do seu volume. Esta constatação verifica-se em grande parte da fachada sul do edifício, onde se regista uma clara distinção das transformações ocorridas na estrutura da muralha, nos quadrantes oeste e este. A ponte, o edifício aglutinou parcialmente a cerca medieval, reutilizando-a na sua estrutura mas, também, como muro limite da zona de logradouro. A este, a organização do espaço interior incluía o pátio das cavaliarias e um conjunto de construções que se foram anexando, mas sem possuir o mesmo impacto verificado na ala contrária. A forma como se realizou o processo construtivo permitiu perceber uma transição da sua função defensiva, para a de elemento estruturador do espaço.

No lado oeste da mesma parcela, a muralha regista a presença de uma grande massa edificada associada, circunstância que dificultou a observação do estado de conservação da estrutura. Tendo em consideração que esta parcela registou ações construtivas, pelo menos desde inícios do século XV com a construção da muralha, a partir do século XVII, com a construção da casa do Conde de Vilas Boas, as transformações construtivas ter-se-ão intensificado afetando profundamente o troço de muralha existente no quadrante oeste.

Do ponto de vista da tipologia dos elementos construtivos, verificámos a existência de alguns elementos do século XIX/XX, como cunhais e paredes de taipa que sugerem reformulações mas, também, outros elementos datáveis do século XVII/XVIII. O período medieval encontrava-se representado pela muralha, ainda visível em alguns pontos.

---

<sup>11</sup> Para além da referência bibliográfica, na sacada que está assente sobre a estrutura da Muralha, existe uma inscrição epigráfica onde é possível ler-se “*de 1632*”.

O quadrante este desta parcela, distingue-se do quadrante oeste por não apresentar uma carga construtiva tão forte, estando a estrutura da muralha mais visível. O espaço em questão, adossado à face interior da muralha, comportava o pátio das cavaliças, possivelmente construído no decorrer do século XIX, uma vez que na planta de 1806 este local encontrava-se aberto e albergava uma pequena travessa. A nascente do pátio registaram-se algumas construções de anexos de carácter ainda mais recente, provavelmente de finais do século XIX, inícios do século XX.

Para finalizar, quanto aos vestígios de cronologia medieval observáveis ainda nesta parcela, a estrutura da muralha estava visível nas duas faces, desde o pátio das cavaliças até ao ponto coincidente com a Torre do Postigo do Pessegal. Na face interior da muralha foi possível registar a existência de uma rutura parcial. Em termos de temporização, esta fragmentação ter-se-á dado já após o abandono dos edifícios anexados à face interior, fruto da demolição destes, ou como forma de criar um acesso à parte superior da torre e da própria muralha. Na parte exterior, a Sul, tinha continuidade o logradouro onde se destacavam, de forma mais evidente, os diferentes socacos relativos ao edifício.

Após a primeira abordagem à parcela D1-04, ficou desde logo perceptível a complexidade de ações construtivas que decorreram e moldaram este espaço. A partir da análise dos paramentos, podemos distinguir distintos ritmos evolutivos das construções.

Assim, no caso do alçado este da parcela D1-04, referente ao muro de sustentação do logradouro da casa do Conde Vilas Boas (Parcela D1-03), pudemos englobar as ações observadas em três fases cronológicas. Da mais recente, que situamos no período posterior à segunda metade do século XX, as transformações materializaram-se no reforço da estrutura com recurso a betão, colocação de pavimentos também em betão e nos negativos de estruturas anteriormente adossadas. A segunda fase, enquadrável entre o século XIX e o século XX, contemplou a construção e diversas reformulações do muro de contenção de um dos socacos do logradouro da parcela D1-03. Já a fase mais antiga, corresponde aos vestígios da cerca medieval do século XV, neste caso apenas representada pela torre situada a poente do Postigo do Pessegal.

Da leitura efetuada no alçado sul da parcela D1-04 foram detetadas várias ações de transformação do espaço, distribuídas por diferentes momentos construtivos. Embora se tenha mantido o traçado da cerca medieval, a estrutura que observámos contemplava o produto de várias reconstruções ocorridas ao nível da face do alçado sul.

No período mais recente, a partir de meados do século XX, registou-se uma grande transformação com a construção das piscinas municipais no espaço exterior da cerca. No local,

a existência de ruturas para regularização do terreno e consequente implantação do edifício, levaram a ponderar a hipótese dos acessos aos logradouros, agora efetuado por rampas, serem subservientes de um caminho de acesso ao Postigo do Pessegal, paralelo à muralha. Com o desaparecimento do complexo das piscinas, a ação de requalificação do espaço ficou assinalado pela colocação de pavimentos em betão, bem como pela reconstrução, reforço e emprego de elementos, tais como, cunhais, corrimões e escadas.

O segundo momento, enquadrado entre o século XIX e XX, distinguiu-se por um conjunto de ações distintas, das quais se destacam as afetas a reformulações e reconstruções do paramento da muralha. De forma singular, registamos ainda uma possível reformulação do Postigo do Pessegal, bem como estruturas de escoamento de águas, que foram sendo implantadas no paramento da muralha.

O momento mais antigo incluiu todos os vestígios que pensamos estarem relacionados com o sistema defensivo medieval (Figura 53). Para este período, foram identificados três tipos de remanescências, designadamente o Postigo do Pessegal, parte do pano sudeste e o ponto de inflexão entre os panos sudeste e este.

No contexto do quarteirão D-1 a cerca constituiu um elemento estruturante do edificado, característica visível na morfologia atual. Não foram detetadas evidências de que este espaço possuísse uma ocupação do tipo urbano – ou pelo menos uma ocupação com alguma densidade – anteriormente à sua construção. O primeiro efeito da construção da muralha assentou na delimitação física do espaço urbano, razão pela qual se veio a registar posteriormente uma maior tendência para o surgimento de espaços construídos no quadrante oeste, mais próximos do centro da urbe.

Da evolução e expansão do tecido urbano, observamos dois tipos de resultados ao nível da estrutura da muralha. O primeiro está relacionado com o ritmo de edificação que acabou por afetar distintamente os quadrantes oeste e este. A oeste, com o surgimento de um maior volume de edificações, especialmente a partir do século XIX, deu-se uma intensificação do fenómeno de sobreposição da estrutura medievá, que passou a ser utilizada como alicerce – em alguns casos também como paramento – das fachadas viradas a sul (parcela D1-02 e D1-03).

No entanto, no quadrante este verificou-se uma tendência distinta. O ponto que serve como referência para esta realidade situa-se a partir da parcela D1-04. A partir deste sítio a estrutura da muralha conservou mais acentuadamente a sua funcionalidade de divisória e delimitação. As edificações passaram a ocupar a parte contígua à artéria situada a norte, destinando-se o espaço não construído a sul a logradouro, delimitado pela muralha.



primeiro quartel do século XV e mandadas executar pelo Conde D. Afonso. Podemos conceber que a construção da Torre da Ponte terá conhecido, possivelmente, uma forma idêntica à da Torre do Vale e de Cimo de Vila, ou seja, com planta em “U”, paramentos de cantaria e com ameias e merlões no remate superior. Segundo a interpretação de Joaquim Flores (1999), a torre inicial teria aproximadamente 20 metros, tal como a Torre de Cimo de Vila. Com as alterações promovidas nos finais do século XV teria sido adicionado um segundo corpo que elevaria a sua altura até à marca dos 33 metros. No entanto, no documento de 1481-82 é referido que o conde D. Fernando ordenou que se “desfizesse” uma das melhores torres. Neste sentido, poderíamos considerar a hipótese de uma reconstrução total da torre. De facto, na representação quinhentista, podemos ver que a torre exibia na porta uma abertura de arco perfeito ao nível da ponte, o que poderia indiciar uma reformulação mais profunda. Através da consulta de outras representações iconográficas do século XIX (Norton, 1996), pudemos verificar que a porta da fachada oeste da torre exibia uma abertura em arco quebrado. Apesar das hipóteses levantadas, fica ainda a dúvida se a representação da porta para a ponte traduziu uma reformulação total da torre, ou apenas uma alteração localizada ao nível daquela porta, pertencendo os paramentos inferiores e as portas laterais ao sistema defensivo original (Figura 54).

À data da execução da ilustração, ou seja, inícios do século XVI, já estão contemplados o paço e a sugerida reformulação da Torre da Ponte (Almeida, 1990). Desta fase é importante destacar que, segundo as referidas interpretações, a torre terá sido alteada, sendo construído um corpo também em cantaria, mas mais estreito. Destas alterações constou ainda uma varanda nos alçados este, sul e oeste, bem como possivelmente duas janelas de sacada no alçado a sul e três no este. A torre passou ainda a exibir um conjunto de ameias e merlões, estes últimos mais elaborados do que é visível nas restantes torres e nos panos de muralha, bem como, uma cobertura com telhado de quatro águas. Esta reformulação estabeleceria o momento em que o paço é adorado ao sistema defensivo, ficando explícita a relação entre três elementos de grande impacto na topografia da vila medieval.

Segundo o Abade do Louro (1867) a torre conheceu também alterações ao nível do espaço interior. Dentro da torre e “... *fronteiro á ponte e encostado ao alicerce do palacio...*” existia um tanque de pedra, apelidado de Santa Mónica “... *porque no cimo da sua bica tinha gravada em pedra a imagem da predita Santa...*”. O tanque era alimentado com águas provenientes do tanque da praça. Segundo o referido autor, foi demolido, juntamente com as três portas na segunda metade do século XIX. Esta fonte terá sido construída em 1631 pela câmara e a

imagem foi guardada no museu arqueológico (Fonseca, 1938). Sobre a porta virada à ponte existia uma estátua de “...*Barcellos em pé...*”, bem trabalhada e com boa pedra que foi instalada no local entre 1730 e 1733. Localizada “... *por baixo do escabello de seus pés...*” figurava uma inscrição, também reproduzida na Porta Nova.

O desaparecimento do edifício da Torre da Ponte tem início a 24 de Janeiro de 1800 e constitui um processo bem documentado. As atas de vereação adquirem aqui especial relevância, enquanto documento bastante detalhado sobre os acontecimentos que envolveram a torre nos inícios do século XIX (Apêndice II – Transcrições de fontes documentais).

As transcrições efetuadas por nós mostram que, tal como consta a partir do fólio 124 das atas de 1800, a destruição inicial da edificação terá ocorrido no dia 24 de Janeiro de 1880, devido a uma derrocada provocada pelo elevado nível de pluviosidade. Após o sucedido, a ponte ficou inutilizada pelos detritos, ficando impedido o principal acesso à vila a partir do sul. Sendo necessário proceder à resolução do problema, sem danificar a ponte, e arranjar uma forma alternativa de restabelecer a comunicação entre as duas margens, a câmara decidiu, sem olhar às expensas, pedir o auxílio do Capitão de Engenharia Custódio José Gomes Vilas Boas que no dado momento estava a conduzir a obra de encanamento do Rio Cávado. O referido Capitão prontamente acedeu ao pedido, providenciando embarcações para possibilitar a travessia do rio e apresentando-se com celeridade perante a câmara. Após a análise da derrocada e das ruínas resultantes, o Capitão Custódio Vilas Boas diagnosticou que a derrocada terá ocorrido devido à pluviosidade que se terá infiltrado no interior da estrutura através de uma fissura, provocando um aumento do volume do interior e consequentemente terá provocado o desmoronamento. A partir do facto de a estrutura apresentar fissuras, podemos deduzir que já apresentava sinais evidentes de falta de manutenção.

Para além do diagnóstico, foi também elaborado um conjunto de medidas a ser adotadas para a remoção dos destroços e restituição da passagem (Apêndice II, Transcrição N°2, Fl. 125). Uma das medidas contemplou o resguardo da ponte com o recurso a pinheiros, de forma a proteger a estrutura da ponte. Outra dizia respeito à demolição dos paramentos que ainda subsistiam e apresentavam um estado periclitante. Como método de demolição, o referido capitão sugeriu a utilização de uma catapulta ou ariete, para provocar um abalo na estrutura e assim promover a demolição dos paramentos em risco de derrocada. Após esta derrocada, a demolição foi concluída através da utilização de tiros de “pouca pólvora” para desagregar as partes “mais presas”, mas que ficavam expostas às condições atmosféricas, de modo a evitar correr o risco de desaparecer a argamassa e provocar outra derrocada no futuro.

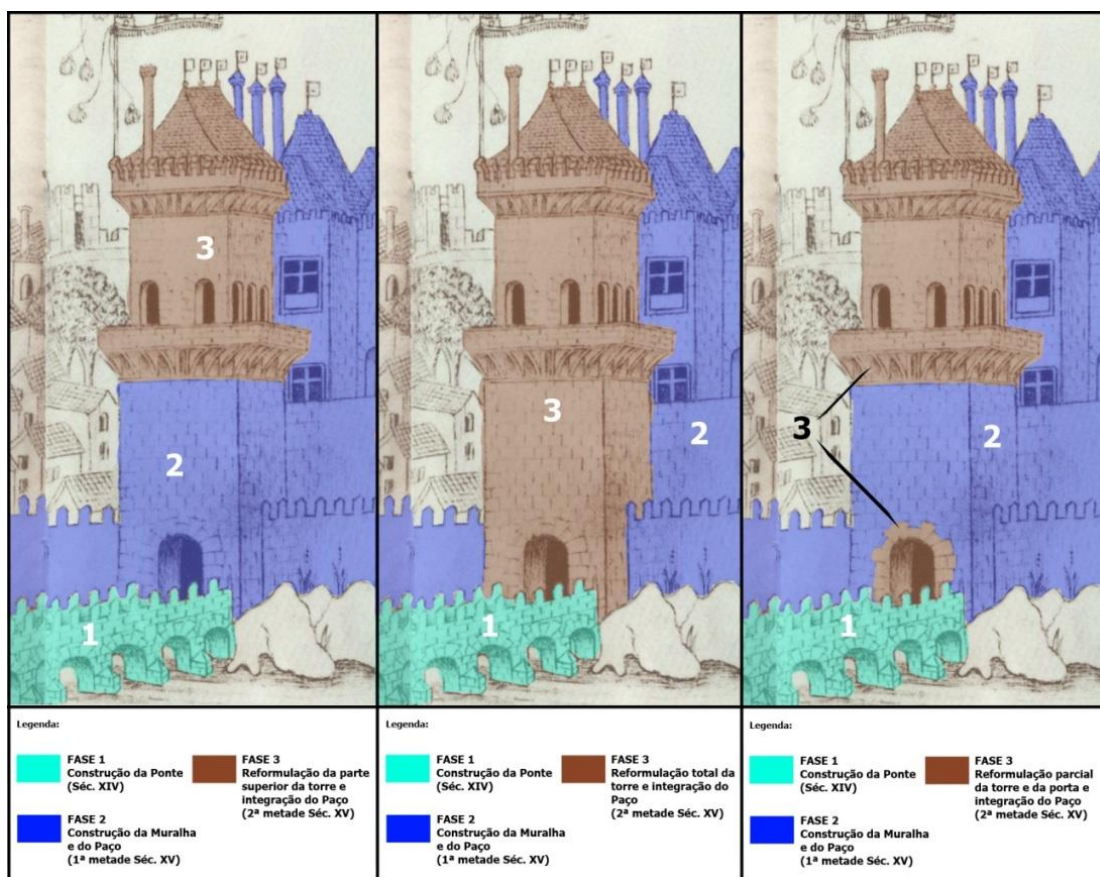


Figura 54 - Hipóteses sobre a evolução construtiva da Torre da Ponte. Fonte: Representação de Duarte d'Armas.

Estas medidas viriam a ser recusadas pelos representantes do rei e da Casa de Bragança, uma vez que o método de demolição em causa podia provocar a derrocada do próprio paço, sendo por isso recomendado que a demolição fosse efetuada por pedreiros experientes que conseguissem efetuar a tarefa sem pôr em causa a estrutura do paço (Apêndice II, Transcrição N°2, Fl. 127v.). É neste sentido que é chamado um mestre pedreiro, João Ribeiro, que à data se



encontrava na vila e exercia a sua atividade no Couto de Cervães. Pela sua idade possuía grande experiência no seu ofício (Apêndice II, Transcrição N°2, Fl. 129). O mestre pedreiro propôs uma demolição controlada dos paramentos da torre, começando a partir do telhado e descendo sucessivamente, até se obter um corte nos paramentos conforme a capacidade de sustentação. Desta forma, não só era viável demolir os paramentos em perigo de ruína salvaguardando a ponte, o paço e subsistindo os alicerces da torre, para o caso de se proceder a uma reconstrução da mesma. Por sugestão do mesmo, a obra foi então executada por este mestre pedreiro, demorando aproximadamente dois meses a realizar, uma vez que numa vereação de 20 de Março de 1880, surge o apontamento de que a obra foi realizada tal como havia sido proposto (Apêndice II, Transcrição N°2, Fl. 134).

O resultado desta atuação sobre a demolição da Torre da Ponte poderá ser observado numa pintura de autor desconhecido do século XIX (Figura 55) e num conjunto de representações da mesma altura (Norton, 1996), onde é possível ver a torre da ponte com dois cortes oblíquos nos paramentos este e oeste.

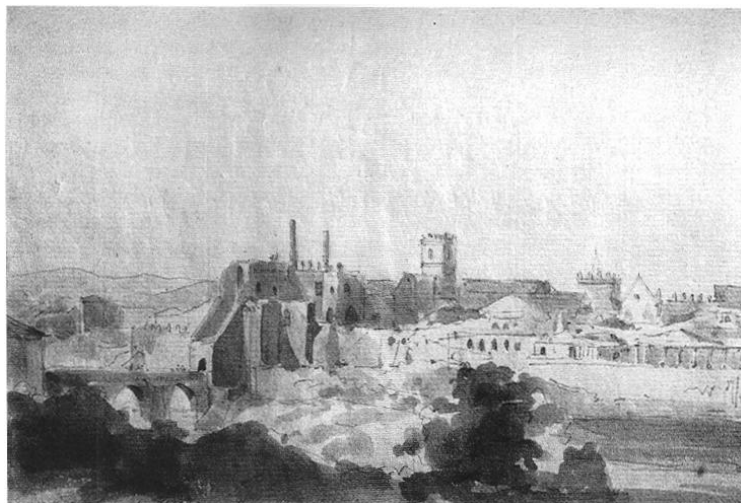


Figura 55 - Pormenor da Torre da Ponte após a derrocada e demolição de 1800. Representação de 1806 de autor desconhecido (Norton, 1996).

### **3.5.3. Quarteirão A-9**

O quarteirão A-9, além de ter proporcionado a identificação de inúmeros vestígios, assume um evidente protagonismo como exemplo paradigmático da relação existente entre a morfologia urbana e o tecido histórico. Por isto, pretendemos destacar o facto de perdurar no tecido construído de um do meio urbano, o carácter morfológico de uma construção como a muralha, apesar das alterações que vai paulatinamente sofrendo. Desta forma, torna-se possível filtrar a sucessão de eventos que progressivamente vão transformando a paisagem. É de forma

pertinente que Joaquim Flores (1999) se refere a este fenómeno como uma “absorção” das construções mais antigas pelas mais recentes (Figura 56).

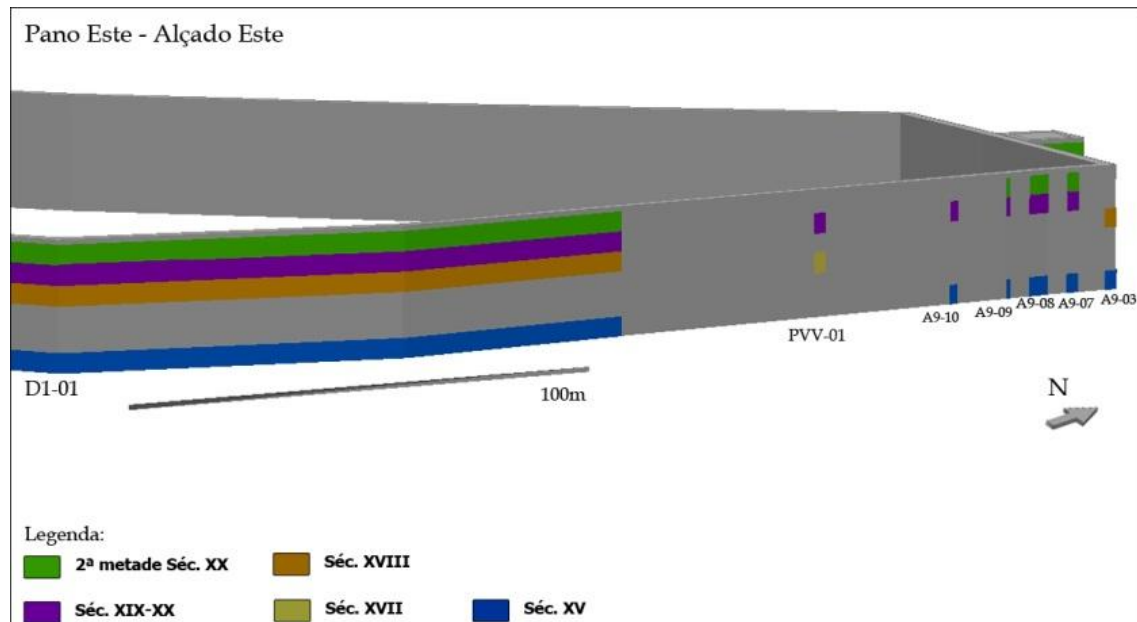


Figura 56 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano este da muralha.

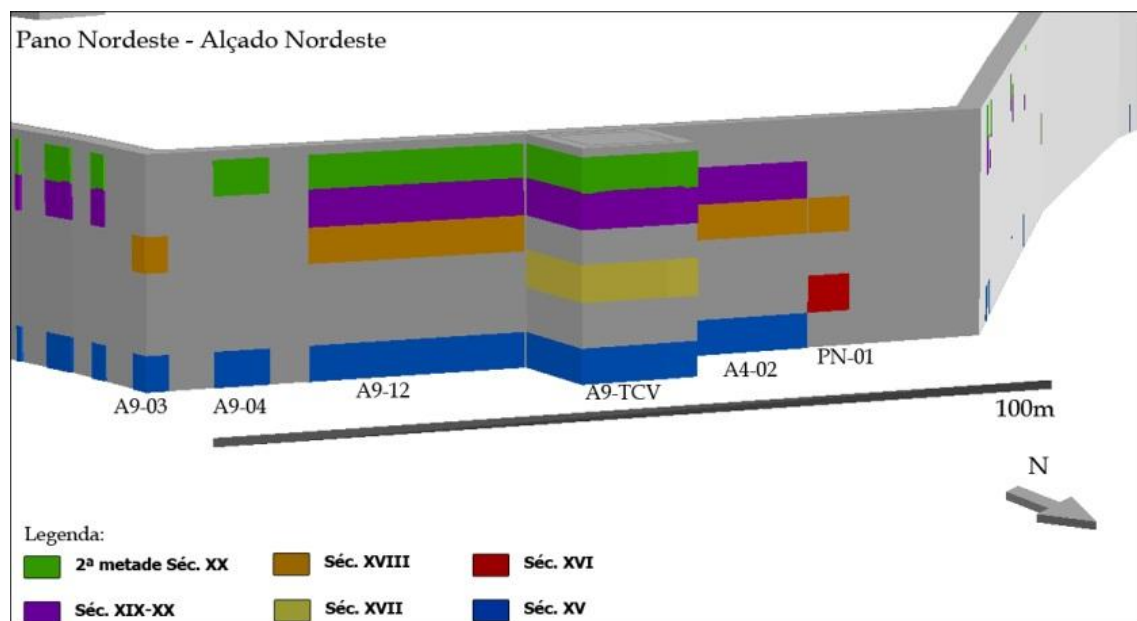


Figura 57 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano nordeste da muralha.

Para se perceber o tecido urbano como resultado da transformação constante que vai retendo traços de momentos distintos, é necessário perceber a relação que as estruturas de diferentes épocas vão estabelecendo entre si. Desta forma, o objetivo aqui passa por tentar revelar a forma como foi sendo utilizada a estrutura da muralha pelas construções posteriores.

Se nos quarteirões B-1 e B-2 pudemos verificar uma forma específica de apropriação e reutilização da estrutura da muralha, no quarteirão A-9 é possível observar outros fenómenos.

No caso do troço Nordeste que se estende a partir da torre, podemos afirmar, que pelas evidências recolhidas, uma parte substancial da estrutura da muralha ainda se encontra fossilizada entre as parcelas construídas. Este fenómeno traduz-se pelo aproveitamento, a partir do momento em que a muralha perde o seu significado de sistema defensivo e passa a constituir um suporte e uma forma mais económica de edificar e construir. Este comportamento construtivo de aproveitamento condicionou inequivocamente a morfologia do quarteirão que ainda atualmente expressa uma organização diretamente relacionada com a estrutura da cerca medieval. De certa forma, neste quarteirão podemos referir que a muralha assume o carácter de “espinha dorsal” do mesmo. Assim, a manutenção da estrutura da muralha, neste caso, funcionou como paramento e limite das parcelas que se alinham transversalmente a ela, mas também como um elemento estruturante do próprio quarteirão.

No quarteirão A-9 registam-se um conjunto particular de transformações relacionadas com a estrutura do século XV (Figura 54). O momento mais recente, que englobou as ações ocorridas entre os séculos XX e XXI. Essencialmente foram identificadas três formas distintas. Em primeiro lugar as alterações estruturais traduziram, quanto a nós, o período de intervenções da DGEMN, já em pleno século XX (parcela A9-01). Datável já da segunda metade do século XX, detetamos a existência de construções adossadas, o uso de reboco e de betão, como reforço estrutural, tanto ao nível da parte original da muralha, como nas zonas de reconstrução (parcelas: A9-12; A9-08; A9-08; A9-09). Podemos ainda destacar a reconstrução de um muro de sustentação (parcela: A9-09), edificação já do século XXI.

Um segundo momento, que englobou a maioria das ações identificadas, traduziu uma série de alterações ao nível da muralha. Pela falta de indicadores mais precisos do que a planta de 1806, apenas pudemos analisar as transformações ocorridas no período entre o século XIX e XX. De uma forma bastante particular, no local onde o pano era coincidente com a Torre de Cimo de Vila, pudemos interpretar a existência de uma zona de reformulação da estrutura do pano e a adição de umas escadas (parcela A9-01). Nos restantes sítios, o fenómeno mais comum pautou-se pelo aparecimento de estruturas adossadas ao pano de muralha, que podemos considerar como uma forma de parcelamento em função da muralha (parcelas: A9-07, A9-08 e A9-12). Também na maioria dos sítios identificados no quarteirão A9, observamos um aproveitamento da parte superior da muralha como varanda ou espaço de circulação, possivelmente subserviente do adarve da estrutura medieval.

A terceira fase englobou as ações ocorridas durante o século XVII. Este grupo resume-se a uma alteração da parte superior da Porta de Cimo de Vila. Tendo em consideração as diferenças que apresentou em relação à composição medieval, pensamos que este conjunto possa ser incluído na baliza cronológica que abarca a construção da parede sul, ocorrida por volta de 1631 (Almeida, 1990; Flores, 1999). Pelas representações do século XIX (Norton, 1996), podemos ter uma perspetiva, talvez não muito distante, da morfologia que apresentaria na Época Moderna. A parte respetiva à muralha servia como uma espécie de balcão que possuía umas escadas de acesso exterior ao primeiro piso, mais propriamente a uma porta de acesso ao interior da torre (parcela A9-04).

Em jeito de transição para a fase mais antiga, correspondente a reminiscências da estrutura original, incluímos todos os vestígios atribuíveis ao século XV (Figuras 58 e 59). No quarteirão A-9 observam-se essencialmente duas formas de conservação. Na parcela A9-01, regista-se a conservação da parte inferior de um troço, que se diferenciava construtivamente do por apresentar um aparelho de cantaria, como era comum nos locais de portas com torres associadas. Na sua continuidade, na parcela A9-12 observa-se um troço do pano bem conservado. O mesmo reparte-se pelas parcelas A9-07 e A9-08.

De outra forma, pudemos igualmente observar a conservação de troços de muralha através de ruturas. Se no caso anterior foi possível perceber a composição das faces, neste caso foi possível identificar as espessuras, bem como composição do seu interior, designadamente nas parcelas A9-03, A9-04 e A9-09.

De maneira geral, a forma de reutilização mais evidente diz respeito ao aproveitamento da muralha como paramento para construções posteriores, razão pela qual ainda hoje podemos observar a existência da mesma. Juntamente com estas ações observam-se igualmente fenómenos de sobreposição, onde a muralha passou a ser utilizada como estrutura de sustentação de terraços ou espaços de logradouro das construções transversais, que tomam partido da altitude e da panorâmica que esta proporciona sobre a envolvente.

No entanto, a expansão construtiva ocorrida na parte interna do quarteirão mostrou uma forma de reutilização que secciona a muralha para a instalação de compartimentos de carácter mais recente, ficando o interior da mesma a funcionar como cobertura. Este fenómeno, a constituir um seccionamento total da estrutura da muralha, parece traduzir uma inversão estratigráfica, onde a muralha medieval passa a sobrepor construções de carácter mais recente.

Outro caso destacou-se pela criação de poços de luz para permitir o acesso da luz natural a edifícios que vieram ocupar alguns espaços existentes entre o edificado e a estrutura da

muralha, possivelmente logradouros das parcelas anexadas à muralha. Com este tipo de ocupação de um espaço tão restrito, resultam uma espécie de “clareiras” que expõem segmentos da face exterior da muralha.

O muro de sustentação, situado entre a parcela A9-09 e o Postigo da Vinha Velha (parcela A9-14), apresentava características e alinhamentos semelhantes à muralha, levando alguns autores a associar este muro à estrutura da muralha ou a uma reutilização da mesma. Todavia, Apesar disso, a estrutura da muralha teria também ali uma função de sustentabilidade do terreno, em função da topografia acidentada do relevo, tendo levado levando à necessidade edificar um novo muro de sustentação já no decorrer do século XX, como já referido, possivelmente no seguimento uma derrocada da estrutura medieval.

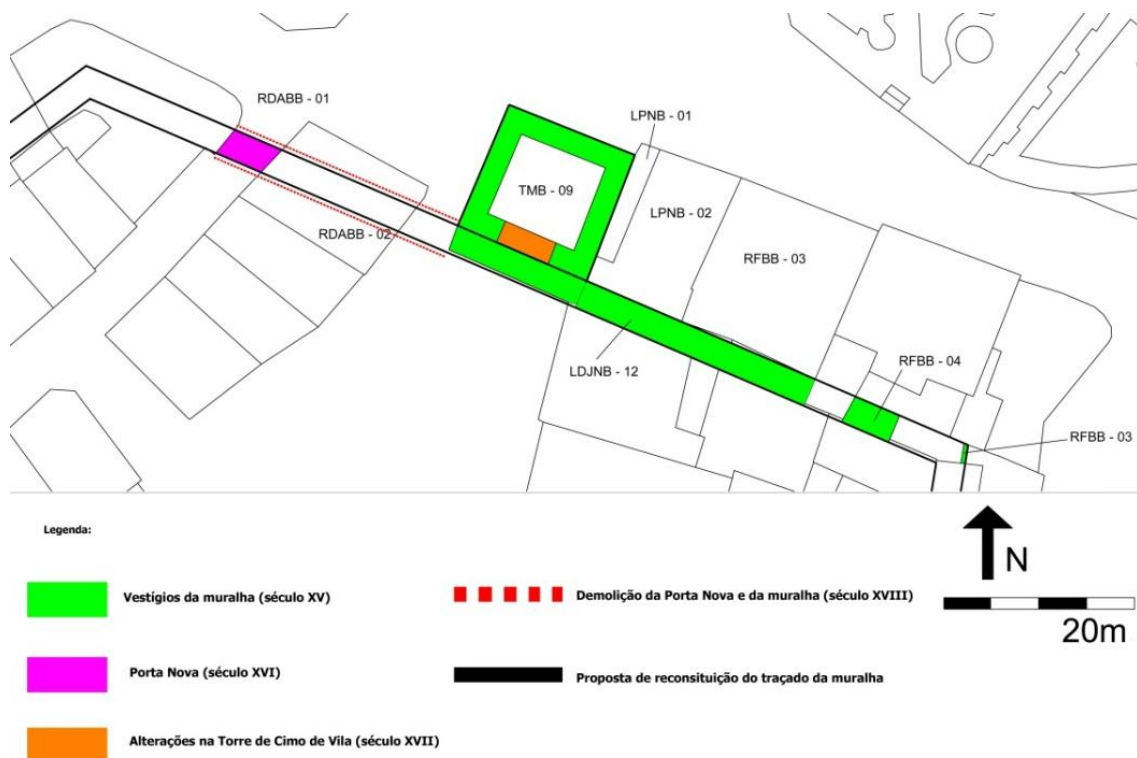


Figura 58 - Interpretação e reconstituição do pano de muralha nordeste nos quarteirões A9 e A4.



Figura 59 - Interpretação e reconstituição do pano Este até ao postigo da Vinha Velha no quarteirão A9.

### 3.5.4. Postigo da Vinha velha

O Postigo da Vinha Velha, também designado Porta da Rua das Velhas (Pereira, 1867; Capela e Borralheiro, 1998), ou ainda da Postigo Feira (Pereira, 1867), não fugiu à regra das aberturas que se encontram em ruas com utilização até à atualidade, hoje sob o topónimo de Travessa da Vinha Velha. A sua total demolição impossibilitou uma caracterização por avaliação direta.

Tal como já referido, esta porta não se incluía no conjunto de portas originais da muralha medieval. Da mesma forma, a sua abertura conferiu-lhe desde logo uma importância secundária,

cujas pequenas proporções vieram posteriormente motivar a necessidade de um alargamento, como é evidenciado pelas descrições que pudemos reunir.

A sua abertura terá ocorrido durante o século XVII, segundo António Ferraz, juntamente com a Porta da Ferraria, em 1635 (Basto, 1982). Por exemplo, através das Memórias Paroquiais de 1758, é possível perceber a forma como era encarada no século XVIII. Um acesso ao interior do perímetro amuralhado de menor importância, que acaba por ser mais referido pelo equívoco do autor na sua designação, do que pelo tipo de porta em questão.

Na primeira fase, este postigo foi descrito como um pequeno postigo com um arco superior. O Abade do Louro (1867), referindo-se ao Postigo da Vinha Velha como Porta da Feira, confirma esta descrição ao referir que “... parece era o (postigo) da rua das Velhas (ou Postigo da Vinha Velha), e que depois foi alargado e alteado, como ainda hoje se observa” (Pereira, 1867).

A data da demolição do Postigo da Vinha Velha não aparece referida na historiografia.

No entanto, pudemos constatar que ainda é referenciada na segunda metade do século XIX (Pereira, 1867). Fotografias de início do século XX parecem indicar uma demolição anterior, pelo que supomos que terá ocorrido nos finais no século XIX, ou seja, já na fase de transição do século XX.

### **3.5.5. Torre da Porta de Cimo de Vila**

As primeiras transformações ocorridas na Torre da Porta de Cimo de Vila reportam-se ao século XVI. Esta torre terá sofrido, no decorrer do século XVI alterações ao nível da estrutura interior, nomeadamente pela implementação de soluções adotadas para apoio das vigas de madeira que suportam a estrutura do soalho. O suporte dos pavimentos superiores apresentou diferenças. O pavimento do primeiro andar era sustentado por uma viga no rés-do-chão, repetindo-se o mesmo sistema no segundo andar para o pavimento do terceiro. No primeiro andar, no entanto, não se verificava a existência de uma viga, sendo o pavimento do segundo piso sustentado por um arco de volta perfeita que descarregava nas paredes nascente e ponte. Esta solução encontra-se datada do século XVII.

A intervenção arqueológica realizada na Torre da Porta de Cimo de Vila justificada por um programa de recuperação e valorização (Brochado, 2009) produziu um acervo de informação de teor arqueológico que permite confirmar e completar a análise realizada até este momento. Um dado fundamental relaciona-se com as diferentes fases construtivas desta torre. Segundo os dados arqueológicos a torre terá sido construída no primeiro quartel do século XV, entre 1404 e 1416, não tendo sido registadas quaisquer estruturas anteriores, tratando, portanto da primeira estrutura no local. Em data posterior, no que podemos considerar a 2ª fase, regista-se a

construção da parede sul, datada do século XVII, em 1631, (Almeida, 1990; Flores, 1999) e portanto coincidente com a perda de função defensiva e aquisição de função de presídio. Por fim, numa terceira fase, já do século XX, terá ocorrido a reestruturação do piso inferior, nomeadamente, ao nível do pavimento, com a substituição do lajeado em granito pelo betão e tijoleira cerâmica.

Apesar da Torre da Porta de Cimo de Vila já, em 1595, servir como cadeia, será apenas no séc. XVII, por volta de 1631, que se terá procedido à construção da parede que fechou a estrutura. Sobre este assunto, Cláudio Brochado (2009), refere que tendo em consideração estes dados cronológicos, nos finais do século XVI as características tipológicas da torre já não se adequavam ao aumento do tráfego carrário, optando-se assim pela abertura de uma porta mais funcional, neste caso a Porta Nova. Desta forma, com a abertura da nova porta a torre perde a função original, passando então a funcionar como presídio. Em algumas fotografias de inícios do século XX, é possível ver-se ao nível das aberturas a existência de gradeamentos, possivelmente associados à sua utilização como estabelecimento prisional.

A partir da leitura estratigráfica do paramento sul da Torre Postigo da Vinha Velha pudemos também observar indícios de diferentes fases construtivas que ajudaram a perceber as transformações ocorridas no exterior. A primeira grande fase, que englobou as UE's 3 e 4, semelhante ao que pudemos observar na muralha, traduziu o período de intervenções da DGEMN. De forma específica, pudemos constatar modificações pelo menos ao nível dos merlões. Pela comparação das fotografias que antecedem o período destas intervenções e pelas que o procedem (Figuras 58 e 59), foram notórias diferenças quanto ao número de merlões. Possivelmente estes elementos terão sido afetados pelo terramoto de 1755, como consta nas Memórias Paroquiais de 1758 (Capela e Borralheiro, 1998), facto que terá propiciado, durante a intervenção da DGEMN em meados do século XX, a adição dos merlões em falta.



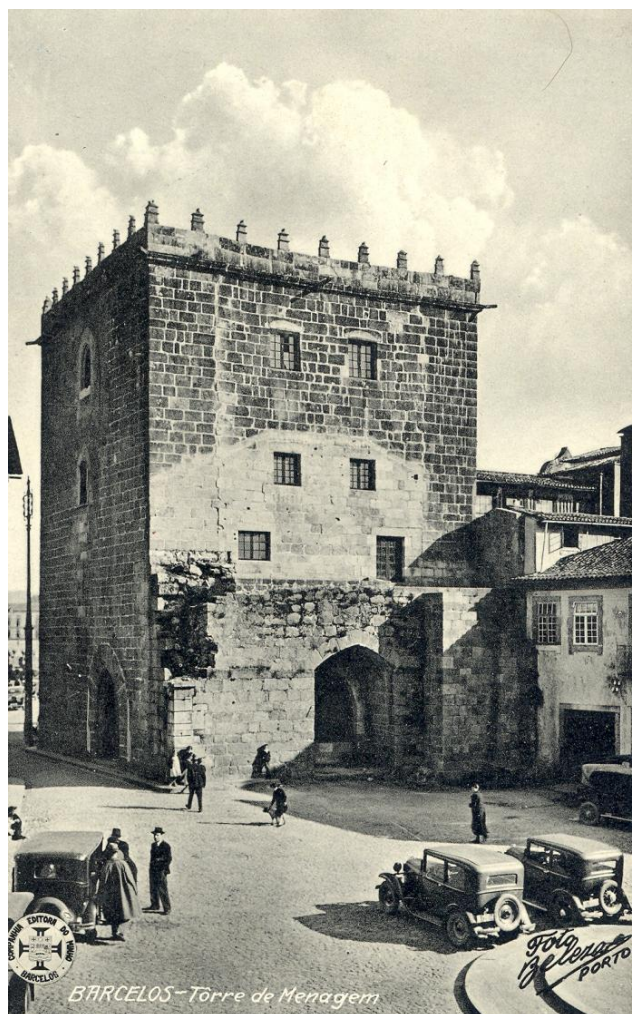


Figura 60 - Perspetiva do paramento Sul da torre. A fotografia apresenta a data de 1952 (Fonte: <http://www.espoliofotograficoportugues.pt/Default.aspx?ID=10&ProductID=PROD2188227>).



Figura 61 - Perspetiva do paramento Sul da torre nos inícios do século XX. (Fonte: <http://barcelosempostais.no.sapo.pt/Barcelosempostais/Ruas/ruasfoot.htm>)

Seguidamente, em concordância com a leitura realizada para a muralha, distingue-se um período construtivo que engloba o século XIX e XX. Referimo-nos à divisão que foi construída sobre a muralha e anexada à face sul da torre. As evidências desta edificação na torre apenas se traduzem pelas aberturas identificadas pela UE 9. Trata-se de três janelas e uma porta, abertas na parede sul e que permitiam a ligação entre a edificação e o interior da torre. Em termos de datação, verificamos que estes vãos não são visíveis numa ilustração do século XIX (Norton, 1996), sendo mais plausível que configurem alterações já do século XX. O registo mais antigo que possuímos traduz-se numa fotografia de 1952, coincidente com o momento de demolição da edificação (Figura 60).

Não obstante, procedemos à identificação das unidades estratigráficas de paramento que possivelmente correspondem à fase das remodelações modernas do século XVII, relacionadas com a construção do paramento sul, em 1631 (Almeida, 1990; Flores, 1999). Estas alterações verificam-se ao nível da cobertura, pela UE 18, que se refere ao remate superior, formando uma espécie de balcão ao nível da cobertura, e que se associa à parte da parede construída no século XVII, através do interface de ligação, UE 19. Neste paramento distingue-se, desde logo, a UE 20, referente ao interface de ligação das aberturas, contemporâneas da construção da parede. Trata-se de duas janelas paralelas ao nível do terceiro andar. Tal como muitas das outras aberturas, estas sofreram alterações posteriores, nomeadamente ao nível da colocação de grades, aquando da sua utilização como presídio, bem como adições ao nível dos frontões. Por sua vez, a UE 21, corresponde ao fechamento da torre e distingue-se da estrutura medieval da torre pelo interface de ligação que possui com esta, representado pela UE 22. Refira-se, igualmente, o interface de rutura existente entre a cobertura e a estrutura medieval da muralha, a UE 23.

Se atentarmos à representação de Duarte d'Armas (Figura 9), podemos verificar que o remate superior da torre original era substancialmente mais simples, não se verificando a existência da UE 18. Igualmente, os merlões representados parecem tratar-se mais do uso dos próprios silhares, perfazendo uma continuação do aparelho. Assim, para o assentamento da cobertura referente à Época Moderna, terá havido uma ação de rutura na estrutura anterior.

Deste modo, a última fase traduz parte da estrutura original da torre, correspondente à UE 24. Esta unidade estratigráfica traduz o paramento sul original da torre com uma divisão a meio. Ao nível das características, apresenta um aparelho cuidado, em cantaria com silhares de média dimensão bem talhados. Em termos de sucessão, este paramento vai estabelecer relação com a

parte, também medieval, da muralha (UE 26), através do interface de ligação identificado pela UE 25. A estrutura é datável do século XV, mais propriamente do primeiro quartel, entre 1404 e 1416 (Brochado, 2009).

A confirmar os aspetos identificados, a representação de Duarte d'Armas fornece uma visão da torre no século XVI, sendo visível o paramento sul ainda aberto para o interior do núcleo urbano (Figura 9).

### **3.5.6. Quarteirão A-4**

Apesar da ausência de vestígios identificados no quarteirão A-4, as fontes documentais foram imprescindíveis para a interpretação deste quarteirão. A partir de um relato de Joaquim Pereira (1867), na sua "*Memória Histórica...*", foi possível reconstituir o traçado da muralha, bem como a evolução morfológica ocorrida entre os séculos XVIII e XIX nas parcelas do quarteirão contíguas à mesma (Figura 57). A existência desta fonte permitiu a aplicação de um método regressivo, num local onde o edificado não revela qualquer evidência de uma "fossilização" da estrutura da muralha no tecido construído.

Tendo como base as palavras que o Abade do Louro (1867) usou para descrever a Porta Nova, ficamos a saber que, no decurso das demolições do século XVIII, o espaço em causa foi ocupado, já no século XIX, pelos pais do Bispo de Leiria para a construção de uma habitação. O resultado desta ação condicionou o surgimento das parcelas que ainda hoje podemos observar, não diferindo a sua forma atual substancialmente da que apresentariam a partir de meados do século XIX (Figura 63).

A construção da referida habitação implicou alterações ao nível do troço da muralha. No local onde se encontrava adossada a Torre de Cimo de Vila foi colocado um cunhal, semelhante ao da casa construída. Esta alteração parece resultar de um arranjo urbanístico, constituindo um remate para o corte provocado pela demolição da muralha. De igual modo, conferiu ainda uma simetria à passagem existente entre a casa e a torre. Numa fotografia dos inícios do século XX é visível a localização do cunhal (Figura 62).

Através das referências do Abade do Louro (1867) foi possível interpretar que, para o século XVIII, a situação seria relativamente diferente, pois o sítio onde posteriormente foi construída a habitação, mantinha os traços gerais da urbe medieval, fortemente estruturados a muralha.

Anteriormente à demolição de 1794, no local onde veio a ser construída a casa, situava-se então parte do pano nordeste da muralha e uma artéria paralela que estabelecia ligação entre a rua D. António Barroso (antiga Rua Direita) e o largo Doutor José Novais (antigo largo da Cadeia) pela parte interna da cerca. É igualmente referido que casa do século XIX ocupou ainda parte de

um terreiro, que supomos situar-se já na zona exterior do perímetro amuralhado. Junto à referida viela paralela ao pano nordeste, existiu uma habitação dos tios maternos do Bispo de Leiria, que se estendia ao nível do primeiro andar para cima da “*vieira*”. Deste modo, é suposto que se verificasse um aproveitamento da estrutura da muralha ao nível do assentamento do primeiro andar da habitação (Figura 64).

Através do exercício de projeção que realizámos tornou-se mais claro interpretar aspetos como: o traçado da muralha, a relação que a habitação estabeleceu com a estrutura da muralha e a localização da referida viela.

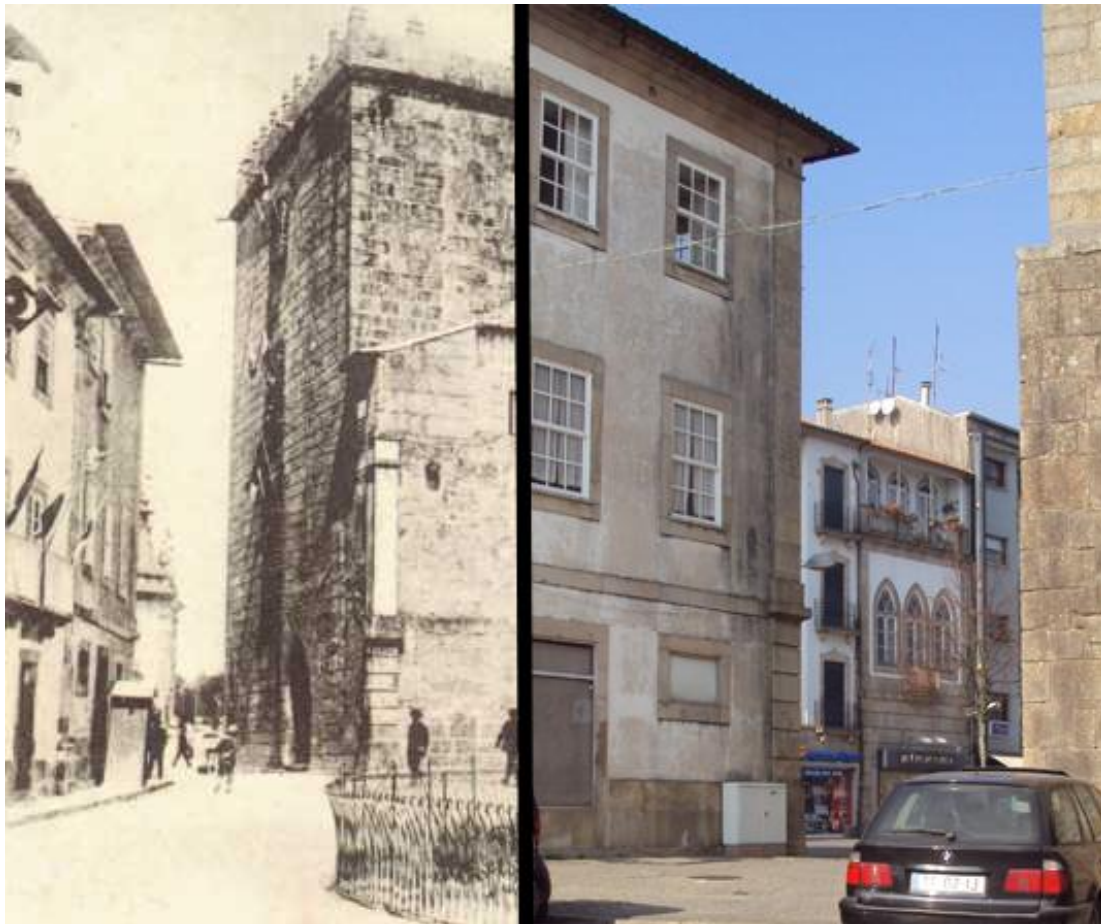


Figura 62 - Comparação do cunhal existente atualmente na parcela A4-02 e uma fotografia da Torre de Cimo de Vila de Inícios do século XX, possivelmente 1905, onde ainda é possível ver o cunhal referido por Joaquim Pereira (1867) (Fonte da foto da esquerda: [www.barcelos.net/barcelos/antigo/imagem4.htm](http://www.barcelos.net/barcelos/antigo/imagem4.htm))

### Reconstituição das parcelas junto à Muralha no Quarteirão A-4 no Século XIX

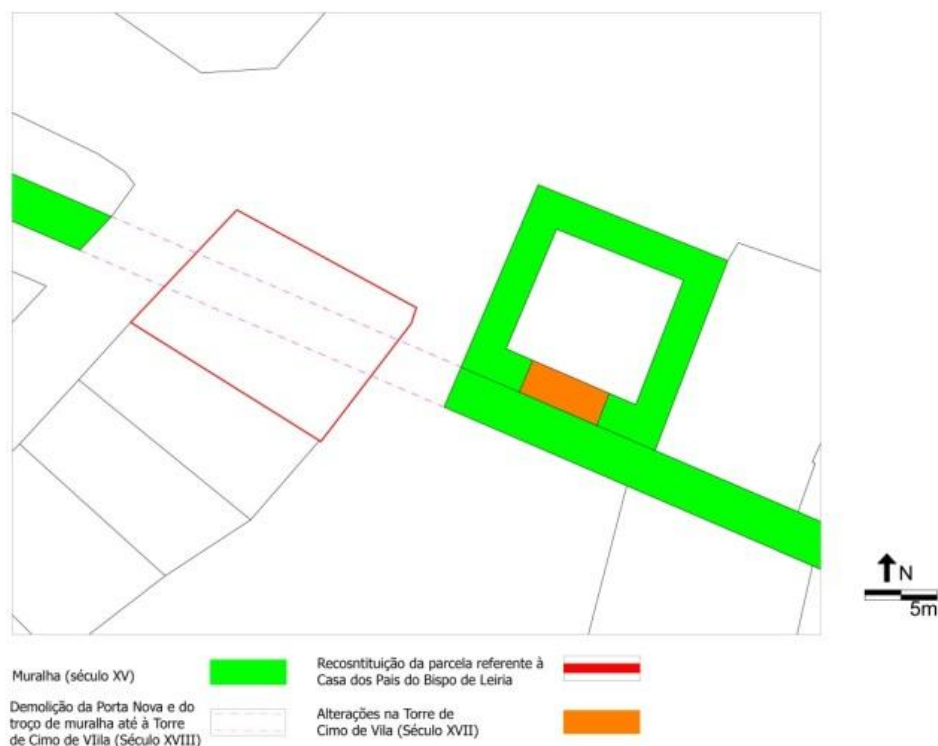


Figura 63 - Reconstituição da Parcela A4-02 no século XIX a partir da descrição de Joaquim Pereira (1867).

### Reconstituição das parcelas junto à Muralha no Quarteirão A-4 no Século XVIII



Figura 64 - Reconstituição da Parcela A4-02 no século XVIII a partir da descrição de Joaquim Pereira (1867).



### 3.5.7. Porta Nova

A abertura de uma porta na muralha implicava não só uma alteração estrutural no sistema defensivo, como também o aparecimento de novos locais de circulação, diferenças que, todavia, interferiam diretamente na morfologia do núcleo urbano. Um exemplo desta situação encontra-se precisamente na abertura da Porta Nova (parcela PN-01), cujo aparecimento marca um momento específico de transformação da morfologia urbana de Barcelos. Neste caso, trata-se de uma solução urbanística que procura resolver problemas de circulação, nomeadamente possibilitar maiores facilidades de trânsito que até então era efetuado pela Porta de Cimo de Vila, substituindo, desde modo, uma das principais artérias da vila, ainda no final do século XVI<sup>12</sup>.

A informação contida nas Memórias Paroquiais (Capela e Borralheiro, 1998) centrou-se precisamente neste facto. Sem propiciar informação de cariz cronológico ou arquitetónico, assinala a referência ao facto de que após o encerramento da Torre de Cimo de Vila, o trânsito foi desviado para a Porta Nova<sup>13</sup>.

Mais incisivo, o Abade do Louro confirmou a existência de uma Porta Nova, ressaltando que a sua demolição ocorreu anteriormente ao século XIX. No entanto, a descrição elaborada pelo autor proporcionou algumas características arquitetónicas, designadamente a existência de uma inscrição epigráfica em latim, que reproduzia o conteúdo de outra presente na Torre da Ponte<sup>14</sup>. O autor acrescenta ainda que na zona por cima da porta, estaria colocado um oratório com a imagem da Nossa Senhora da Abadia e que teria sido transferida para a capela de Santiago, situada nas proximidades, no momento da sua demolição (Pereira, 1867). No entanto, tratando-se de uma referência do século XIX, esta caracterização corresponderá já a um conjunto de elementos que foram sendo adicionados após a sua abertura, provavelmente decorrentes de numa ação de afirmação ou monumentalização da Porta Nova.

Por sua vez, Ferreira de Almeida (1990), com base em fontes documentais<sup>15</sup>, acrescenta que as alterações urbanísticas decorrentes da sua abertura já se verificavam em 1595. Refere, ainda que o nicho dedicado à Senhora da Abadia continha uma imagem esculpida em pedra,

---

<sup>12</sup> Ainda nos finais do século XV a cadeia da comarca é transferida para a Torre de Cimo de Vila (Almeida, 1990), passando posteriormente a designar-se Torre da Cadeia. Manteve estas funções até aos anos 30 do século XX, quando foi transferida para a “Cadeia Nova”.

<sup>13</sup> Nas memórias paroquiais podemos encontrar a seguinte descrição: “... depois como se fez da torre cadeia da villa se abriu a pouca distancia para o Norte a que hoje chamão Porta Nova...”. (Capela e Borralheiro, 1998).

<sup>14</sup> Segundo as descrições de Joaquim Pereira, Abade do Louro, na “Porta Nova” terá existido uma inscrição igual a outra existente na Torre da Ponte.

<sup>15</sup> Documento referente à instituição da Capela da Senhora do Rosário, posteriormente de Santiago (Almeida, 1990).

provavelmente de meados do séc. XVI, pondo assim a hipótese de a porta nova ter sido aberta neste período.

Se assim foi, a motivação desta ação insere-se num contexto muito específico da evolução urbana de Barcelos durante o século XVI.

Relativamente à mudança das funções de circulação da Porta da Torre de Cimo de Vila para a Porta Nova, Cláudio Brochado (2009) salienta a necessidade de ter em conta outros factos, nomeadamente a crescente importância dos quarteirões situados a norte da muralha aliada ao aumento do tráfego. Igualmente, a comprovar esta situação, encontra-se a ocorrência do Milagre das Cruzes, em Dezembro de 1505, assim como a construção da primeira capela que materializa o surgimento da devoção pelo Senhor da Cruz. Estes acontecimentos parecem ditar o surgimento de uma nova passagem urbana, com carácter mais funcional.

A demolição desta porta encontra-se documentada no século XVIII, mais propriamente em 1794 (Basto, 1982). Na realidade, a destruição desta porta marca o início de uma série de ações que foram repetindo posteriormente com a abertura de novas portas.

No entanto, o contexto e os fatores que determinam a sua abertura diferem dos que se seguiram. Não se trata propriamente da adição de uma nova porta, uma vez que a sua abertura parece ser motivada pela impossibilidade de se adaptar a porta da torre às necessidades que a vila solicitava no alvor do século XVII.

Ao nível da morfologia urbana, a Porta Nova vai condicionar o desenvolvimento de uma artéria que passa a constituir, efetivamente, uma Rua Direita. Nos séculos que se sucederam, a regularidade desta rua, vai acentuar-se com o seu alargamento, assumindo-se como a principal artéria do núcleo urbano existente no interior do perímetro amuralhado.

### **3.5.8. Quarteirão B-2**

As condições de ocupação e a forma de organização atual das parcelas do quarteirão B-2, não permitiram efetuar registos passíveis de interpretarmos cada uma das parcelas estratigraficamente. Ainda assim, a documentação reunida permitiu perceber em traços gerais as diferentes fases de ocupação, como podemos observar na figura 65.

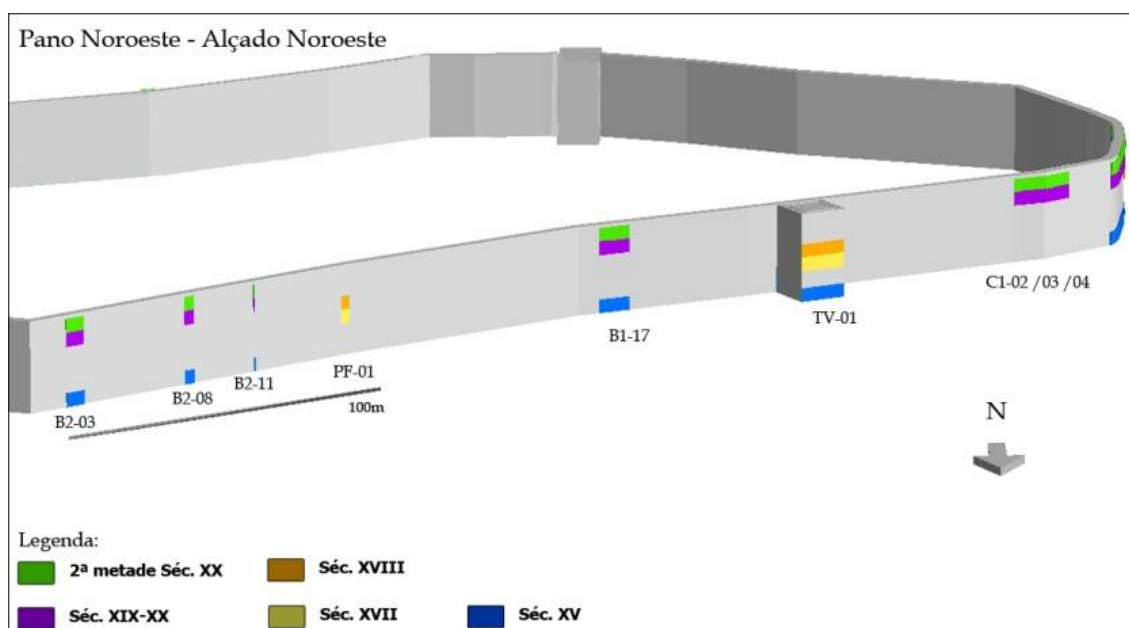


Figura 65 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano noroeste da muralha.

Em termos gerais, não se verifica um aproveitamento ao nível dos paramentos das fachadas da estrutura da muralha, dada a ausência de tipologia e volume semelhantes. Por outro lado, parece possível admitir que a muralha tenha sofrido neste quarteirão um processo de desagregação da parte superior, verificando-se um aproveitamento residual da parte inferior como elemento estrutural e de sustentação das construções atuais. Neste caso, terá ocorrendo um fenómeno de sobreposição simples e reutilização da muralha como alicerce, como se pode observar nas parcelas B2-03 e B2-08.

Em parte, a construção de um edifício no século XX, parcela 1 do quarteirão B2, fechou a ligação da travessa Entre Muros à então Rua Direita, ainda existente no século XIX (Vilas Boas, 1806) (Figura 10), parece ter afetado profundamente a estrutura da muralha. Neste caso, é possível admitir que, com a edificação do prédio, se terá procedido ao desmonte da muralha ou, então, à integração da mesma como elemento estrutural da habitação. Todavia, até ao momento não foi possível confirmar esta hipótese. Refira-se, igualmente, que não existem evidências exteriores que apontem nesse sentido.

A construção e a presença da muralha neste quarteirão deram origem a alguns fenómenos que se relacionam com a sua própria evolução urbana, suficientemente relevantes para serem aqui realçados. Desde logo, é importante mencionar que este troço terá seccionado uma parte anteriormente urbanizada, tendo como resultado, logo após à construção da muralha, a anexação de construções à cerca medieval pelo lado exterior (Ferreira, 1992), ou seja, ao longo da atual Rua Barjona de Freitas. No entanto, existe uma nítida diferença de cota entre o nível de



circulação da travessa Entre Muros, sempre superior ao da atual rua Barjona de Freitas, que corre no lado externo da muralha. Esta diferença apenas se desacentua ao nível do largo no enfiamento da já referida Praça de Pontevedra, onde atualmente praticamente se equivalem.

Tendo como referência a diferença de cota de circulação dos referidos arruamentos, ao analisarmos o espaço interior de algumas parcelas, percebe-se que a transição de cota ocorre precisamente no nível onde se implanta estrutura defensiva. Este fenómeno é bem explícito nas parcelas B2-03 e B2-08 onde a própria estrutura é usada para estabelecer a ligação entre os dois planos de circulação. Esta circunstância permite explicar, igualmente, o facto de, em muitas parcelas, a estrutura ter sido desmontada, passando a organização interna a ser feita ao nível de circulação da rua Barjona de Freitas. Deste modo, e tal como já referido, é legítimo equacionar a hipótese do perímetro muralhado ter resultado dum aproveitamento da topografia do sítio.

Por fim, refira-se ainda que é muito provável que a travessa Entre Muros surja a partir da construção da muralha, enquanto forma de circulação intramuros junto à cerca. Posteriormente, esta artéria terá sido também afetada pela abertura da Porta Nova e pelo do aparecimento de uma “rua direita”. A sua morfologia atual estabeleceu-se pelo corte de ligação com a referida rua, transformando-se assim numa rua sem saída.

### **3.5.9. Postigo da Ferraria**

O Postigo da Ferraria (PF-01) não fazia parte das aberturas originais do sistema defensivo, tendo sido aberta no séc. XVII (Ferreira, 1992), mais propriamente em 1631 (Fonseca, 1938). Sobre as transformações ocorridas apenas foi possível considerar que a porta terá sido demolida juntamente com todo o troço fronteiro à atual Rua Barjona de Freitas, no século XVIII (Basto, 1982).

### **3.5.10. Torre da Porta do Vale**

Como já referido, sobre a Torre da Porta do Vale (parcela TV-01) não restaram vestígios conservados à superfície. No entanto, sabemos que na sua fase inicial integrou o sistema original do século XV e que, pela representação de Duarte d'Armas, possuía características semelhantes à da Torre da Porta de Cimo de Vila, diferindo apenas o sistema das portas, tal como já assinalámos.

Relativamente às transformações que nela ocorreram, ainda no decorrer do século XVIII, sabe-se, a partir da descrição das Memórias Paroquiais, de 1758 (Capela e Borralheiro, 1998), que foi reutilizada como local de culto, possuindo um nicho que “... *recolhe hua milagrosa*

*imagem de hum santo Crucefixo*". Efetivamente, segundo António Ferraz, em 1689 terá sido instalado um oratório ou ermida no pavimento térreo desta torre (Basto, 1982).

Apesar da agregação de uma nova funcionalidade, a torre terá sido demolida nos finais do mesmo século, mais propriamente em 1794, data atribuída ao início do processo de demolição de vários troços da muralha (Basto, 1982).

Segundo a pesquisa que efetuámos nas Atas de Vereação da Câmara, do ano de 1794, foi possível recuperar mais alguma informação acerca do seu desaparecimento, nos fólios 68 e 68v (Apêndice II - Transcrições). Num ato de vereação, de 8 de Fevereiro de 1794, constava a existência de um requerimento efetuado à rainha D. Maria I, pedindo permissão para se proceder à demolição da Torre da Esperança (Torre do Vale), tendo em vista a reutilização da pedra na reparação das ruas da vila (Apêndice II, Transcrição N°1, Fl. 68 e 68 v.).

A escolha deste edifício em detrimento de outros pode ser perspetivada a partir de vários fatores. O primeiro reside no facto de nos finais do século XVIII o sistema defensivo medieval já não possuir relevância e utilidade enquanto equipamento urbano. Em segundo lugar, qual a razão da escolha desta torre em detrimento das outras duas. Tanto a Torre de Cimo de Vila como a Torre da Ponte conheceram, num momento anterior, um investimento e uma forma de reutilização. Por exemplo, a Torre de Cimo de Vila era, pelo menos desde o século XVI, o presídio da vila e a Torre da Ponte estaria integrada no paço condal, desde os finais do século XV. Do ponto de vista de uma economia ainda pré-industrial nos finais do século XVIII, esta torre não possuía nenhuma utilidade pública para a vila, num momento em que se começam a sentir transformações. À luz deste pragmatismo económico, a demolição da torre e reutilização da sua matéria-prima deve ser enquadrada nas necessidades e prioridades dos centros urbanos dos séculos XVIII e XIX, especialmente notável em relação às vias de comunicação<sup>16</sup>.

### **3.5.11. Quarteirão C-1**

Do ponto de vista da evolução construtiva, o quarteirão C-1 apresentou semelhanças com o quarteirão C-2. As diferentes ações que ficaram registadas na estrutura, bem como as leituras estratigráficas efetuadas permitiram recuperar parte do percurso transformativo ocorrido (Figura 66).

Em primeiro lugar, as ações mais visíveis possuíam um carácter recente, datáveis já da segunda metade do século XX. O tipo de materiais utilizados apresentou um contraste

---

<sup>16</sup> No mesmo fólio percebemos ainda que o pedido se estendia à demolição do muro da vila "para o norte", sem que causasse qualquer prejuízo às casas adossadas. Neste contexto são referidas as muralhas da cidade do Porto, Guimarães, Viana do Castelo e Ponte de Lima, possivelmente como termos de comparação ou exemplo de alguma ação ocorrida nas mesmas.

cronológico de tal forma evidente que a sua compreensão se tornou bastante acessível e direta. As transformações traduziram-se, na generalidade, pela reutilização da muralha como elemento estrutural, como paramento ou base de apoio de construções que se foram sobrepondo. A ação mais evidente manifestou-se pela construção de anexos ou ampliações de habitações, onde os materiais empregados incluíram o betão, tijolos e vigas, já de cariz industrial. Não obstante, a utilização do betão estendeu-se também a outras utilizações mais localizadas, tal como na colocação de elementos (escadas, suportes metálicos...) ou até na constituição de pavimentos.

Na prática, as diferentes ações construtivas interagiram de forma diferente com a estrutura da muralha. Na zona correspondente ao interior do perímetro da cerca, predominou a edificação de anexos em zonas de logradouro de determinadas parcelas que aproveitam a estrutura da muralha como paramento ou alicerce. Estas edificações ocorreram tanto na zona da muralha demolida (preenchendo os interface de rutura) (parcela C1-11), como adossadas à face (através de interfaces de ligação) (C1-11).

Pela parte exterior do perímetro amuralhado registou-se também a utilização destes materiais, nomeadamente em habitações que numa primeira fase apenas reutilizaram a estrutura como paramento das habitações, passando agora a integrar a estrutura na edificação por ampliações e ações de melhoramentos que se sobrepõem e provocam várias ruturas na muralha, como observado na parcela C1-11.

Uma segunda fase de alterações foi enquadrada entre o século XIX e o século XX, sendo muito provável que em alguns casos, o âmbito cronológico seja até anterior. Em consonância com as alterações do século XIX, as demolições traduziram-se sempre num momento de transformação da estrutura, seguido, normalmente, de uma ação edificadora. O processo de demolição das muralhas urbanas medievais, caraterístico do período cronológico em questão, foi também visível na parcela C1-11.

Por fim, importa referir as alterações verificadas ao nível da estrutura da muralha medieval de Barcelos, datada do século XV. Em termos físicos, aquilo que resta da estrutura original traduz-se por troços com um nível de conservação relativamente bom, que se estendem por uma extensão considerável. Esta circunstância permitiu, inclusivamente, registar na parcela C1-11 as duas faces do pano oeste da muralha.

### **3.5.12. Quarteirão C-2**

Como já tivemos oportunidade de referir, o quarteirão C-2 compreendeu, em traços gerais, o mesmo panorama observado no quarteirão C-1 (Figura 66). Apesar das transformações

ocorridas nestes dois quarteirões, eles fossilizam de forma inequívoca as características da urbe medieval.

No quarteirão C-2 registamos um maior número de sítios, por consequência mais e diferentes fenómenos.

Tal como no quarteirão C-1, as ações mais recentes, já da segunda metade do século XX, traduziram-se pelo aparecimento de anexos ou ampliações de habitações e outras utilizações mais localizadas. Referimo-nos à colocação de elementos (escadas, suportes metálicos...) e à colocação de pavimentos. Estas edificações surgiram adossadas à face (através de interfaces de ligação), como na parcela C2-12, ou sobrepondo a estrutura da muralha (preenchendo um interface de rutura), como nas parcelas C2-05 e C2-12.

A utilização de materiais de cariz bastante recente foi também observada ao nível das construções que foram adossadas à muralha pelo espaço exterior, sob a forma de ampliações e ações de melhoramentos que acabaram por provocar ruturas e sobreposições, como demonstram os exemplos das parcelas C2-03, C2-12 e C2-06.

Apesar de não termos verificado a existência de grandes assimetrias ao nível da cota de circulação (rebaixamentos ou alteamentos) pudemos comprovar que ocorreu a colocação de pavimentos recentes que passaram a possuir uma relação de ligação, através de um interface, com a muralha, como pudemos observar nas parcelas C2-12, C2-05 e C2-03.

O segundo momento identificado, entre o século XIX e o século XX, ficou marcado pela destruição de algumas partes da muralha, como foi registado nas parcelas C2-12, PFV-01. C2-03 e C2-06 mas, também, pela edificação de novas construções, nomeadamente de casas de habitação que reutilizam o pano da muralha como paramento. Em particular pudemos observar estas ações nas parcelas C2-12, C2-03, C2-05 e C2-06, onde as habitações que se vão estendendo longitudinalmente adossadas à face exterior da cerca.

Nos locais em que não observamos esta forma de apropriação da estrutura medieval, pudemos constatar que talvez devido a uma demolição ou aluimento da estrutura foram construídos no seu alinhamento muros de delimitação substituindo, assim, a cerca que, neste período, delimitava, também, o parcelamento. Esta situação encontra-se bem evidente na parcela C2-05.

O momento mais antigo, enquadrado no século XV, reportou-se aos segmentos conservados da muralha medieval. A estrutura foi identificada em todas as parcelas registados neste quarteirão, ainda que em diferentes proporções. Esta variação oscilou entre a observação da face interior de troços com grande elevação, como nas parcelas C2-03 e C2-12 e, mais

residualmente, na face interior de um troço na parcela RDBB-05 e da face exterior na parcela C2-06.

### **3.5.13. Porta de Fundo de Vila**

A Porta de Fundo de Vila (parcela PFV-01) constituiu uma das aberturas originais do sistema defensivo do século XV. No entanto, o seu aparente carácter secundário, atribuído pela ausência de monumentalidade, contrastava com a importância da artéria, que seria fundamental no contexto do desenvolvimento e expansão da vila medieval de Barcelos.

A correlação entre o tipo de porta e a sua importância é mais explícita quando compreendida a morfologia da urbe medieval, tal como refere Ferreira de Almeida (1990). Por um lado, encontra-se localizada num dos principais polos dinamizadores da vila, nomeadamente a sul, apelidado do Fundo de Vila [ou Sartã, (Falcão, 1992)]. Por outro lado, estabelecia-se na sequência do vau do rio e da velha estrada que vinha do Casal de Nil e de Esposende, na continuidade da mais importante e antiga linha de trânsito, que fazia a ligação entre a Fonte de Baixo e o Cimo de Vila. Esta entrada comportava uma passagem de serviço muito utilizada na direção da Fonte de Baixo e Casal de Nil (Almeida, 1990). A importância desta via de comunicação é reforçada também pela presença de uma gafaria junto ao vau do rio, na velha estrada para Esposende. Estes fatores levam a considerar que a Fonte de Baixo seria um local bastante ativo no quotidiano da vila medieval, chegando a construção da muralha a deixar de fora uma mancha com vestígios de urbanização (Vale, 1991).

O facto da zona da Fonte de Baixo ir perdendo a importância que assumiu no dealbar do processo de urbanização da vila de Barcelos, pode estar ligado com as mudanças na dinâmica de expansão da malha urbana. Ao que tudo indica, a construção da ponte provocou uma alteração do trânsito e por consequência um afastamento desta zona, revelando uma “...subalternidade da «velha estrada do rio» e do acesso de Fundo da Vila” (Flores: 1999). Esta alteração terá igualmente tido repercussões na questão das portas da muralha.

Durante a nossa investigação não apurámos informação relativa a alterações ou transformações ocorridas nesta porta. No entanto, através das palavras do Abade do Louro (1967) pudemos compreender que se manteve erigida até às últimas décadas do século XIX, altura em que terá sido demolida. Segundo fontes orais, ainda no decorrer do século XX o pavimento desta artéria, atualmente em paralelo, era ainda à base de lajes (Figura 66).

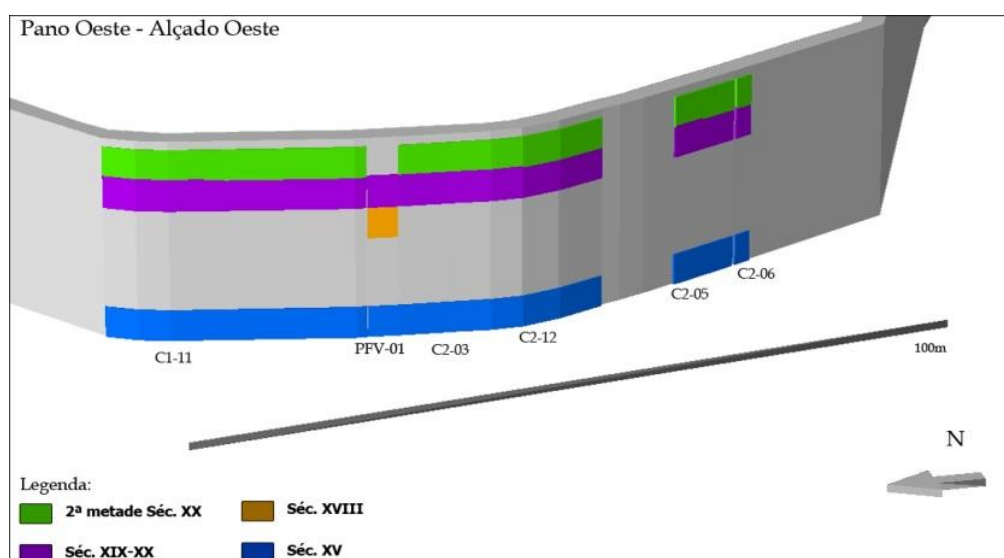


Figura 66 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano oeste da muralha.

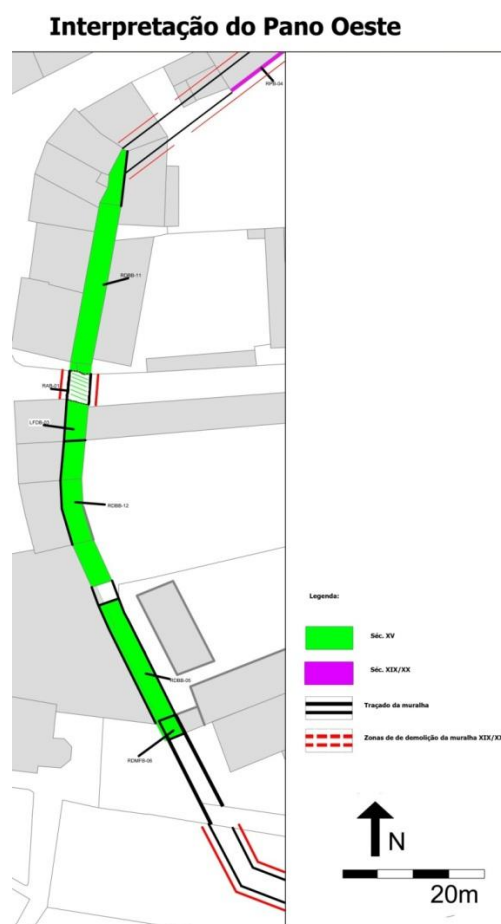


Figura 67 - -- Interpretação do Pano Oeste.

### 3.5.14. Quarteirão C-3

Apesar da grande homogeneização cronológica que os dados nos proporcionaram, em parte devido às condições geomorfológicas do espaço que certamente condicionaram o desenvolvimento urbano, neste quarteirão pudemos ainda assim recuperar a existência de três momentos distintos.

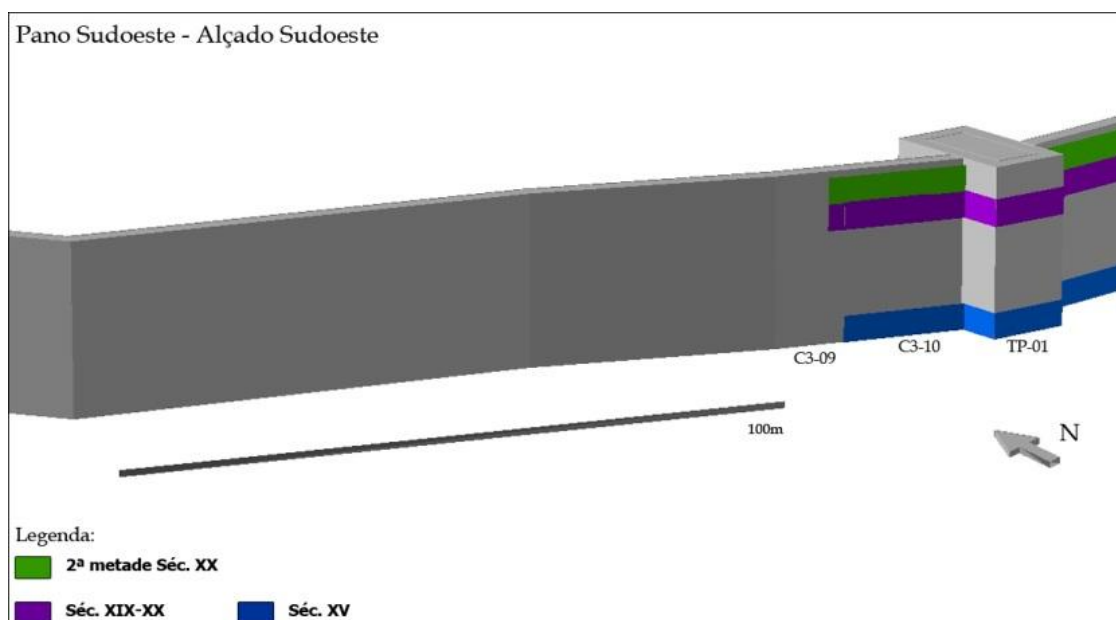


Figura 68 - Representação esquemática 3d das diferentes fases identificadas no pano sudoeste da muralha.

O momento mais recente, que pudemos observar relativamente ao pano sudoeste e que compreende a grande totalidade do paramento do atual miradouro, enquadra-se no período entre o século XIX e primeira metade do século XX, traduzido pela construção de um miradouro que consideramos ser o resultado de um segundo ato de renovação do espaço urbano. O muro de contenção coincidente com o traçado da muralha envergava uma alvenaria bastante irregular. De certa forma, o aparelho apresentava algumas semelhanças com o aparelho da própria muralha excetuando o facto de não possuir qualquer tipo de argamassa, ou seja, tratava-se de uma alvenaria seca. Parte desta estrutura estava visível nas parcelas C3-08 e C3-10.

Se já no século XX a construção do miradouro constitui uma reformulação deste espaço, o século XIX fica marcado por um conjunto de ações de grande impacto que provocaram também uma reformulação do espaço.

O quarteirão C-3 fica marcado, no século XIX, pela demolição de parte do pano sudoeste, em 1811 (Fonseca, 1938). Apesar da data de demolição ter sido já referida, a forma como se procedeu e as motivações de tal ação permaneciam, até ao momento, desconhecidas.

Na realidade, após a demolição do pano de muralha ocorreu um aumento significativo de edificações que incidiram precisamente sobre a estrutura da muralha, possivelmente com uma

reutilização da estrutura como alicerce. O conjunto de edificações ficou registado numa planta da DGEMN e cronologicamente situaram-se entre a demolição da muralha e a construção do miradouro.

Apesar de os indícios físicos extremamente escassos, na parcela C3-08 pudemos verificar a existência de um aparelho diferenciado da grande “mancha” do miradouro. Tratava-se de um aparelho em alvenaria bastante irregular com argamassa amarelada nas juntas. Esta reminiscência apresentava grandes semelhanças com o aparelho da muralha. No entanto, quando confrontada a sua localização com o traçado mais provável e com fontes, designadamente com as fotografias de inícios do século XX e a própria planta de 1806, concluiu-se que pertenceria a uma edificação já posterior à demolição da muralha em 1811.

Este ato destrutivo ficou documentado nas Atas de Vereação da Câmara do referido ano, certificando que o troço que corria neste quarteirão foi demolido, à semelhança do ocorrido com a Torre da Ponte, em 1800. As Atas atestam que em 23 de Outubro, de 1811, foi efetuado um pedido para a demolição do muro da vila junto ao Terreiro, atualmente o espaço a sul da Igreja Matriz e do solar dos Pinheiros. Como fundamento para esta ação foi invocado o perigo que o estado da estrutura “arruinada” representava para o público em geral, especialmente para as lavadeiras, que trabalhavam na zona ribeirinha, atividade que, aliá, ainda se desenrolava no decorrer do século XX (Apêndice II, Transcrição N°3, Fl. 44 v.).

Do mesmo requerimento consta ainda a recomendação para a utilização da pedra proveniente da demolição no arranjo das ruas da vila. Como já observamos, um tipo de reutilização comum da matéria-prima proveniente da muralha.

Por fim, referiram-se as alterações registadas na fase mais antiga conhecida para o quarteirão C-3, onde apenas de forma muito residual pudemos observar a existência de evidências do sistema defensivo do século XV. Neste caso referimo-nos aos alicerces remanescentes da já abordada Torre da Ponte e a um interface que foi identificado na parcela C3-10. Este interface surgiu de cortes efetuados no afloramento granítico para a implantação da estrutura da muralha.

### **3.5.15. Postigo das Vingandeiras**

O Postigo das Vingandeiras compreendia uma passagem de pequenas dimensões, que supomos ter origem numa fase tardia da utilização da muralha, entre os finais do século XVII e inícios do século XVIII. O *Tractado Panegyrico...* do Frei Pedro Poiares (1678) não menciona este



postigo, pelo que, atendendo à data da sua redação, este não deveria existir, pressupondo-se então a sua origem num período posterior<sup>17</sup>.

A primeira referência a esta passagem surge na «*Corografia Portuguesa*» do Padre António Carvalho da Costa, de 1706, como um dos três postigos dos muros da vila. A partir da informação que reunimos, parece possível admitir que se trata da abertura mais tardia executada ainda com a muralha funcional. Terá sido demolida com a muralha já no século XX quando se construiu o miradouro. No entanto, ainda hoje subsiste como um dos pontos de acesso ao rio e à azenha próxima da ponte.

---

<sup>17</sup> O autor refere apenas a existência de sete portas, diferenciando-as entre quatro principais e três de “...menos serviço”. Tendo em consideração os dados cronológicos que possuímos das portas deduzimos que as principais sejam: a Torre da Ponte (séc. XV), a Torre do Vale (séc. XV), a Porta de Fundo de Vila (séc. XV) e a Porta Nova (1595). Quanto às secundárias deduzimos que sejam: o Postigo do Pessegal (séc. XV); o Postigo da Ferraria (1631) e o Postigo da Feira (1635).

## Conclusão

A construção do sistema defensivo medieval de Barcelos datou dos inícios do século XV, tal como recentemente comprovado por intervenções Arqueológicas (Brochado, 2005). Não obstante, a compreensão de fatores como a forma como decorreu a sua construção, as suas particularidades arquitetónicas, bem como as transformações que sofreu, revelaram-se fundamentais na compreensão, não só da configuração do próprio sistema defensivo (Figura 69), como também das transformações ocorridas no tecido urbano do século XV e períodos posteriores.

Da mesma forma, também a questão da promoção foi esclarecida por Mário Barroca (1999). Com base na queixa apresentada pelos habitantes de Ponte de Lima nas cortes de Évora em 1482<sup>18</sup>, referiu a existência de uma carta de D. João I a instituir aos habitantes do Entre Douro e Minho uma talha para a construção dos “muros” de Barcelos. A muralha terá sido edificada pelo Conde D. Afonso, precisamente para justificar a contribuição e simultaneamente proceder à construção do paço (Barroca, 1999)<sup>19</sup>.

Não parece haver dúvidas que o ato específico de execução da muralha parece ter pertencido a D. Afonso, uma vez que detinha toda a legitimidade para a ação. Do texto em causa depreendemos que devido à existência da talha instituída por D. João I para obras, o conde D. Afonso intentou em proceder ao amuralhamento do espaço urbanizado para justificar a contribuição. Ou seja, não é dado a conhecer um intuito ou uma necessidade para as obras, nem o tipo de obra a ser executada, que certamente terá existido. No entanto, tanto as fontes documentais, como a forma como se procedeu a construção da muralha levaram-nos a questionar se na realidade a talha não terá sido instituída especificamente por D. João I para a construção da muralha.

A construção e melhoramento de cercas urbanas no contexto da Idade Média Portuguesa estiveram no seguimento de uma expansão dos centros urbanos. Uma primeira fase terá decorrido durante a regência de D. Dinis, prolongando-se por uma segunda fase já efetuada por D. Fernando, onde no contexto das guerras fernandinas reforçou muitos dos sistemas defensivos que encerraram as fortificações tipicamente medievais (Ribeiro, 2008). Neste cenário, a muralha de Barcelos parece ter surgido já num contexto de exceção, de paz instituída após as guerras fernandinas e a crise de 1383-1385. Terá sido esta a principal razão pela qual houve sempre alguma dificuldade de perceção do sentido da sua edificação.

---

<sup>18</sup> Para a transcrição completa veja-se: Vale, C. P. (1991). *O paço do Conde de Barcelos in* Barcelos Revista. 2ª Série. Nº 2. Barcelos.

<sup>19</sup> Interpretação baseada na passagem “(...) *por teer rezom daver estes dinheiros ordenou de cercar o dito lugar de muros e torres* (...)” (Barroca, 1999).

Apesar de historiograficamente se ter consentido que a partir de 1385, nomeadamente após a Batalha de Aljubarrota, Portugal viu a sua soberania reforçada e entrou num clima de estabilidade, não se tem verificado esta linearidade dos eventos. A partir de 1385 seguiram-se períodos de tréguas intercalados por momentos de instabilidade e confrontos (Coelho, 2005). Nos finais do Século XIV e início do Século XV, há inclusive exemplos de intervenções em cercas urbanas pré-existentes e a construção de novas cercas por ordem de D. João I. Assim parece ter ocorrido em Guimarães (Ferreira 2010) onde se terá assistido a uma grande remodelação da muralha e a Aveiro, onde foi edificada uma muralha antes do ano de 1406 (Ferreira, 2003) (Figura 70), ainda que excluída do Livro das Fortalezas de Duarte d'Armas. Neste sentido, estas evidências levam-nos a supor a hipótese da cerca de Barcelos ter partido de uma ação estratégica de D. João I.

Naturalmente que relativamente a esta questão, longe de ser simples e direta, não pudemos excluir o cenário onde a instituição da talha tenha surgido de um apelo do conde ao rei para poder proceder a melhoramentos na vila. No entanto, o desconhecimento de referências neste sentido e a forma como a construção do paço foi referida na queixa, como um aproveitamento da talha, levaram-nos a deduzir que a verificar-se tal cenário, a intenção inicial visou apenas a construção da muralha. Podemos assim interpretar esta ação como uma intenção de afirmação projetada na vila, pelo valor que uma edificação deste tipo possuía no panorama urbano da Idade Média. As cercas urbanas, mais do que uma estrutura defensiva constituíram uma expressão de prestígio, identidade e estatuto social (Bengoetxea Rementeria, 2007-2008).

Face ao panorama geral do período medieval, as muralhas urbanas possuíam funções importantes no desenvolvimento e na salubridade das urbes. Como explicitado por Ferreira de Almeida (1990), a muralha permitia um maior controlo da cobrança de portagens. Esta razão possuía especial importância na perspetiva de que a muralha facilitava o controlo do trânsito na vila, a começar desde logo pela utilização da ponte. Por outro lado, o mesmo autor refere ainda a necessidade de zelar pela segurança da vila. A muralha constituía uma forma de salvaguardar a população de bandos e ataques fortuitos (Almeida, 1990).

Outra funcionalidade atribuída às muralhas urbanas medievais prendeu-se com a questão de higiene e saúde. A peste bubónica marcou de forma acentuada os séculos XIV e XV, incidindo precisamente sobre a data de construção da cerca de Barcelos. A utilização das cercas urbanas na Idade Média como forma e proteção terá chegado mesmo a motivar a construção de cercas urbanas (Bengoetxea Rementeria, 2007-2008).

Apesar do sistema defensivo de Barcelos ter certamente possuído um promotor e uma intenção primária ou principal, as condições enumeradas tornam pertinente pensar-se que a

confluência destes fatores pode ter sido determinante para o aparecimento de uma estrutura deste tipo em Barcelos, no século XV.

Relativamente à Arquitetura, técnicas e matérias construtivos do sistema do século XV, foi possível observar determinados aspetos como o tipo de fundações, volumes (espessura), constituição dos aparelhos, formas de articulação entre os diversos panos e entre os panos e torres, bem como a constituição da parte interior. A caracterização geral apenas foi possível através do cruzamento das fontes, onde se destaca a importância da representação de Duarte d'Armas. A partir desta foi possível recuperar a existência de um adarve, um remate superior com ameias e merlões, a forma original das torres e, ainda, o sistema de barbacã e cisterna, localizado junto ao Postigo do Pessegal.



Figura 69 - Proposta de Reconstituição 3d do sistema defensivo medieval de Barcelos. Perspetiva semelhante à da representação de Duarte d'Armas (Figura 9).

A composição apresentava uma linguagem arquitetónica comum aos sistemas defensivos medievais, com recurso a técnicas e materiais usuais na construção durante o século XV. Apesar de termos verificado uma uniformidade ao nível dos materiais usados, ao nível das soluções arquitetónicas verificamos o emprego de técnicas construtivas diferentes para soluções idênticas. Nos tipos de fundações utilizados, parece ter havido, quando possível, um aproveitamento das características geomorfológicas e topográficas do terreno. No quadrante sul foi notório que a implantação ocorreu seguindo a configuração das margens do rio. Mantendo-se o traçado na cota dos 20m, o substrato rochoso, em muito locais à superfície, foi utilizado como alicerce

Ao nível da técnica construtiva dos panos formam empregues duas soluções diferentes. No pano oeste, a parede foi construída com uma configuração ligeiramente elítica, de forma a ser possível contornar os quarteirões da zona do Fundo de Vila. Já nos restantes panos foi utilizada uma solução que consistiu em paredes retas articuladas por pontos de inflexão. Esta solução foi

especialmente visível na zona da Vinha Velha, mais propriamente nos panos Este, Nordeste e Noroeste. Neste ponto caracterizados por troços de grande extensão, sempre de traçado linear.

Se no caso das fundações foi perceptível o aproveitamento das características geomorfológicas. Neste caso pensamos que as diferentes opções tenham estado diretamente relacionadas com as diferenças de densidade urbana existentes. A zona da Vinha Velha, devido à irregularidade do terreno, não apresentava condições atrativas para a construção. Assim, não sendo uma zona de grande ocupação, não havia obstáculos à implantação de um traçado linear. Pelo contrário, a zona do Fundo de Vila era um local densamente urbanizado (Vale, 1991), pelo que, pela pressão urbana existente, a muralha contornou o espaço urbanizado.

Esta inclusão pode ser perspectivada como um aproveitamento das características defensivas do local, devido à diferença de cota entre o espaço interior e exterior junto ao Pano Este. No entanto, recorrendo outra vez à comparação com a muralha de Aveiro, surgiu uma hipótese que não pudemos deixar de considerar. A descrição da configuração da muralha aveirense assenta num hexágono irregular com oito portas, quatro postigos e várias torres. A área abrangida pela muralha era superior à do núcleo urbano existente na altura. No limite norte a muralha contornou a urbe, ou seja, seguiu a morfologia da urbe, mas a sul foi construída segundo um traçado linear reto. Segundo Sofia Ferreira (2003), esta diferença construtiva traduziu uma demonstração de planeamento do espaço. De facto, esta descrição é muito semelhante ao que pode ter ocorrido em Barcelos e a inclusão da zona da Vinha Velha pode ter estado relacionado com uma ação de planeamento do espaço.

Uma outra característica de realce na muralha do século XV era a escassez de aberturas que apresentava, possuía inicialmente apenas quatro portas e um postigo. Os panos este e noroeste caracterizavam-se por troços de grande extensão sem qualquer abertura. Por esta razão, no século XVII terão surgido dois postigos, precisamente nestes locais. No caso do Postigo da Ferraria, aberto em 1631, foi aberto num ponto intermédio entre a Porta Nova e a Porta do Vale. Já o Postigo da Vinha Velha, aberto em 1635, colmatou a ausência de comunicação com o exterior entre a Porta Nova e o Postigo do Pessegal.

Juntamente com a ausência de aberturas, não observamos a existência de outros cubelos, para além do que estava associado ao Postigo do Pessegal. Os cubelos constituíam elementos de extrema importância nos sistemas defensivos, pelo que era comum existirem ao longo dos panos a distâncias certas. A juntar a esta ausência observamos a existência de panos a formar ângulos bastante fechados. Este tipo de carência defensiva foi particularmente notado no ponto de inflexão entre os panos sudeste e este. Relativamente a esta questão, recorreremos mais uma vez aos paralelismos com a muralha de Aveiro, onde se regista a mesma tipologia no ângulo dos

panos. No entanto, verificamos a existência de cubelos ao longo de toda a estrutura, inclusive nestes pontos de maior debilidade. Refira-se, igualmente, que a ausência de cubelos pode estar relacionada com o facto de a muralha ter sido construída num momento de paz aparente, podendo estes ter sido considerados dispensáveis.

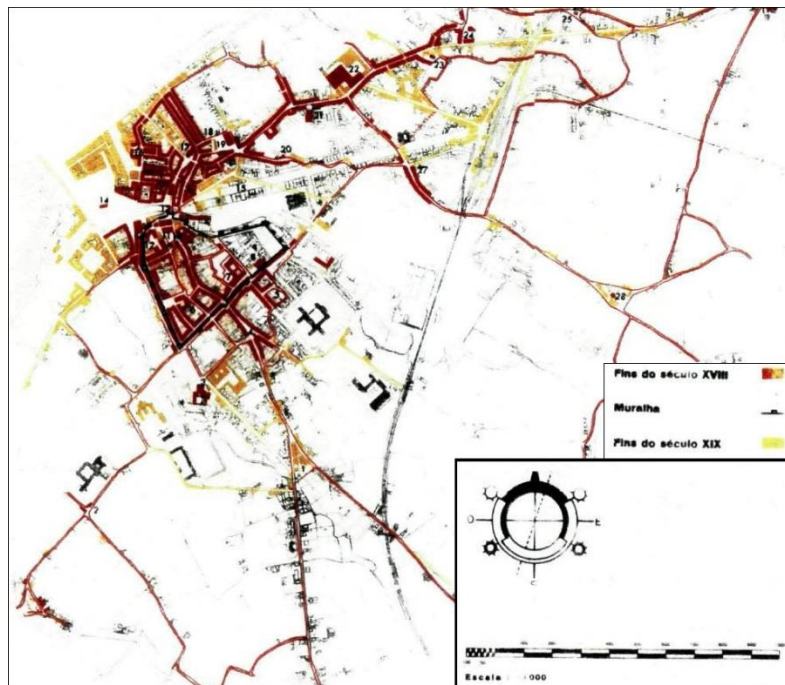


Figura 70 - Muralha de Aveiro do século XV, segundo Auzelle, Robert (1964) (Ferreira, 2003).

A arquitetura presente no sistema defensivo revelou desta forma algumas incongruências e uma aparente negligência dos aspetos defensivos. Por um lado, verificamos a inclusão de um espaço não urbanizado numa lógica de planeamento e, ao mesmo tempo, a exclusão de um espaço já edificado. Por outro lado, apresentava menos aberturas, logo menos pontos de fragilidade. Ao mesmo tempo, possuía panos a formar ângulos fechados sem elementos essenciais à defesa como os cubelos. A explicação para esta aparente negligência pode estar também na construção do Paço Condal. Seguindo a hipótese de que a construção do paço surge num contexto de aproveitamento da talha destinada à construção da muralha, os efeitos desta ação podem estar expressos numa diminuição do perímetro devido a ausência de pedra, desviada entretanto para a edificação do paço. Em última análise, esta situação poderá ter contribuído para a edificação de um sistema menos eficaz do ponto de vista defensivo.

Se observarmos uma imagem área, ou uma planta da cidade, é perceptível a imagem fossilizada da muralha. Pela forma dos edifícios, das artérias e das praças, de imediato percebemos a influência que ainda mantém na forma como o tecido construído se vai estruturando. No entanto, esta imagem não nos permite interpretar as transformações a que a estrutura esteve sujeita desde a sua construção até à atualidade. Foi com base nesta

circunstância que efetuamos diversas leituras dos vestígios visíveis à superfície, integrados em edifícios ou em logradouros, de forma a podermos compreender o seu estado de conservação e o tipo de transformações a que estiveram sujeitos.

A partir dos dados registados podemos verificar que, acerca do sistema defensivo do século XV, se conservam essencialmente elementos da parte inferior da estrutura (Figura 71). Há evidências de preservação de alicerces em todos os panos, bem como das fundações da Torre da Porta da Ponte. Destacamos ainda a preservação parcial de tramos da muralha, ainda visíveis na zona do Fundo de Vila, Pessegal e Cimo de Vila. Casos de exceção foram verificados, na Torre de Cimo de Vila, com um elevado nível de conservação, bem como na Casa do Conde de Vilas Boas, com a preservação de um troço de muralha e do cubelo junto do Postigo do Pessegal. Também o Postigo do Pessegal parece ter conservado a sua localização e parte da sua constituição inicial.

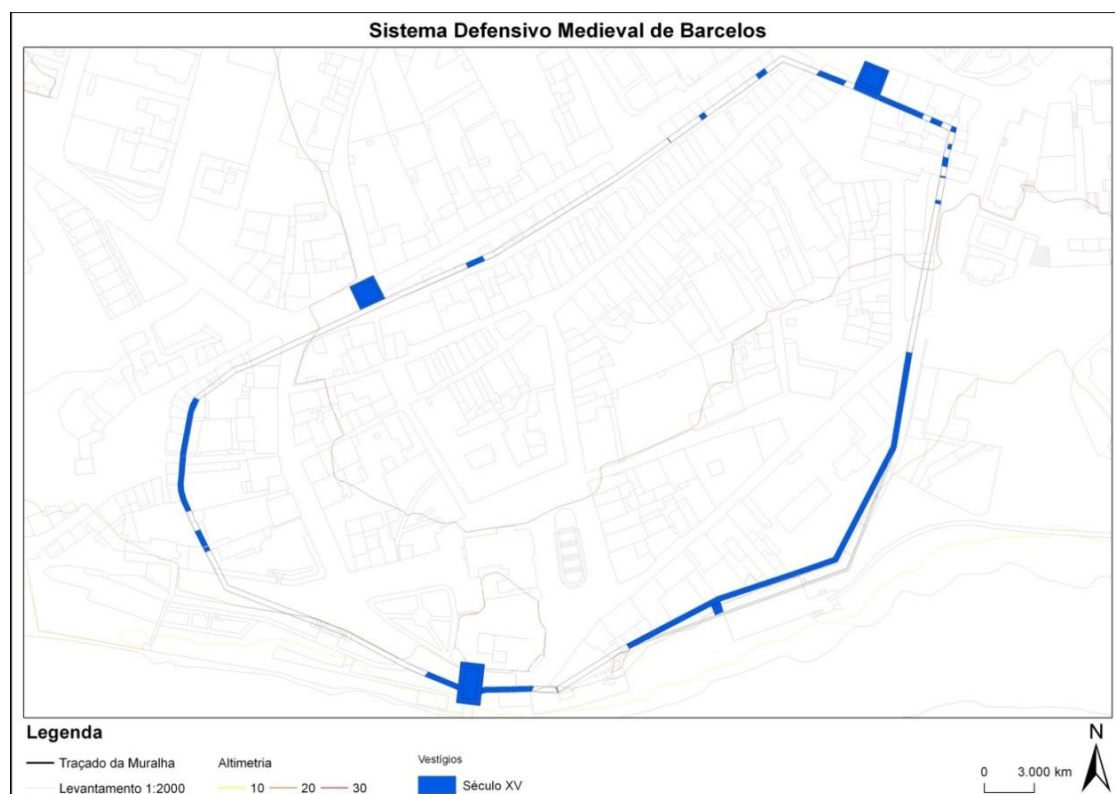


Figura 71 - Proposta de distribuição dos vestígios datados do século XV pertencentes à estrutura original do sistema defensivo.

Uma segunda fase de transformações no sistema defensivo (Figura 72), apesar da pouca expressividade que apresentou no registo, caracterizou-se pela adição de aberturas em zonas afastadas das portas e postigos existentes inicialmente e integra as ações balizadas entre o século XVI, com a abertura da Porta Nova, e o século XVII, com a abertura dos Postigos da Vinha Velha e da Ferraria. Nesta fase, verificaram-se ainda alterações na Torre da Porta de Cimo de Vila, com a construção da parede voltada a Sudoeste e na Torre da Porta do Vale, com a sua

transformação em local de culto. A encerrar esta fase destacamos a possível data de construção da Casa do Conde de Vilas Boas, em 1632, que reutilizou parte do pano Sudeste da muralha.

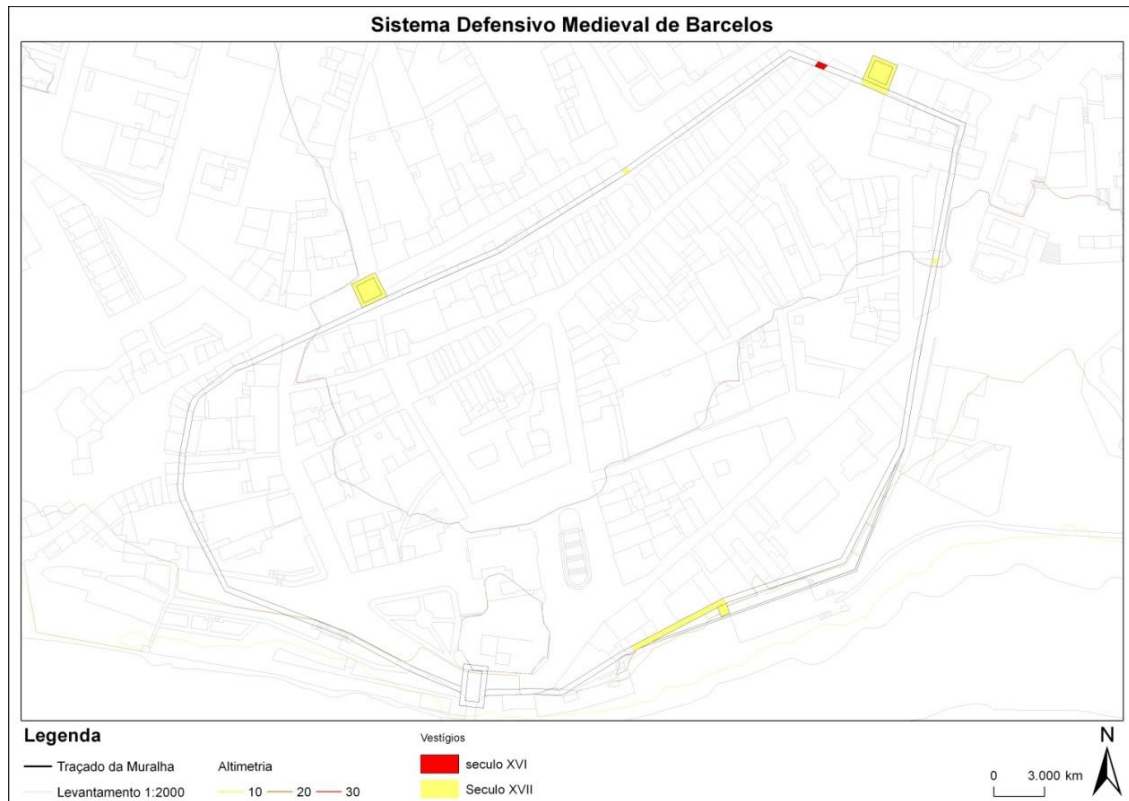


Figura 72 - Proposta de distribuição dos vestígios datados do século XVI e XVII.

O século XVIII ficou marcado por uma fase progressiva do abandono da utilização da estrutura como sistema de defesa e a sua reutilização como alicerce e paramento para as edificações (Figura 73). Deste período fazem parte o aparecimento de ruturas ao nível dos paramentos e aproveitamento da matéria-prima para outras construções. No mesmo sentido, o século XVIII traduz o início de uma progressiva fossilização e ocultação da muralha. A título de exemplo verificamos a construção da Casa da Calçada, junto à Torre da Porta de Cimo de Vila e da Casa do Tanque, na zona do Pessegal. Na planta de 1806 (Figura 10) é explícita a existência de vários edifícios já associados à muralha. No entanto, nas leituras efetuadas, dada a cronologia das fontes, consideramos que muitas destas ações acabaram por integrar períodos posteriores à da sua possível edificação. Na última década tiveram ainda início as primeiras demolições, com a da Porta Nova e a da Torre da Porta do Vale, ambas em 1794.



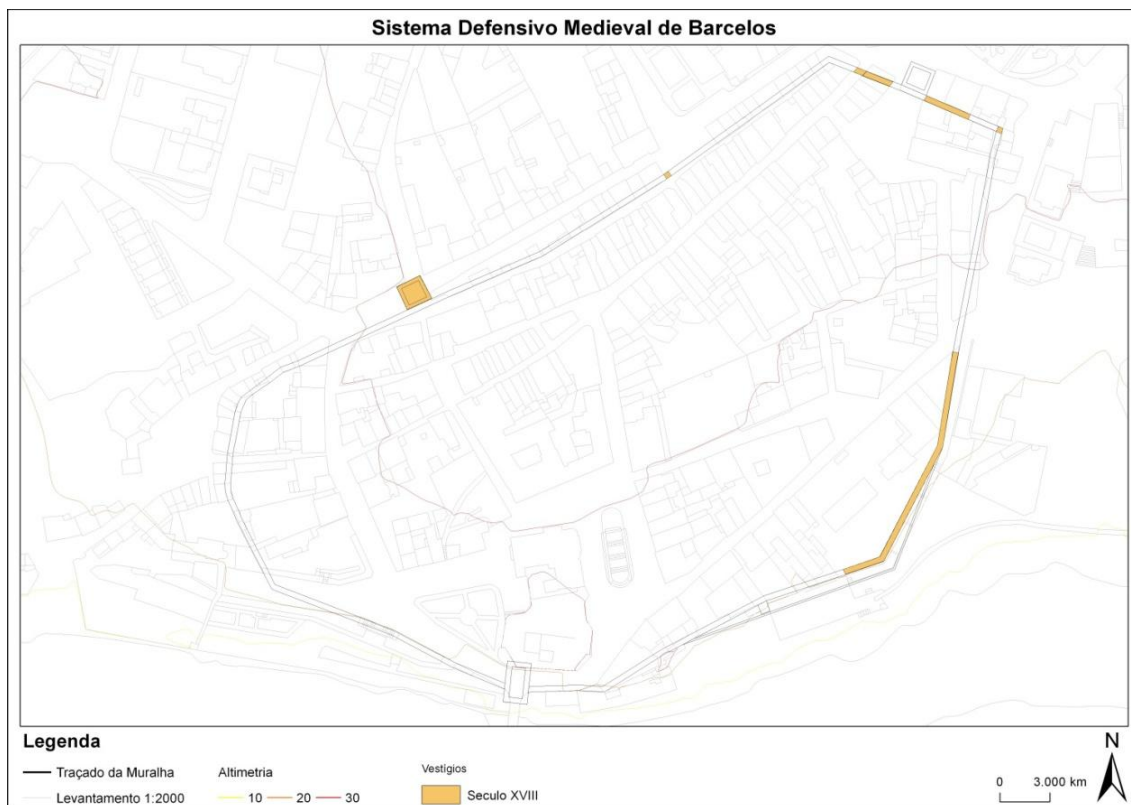


Figura 73 - Proposta de distribuição dos vestígios datados do século XVIII.

O século XIX ficou obviamente marcado pela grande fase de agudização da fragmentação do sistema defensivo, tanto por via da falta de manutenção da estrutura, como pela necessidade de adequar as vias aos transportes (Figura 74). No seguimento da demolição da Torre da Torre da Porta do Vale e da Porta Nova, ainda nos últimos anos do século XVIII, deu-se a derrocada e demolição da Torre da Porta da Ponte, a demolição do postigo da Ferraria, bem como de alguns troços, que ainda hoje traduzem as principais descontinuidades, maioritariamente associadas à passagem de ruas.

De discernimento mais complexo mostrou-se o enquadramento das ações construtivas associadas ao crescimento da urbe a partir do século XIX, até então bastante cingida ao perímetro da muralha. Até à primeira metade do século XX, verificam-se ações de reutilização, por fragmentação ou sobreposição dos paramentos da muralha, de forma geral por todo o perímetro.

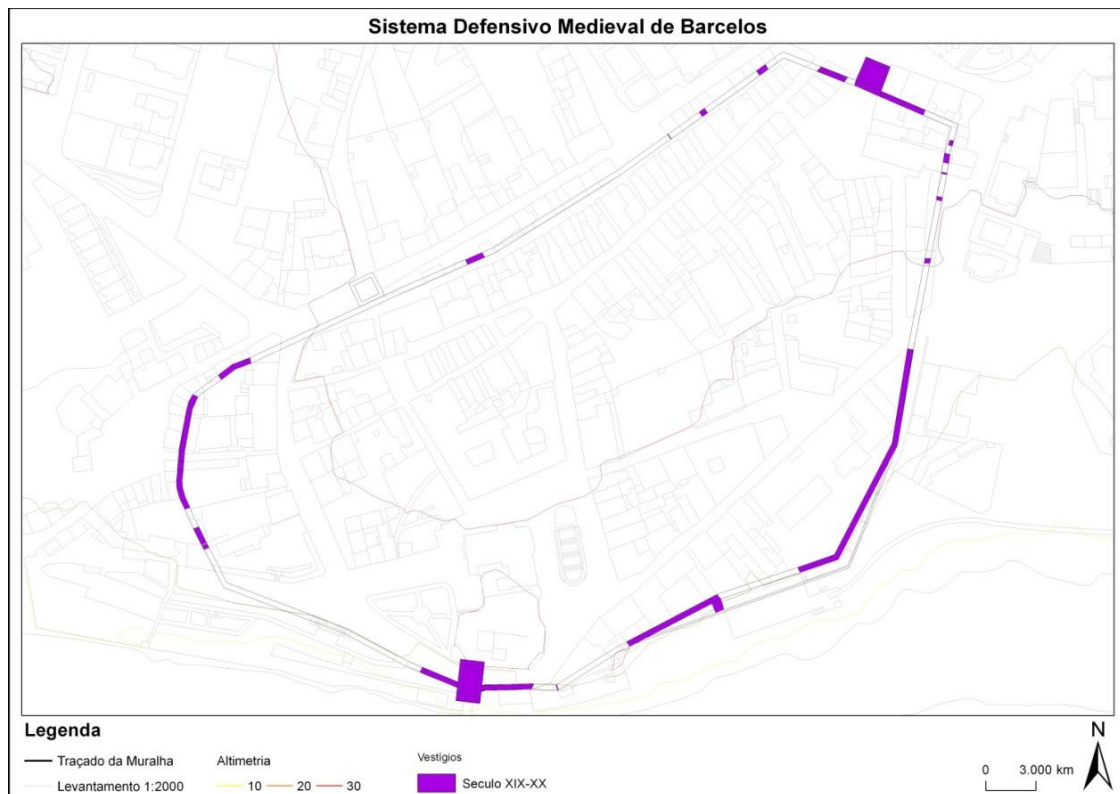


Figura 74 - Proposta de distribuição dos vestígios datados entre os séculos XIX e primeira metade do século XX.

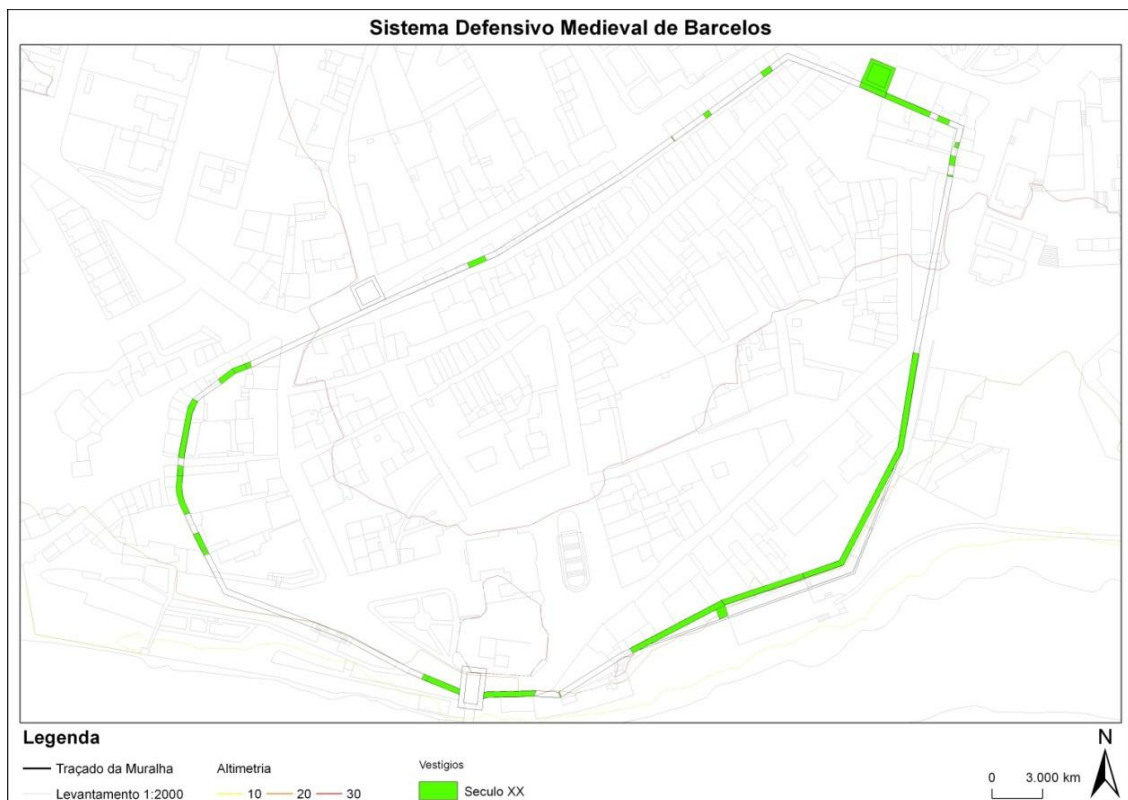


Figura 75 - Proposta de distribuição dos vestígios datados da segunda metade do século XX.

No século XX, possivelmente o período cujas ações se revelam mais heterogéneas, verifica-se a ocorrência de renovações urbanas de grande impacto e destruição, como no caso das piscinas

municipais, da rua Fernão de Magalhães (Brochado, 2004) ou, ainda, no miradouro sobre o rio Cávado (Figura 75). Simultaneamente verificam-se ações localizadas de consolidação da estrutura, com uma proliferação do emprego de materiais de construção atuais, onde se destaca o betão armado.

O sistema defensivo medieval de Barcelos apresenta-se como uma estrutura cujo processo de construção conferiu uma forma ao seu perímetro, que não traduziu a morfologia do núcleo urbano do século XV. Não obstante, a sua implantação produziu grandes alterações na morfologia de Barcelos. Mais concretamente, enquanto elemento estruturante da morfologia da urbe, estas alterações registaram-se de formas distintas, quer ao nível do espaço interior e exterior, quer ao longo do tempo.

A mais óbvia terá ocorrido ao nível da circulação. Para além do circuito implantado no interior, paralelo à configuração da muralha, terá ocorrido uma grande redução de acessos que ficaram limitados às aberturas existentes. Exemplo disto, segundo Ferreira de Almeida (1990) existia um “(...) *importante cruzamento, certamente muito antigo*”, designado como “a Cruz” situado no atual largo Matias Lima e no começo da Rua Direita, precisamente mais a norte do Largo do Apoio, no eixo estabelecido entre Cimo e Fundo de Vila. Com a construção da muralha, este cruzamento deixou de possuir continuidade para norte. Da mesma forma, muitos dos outros acessos terão sofrido desvios para as portas existentes, como parece ter sido o caso da antiga estrada para Esposende, desviada para a Porta de Fundo de Vila mas, também, da antiga Rua do Terreiro que possivelmente possuía ligação à Rua da Barreta. Enquanto a primeira terá sido interrompida, a segunda terá sido desviada para a Rua da Barreta. O mesmo cenário terá ocorrido possivelmente na atual Rua Cónego Joaquim Gaiolas que dava acesso para a zona da Vinha Velha. Neste caso, as evidências de desvio não são tão evidentes pelo facto de neste local a muralha ter ocupada uma zona não urbanizada.

O número reduzido de aberturas terá resultado também na maior afluência de trânsito em alguns eixos, como no que estabelecia a ligação entre o Fundo e o Cimo de Vila, ou entre a Porta da Ponte e a Porta do Vale pela Rua de Sta. Maria. Com a transferência da Porta de Cimo de Vila para a Porta Nova, assistimos a um novo adensar dos eixos de circulação, pela aglutinação da artéria que seguia do Fundo de Vila para a Porta de Cimo de Vila, com uma artéria paralela a norte. Desta confluência surgiu a chamada antiga Rua Direita da Vila, atual Rua D. António Barroso.

A nível do edificado, os impactos da construção da muralha terão ocorrido, principalmente, em duas perspetivas distintas. A primeira traduziu-se numa redução da mancha urbanizada. Como constatado por alguns investigadores, algumas zonas terão sido excluídas do perímetro

amuralhado, como uma parte da zona da Ferraria (Ferreira, 1992) e outra da do Fundo de Vila. No entanto, pensamos que figuraram aqui situações diferenciadas. No caso da zona de Fundo de Vila, sabemos que lá se situavam os edifícios que compunham a gafaria, próxima da antiga estrada para Esposende e do rio (Almeida, 1990). Este edifício, pela sua funcionalidade, não estaria propriamente acoplado ao núcleo urbano, pelo que se afigura difícil a afirmação de que, nesta zona, a muralha terá rompido a trama urbana. Igualmente, a curvatura do pano oeste estabeleceu um indício de que neste ponto a muralha terá contornado o tecido urbano. Já no caso da Zona da Ferraria, pensamos que, de facto, neste local terá ocorrido uma “quebra”, ou seja, a parte mais a norte do núcleo urbano foi excluída do perímetro amuralhado (Ferreira, 1992). Desta forma, pensamos que a muralha poderá ter sido implantada no local onde existia uma artéria, ou caminho anterior, cuja extensão para Sudoeste desconhecemos, mas que, para Nordeste, poderia ter seguimento na antiga rua da Palha. Esta opção poderá ter resultado do facto da artéria, ou caminho, constituir um espaço livre mais propício a receber uma edificação do género.

Esta questão levou-nos a uma outra. Se no caso da Vinha Velha assistimos à inclusão de um espaço não urbanizado, parece não haver lógica na ideia da exclusão de uma parte anteriormente ocupada. A razão pode ter estado na construção do Paço. Como já referimos, as queixas de Ponte de Lima parecem ter evidenciado um aproveitamento da talha instituída para a construção do Paço<sup>20</sup>. De certa forma, afigura-se-nos a hipótese de o circuito da muralha ter sido encurtado.

Supondo-se a hipótese da muralha ter abrangido uma área menor do que seria a intenção inicial, reunimos alguns elementos que permitem elaborar uma estimativa para uma cerca maior (Figura 76). Na realidade, a muralha pode ter sido concebida com o intuito de abranger os quarteirões que agora se situam sensivelmente entre a Rua Barjona de Freitas e a Capela de S. José, possivelmente também integrantes do núcleo urbano. Esta assunção foi estabelecida a partir da localização das principais portas da muralha, onde pudemos observar que as mesmas se encontravam relativamente equidistantes ao já referido antigo “Lugar da Cruz”, à exceção da Porta do Vale. O Lugar da Cruz, estando no enfiamento do largo do Apoio, encontrava-se numa situação topográfica que permita um domínio sobre todos os quadrantes da vila. Na área abrangida pela muralha, constituía um dos pontos de maior centralidade.

---

<sup>20</sup> “(...) *não abastou as obras serem acabadas cõ o dinheiro e suor dos pobres homens mas aimda fizerã huus paaços (...)*” Queixa dos habitantes de Ponte de Lima de (Vale, 1991).

Por outro lado, a localização da atual Capela de S. José, anteriormente dedicada a Sta. Maria Madalena (Pereira 1867), parece indiciar a possibilidade do núcleo urbano ter alcançado um perímetro maior. Na realidade, a data exata da sua construção é desconhecida, muito embora alguns autores indiquem ser anterior ao século XV (Pereira, 1867). Apesar de não termos observado indicadores arquitetónicos reveladores de tal antiguidade, devido às reformas que terá sofrido, sabe-se que foi local de enterramento, possuindo uma orientação canónica e estava situada na proximidade de um caminho com morfologia medieval, possivelmente o antigo caminho para Viana do Castelo e Ponte de Lima. Este caminho entroncava na atual Rua da Barreta perfilando-se aqui o local de uma das portas segundo a lógica da equidistância ao “Lugar da Cruz”. A rua da Barreta, no seu tramo norte, conservou a irregularidade característica das artérias da idade média. Desta forma, consideramos esta observação como um apontamento preliminar que veio estabelecer uma nova problemática. Esta questão necessita assim de maior aprofundamento e estudos complementares, pelo que, de momento constitui apenas uma mera hipótese.

Nos momentos que sucederam à construção da muralha, a zona exterior, de uma forma geral desenvolveu-se essencialmente a partir das vias que provinham das aberturas da muralha. No entanto, no arrabalde de cima de Vila, junto a Porta Nova surge em maior evidência um espaço que ao longo dos séculos XVII e XVIII vai passar a constituir um polo de atração do Barroco, materializado pela concentração de edificações como o Templo do Bom Jesus da Cruz e o Passeio dos Assentos, desenvolvendo-se para norte ao longo da estrada que seguia para Viana do Castelo e Ponte de Lima.

O Sistema Defensivo Medieval de Barcelos surgiu já numa época tardia da arquitetura militar medieval e a sua linguagem arquitetónica não apresentava grandes divergências das tipologias observadas noutros locais.



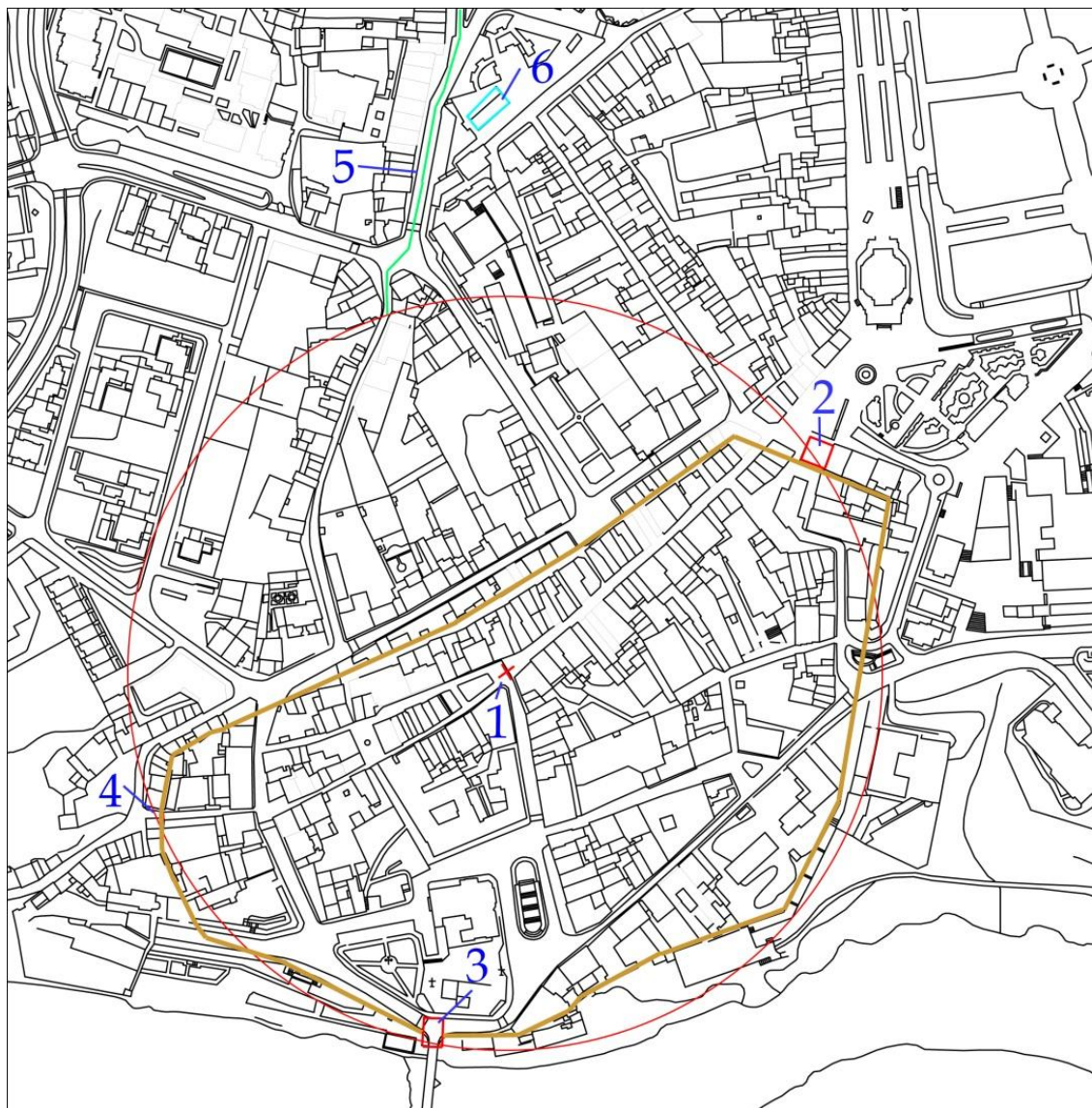


Figura 76 - Hipótese sobre a área total a ser abrangida pela muralha. 1- Lugar da Cruz, 2- Torre de Cimo de Vila, 3- Torre da Ponte, 4- Porta de Fundo de Vila, 5- Antiga estrada medieval, 6- Atual Capela de S. José (anteriormente de Sta. Madalena).



## Considerações finais

Os resultados obtidos da análise efetuada ao sistema defensivo de Barcelos, realizada no decurso do Estágio, constituem o somatório de um processo de investigação que se baseou numa forte componente de trabalho prático, de campo e de gabinete mas, também, na interpretação dos dados obtidos, procurando, deste modo, contribuir para o estudo do sistema defensivo medieval de Barcelos.

Neste sentido, procuraremos em jeito de conclusão proceder à revisão crítica dos vários aspetos abordados.

Relativamente, à metodologia adotada, o seu sucesso ficou desde logo explícito pela quantidade de informação que foi possível reunir, pela análise que pudemos realizar e acima de tudo, pelo contributo que deixamos para o estudo do sistema medieval de Barcelos.

O carácter prático, presente nos moldes do estágio, teve como principal vantagem o fomento de uma interação de grande proximidade com as materialidades e os espaços em estudo. Constituiu a base que possibilitou que fossem percorridas todas as etapas de uma investigação científica, desde a formulação de uma problemática, recolha e tratamento dos dados (desde o trabalho de campo ao trabalho de gabinete e arquivo), formulação de resultados e consequentemente formulação de novas problemáticas.

No decorrer da tarefa de prospeção, para além da obtenção de conhecimento empírico sobre o tema em estudo, fomos simultaneamente construindo uma relação de proximidade com a comunidade. Comunidade que, por sua vez, foi desenvolvendo relações afetuosas com os espaços onde o sistema do século XV foi edificado. A perceção de tal dialética levou a que fôssemos moldando a nossa postura. Para além do seguimento de um critério apenas científico e distanciado, voltamos a nossa atenção também para as memórias e experiências pessoais construídas sobre estes espaços. Desta forma, pudemos compreender outras perspetivas, funcionalidades, formas de inteligibilidade e apropriação da cultura material do passado.

Uma das particularidades da recolha de informação no campo prendeu-se com o facto de muitos dos sítios integrarem propriedades privadas. Condição que tornou o acesso à informação, invariavelmente dependente da receptividade e disponibilidade de terceiros. Apesar de maioritariamente nos termos deparado com demonstrações de aceitação, abertura, interesse e partilha de experiências e informações para com o nosso ato invasivo, às quais nos dirigimos sempre com a mesma reciprocidade, tal facto não deixou de constituir uma forma de dependência de terceiros.



Deste ponto de vista, sendo o meio urbano palco de atuação de um elevado número de agentes, que nele atuam de forma permanente, nem sempre se reuniram as condições logísticas ideais para o registo de informação. Às questões da propriedade privada, juntaram-se ainda fatores, tais como pontos de inacessibilidade, presença de obstáculos e restrições no acesso aos vestígios. De forma paradoxal, apesar do condicionalismo, o facto de estes espaços se encontrarem em utilização constituiu o fator essencial para a identificação de vestígios e recolha de informação. Quando confrontados com os diversos exemplos de abandono de edificações, naquilo que costumamos apelidar de desertificação do centro histórico, deparamo-nos com um obstáculo intransponível. Para além da consequência de impossibilidade de confirmar a existência de mais vestígios, pudemos constatar o impacto de degradação progressiva que tem vindo a causar no casco histórico da cidade.

Ainda no que se refere a aplicação da metodologia prevista, com o desenrolar da tarefa de investigação verificámos a necessidade de adaptação às particularidades do objeto de estudo. Apesar do cariz multidisciplinar que optámos por impor na nossa abordagem, a base proporcionada pela Arqueologia da Arquitetura acabou por ter um peso evidente na análise dos vestígios edificados.

A Arqueologia da Arquitetura tem vindo a ocupar-se do estudo e compreensão da “biografia” das construções do passado. O tecido urbano, por sua vez, traduz um universo de constantes modificações. A muralha, por sua vez, ao sofrer o processo de estratificação, passou a ter associada a si outras edificações, também elas estratificadas. No entanto, tendo em consideração a amplitude da estrutura e o objeto em análise, foi necessário restringir a abordagem à estrutura da muralha, onde tudo foi individualizado e interpretado. Não obstante, aceitamos que muitas das edificações associadas à muralha constituíam um horizonte estratificado, pelo que o seu interesse histórico deve ser abordado de forma individual. Referimo-nos a título de exemplo, à casa do Conde de Vilas Boas. Apesar de tudo, a decisão de restrição revelou ter sido a mais adequada para a compreensão geral das diferentes fases da relação dinâmica, que a muralha foi estabelecendo com o restante tecido construído.

Os objetos de estudo mais comumente abordados pela Arqueologia da Arquitetura contemplaram, até ao momento, edificações com um carácter histórico explícito, presentes numa memória coletiva e com indicadores tipológicos passíveis de correlação estratigráfica e de datação, características essenciais para a compreensão do percurso de uma edificação. Quando remetemos o mesmo tipo de análise para o meio urbano e sua diversidade, confrontamo-nos com cenários distintos em relação à disponibilidade de informação. Salvo nos locais mais dotados de fontes, grande parte da análise resultou na obtenção de três fases ou períodos

cronológicos distintos. O mais recente foi aferido essencialmente pelo tipo de materiais e técnicas, cuja contemporaneidade esteve bem explícita. O mais antigo, neste caso relacionado com a muralha, também foi distinguido essencialmente pela confluência entre técnica construtiva, materiais usados, traçado e posição estratigráfica. Para o período intermédio, detetámos algumas lacunas informativas, que redundaram numa dificuldade em atribuir datações mais precisas. Como resultado, parte dos estratos intermédios acabaram por ser englobados num grupo mais abrangente, tendo em consideração a sua ocorrência nas fontes disponíveis.

Em suma, pensamos ter conseguido comprovar a validade da metodologia seguida, face aos objetivos propostos. Para além de ter possibilitado a análise do sistema defensivo medieval, através de uma abordagem até ao momento inédita nos estudos sobre a cidade de Barcelos, traduziu uma perspetiva não destrutiva que também visou a salvaguarda do património urbano que se encontra constantemente suscetível a transformações. Não esquecendo a facilidade da sua execução, representou uma abordagem com custos bastantes reduzidos, sem necessidade de infraestruturas ou equipamento especial.

O conteúdo histórico materializado pelos vestígios conservados possui uma importância fulcral para a compreensão do que foi Barcelos no período medieval, moderno e até do que é na atualidade. Ainda que integrado de forma unitária no património cultural de Barcelos, o seu estado de fragmentação, fruto da passagem do tempo, possibilita hoje nos diversos locais onde ainda se encontra conservada, um espaço privilegiado de contemplação do passado e da História de Barcelos.

Apesar de todas as ilações que pudemos retirar com a realização do estágio resta-nos concluir que, dado carácter abrangente deste sistema, não esgotamos o seu estudo, pelo contrário, apenas acrescentamos algumas propostas e interpretações sobre um tema que necessita ainda de um maior aprofundamento.

O processo de estágio, mais do que o resultado de um processo de investigação, foi também o resultado de uma forte componente pedagógica, cuja contribuição se refletiu num crescimento, tanto a nível académico, como da formação profissional e pessoal.

Na base de tudo esteve a orientação, exercida no verdadeiro sentido da palavra, pautou-se por diversos ensinamentos. Tal como todas as áreas científicas, a Arqueologia possui o seu próprio universo epistemológico com pressupostos teóricos e metodológicos que necessitam de ser transmitido. No estágio em causa, desde o momento em começamos a proceder à sua estruturação, tive oportunidade de ser orientado dentre desse mesmo universo, de forma a

adquirir capacidade para a compreensão dos vários conceitos, posturas e perspetivas imprescindíveis para a frequência do estágio.

Da mesma forma, no decorrer do estágio a orientação traduziu-se por um acompanhamento constante materializado por conselhos, sugestões, incentivos e apreciação qualitativa dos progressos efetuados. Desde as fases de planeamento, passando pela execução, nunca houve a sensação de incerteza ou de desnorteamento. Acima de tudo, ficou a conduta e o exemplo da forma de como deve ser encarado um projeto de investigação. Todos estes fatores acabaram por se refletir no amplo conjunto de resultados obtidos.

Durante os seis meses de estágio na instituição que me acolheu, tive oportunidade de contactar diariamente com o responsável na instituição. Este contacto possibilitou igualmente a aquisição de uma grande quantidade de ensinamentos, fundamentais na execução do trabalho projetado, que tiveram um retorno de benefício em termos de formação profissional, académica e pessoal.

Em termos de aprendizagens, destaco a maturidade que pude adquirir no campo da investigação, metodologias, aquisição e produção de conhecimento. Não só em relação ao sistema defensivo medieval de Barcelos me foi fornecido o acesso a toda a informação disponível, mas devido à grande diversidade arqueológica de Barcelos, juntei à minha formação novos conhecimentos sobre os diversos períodos cronológicos, formas de ocupação e materiais arqueológicos. Este conhecimento teve uma proveniência teórica e prática, sendo que tive oportunidade visitar variados sítios arqueológicos e tomei contacto com diferentes materiais arqueológicos.

Estando integrado no Gabinete de Arqueologia da Câmara de Barcelos, tive igualmente oportunidade de compreender as principais questões que norteiam a gestão do património e conhecimento arqueológico, bem como toda a responsabilidade do trabalho efetuado dentro deste âmbito. Pude compreender aspetos do funcionamento e importância da carta arqueológica. Este instrumento de gestão compreende toda a informação do património arqueológico de Barcelos, possibilitando a salvaguarda e planeamento na gestão das ações que envolvem o património arqueológico. Pude igualmente participar em atividades de conservação e valorização de sítios arqueológicos.

Uma das valências que pude reter e executar no estudo da muralha esteve relacionada com o trabalho pró-ativo e de interação promovido pelo gabinete junto da comunidade local. A disciplina arqueológica, tal como qualquer disciplina possui um amplo conjunto lexical de termos próprios que quando usados fora de um universo estritamente arqueológico, podem ter como consequência a ineficácia do discurso. Neste sentido, tomei contacto com ações de visitas e

exposições, aprendendo formas de desconstrução do discurso técnico e a aplicação de analogias como forma de adaptação do discurso ao recetor, tendo sempre em vista o seu sentido pedagógico.

Não só pela transmissão de informação histórica e arqueológica, este tipo de interação revelou-se também uma forma de sensibilização sobre o património arqueológico, constitui também uma fonte de informações orais que frequentemente se revelaram bastante pertinentes para o estudo.

Outra das funções que compreendi no funcionamento do gabinete disse respeito ao apoio à investigação que é efetuado. Uma das funções de um gabinete camarário passa por constituir um apoio à investigação (investigadores independentes, estudantes universitários) através da cedência de informação quando solicitada pelos mesmos. Esta ação requer um domínio do conhecimento existente e uma atualização constante do mesmo, de forma a melhor poder responder às solicitações.

Uma das funções da Arqueologia consiste na geração de conteúdos. Todos os trabalhos efetuados no âmbito do gabinete, independentemente da sua natureza têm como resultado a formulação de conteúdos, de forma a acautelar o desenvolvimento científico da Arqueologia ao nível do concelho. Em termos gerais, todas as ações que pude observar em desenvolvimento do gabinete de Arqueologia da Câmara de Barcelos foram descritas e registadas num acervo de informação arqueológica do concelho, assentes numa forma construção progressiva e em constante atualização. Este exemplo serviu para reafirmar a necessidade de que em qualquer tarefa arqueológica é necessário haver uma preocupação com o registo da informação, para que esta possa estar sempre disponível.

Por último resta-me referir que durante o período de seis meses tive um acompanhamento constante ao nível de orientação, de trabalho de gabinete e de trabalho de campo. Toda esta experiência acabou por se refletir bastante no resultado final, tendo em consideração todas as sugestões, conhecimentos e experiência que tive o privilégio de adquirir.

Por fim, resta apenas agradecer a forma como fui acolhido no Museu de Olaria e no Arquivo Municipal de Barcelos, onde o apoio, disponibilidade e ensinamentos foram sempre uma constante.



## Bibliografia

- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1991). As Origens Pré-Dinásticas de Barcelos *in* Avenida do Minho. N.º 3. Barcelos. Pp. 129-138.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Brochado de (1997). Povoamento Romano do Litoral Minhoto entre o Cávado e o Minho *in* *Rev. Barcelos Património*, Vol. I e II. Câmara Municipal de Barcelos. Barcelos.
- ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1990). *Barcelos. Coleção Cidades e Vilas de Portugal*. N.º9. Editorial Presença. Lisboa.
- BARKER, P. (2005). *Techniques of Archaeological Excavation*. 3rd Edition. Routledge. London.
- BARROCA, M. (1999). O Paço Condal de Barcelos e a Arquitectura Senhorial Quatrocentista Portuguesa *in* *Barcelos Terra Condal-Congresso*. Actas do Congresso Histórico e Cultural realizado em Barcelos de 22 a 24 de Outubro de 1998. Separata. Câmara Municipal de Barcelos. Barcelos. Pp. 63 – 90.
- BASTO, Carlos A. Vieira de Sousa (1982). As muralhas de Barcelos. *Barcelos Revista*. N.º8. Câmara Municipal de Barcelos.
- BENGOETXEA REMENTERIA, B. (2007-2008). *Arqueología de las murallas urbanas medievales en el País Vasco. Nuevas vías interpretativas*. Veleia, Homenaje a Ignacio Barandiarán Maestu II. N.º 24-25. Pp. 1143-1159.
- BROCHADO, Cláudio Laranjeira (2004). Relatório Preliminar da Intervenção na Muralha Medieval de Barcelos. Relatório Preliminar de Trabalhos de Arqueologia. Instituto Português de Arqueologia.
- BROCHADO, Cláudio Laranjeira (2005). Relatório Preliminar da Intervenção Para Construção e Anexos na Residência Paroquial n Rua Duques de Bragança. Barcelos. Relatório Preliminar de Trabalhos de Arqueologia. Instituto Português de Arqueologia.
- BROCHADO, Cláudio Laranjeira (2009). Relatório Preliminar da Intervenção na Torre Medieval de Barcelos. Relatório Preliminar de Trabalhos de Arqueologia. Instituto Português de Arqueologia.
- BROGIOLO, G. P. (1988). *Archeologia dell'edilizia storica*. Como.
- BROGIOLO, G.P. et al. (1996). *Archeologia dell'Architettura*, Supplemento Annuale ad *Archeologia Medievale*.
- BROGIOLO, G. P. (2007). Dall'Archeologia dell'Architettura all'Archeologia della complessità. *Pyrenae*, Vol. I. N.º 38. Pp. 7-38.

- CAPELA, J. V. BORRALHEIRO, R. (1998). *Barcelos nas Memórias Paroquiais de 1758*. Câmara Municipal de Barcelos.
- CARVALHO, H. P. P. A. (2008). *O Povoamento Romano na fachada ocidental do Conventus Bracarensis*. Defendida. Tese de doutoramento defendida na Universidade do Minho em Dezembro 2008. Universidade do Minho. Braga.
- CHUECA GOITIA, F. (1982). *Breve História do Urbanismo*. Editorial Presença. Lisboa.
- COELHO, M. H. C. (2005). D. João I. *Reis de Portugal*. Círculo de Leitores. Lisboa.
- COELHO, M. H. C. (2006). O Poder Concelhio em tempos medievais – o “deve” e “haver” historiográfico *in Revista da Faculdade de Letras*. História. III Série. Vol. 7. Porto. Pp. 19-34.
- COSTA, A.C. (1706-1712). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal ...* Oficina de Valentim da Costa Deslandes. Lisboa.
- FERREIRA, Maria da Conceição Falcão (1992). Barcelos terra de condes - II parte esboço da vila medieval. *Barcelos Revista*. 2ª Série, nº3. Câmara Municipal de Barcelos.
- FERREIRA, M. C. F. (2012). Guimarães : duas vilas, um só povo : estudo de história urbana (1250-1389). Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM). Braga.
- FERREIRA, S. (2003). *Aveiro no Estado Novo: a cidade idealizada versus a cidade operacionalizada*. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Porto.
- FLORES, J. (1999). O Sistema Defensivo Medieval de Barcelos *in Barcelos Terra Condal-Congresso*. Actas do Congresso Histórico e Cultural realizado em Barcelos de 22 a 24 de Outubro de 1998. Câmara Municipal de Barcelos. Vol. 2. Barcelos. Pp. 297 – 312.
- FONTES, L. MACHADO, A. CATALÃO, S. (2004). Experiências em Arqueologia da Arquitectura na Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho *in Arqueología de la Arquitectura*. Nº3. Pp. 173 - 183.
- FONTES, L. ALVES, M. CATALÃO, S. (2010). Arqueologia da Arquitetura em Contexto Urbano. Reflexões a partir de três exemplos da cidade de Braga, Portugal *in Arqueología de la Arquitectura*. Nº 7. Pp. 105 – 128.
- FONSECA, Teotónio da (1987). *O Concelho de Barcelos Aquém e Além Cávado*. Fac-símile da edição de 1948. 2 vols.
- GAMBLE, C. (2001). *Archaeology: the basics*. Routledge. London.
- GREEN, K. (2003). *Archaeology, an introduction: the history, principles, and methods of modern archaeology*. Routledge. London.

- GUTIÉRREZ LLORET, S. (1997). *Arqueología*. Introducción a la historia material de las sociedades del pasado. Publicaciones de la Universidad de Alicante. Alicante.
- HARRIS, E.C. (1989). *Principles of archaeological stratigraphy*. London. 2nd edition. Academic Press.
- MANNONI T. (1976). L'analisi delle tecniche murarie medievali in Liguria. *Atti del colloquio internazionale di Archeologia Medievale*. Palermo. Pp. 3-12.
- MANNONI, T. (1990). Conoscenza e recupero edilizio. *Notiziario di Archeologia Medievale*. 58. Pp. 3-4.
- MOUDON, A.V. (1997). Urban morphology as an emerging interdisciplinary field in *Urban Morphology*. N° 1. Birmingham. Pp. 3-10.
- NORTON, Manuel Salazar (1996). Velharias Barcelenses in *Barcelos Revista*. Câmara Municipal de Barcelos. Barcelos. 2ª Série. N° 6. Pp. 31 – 41.
- PARENTI, R. (1983). Le strutture murarie: problemi di metodo e prospettive di ricerca. *Archeologia Medievale*. X. Pp. 332-338.
- PARENTI, R. (2002). Dalla stratigrafia all'archeologia dell'architettura. Alcune esperienze del laboratorio senese. *Arqueología de la Arquitectura*. 1. Pp. 73-82.
- PARENTI, R. (2004). La registrazione delle caratteristiche archeologiche delle strutture edilizie in *M. Cattani, A. Fiorini, N. Viggiani (a cura di), "Nuove frontiere dell'archeologia: il trattamento del dato tridimensionale"*. Atti del Seminario (Ravenna, 13 maggio 2004). CD-ROM (in consultazione presso il Dipartimento di Archeologia dell'Università degli studi di Bologna. Sede distaccata di Ravenna).
- PEREIRA, Domingos Joaquim (1867). *Memória Histórica da Villa de Barcelos, Barcellinhos e Villa Nova de Famalicão*. Viana do Castelo.
- POYARES, P. (1672). *Tractado Panegyrico Em Louvor da Villa de Barcellos, Por Rezam do Aparecimento de Cruzes que nella Aparecem*. Oficina de Ioseph Ferreyra. Coimbra
- QUIRÓS CASTILLO, J. A. 2006 - Arqueología de la Arquitectura. Objetivos y propuestas para la conservación del Patrimonio Arquitectónico.  
<http://www.arqueologiamedieval.com/articulos/74/arqueologia-de-la-arquitectura-objetivos-y-propuestas-para-la-conservacion-del-patrimonio-arquitectonico> (12h, 20 Maio 2012).
- SERRÃO, J. V. (1999). Um Passeio Pela História de Barcelos in *Barcelos Terra Condal-Congresso*. Actas do Congresso Histórico e Cultural realizado em Barcelos de 22 a 24 de Outubro de 1998. Separata. Câmara Municipal de Barcelos. Barcelos.
- RAMALHO, M. (2002). Arqueologia da Arquitectura. O método arqueológico aplicado ao estudo e intervenção em património arquitectónico in *Estudos / Património*. N° 3. Pp. 19-29.



- RAMALHO, M. (2005). Potencialidades de arqueologia da arquitectura. A experiência do Instituto Português do Património Arquitectónico. *In Pedra e Cal*. GECORPA. Lisboa. Pp. 10-11.
- RIBEIRO, João (2010). *O Tecido Urbano Flaviense De Aquae Flaviae a Chaves Medieval*. Dissertação de Mestrado em Arqueologia apresentada à Universidade do Minho, Braga (policopiado).
- RIBEIRO, Maria do Carmo Franco (2008). *Braga entre a época romana e a Idade Moderna. Uma metodologia de análise para a leitura da evolução da paisagem urbana*. Dissertação de Doutoramento em Arqueologia - Área de Conhecimento de Arqueologia da Paisagem e do Povoamento. Instituto de Ciências Sociais. Universidade do Minho. Braga.
- TRIGUEIROS, António J. L. FREITAS, Eugénio Andrea da Cunha; LACERDA, Maria da Conceição Cardoso Pereira de (1998). *Barcelos Histórico Monumental e Artístico*. Edições APPACDM Distrital de Braga.
- VALE, Clara Pimenta do (1991). O Paço do Conde de Barcelos *in Barcellos Revista*. 2ª Série. Nº 2. Barcelos. Pp. 111-140.

## **Fontes documentais**

Arquivo Municipal de Barcelos, Actas de Veriação, 1793 a 1797.

Arquivo Municipal de Barcelos, Actas de Veriação, 1797 a 1801.

Arquivo Municipal de Barcelos, Actas de Veriação, 1810 a 1812.



## **Apêndices**



## **Apêndice I**

-

### **Ficha de descrição e croquis**



Parcela

04

Quarteirão

A9

Proveniência

Prospecção

Tipo

Troço de Muralha

Contexto

Reutilização

Descrição

Troço de muralha reutilizado como compartimento de um estabelecimento comercial situado no Largo de Santa Nova.

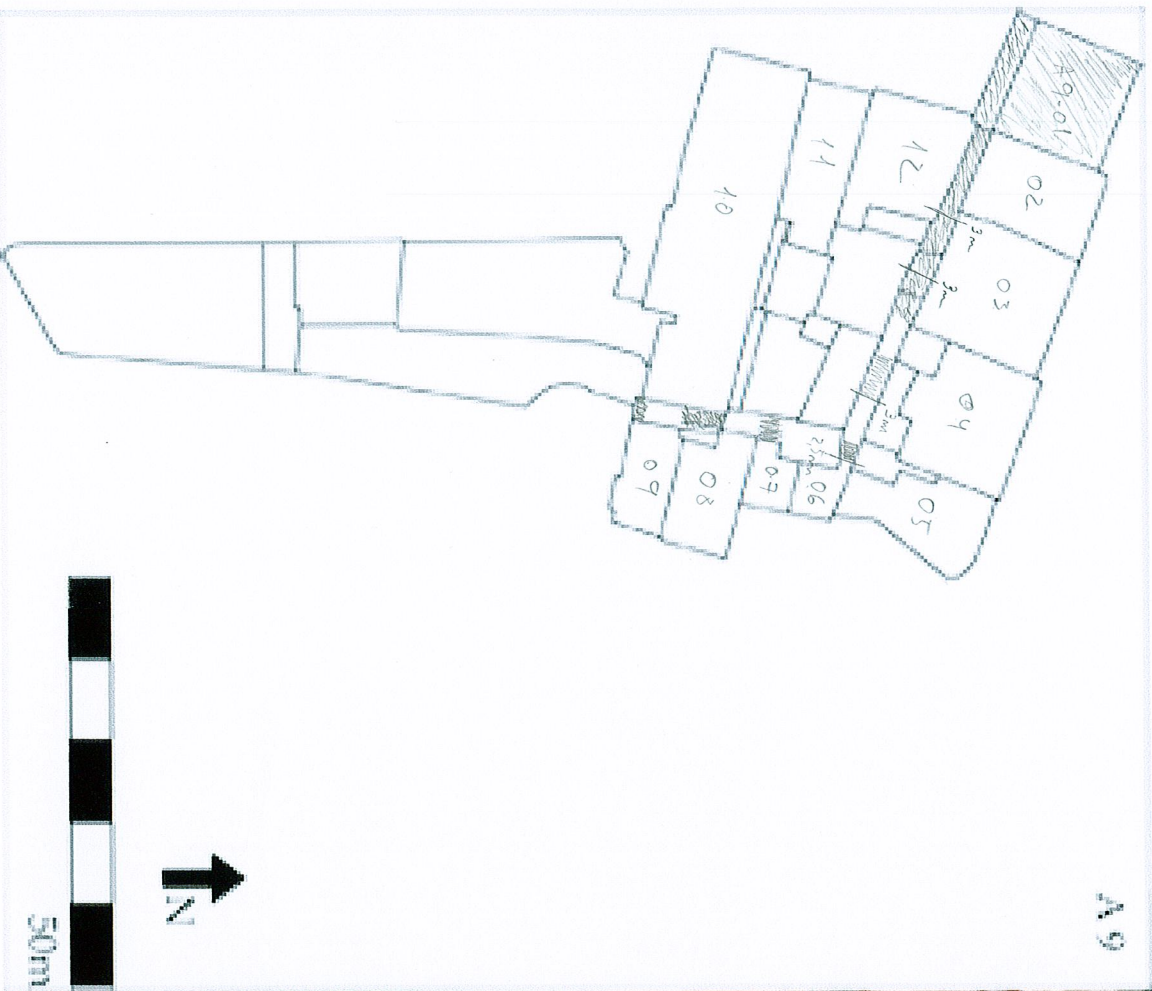
É visível a constituição do interior do paramento correspondente ao lado Este. Constituição é base de pedra miúda. Actualmente possui adigão de betão e reboco.

O paramento de muralha possui um interflco de ruptura na parte inferior.

Notas

Comprimento:  $\approx 6m$ Largura:  $\approx 3m$





## **Apêndice II**

-

### **Transcrição de excertos das *Actas de Veriação* da Câmara Municipal de Barcelos existentes no Arquivo Municipal de Barcelos**



## 1. Excertos das atas de veriação da Câmara de Barcelos (Arquivo Municipal de Barcelos)

### Transcrição Nº 1: Ano de 1796

[Fl. 67]

*Aos 8 dias do mes de Fevereiro de 1794 / nesta villa de Barcellos e cazas da came / ra della  
ahonde Estavam em acto de / vereaçam / que Estavam fazendo / os actuais vereadores digo  
que Esta / vam fazendo o Doutor Juiz de fo / ra Joaquim Antonio de Pina / Barreiros podendo  
aos ve/readores desta mesma villa Mano/el Barbosa Faria, Rodrigo/ Antoni Pinheiro de  
Lacerda, e Car/*

[Fl. 68]

*Carlos de Magallaens e Meneses com / aSistencia do Procurador do Conce/lho Jose Correa de  
Abreu ahi defe/niram todos os Requerementos que / a ella ocorrerom, E por Se ter mandado  
deitar Borda pelas Ruas publica.../ ... a esta Camara a Nobreza, E/ Povo desta villa a esta  
camara para Se/responder ao Requerimento do Procura/dor doConcelho pelo quoal requereo /  
a Sua Magestade para facultar o .../ para Se demolir a Torre da EsperanSa E que / Se aplicaSe  
apedra paraos comcertos / Das Ruas publicas desta mesma Villa e Se... em os delitos que ahi  
Se / cometem, E sendo tocado aSima do com/Selho, a Este acto concorreram todas as /  
pessoas ao diante aSinadas, neste acto / Se propos e leo a todos o mesmo reque/ramento,  
comneformemente todos / deceram era verdadeiro e nelle com/... pela uteledade publica que /  
Se Seguia com a demolicom da mês/ma Torre, e Se ocorrerem os delitos e que / nom Se  
concertara no requerimento / mas pedem a Sua Magestade de fora Ser inda / o deferirlhes, e  
tambem pedi/am a mesma Real Senhora Jozefa ampliar agraSa / pera Se demolir o muro da  
mesma*

[Fl. 68 v.]

*Demolir o muro da mesma villa prin / cepalmente da parte e das mais partes digo / da parte do  
Norte e das mais partes ahonde nom cauzar perjuizo as cazas pela rezom / de ter havido no  
centro da villa muintas E / e pelo meio pela tal toda concorrendo / ... que o mesmo muro  
empede pelo / grande ... terá que tem que /... huma hutil o ter os muros / assim altos nom so  
pela populaçom Mas porque / ainda a sombra delle Se cometem vareos actos / ... de route,*



*oberceandose assim o que / se tempera tuodos os muros da cidade do/ porto, guemaraens, ponte de lima, e vianna / e de como aSim convieram e o Requereram/ aSinaram com elle Vereadores / e pera constar fez Este termo Joze Luis/ Cerqueira de Lemos Escrevaõ da cama/ra o Escrevi.*

## **Transcrição Nº 2: Ano de 1800**

[Fl. 124]

*Aos vinte e dois dias do mes de Janeiro de mil e oito / centos annos nesta Villa de Barcellos e casa Concelhia / della aonde vierão o Doutor Juiz de Fora e Veriadores / (...) com a assistencia do actual procura / dor do Concelho onde estava tambem o Capitão de enginha / ria Custódio José Gomes e o Doutor Antonio da Silva Pache / co Procurador do Serenissimo Estado e Casa de Bragança / ahi pello Doutor Joaquim Antonio (...) de Pina Barrei / ro Godinho Juiz de Fora presidente deste senado foi dito / que na veriação de hontem annunciara a esta camera que / em razão de ter caido parte da torre da Ponte palacio / solar da serenissima Casa de Bragança fazendo com / as suas ruinas concideravel danno a mesma ponte / que principia na porta do mesmo passo fizesse hum / officio ao Capitão engenheiro acima declarado / que esta presente Rogando-lhe que viece examinar / (...) ou porque seja o negocio analogo ao encana / mento do Rio ou porque o publico nececitava de hum / m sitio cendo mais necessaria a sua vinda pello / to de concideração a respeito da Ruina do dito Passo Ro / gando-lhe ao mesmo tempo fizece vir barcos da obra / do Rio para se restituir a passagem necessaria e impor / tanto quelle logo deu mostras de seu zelo pasando (...) / barcos mandados de sua ordem (...)*

[Fl. 124 v.]

*Examinado o idificio a sua ruina a causa della / (...) Providenciar o possível (...) Providencias e com a sua presença pode (...) Os seus conhecimentos que são os seguintes / A mencionada ruina procedeu de huma abertura que / desde a munto tempo se notava no mesmo edificio / pella parte contigua a porta abertura que dando / entrada a munta quantidade de chuva que neste in / verno tem caido fez que esta impregenando-se nas / partículas terrias ou barro que cervia de cimento a es / te idificio debutou de tal sorte o esmo barro que / o seu vetume não podendo já acomodarce no estreito / espaço em que se achava encerrado implio a mora / lha que em razão da sua grande altura e peso não / pode conservar o equilibrio logo que o seu*

cume / se achou fora da linha de Aprumo e que tambem / procedeu de não cer esta obra  
argamasada nem / ter juntouros que estracacem p seu enorme peso / da precepitada queda  
daquella inorme maça / caindo sobre as (...) do primeiro arco o cumpri / mio alterando a sua  
figura circular e demolindo não / so as goardas da ponte mas ainda o seu pavimento a / (...)   
nos lados da mesma ponte e a (...) / concervado com terra do mesmo edificio que não / pella  
facellidade de huma queda para qualquer / dos lados ma ainda tambem pello perigo daque / la  
coberto das Ruinas que vesivelmente amia / cão perceptitarce de cima do resto da torre / tanto  
as ruinas da torre como a da ponte (...)

[Fl. 125]

Ponte cairão no rio Cavado e na margem / (...) a passagem da / Corrente athe meyo do Arco (...)   
quanto ao (...) não do a ruina quês esta (...) i/ minente a cair da desorganização da torre mas /  
ainda a passagem da Ponte de que munto carece / a grande aflluência de passageiros na  
comonica / cão desta villa com o lugar de Barcelinhos / a cuja passagem concorrem nao so a  
grande / Povoação do termo da mesma Villa mas ainda os / passageiros que tranzião da Cidade  
do Porto a ou / tras terras para Vianna Valenca Ponte de Limma e / mais terras que ficão a  
norte do Rio vindo a cer / munto importante Esta passagem que da Comonica / cão ao imenço  
Povo de huma Rica Provincia não/ avendo outra Ponte na distancia de duas / Legoas munto  
mais por ficar esta no Centro da Pro / vincia e (...) objecto merece toda a vigilância e / cuidado  
desta Camera e do Ministerio / O remedio interino de todos este males não pode cer outro  
cenão demolir todas aquellas porcoens / de idificio que estão porpinceas a cai ainda / talvez  
mais cim parecer justo ao Menisterio / por cer quanto a mim impraticavel huma Reede /  
ficação não so pella grãde despesa que iço de / mandaria mas ainda pella dificuldade de /  
fas aquelle idificio hum concerto pella desorga / nização que em todo elle se encontra. Este  
Remedio / da dimolição das Ruinas a bem da sua dificuldade (...)

[Fl. 125V.]

Deficuldade de (...) e (...) / da a precedencia para que na (...) não corra o / risco de (...) ahi  
impregadas (...) que a queda / de pedraria sobre o arco não promova a sua Rui / na total e por  
iço o meu parecer he que a (...) / do huma captapulta ou arieti se Repotão sobre / o idificio  
algumas conuçoens afim de que / ocasionando um temor arteficial no idificio / levazem  
aquellas porçoens que se acharem pro / pinças a cair e para que o arco não continue / a

*souffrir danno se devesse cobrir com grossas (...) / Vigas de Pinheiro verde para Receber o primei  
/ ro impulso daquela (...) que inda acim não / Respondo pella segurança poren (...) nelle / duas  
aduela que (...) em citio perigoso / não valera para a sua segurança e (...) não / so porque iço  
produziria pouco efeito mas por que julgo mesmo impatricavel atendendo a grande força da  
corrente naquelle sitio Dipois daquellas / conçoens prodozidas pello arietis se deverão / abrir  
alguns tiros de pouca polvora para com ellos / promover a desunião das partes mais presas que  
se / no andar do tempo havião vir a cair quando por novas / chuvas se deluice o barro que  
agora as prende o que / he munto pusivel por se acharem muntas aberturas / não so na porta  
arruinada mas ainda nas outras colaterais e contiguas. / entretanto que isto (...) devem interrrom  
/ perce e porvirce a passagem da ponte a (...) / pessoas pouco acauteladas sendo então e iço  
pro / meter alguma desgraça próxima servindo entre / tanto os barcos de baixo da  
ademenistração / (...) e logo que não haja (...)*

[Fl. 126]

*Receio de mais ruinas se podem Restabelecer / a passagem da ponte com vigas entretanto / que  
sua Alteza Real não determinar (...) / de com que (...) proceder na dimuição / ou reorganização  
da torre e da ponte e por / que este objecto convida o meu zelo publico / apresentarei o plano  
da obra que depois a / (...) para segurança do Palacio e deco / ro daquelle respeitavel  
monumento e ou / vido o parecer se conformarão (...) Amiaçando perigo a quem passar para  
que / (...) podem / do cer do mesmo engenheiro que logo se faça a o / bra possível (...)*

[Fl. 127 v.]

*Ajudacém não (...) cendo o que acha estipulado / pella camera que investião em proceder ao /  
demolice o dito Passo senão aquellas pedras / que amiacarem inerente Ruina e que não / fosse  
por meyo de ariete que podia abalar e o / casionar a caída do Resto deste Nobre e anti / guo  
Edeficio mas que a Camera Convocace / mestres pedreiros e prácticos que cem essa ma / nobra  
perigoza como fim o que a (...) Ruina / e forte isto se cuidasse emediatemente ou a / mesmo  
tempo Repor a passagem interina pella / Ponte athe sua (...)*

[Fl. 129 v.]

*(...) na demolição da ruinas da torre e para es / te neccidade mandarão examinar o dito ideficio  
por / João Ribeiro mestre pedreiro do Couto de Cervaens que se / achava nesta villa de quem*

*esta camera (...) / to por cer mestre emprementado e antiguo no seu officio / o qual examinado as ditas Ruinas achou que se havia / demolir em primeiro lugar o andar de cima dos Tellados / athe o sitio das primeiras janelas que se encontrão com a mês / ma fronteira e abaixo dellas de fora hum (...) / mos que (...) hum corte na mesma parede e chegando mais / abaixo (...) outro corte conforme for a capacida / de (...) apiar igualmente na fronteira athé o sitio (...) a execução da demolição se podera alcançar / com a brevidade posivel todos aprestos necesarios que o / mesmo mestre jogar precisos e mesmo para / por sua ideia se fazer a referida demolição visto a infor / mação que da sua capacidade (...)*

[Fl. 134]

*(...) para iffeito de se dar providencia / sobre a ponte e visto que esta feita a demolição pello / impreiteiro na forma a que se obrigou e não cendo agora / facel fazer na mesma ponte a obra de pedraria (...)*

[Fl. 130]

*(...) Vistas as grandes dificuldades que há na demulição das / Ruinas da torre da Ponte e conformando com o o parecer do / mestre pedreiro João Ribeiro e outros professores que ouvi / rão a este respeito resolverão se fizece a demolição na / forma acima declarada pello referido mestre devendo / aber todas as cautelas necessárias da dita demiloção com que /*

[Fl. 130 v.]

*Que se posa ofender o primeiro arco da Ponte de / vendo-se acautelar (...) com os reparos percisos e nece / sarios custos de se principiar a dita demolição a / qual se deve dar logo principio fasendoce apronptar (...)*

### **Transcrição Nº 3: Ano de 1811**

[Fl. 44 v.]

*Aos vinte e tres dias do mes de Outubro de/ mil oito centos e onze annos nesta villa de Bar/cellos e cazas da camera della em acto de veria/ção a que procederao os Vereadores actuais/ abaixo aSignados com acistencia do pro/curador que foi do concelho Antonio da Cos/ta Meira que vejo a este acto no impedi/mento do actual do actual [sic] ahi defenirão/ a Varios*



*Requerimentos vindos a dita Veria/ção e atendendo no que le Representou/ sobre as ruínas do muro junto a torre da pon/te huma e outra parte principalmente do terreiro em que he ahi aRuinado com hum/resto Entre as ruínas que esta amiacando perigo/ as lavadeiras e ao publico aceitarão que entre/ delemetice para ivitar o dito perigo aplicando/se a pedra a pedra [sic] delle para o Concerto das ruas/ desta villa de que he precisa supridas as despezas/ pello produto da ..... dos carros ate/onde chegar e para constar mandarão fazer/ este termo que assignarao Joaquim Teixei/ra de Carvalho Montenegro escrivão da ca/mera proprietario o escrevi*

*Assinaturas*

[Fl. 45]

*E logo no mesmo dia e anno de ..../ Vierao a esta camera os Vereadores actuais/ abaixo aSignados com acistencia do pro/curador que foi do Concelho Antonio da/ Costa Moura que vejo a este acto no im/pedimento do actual ahi se abrio hum officio do Doutor Corregedor da/ Canera sobre o objecto de brigadas em Res/posta a outras que lhe derigio esta came/ra mencionada no termo da veriação de/ vinte e hum do corrente para conotar man/darão fazer este termo que assignarao Joaquim Teixeira de carvalho Montene/gro escrivão a camera proprietario/ o escreui*

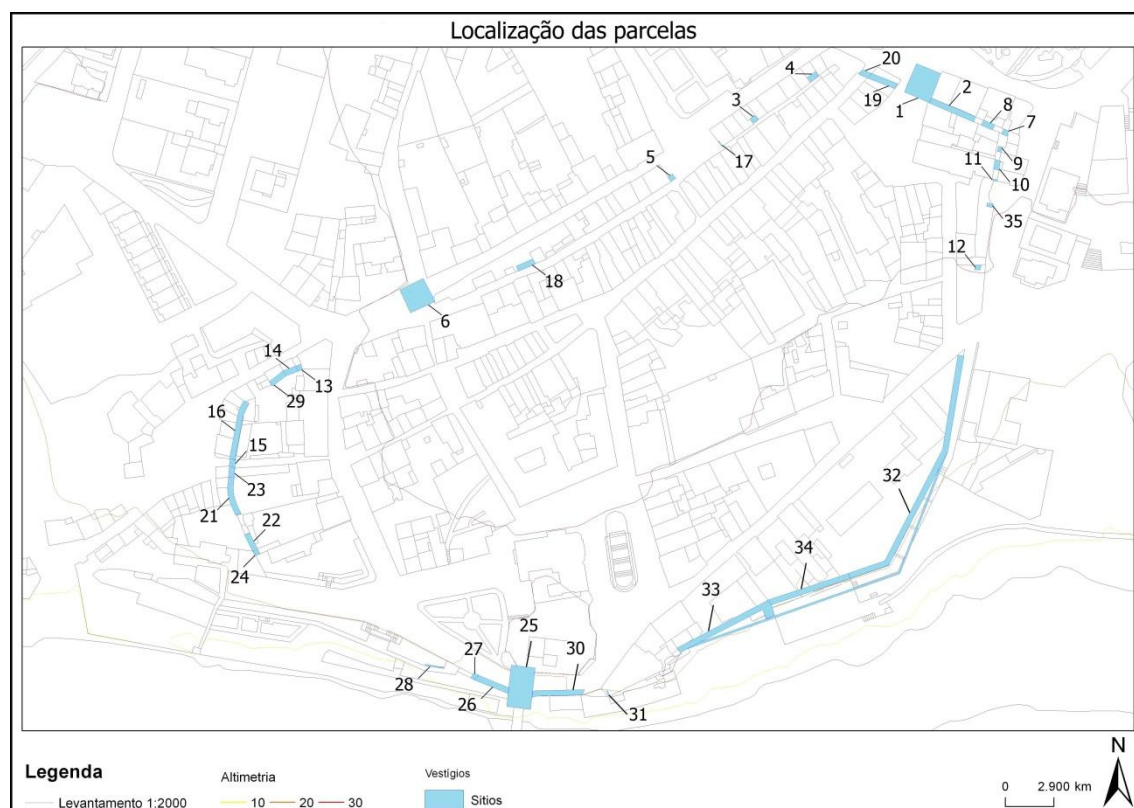
*Assinatutras*

*Aos trinta dias do mes de outubro de/ mi oito centos e onze anos nesta vila/ de barcellos e cazas da camera della em/ acta de veriação a que procederão ve/riadores actuais abaixo assignados com/ acistencia do procurador que foi do com/celho antonio da costa Moura que vejo /a este acto no impedimento do actual*

## Apêndice III

### Catálogo

#### Índice de Localização das Parcelas Identificadas



1. Parcela TP-01 (Ficha nº 15)
2. Parcela A9-12 (Ficha nº 14)
3. Parcela B2-08 (Ficha nº 19)
4. Parcela B2-03 (Ficha nº 18)
5. Parcela PF-19 (Ficha nº 21)
6. Parcela TV-01 (Ficha nº 23)
7. Parcela A9-03 (Ficha nº 13)
8. Parcela A9-04 (Ficha nº 12)
9. Parcela A9-07 (Ficha nº 11)
10. Parcela A9-08 (Ficha nº 10)
11. Parcela A9-09 (Ficha nº 9)
12. Parcela A9-13 (Ficha nº 7)
13. Parcela C1-02 (Ficha nº 24)
14. Parcela C1-03 (Ficha nº 25)
15. Parcela PFV-01 (Ficha nº 28)
16. Parcela C1-12 (Ficha nº 27)
17. Parcela B2-11 (Ficha nº 20)

18. Parcela B1-17 (Ficha nº 22)
19. Parcela A4-02 (Ficha nº 16)
20. Parcela PN-01 (Ficha nº 17)
21. Parcela C2-12 (Ficha nº 30)
22. Parcela C2-05 (Ficha nº 31)
23. Parcela C2-03 (Ficha nº 29)
24. Parcela C2-06 (Ficha nº 32)
25. Parcela TP-01 (Ficha nº 1)
26. Parcela C3-10 (Ficha nº 35)
27. Parcela C3-09 (Ficha nº 34)
28. Parcela C3-08 (Ficha nº 33)
29. Parcela C1-04 (Ficha nº 26)
30. Parcela D1-01 (Ficha nº 2)
31. Parcela D1-02 (Ficha nº 3)
32. Parcela D1-05 (Ficha nº 6)
33. Parcela D1-03 (Ficha nº 4)
34. Parcela D1-04 (Ficha nº 5)



Ficha Nº: 1

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

A torre d porta da ponte representava um dos principais acessos ao interior da cerca mediev. Possuía uma planta rectangular com aproximadamente 22 metros de comprimento e 13 metros de largura. No rés-do-chão possuía 3 portas: uma virada a sul (ponte), uma virada a nascente e outra a poente.

Os paramentos apresentavam um aparelho em cantaria, com silhares rectangulares bem talhados. Actualmente apenas podemos observar as suas fundações e o arranque de três dos paramentos, tendo sido possível interpretar o alçado Este e o Oeste.

A história da construção da cerca medieval de Barcelos chega a cruzar-se e entroncar-se com a construção do Paço. Esta observação torna-se mais explícita quando nos centramos na Torre da Ponte, que ainda a partir do século XV passou a estar fisicamente ligada ao paço.

A sua demolição iniciou-se em 24 de Janeiro de 1800 e está bem documentada. As actas de vereação adquirem aqui especial relevância, enquanto documento bastante detalhado sobre os acontecimentos que envolveram a torre nos inícios do século XIX.

Da leitura do alçado Oeste da ponte foi possível perceber a existência de vários momentos. O momento mais recente, a partir da segunda metade do século XX, é traduzido pelo jardim (EU 1) que se encontrava adossado aos alicerces da torre, através de um interface de ligação (U E 2).

Um segundo momento (século XIX/XX) perfilava uma reformulação da parte superior do tabuleiro da ponte, a EU 3. Segundo fontes documentais, estas alterações ocorreram em 1881, consistindo no alargamento e substituição das guardas, com merlões e ameias, por grades de ferro. Possuía uma relação de ligação com a U E 5 através de um interface (EU 4). A EU 5, enquadrada no mesmo período, dizia respeito ao remate superior do miradouro na zona onde se encontrava a torre. Da mesma forma, possuía um interface de ligação (U E 6) com a EU 7. Uma zona do paramento com aparelho em cantaria que se encontra a preencher um interface de ruptura (U E 8) resultante da demolição da torre.

Um terceiro momento, diz respeito à estrutura da torre, U E 9. É possível observar os alicerces que traduzem um aparelho em cantaria e planta rectangular. Estes alicerces assentam directamente na rocha, preenchendo o interface de ruptura, U E 10, que traduz uma rutura ao nível da estrutura da ponte, datável do século XIV (UE 11) e apenas visível no alçado Este.

O alçado Este, na generalidade, apresentava-se semelhante ao alçado oeste. No entanto, como momento mais recente registamos o solo do socalco, possivelmente datável do século XIX ou XX, que possuía ligação com a EU 9, através de um interface (EU 2). Do mesmo período seguiam-se as já referidas alterações na parte superior do tabuleiro da ponte, pela EU 3 e pelo interface de ligação EU 4. Seguiu-se o arranjo do miradouro, com o remate superior, EU 5, o interface de ligação (EU 6) com a face do muro de sustentação (EU 7) e o interface de ruptura (EU 8), preenchido pela EU 7, que diz respeito à demolição da torre.

A EU 9, inserida já no período medieval, era materializada pelo alicerce da torre, datável do século XV. Esta unidade estratigráfica preenchia um interface de ruptura (EU 10), efectuado ao nível do momento mais antigo registado, referente à parte inferior da ponte, datável do século XIV.

## Bibliografia:

Almeida, 1990; Barroca 1999; Basto, 1982; Capela e borralheiro, 1998; Ferreira, 1992; Flores, 1999; Fonseca; 1938; Norton, 1996; Pereira, 1869; Poiares, 1672;

# Sítio TP-01: Alçado Oeste

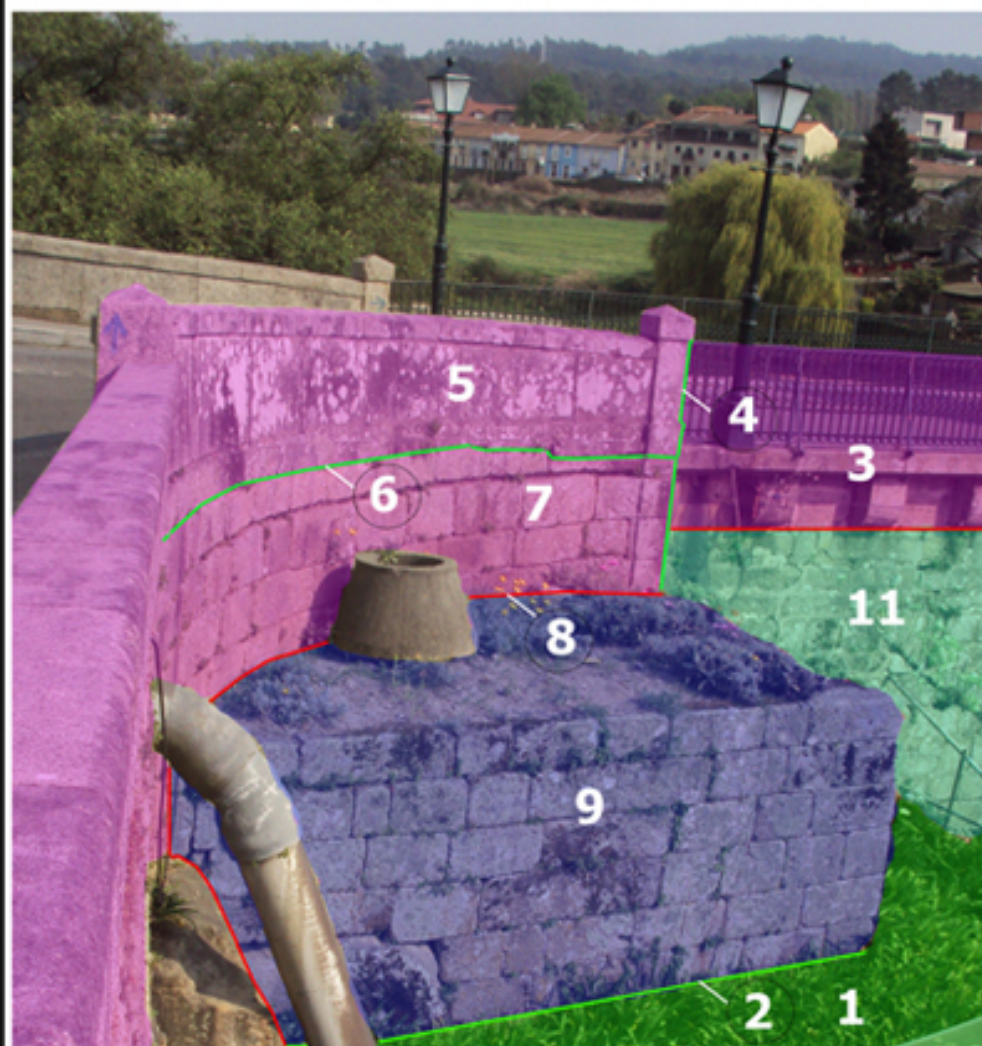
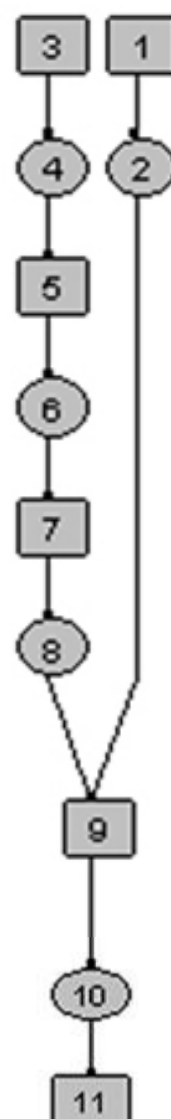


Diagrama:



## Legenda:

— Interface de ligação  
— Interface de ruptura

2ª metade Séc. XX

Séc. XIX/XX

Época Medieval, pós Séc. XV

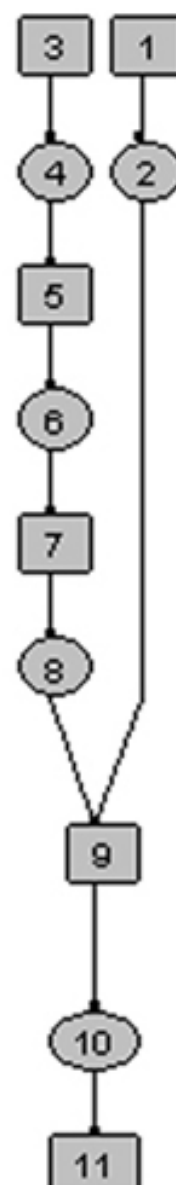
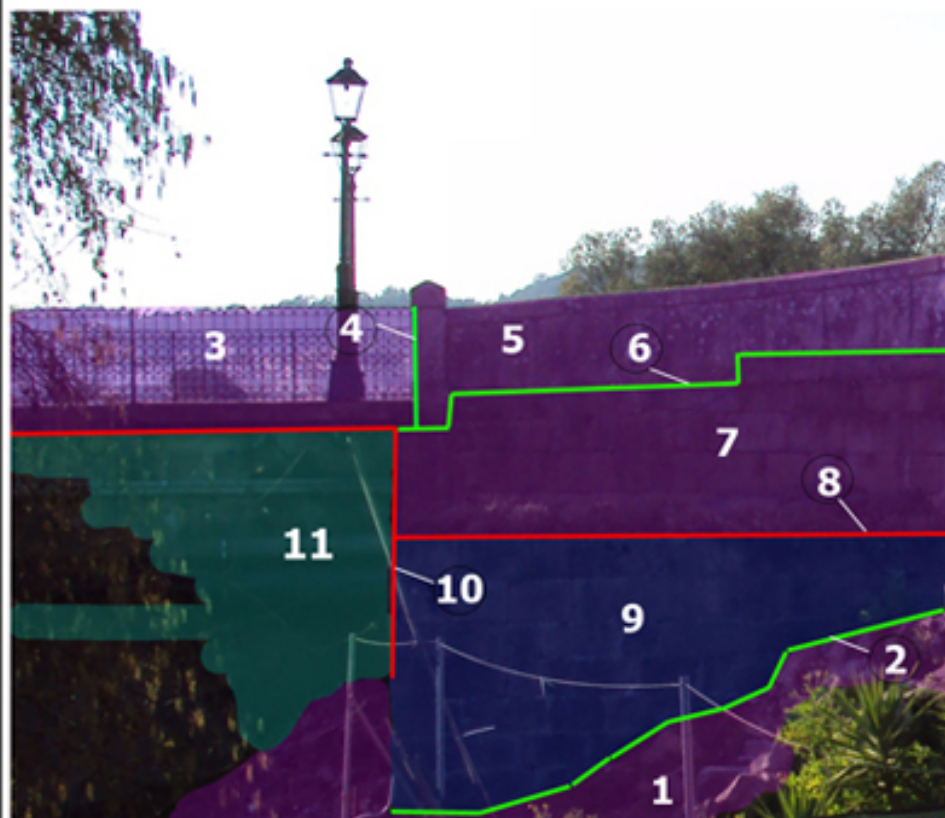
Séc. XIV





## Sítio TP-01: Alçado Este

Diagrama:



Legenda:

— Interface de ligação  
— Interface de ruptura

Séc. XIX/XX

Época Medieval, pós Séc. XV

Séc. XIV





Ficha Nº: 2

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

O sítio corresponde a uma zona de miradouro sobre o rio. O paramento que agora serve de muro de contenção situa-se no seguimento da Torre da Ponte. A análise foi efectuada pelo facto de o alçado Sul poder conter reminiscências do pano Sudeste da muralha. Durante a intervenção de campo o paramento em questão revelou possuir um horizonte pluriestratificado, justificando uma análise mais aprofundada.

Dos diferentes momentos identificados, o mais recente corresponde à UE 1. Um sistema de canalização de água, cuja estrutura preenche um interface de ruptura (UE 2) com a UE 13. A UE 3, uma aplicação de betão como pavimento encontrava-se a preencher o interface de ruptura (UE 8) proveniente da demolição ocorrida ao nível da estrutura da muralha. Num local diferente registamos outro pavimento (UE 4), igualmente em betão, relacionado com o socalco através de um interface de ligação (UE 5).

No grupo que constitui uma segunda fase enquadrada entre os séculos XIX e XX, registamos a UE 6. Apresentada sob a forma de socalco, encontrava-se relacionada ao muro de contenção por um interface de ligação (UE 7). Na continuidade da sequência registamos uma estrutura de canalização, a UE 8, que posteriormente terá sido substituída pela UE 1. Possuía um interface de ruptura (UE 9) com a UE 15. No quadrante Este verificamos a existência de uma interface de ruptura (UE 10). Observado ao nível da estrutura da muralha, foi interpretado como um produto da demolição de alguma edificação. Na parte superior do muro, a UE 11 configurava o remate superior do muro de contenção. Preenchia o interface de ruptura (UE 12), efectuado ao nível da UE 13. Esta última, um arranjo no muro de contenção possivelmente relacionado com a construção do edifício do século XIX. Da mesma forma, possuía um interface de ruptura (UE 14) com aquilo que parece ser um arranjo, ou uma reconstrução da estrutura da muralha, a UE 15. Na sequência, prosseguia um interface de ruptura (UE 16) preenchido pelo remate superior do muro de contenção e resultado da demolição da Torre da Ponte. Este remate possui um interface de ligação com o muro de contenção identificado como U E 19. Um aparelho de cantaria, com silhares rectangulares de média dimensão e bastante regularidade, que preenche o interface de ruptura resultante da demolição da Torre da Ponte.

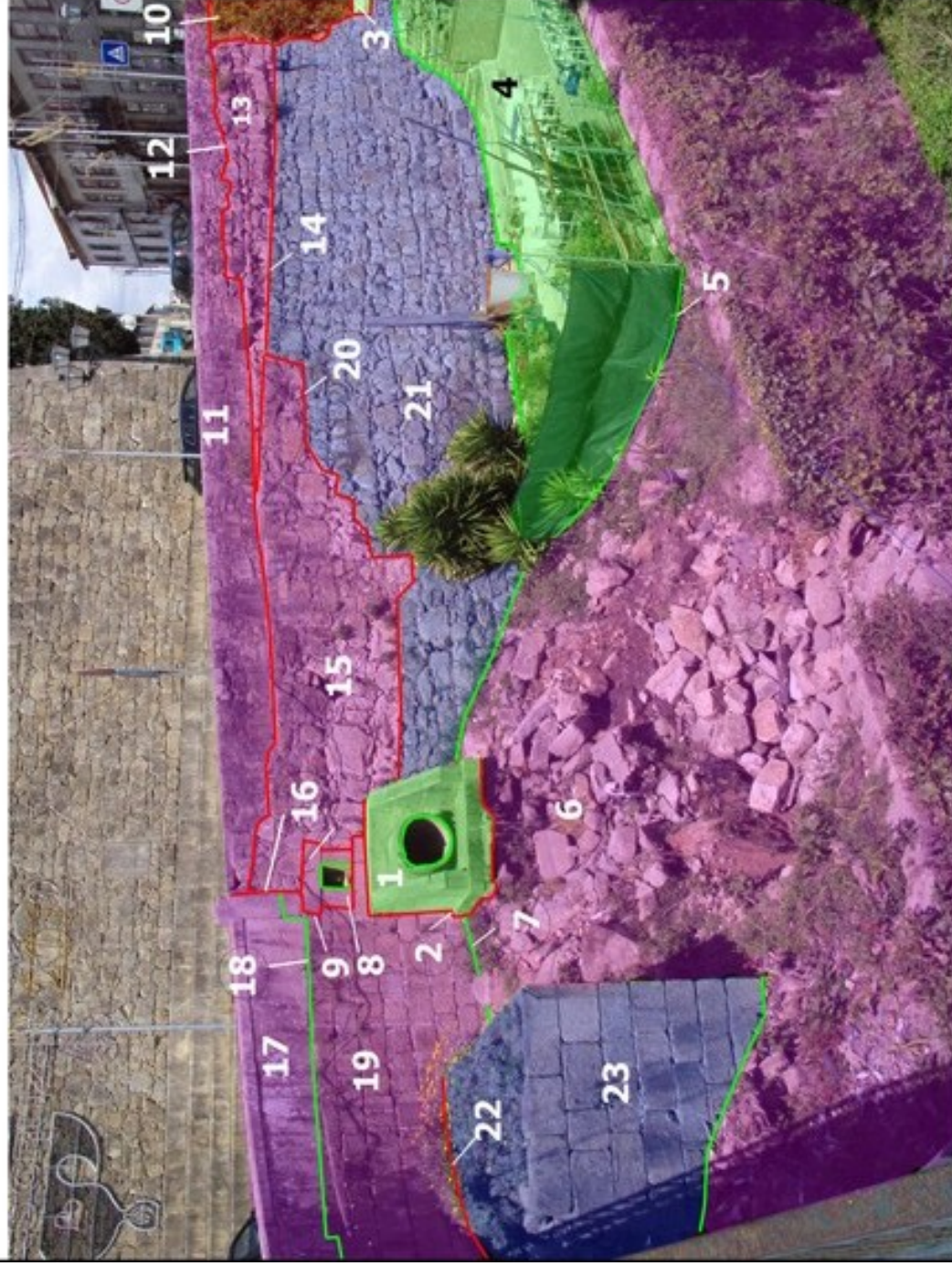
Entrados na última fase, relativa ao período medieval, registamos um segmento do pano Sudeste da muralha.

Comportava um aparelho em alvenaria, silhares irregulares em granito, de média dimensão e argamassa argilosa de cor amarelada. A última unidade estratigráfica identificada dizia respeito às fundações da Torre da Ponte, identificadas pela UE 22.

Bibliografia:



# Sítio D1-02: Alçado Sul



Legenda:

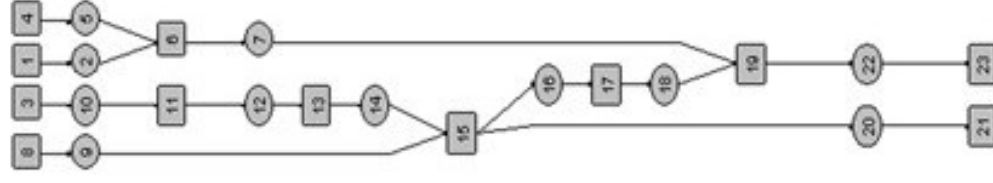
Interface de ligação  
Interface de ruptura

2ª metade Séc. XX

Época Medieval, pós Séc. XV

Séc. XIX/XX

Diagrama:

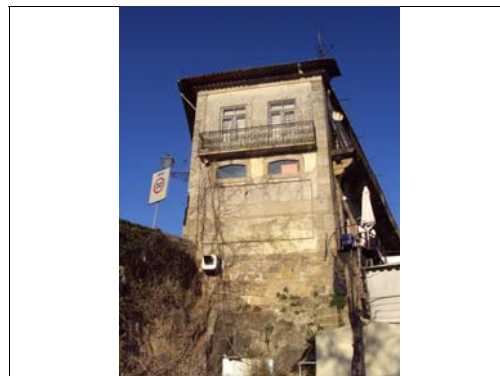




Ficha Nº: 3

ID\_sit: 31

Fotos:



Sítio: Estabelecimento Comercial

Acronimo: D1-02

Localizacao: Rua Fernando de Magalhães

Quarteirao: D-1

Freguesia: Barcelos

Tipo: Pano de muralha

Concelho: Barcelos

Cronologia: Séc. XV, XIX e XX

Descricao:

O local compreende a existência de uma edifício do século XIX, colocando-se a necessidade de perceber a existência de remeniscências da estrutura da muralha, de forma a ser possível compreender o seu traçado com exactidão. A leitura efectuada revelou que a fachada Sul do edifício se encontra a sobrepor a cerca medieval. O local possibilitou uma vista em secção do paramento possivelmente pertencente à muralha. A leitura permitiu identificar como momento mais recente, enquadrado nas acções da segunda metade do século XX, uma espécie de socalco. Possuía um gradeamento associado à UE 9 através de um interface de ligação (UE 2).

A segunda fase, onde colocamos as acções do século XIX e XX, contabiliza primeiramente a UE 3. Um remate, com aparelho em alvenaria, no local da secção do paramento da muralha. A demolição terá ocorrido no século XX, dando lugar a um interface de ruptura (UE 4). A UE 5 correspondia ao edifício construído no século XIX assente, através de um interface de ligação (UE 6), em lajes de granito que formava a U E 7. Um remate superior onde assenta o edifício do século XIX, UE 7. A fechar este segundo momento, encontramos outro interface de ligação, a UE 8. Estabelece a ligação com um socalco, possivelmente contemporâneo da construção do edifício e que encostava à estrutura da muralha através da UE 10.

No último momento incluía-se a estrutura da muralha, UE 11, materializada por um pequeno ponto de inflexão do pano Sudeste. No entanto, foi possível observar a existência de um aparelho em cantaria com silhares em granito de média dimensão.

Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982; Fonseca, 1938; Trigueiros et al, 1998

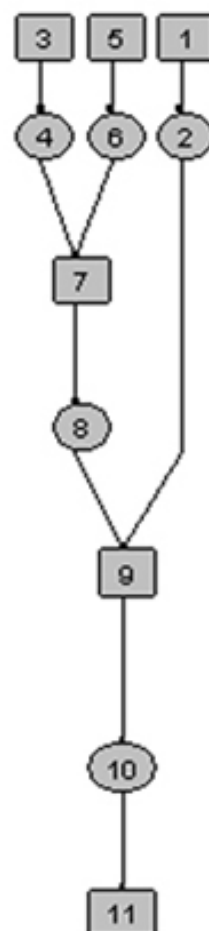




## Sítio D1-03: Alçado Oeste



Diagrama:



Legenda:

— Interface de ligação  
— Interface de ruptura



2ª metade Séc. XX



Época Medieval, pós Séc. XV



Séc. XIX/XX

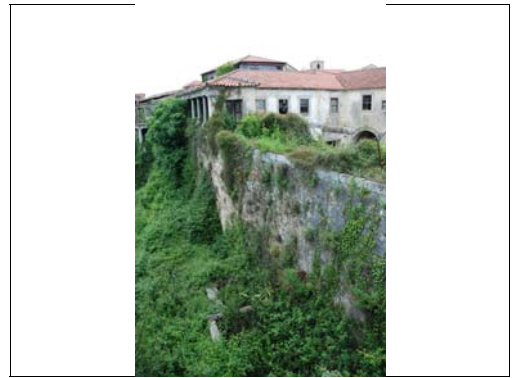




Ficha Nº: 4

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Numa das habitações da Rua Fernando de Magalhães, a Casa do Conde de Vilas-Boas foi construída no século XVII, ocupando parte do Pano Sudeste da muralha. Nesta parcela, foi possível indentificar um troço da muralha, aparentemente em bom estado de conservação. Tratava-se de um troço do pano Sudeste. Do que pudemos observar possuía um aparelho em alvenaria com silhares em granito de media dimensão, com argamassa argilosa e cor amarelada. Foi possível observar que pelo menos a parte superior, a estrutura sofreu alterações, uma vez que a zona possivelmente correspondente ao adarve da muralha, revelou estar a sustentar uma varanda, que ostentava colunas de estilo clássico/neoclássico. No restante troço, pudemos verificar a existência de um canteiro e de uma zona de circulação.

No topo Este, encontrava-se uma torre de pequena dimensão, com a parte superior ao mesmo nível da muralha. Na parte superior terá sofrido também alterações, uma vez que na representação de Duarte d'Armas surgia associada ao Postigo do Pessegal, possuindo uma elevação maior do que o pano de muralha.

Devido à complexidade, logística e estado de conservação do local não foi possível efectuar leituras estratigráficas. No entanto, pudemos reitrar alguns apontamentos. Quanto à face interna da muralha, o troço que pudemos observar registamos uma destruição parcial da estrutura na zona onde se encontra adossada a Torre do Pessegal. Neste local foi possível observar a existencia de um derrube da estrutura da muralha, estando agora visível em secção, observando-se as duas faces e o interior. As faces traduziram as características comuns aos troços indentificados. Apresentavam aparelhos em alvenarias, silhares em granito de média dimensão e argamassa argilosa de cor amarelada. O interior era constituído à base de pedra miúda e argamassa.

Quanto à torre, Os alçados Oeste, Sul e Este possuem características idênticas ao nível da face exterior. A estrutura revelou um aparelho semelhante ao da muralha com uma alvenaria irregular com silhares em granito de media dimensão. Na base foi possível verificar que a estrutura assentava directamente na rocha.

Quanto à forma como a estrutura da muralha evoluiu, de uma perspectiva tipológica, tendo a noção da complexidade que as reformulações devem atingir neste local, uma visão superficial e meramente tipológica permitiram distinguir quatro fases.

A primeira e mais recente diz respeito às acções de conservação e reforço estrutural. Em vários pontos foi visível a utilização de betão a reforçar os paramentos, bem como a existência de coberturas em chapa de zinco, nos locais onde os paramentos se encontravam mais expostos aos efeitos climáticos.

Um segundo momento pareceu traduzir uma ampliação do século XIX. O tipo de cunhal que é possível Observar na parte superior do quadrante Oeste sugerem uma ampliação deste período, possivelmente para a instalação de uma cozinha. O terceiro momento diz respeito à construção da casa. Datada do século XVII, são visíveis elementos de tendência clássica, nomeadamente ao nível da sacada que envergava um conjunto de colunas.

O quarto momento dizia respeito à construção da muralha, datada do século XV, englobando todo o troço que percorria a parcela, de Oeste a Este, incluindo a torre do postigo do Pessegal (D1-03).

Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982; Flores, 1999; Fonseca, 1938; Trigueiros et al, 1998;



Ficha Nº: 5

ID\_sit: 34

Fotos:



Sítio: Postigo do Pessegal

Acronimo: D1-04

Localizacao: Travessa do Pessegal

Quarteirao: D-1

Freguesia: Barcelos

Tipo: Postigo de Muralha

Concelho: Barcelos

Cronologia: Séc. XV, XX

Descricao:

O Postigo do Pessegal integrou uma das aberturas originais do sistema defensivo do século XV. A ilustração que Duarte d'Armas realizou nos inícios do século XVI, supõe a existência de um postigo, guardado por um torreão e que dava acesso a uma passagem guardada por uma segunda cortina, de menor dimensão, que se estendia paralelamente para Este. Esta cortina estendia-se também para Sul sob a forma de uma “manga” em curva, transversal ao pano Sudeste da muralha, tomando a direcção ao rio.

Das primeiras referências documentais, apenas podemos aferir que se tratava de uma abertura de carácter secundário. O alçado Este apresentou essencialmente três momentos dis. ntos. No momento mais recente, enquadrável a par r da segunda metade do século XX, as acções identificadas traduziram-se pelo pavimento em betão, no local do antigo complexo das piscinas municipais. Esta unidade estratigráfica encontrava-se a preencher o interface de ruptura EU 2. A EU 3 representou uma remanescência de uma construção ou de um equipamento adossado ao paramento do socalco. Encontrava-se adossada a este, através de um interface de ligação (EU 4). A EU 5 materializou um enchimento, com pedra miúda, possivelmente como acção de consolidação do paramento do socalco com a rocha. Encontrava-se a preencher o interface de ruptura EU 6.

Entrando no segundo momento, situado entre o século XIX e XX, a EU 7 contemplou o enchimento do remate superior dos assentos, efectuado à base de pequenos elementos rectangulares. Encontravam-se relacionados pelo interface de ligação EU 8. A EU 9, o remate superior do socalco onde se incluíam os assentos ornamentados, apresentava a um carácter simples apenas com lajes de granito, excepto no local onde foram instalados pequenos varandins com assentos. Encontrava-se a preencher o interface de ruptura EU 10.

A EU 11 dizia respeito ao paramento do socalco. O aparelho era constituído por uma cantaria, ainda que pouco regular, devido à grande variação do tamanho dos silhares em granito. Estabelecia uma relação de ligação através de um interface (EU 12) com a parte inferior do paramento (EU 13), que apresentava algumas diferenças ao nível da constituição do aparelho. Do ponto de vista construtivo, não parece não ter existido nenhuma acção de ruptura. Possivelmente traduzia parte das fundações expostas, com silhares ainda menos regulares.

O interface de ligação EU 14 estabelecia a ponte com o momento menos recente, de cronologia medieval. A EU 15 traduziu o paramento Este do torreão do Postigo do Pessegal. Trata-se de um aparelho em alvenaria, com silhares em granito de média dimensão. Foi notória a utilização de betão na estrutura numa acção de sustentação. Encontrava-se implantada directamente na rocha, através do interface de ligação, a EU 16.

No alçado Sul a primeira unidade estratigráfica (EU 1) foi atribuída de forma a identificar o pavimento em betão resultante da requalificação do local, registando-se a sua presença em todos os segmentos. No segmento A identificamos acções de alteração ao nível das escadas (EU 2), que permitiam o acesso ao Postigo do Pessegal, com modificações nos degraus e pela colocação de um corrimão em metal, seguindo-se o respectivo interface de ruptura (EU 3). No segmento D registamos uma sucessão de elementos a preencher parcialmente o interface de ruptura EU 23 e relacionados entre si pro um interface de ligação. A EU 4 representou um pilar em betão, cujo interface de ligação EU 5 o relacionava com a EU 8. De forma semelhante, a EU 6 traduziu uma escada de acesso ao caminho do logradouro mais a Este, que também possuía um interface de ligação (EU 7) com a EU 8. Esta última configurou uma espécie de soco com um aparelho em alvenaria, com elementos de granito de pequena dimensão e que possui a um interface de

ligação (EU 9) com a EU 10. Esta estrutura apresentou características semelhantes em termos de composição com a U E 8. No entanto, pareceu traduzir o arranque de um muro.

No segmento B, verificou-se a existência de um cunhal e remate superior (U E 11), efectuados no caminho de acesso ao logradouro situado mais a Este. Tratava-se de um aparelho em alvenaria com elementos de granito de pequena dimensão e que se encontrava a preencher o interface de ruptura EU 22.

Ao nível do paramento também se registaram acções dentro deste período. No segmento D, pudemos identificar uma estrutura de escoamento (EU 14) que preenchia o interface de ruptura EU 15, ao nível do paramento EU 16. Este último apresentou um aparelho em alvenaria, silhares em granito de média dimensão e encontrava-se a preencher o interface de ruptura EU 21. Na parte superior do mesmo segmento, observamos a existência de uma reparação do remate do paramento, identificada com EU 13. As suas características mostraram um aparelho em cantaria, com silhares de granito de talhe bastante regular. Encontrava-se a preencher o interface de ruptura EU 14. Nos segmentos B,C e D identificamos uma acção semelhante pela U E 17, diferenciando-se apenas pelo tipo de aparelho em alvenaria e por preencher o interface de ruptura EU 18. No seguimento, foi identificada uma acção materializada pela abertura (EU 19) que alberga uma porta de acesso ao logradouro situado a Este e preenchia um interface de ruptura (U E 20).

No plano inferior situavam-se duas estruturas (U E 21 – segmentos B,C e D; EU 22 – segmento A), provavelmente subsidiárias do caminho que corria paralelo à muralha. Do que pudemos observar configuravam uma espécie de socalco com um muro de contenção com um aparelho em alvenaria, com silhares de granito de média/pequena dimensão. Em alguns pontos foi possível observar que possuía argamassa argilosa de cor amarelada, bem como diversos pontos onde o aparelho reformulado, possivelmente enquanto reparação. Estas estruturas podem eventualmente ter possuído alguma relação com o sistema defensivo medieval, conformando até apenas uma única estrutura, como é visível da representação de Duarte d'Armas. No entanto, não foi possível observar uma relação estratigráfica neste sentido à superfície e na planta de 1806 não se distinguiu a representação de uma estrutura deste tipo. Esta estrutura surge apenas na planta da DGEMN como parte integrante do sistema defensivo.

A fechar este momento registamos a existência de dois grandes interfaces de ruptura, provavelmente efectuados aquando da construção do antigo complexo das piscinas municipais. O primeiro (EU 23) estendia-se pelos segmentos B,C e D e resultou da transformação do caminho adossado ao paramento numa espécie de rampa, de forma a permitir o acesso ao logradouro a partir de cota inferior. Esta acção veio no seguimento de outra ruptura (EU 24), expressa em todos os segmentos e que traduziu uma acção de nivelamento do terreno, que a avaliar pelas características geológicas do local seria algo escarpado.

O segundo momento consiste em todas as acções enquadradas entre o século XIX e XX. Os segmentos A e B exibiam algumas acções localizadas e uma série de reformulações do paramento. A EU 25 traduzia uma estrutura entaipada, provavelmente relacionada com o escoamento de água e preenchia o interface de ruptura EU 26. As acções de reformulação do paramento (EU's 27, 29, 31 e 33) preenchendo os respectivos interfaces de ruptura (EU's 28, 30, 32), possuíam características semelhantes. Os aparelhos eram constituídos por alvenarias com silhares de granito de média dimensão e uso de argamassa argilosa. No entanto, o aparelho com a EU 32 distinguia-se pela técnica construtiva empregada. O aparelho exibia filas de silhares de média dimensão alternadas com filas de elementos de menor dimensão. Técnica semelhante foi também observada no sítio D1-05, nos níveis atribuíveis ao século XVIII. A única diferença com este aparelho consiste na matéria-prima utilizada, ficando-se aqui só pelo granito.

Continuando com a sequência seguia-se outra estrutura de canalização (EU 34) a completar o interface de ruptura EU 35. Quanto à estrutura do Postigo do Pessegal (EU 36) supomos que conforme já uma reformulação da original. A estrutura assenta numa porta com lintel em arco perfeito, com aduelas em granito e ombreiras, também com silhares em granito e aparelho de cantaria.

O último grupo destinou-se a englobar todas as acções de cronologia medieval, relacionadas com a muralha. Neste âmbito registamos alguns aparelhos, cujas características evidenciavam a possibilidade de terem integrado a cerca. Foi tido em consideração aspectos como a técnica construtiva e os materiais utilizados. No segmento A destacamos esta possibilidade pela U E 38 e nos segmentos B,C e D pela EU 39.

#### Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982; Costa, 1706; Capela e Borralheiro, 1998; Ferreira, 1992; Flores,1999; Fonseca, 1938; Pereira, 1806; Vale, 1991;

## Sítio D1-04: Alçado Este

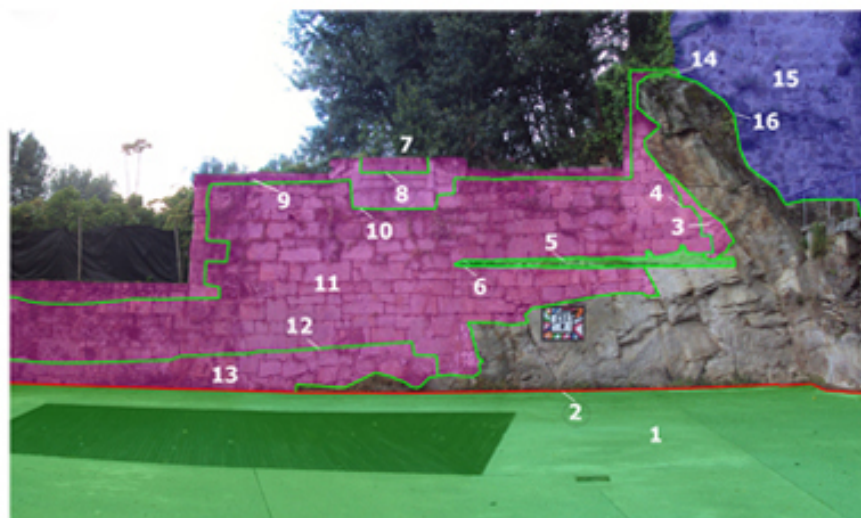
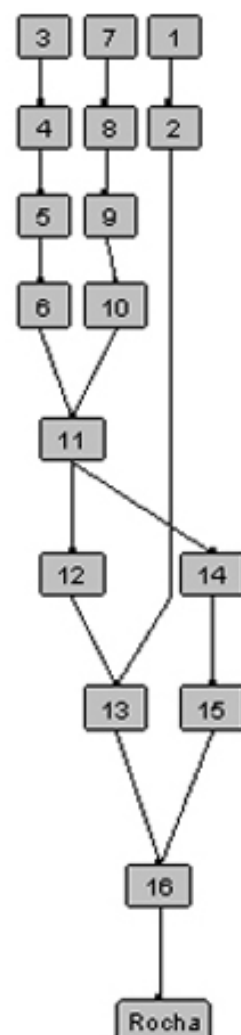


Diagrama:



### Legenda:

— Interface de ligação  
— Interface de ruptura

2ª metade Séc. XX

Época Medieval, pós Séc. XV

Séc. XIX/XX

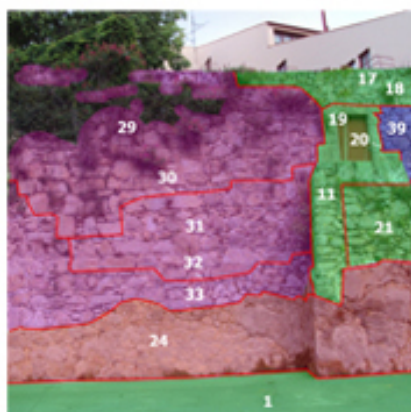


# Sítio D1-04: Alçado Sul

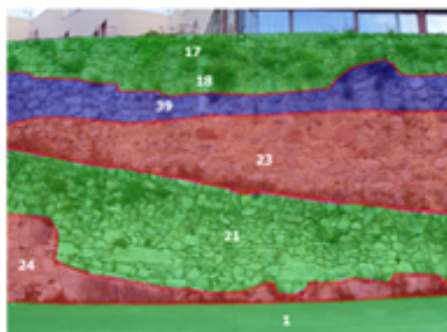
**A**



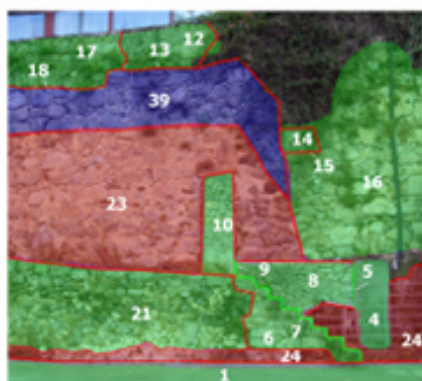
**B**



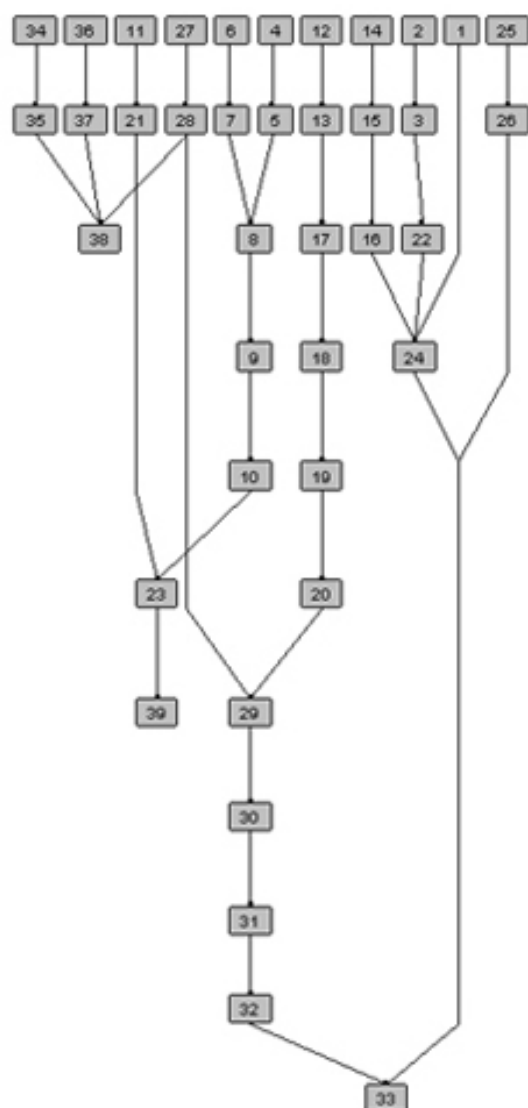
**C**



**D**




**Diagrama:**



**Legenda:**

 Interface de ligação  
 Interface de ruptura

 2ª metade Séc. XX

 Época Medieval, pós Séc. XV

 Séc. XIX/XX





Ficha Nº: 6

ID\_sit: 32

Fotos:



Sítio: Estabelecimento de Serviços

Acronimo: D1-05

Localizacao: Rua Fernando de Magalhães

Quarteirao: D-1

Freguesia: Barcelos

Tipo: Pano de muralha

Concelho: Barcelos

Cronologia: séc. XV, XVIII, XIX e XX

Descricao:

No muro de divisória da Casa do tanque, edificação do século XVIII, que separa a parcela da travessa do Pessegal, foi possível identificar e confirmar a existência de um longo troço de vestígios relacionados com o sistema defensivo medieval, bem como diferentes aparelhos e técnicas construtivas.

Antes de procedermos à leitura efectuada é necessário referir que durante a observação no campo, tornou-se visível o uso de betão em quase toda a estrutura. Dado o tipo de análise em questão, as argamassas recentes apenas foram contabilizadas quando associadas a acções de modificação ou distúrbio dos diferentes aparelhos, quer sob a forma de ruptura, quer sob a forma de ligação. Dada a grande dispersão e número de pequenas acções que foram sendo observadas por toda a estrutura, é necessário referir que apesar das cronologias atribuídas, há assim uma forte possibilidade de todos os aparelhos e diferentes fases identificadas tenham sido alvo de acções recentes.

Da leitura efectuada pudemos compilar um conjunto de informações sobre a evolução da estrutura. No primeiro conjunto de unidades estratigráficas, foram identificadas as acções de carácter mais recente. As UE's 1 e 2, no segmento F, traduziram o resultado da implantação de uma estrutura relacionada com o abastecimento de água, que preenchia o interface de ruptura provocado na UE 26. As Unidades 3 e 4, no segmento E, referem-se a um cunhal recentemente colocado como remate do muro de fachada da parcela para o Norte, a UE 3 e ao interface de ligação, UE 4, que possuía com o restante muro de divisória.

Tanto a UE 5, no segmento E, como a UE 7, no segmento D, referem-se a aparelhos de alvenaria com pedra miúda e argamassa, que representam possíveis reparações, preenchiam de forma respectiva os interfaces de ruptura, UE's 6 e 8. Já a UE 9, no segmento B, dizia respeito a uma porção de argamassa que se encontrava a ocupar o interface de ruptura UE 10, possivelmente destinado a receber equipamento de iluminação. A UE 11 alude ao pavimento da travessa do Pessegal, que exibía um lajeado em granito, comum a todos os segmentos. Possuía um interface de ligação com a estrutura da muralha, dado pela UE 12.

No segmento A, identificamos no topo do ponto de inflexão a UE 13. Uma possível reconstrução em forma de cunha, cujo resultado confere um aspecto saliente ao aparelho em cantaria, bem como uma diferença ao nível dos silhares usados. Esta UE contemplava um interface de ligação, UE 14, com a UE 15, que entendemos ser o remate superior do muro de delimitação. Estendia-se por todos os segmentos e era constituída à base de um aparelho em alvenaria com elementos de pequena dimensão e argamassa no remate superior. Estabelecia ainda o preenchimento da UE 16, um interface de ruptura ao nível da UE 18.

A fechar o leque de acções recentes, a UE 17, no segmento A, assumia-se como um interface de ruptura no aparelho da UE 18, provavelmente relacionado com o escoamento de águas pluviais. As UE's 18 e 20 pareceram traduzir acções de reconstrução e reforço da estrutura, respectivamente nos segmentos A, B e E. Pudemos observar a existência de um aparelho em alvenaria, com elementos de média dimensão e betão como reforço. É possível que traduzisse uma reconstrução da UE 26, preenchendo um interface de ruptura, a UE 19. Foi observada nos segmentos A e B. O mesmo tipo de acção, estava expresso na UE 20 do segmento E, onde o aparelho possuía características idênticas, bem como o mesmo tipo de interface, neste caso a UE 21.

Ao entrarmos numa segunda fase, enquadrável entre o século XIX e XX, a UE 21 surgiu-nos como o interface remate superior de um muro visível nos segmentos E e F. O muro, encontrava-se dividido pelo remate superior, UE 22, que

possivelmente configurava uma zona de circulação, e pelo paramento UE 24, estando unidos por um interface também de ligação (UE 23). O remate apresenta um conjunto de silhares rectangulares dispostos em fila. Pela disposição e lugar que ocupam, supomos que tenha havido uma deslocação da confrontação da parcela no sentido do largo do tanque, sendo que no século XIX, altura em que se abre a passagem da rua Fernando de Magalhães, traduzia o nível de circulação no largo. O muro ostenta um aparelho muito remexido, em alvenaria e como argamassa argilosa. O paramento encontrava-se a preencher o interface de ruptura UE 25.

Como terceira fase consideramos o período relativo ao século XVIII. A UE 28 estendia-se pelos segmentos A,B,C e D, figurando um muro possivelmente contemporâneo da construção da Casa do Tanque. Possui um aparelho com características bastante específicas. Uma alvenaria seca com um padrão construtivo de alternância, semelhante a um opus mixtum, onde fiadas de elementos de maior dimensão alternavam com fiadas de pequenos elementos. Em termos de materiais, foram usados elementos pétreos de natureza distinta, como granito e xisto entre outros. Achava-se como preenchimento de dois interfaces de ruptura (UE's 27 e 29).

Entrados na última e quarta fase, os segmentos D e E revelaram um pequeno ponto de inflexão no pano Este da muralha (UE 28). Apresentava um aparelho em cantaria, com silhares bem talhados e de média dimensão. No segmento A, situava-se outro ponto de inflexão, de maior dimensão e amplitude que o anterior. Tratava-se do ponto de transição do pano de muralha Sudeste para o pano Este. O aparelho era um trabalho de cantaria com silhares rectangulares bem talhados. Assentava parcialmente na rocha e exibia um interface de ligação, U E 31, com uma remanescência de um troço do pano Este da muralha (UE 32). Neste caso, compreendia um aparelho em alvenaria, com silhares de granito de média dimensão e argamassa argilosa amarelada. Ao nível do segmento A, era visível que a estrutura assentava na rocha tendo sido atribuído o interface de ligação (UE 35) que encerra a sequência estratigráfica. A leitura do alçado Sul é concordante com o observado no alçado Este. O momento mais recente traduz as acções de carácter recente. A primeira unidade estratigráfica (EU 1) estava relacionada com a aplicação de betão, enquanto preenchimento de um interface de ruptura (EU 2), destinado á instalação de um equipamento de iluminação efectuado ao nível da EU 15. Já a EU 3, configurava uma estrutura com um orifício. Encontrava-se a preencher o interface de ruptura (EU 4) aberto no muro identificado como EU 8. A EU 5 refere-se ao pavimento lajeado, de granito, que neste alçado se encontra a preencher um interface de ruptura (EU 6), observado ao nível da estrutura da muralha. A encerrar o grupo, seguiu-se um conjunto de reformulações no paramento. Referimo-nos à EU 7, um remate superior do muro, com um aparelho em alvenaria irregular e silhares em granito de média dimensão. Preenchia um interface de ruptura (EU 8), visível ao nível da unidade seguinte, a EU 9. Tal como no alçado Este, pareceu contemplar um arranjo do muro e preencher o interface de ruptura EU 10. Foi notório o uso de materiais recentes, como o betão, talvez como reforço e uma técnica construtiva em alvenaria com silhares em granito, de média dimensão e argamassados com betão.

De um segundo momento, entre o século XIX e XX, apenas foi identificado um sistema de escoamento de águas. Com instalação executada no paramento do século XVIII, possuía um enchimento (EU 11) que sobrepôs a estrutura (EU 13) e formou um interface de ligação (EU 12). Por último, encontrava-se o interface de ruptura, EU 14, para a colocação da estrutura. O terceiro momento, possivelmente relacionado com a construção da casa do tanque no século XVIII, diz respeito à EU 15. Contempla um aparelho em alvenaria seca, onde os elementos, de média dimensão e pequena dimensão, estão dispostos em fiadas alteradas. Traduz uma técnica semelhante ao opus mixtum. Os materiais usados era de natureza variada, entre os quais o granito e o xisto. O muro possuía um interface de ruptura (EU 16) com a EU 17, enquadrada na quarta e última fase identificada.

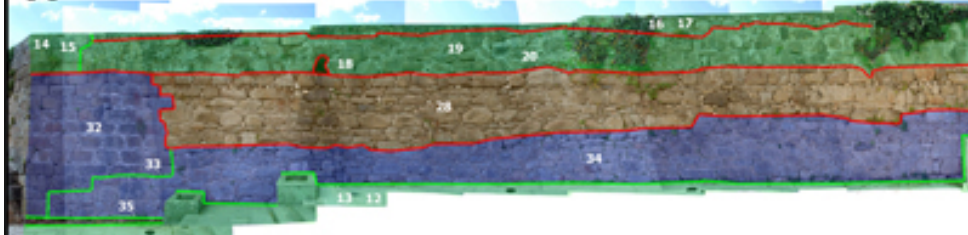
A EU 17 indicava o ponto de inflexão entre o pano Sudeste e Este da muralha. Exibia um aparelho em cantaria com silhares de média dimensão, em granito e com talhe bastante regular. Nas três filas inferiores é possível observar uma espécie de ressalto, possivelmente traduzindo uma forma de travamento da estrutura. Esta unidade estratigráfica encontrava-se relacionada através de um interface de ligação (EU 19) ao aparelho do pano Sudeste da muralha, a EU 19. O aparelho resumiu-se a uma pequena porção de alvenaria, semelhante ao identificado nos outros locais da cerca medieval. Silhares de média dimensão e argamassa argilosa amarelada. Por último, resta referir um interface de ligação (EU 20) que traduziu o assentamento da estrutura no afloramento rochoso em xisto.

#### Bibliografia:

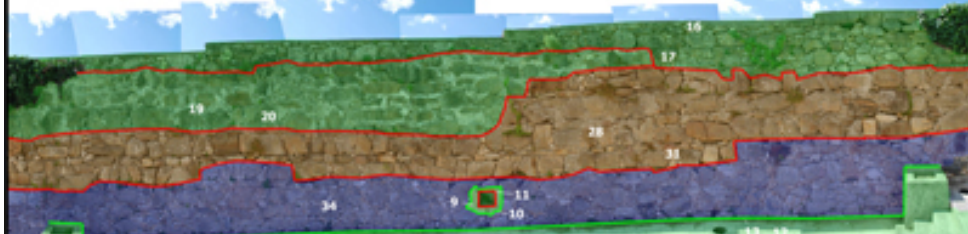
Almeida, 1990; Basto, 1982; Fonseca, 1938; Trigueiros et al, 1998

# Sítio D1-05: Alçado Este

**A**



**B**



**C**



**D**



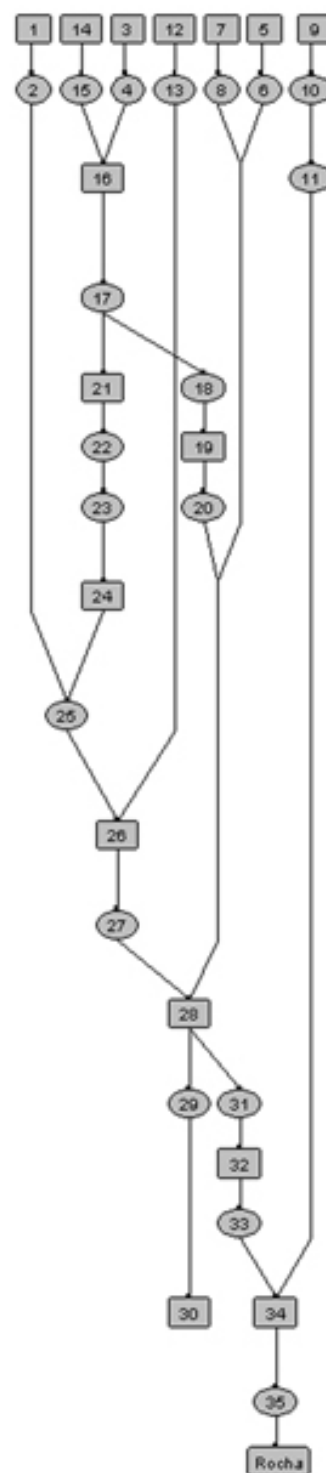
**E**



**F**



**Diagrama:**



**Legenda:**

— Interface de ligação  
— Interface de ruptura

2ª metade Séc. XX

Século XVIII

Séc. XIX/XX

Época Medieval, pós Séc. XV





Sítio D1-05: Alçado Sul

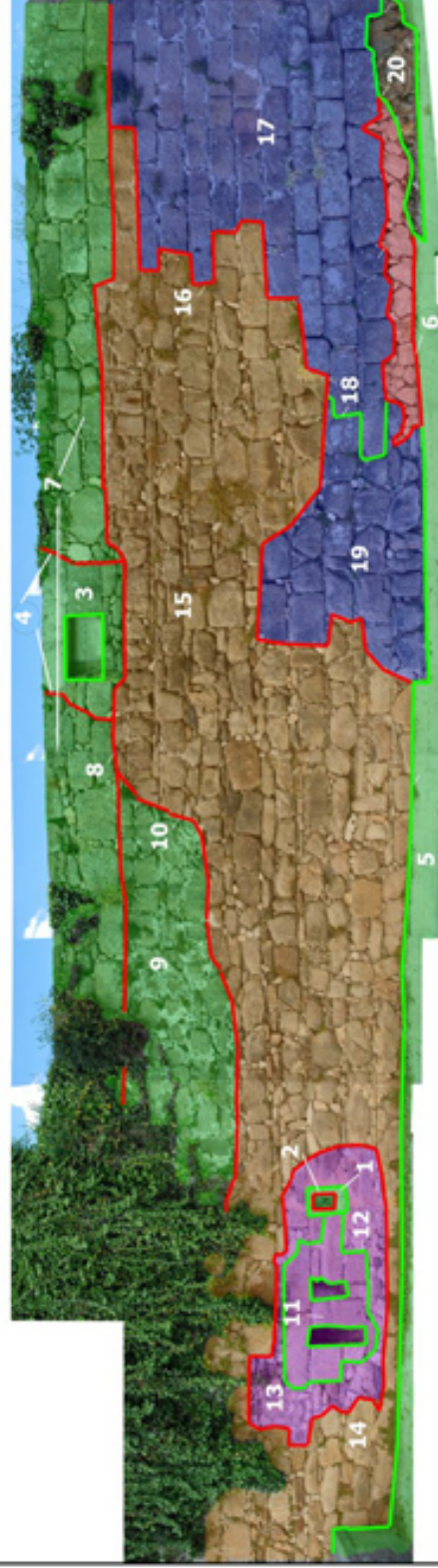
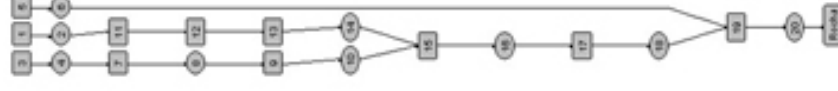


Diagrama:



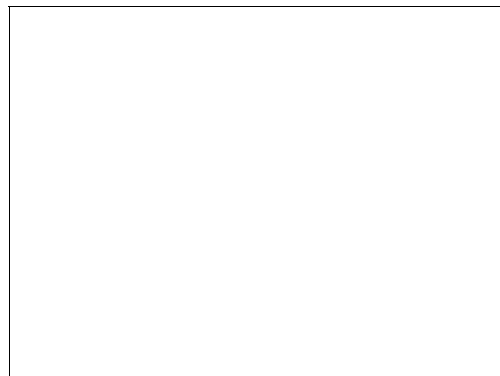
- Legenda:
- Interface de ligação
  - Interface de ruptura
  - 2ª metade Séc. XII
  - Séc. XII/XIII
  - Séc. XIII
  - Séc. XIII
  - Séc. XIII
  - Interface de demolição da muralha Séc. XII
  - Séc. XIII
  - Epoca Medieval, pós Séc. XIV



Ficha Nº: 7

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

O Postigo da Vinha Velha estava localizado no alinhamento da Travessa da Vinha Velha. Não contempla uma das portas originais da muralha medieval. A sua abertura terá ocorrido durante o século XVII, em 1635. Da sua demolição não resta qualquer evidência para podermos proceder uma análise, no entanto, com base nas fontes documentas e fotográficas, supomos que terá ocorrido nos finais no século XIX, ou seja, já na fase de transição do século XX.

Bibliografia:





Ficha Nº: 8

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Alvo de uma intervenção arqueológica, justificada pela derrocada de parte da muralha devido aos efeitos climáticos, foi possível perceber que o paramento existente no local ao contrário do que é comumente referido, não configura um troço da estrutura original da muralha, apesar de possuir o mesmo alinhamento. De facto, parece tratar-se de uma reconstrução que aproveita reminiscências da estrutura da muralha, mas com o objectivo de servir como remate. Não obstante, a intervenção permitiu perceber a existência de uma reminiscência de uma estrutura, essa sim passível de ser relacionada com a muralha.

Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982; Brochado, 2004; Fonseca, 1938;



Ficha Nº: 9

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Num edifício atualmente afeto à prestação de serviços, foi possível identificar, contiguamente à sua fachada virada a Sul, uma secção da muralha, onde se pode observar a existência de edifícios adossados de ambos os lados. Em termos característicos, é possível observar-se o miolo da estrutura da muralha e parte da sua face. Este troço configura o local onde em 2001 ocorreu uma derrocada que veio a justificar uma intervenção arqueológica no local. Neste ponto, temos uma visão completa da estrutura da muralha em secção, confirmando assim que a estrutura da cerca medieval se mantém envolvida pelo edificado, que adossa à mesma em ambos os lados.

Segundo a leitura efectuada a fase mais recente traduz-se por um muro, UE 1, que comporta uma construção recente que veio substituir o muro de contenção que ruiu em 2001 devido à pluviosidade. Este muro relaciona-se com a estrutura da muralha através do interface de ruptura, UE 2. Uma segunda fase, inserível no século XX, diz respeito a uma construção situada no lado interior do perímetro da muralha, a EU 3, adossada à estrutura da muralha através do seu interface de ligação, EU 4. Esta acção construtiva não consta da planta do século XIX.

Da planta consta sim a existência de construções adossadas pelo exterior do perímetro amuralhado. Neste caso verifica-se a existência do paramento de um prédio, a EU 7 e do seu interface de ligação à estrutura da cerca, a EU 8. Tal como verificado no sítio RFBB-08, também se verifica uma reutilização da parte superior da muralha, traduzido pela EU 5, que se refere à varanda e ao interface de ruptura, EU 6, verificável ao nível da estrutura da muralha.

Como última fase, de cariz medieval, situa-se a estrutura da muralha, EU 9, sendo visível a totalidade da sua secção, desde os aparelhos de cada face, bem como todo o seu interior, onde as características não diferem do que tem vindo a ser referido

Bibliografia:



Parcela A9-09 - Secção Sul

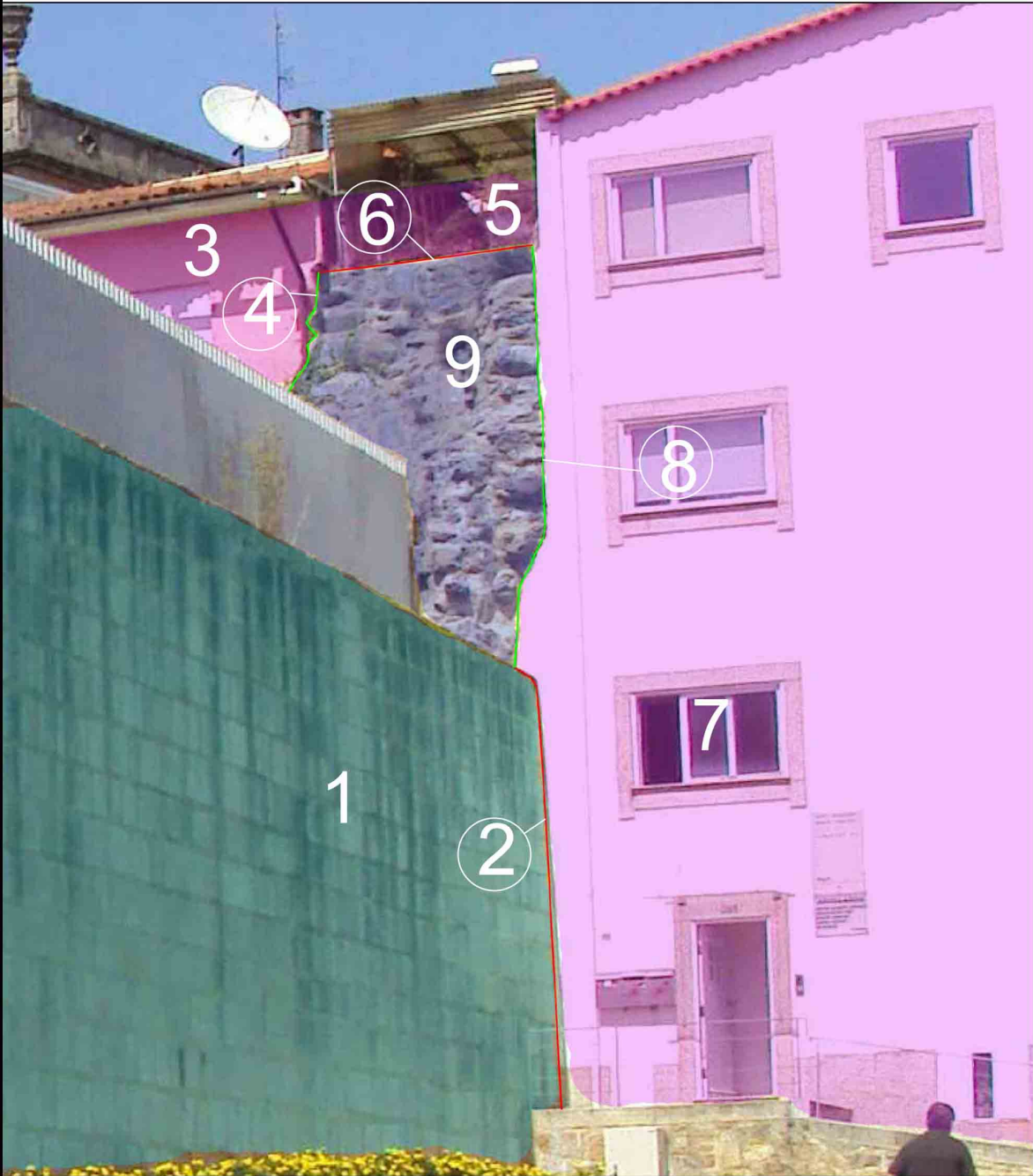


Diagrama:



Legenda:

- Interface de ligação
- Interface de ruptura



Séc. XXI



Séc. XIX/XX



Época Medieval, pós Séc. XV



Ficha Nº: 10

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Num edifício de reformulação recente foi possível identificar através de uma saliência que conforma o efeito de uma clarabóia, um paramento da muralha a sustentar um terraço. Trata-se de uma estrutura que possui um aparelho irregular de silhares de média dimensão, que vão alternando entre talhes mais rectangulares e mais angulados. Da leitura estratigráfica pudemos também individualizar algumas acções distintas. A UE 1, traduz uma fase mais recente, pelo menos do século XX, sob a forma do betão que surge a reforçar tanto a estrutura da muralha, como um paramento adjacente. A UE 2 refere-se ao aproveitamento da parte superior da muralha como varanda, possuindo uma relação de ruptura com a muralha através do interface representado pela UE 3. Quanto às UE's 4 e 5, traduzem o conjunto formulado pelo paramento (UE 4) que adossa à estrutura da muralha, bem como pelo respectivo interface de ligação, a UE 5. No entanto, relativamente à reutilização da parte superior da muralha e do paramento adossado, temos que evidenciar que possuem materiais recentes. Não obstante, estas já podem ser alterações com origem pelo menos no século XVIII, uma vez que no século XIX esta zona da muralha já conhece o processo construtivo bastante denso. Neste caso, a colocação no século XIX torna-se mais viável pelo tipo de aparelho que o paramento (UE 4) evidencia, não podendo ser feita a mesma análise, por exemplo, para a U E 3 do sítio anterior. Como fase menos recente, a estrutura da muralha, a UE 6, apesar de conter bastante betão é possível perceber a existência de um aparelho consistente com as descrições que têm vindo a ser efectuadas para o sistema defensivo medieval

Bibliografia:





Parcela A9-08 - Alçado Sul



Diagrama:



Legenda:

- Interface de ligação
- Interface de ruptura



Séc. XIX/XX



Época Medieval, pós Séc. XV



Ficha Nº: 11

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Num edifício atualmente em remodelação, foi possível observar no seu paramento Oeste um segmento da muralha. Mais propriamente, referimo-nos a um paramento com um aparelho irregular, com silhares em granito de média dimensão, onde ainda se pode também observar restos de argamassa de cor amarelada. Trata-se de uma reutilização da muralha como elemento estrutural. Contrastando com uma parede em betão que está no seu seguimento, não aparenta ter sofrido grandes alterações ou aplicação de argamassa recentemente.

Das diferentes fases contrutivas, a fase mais recente, enquadrável já no decorrer do século XX, parece ser o reboco que cobre a muralha, UE 1, que se associa de forma direta à estrutura medieval através do seu interface de ligação, a UE 2. De seguida, observamos a existência de um paramento que divide a parcela e que pelo que foi possível verificar apenas podemos enquadrar também no século XX. Embora possamos admitir que possa ter origem anterior, esta acção representada pela UE 3, a estrutura e pelo seu interface de ligação, a UE 4, as características visíveis apenas mostram pertencer à construção de um prédio de carácter recente.

Bibliografia:



## Parcela A9-07 - Alçado Sul

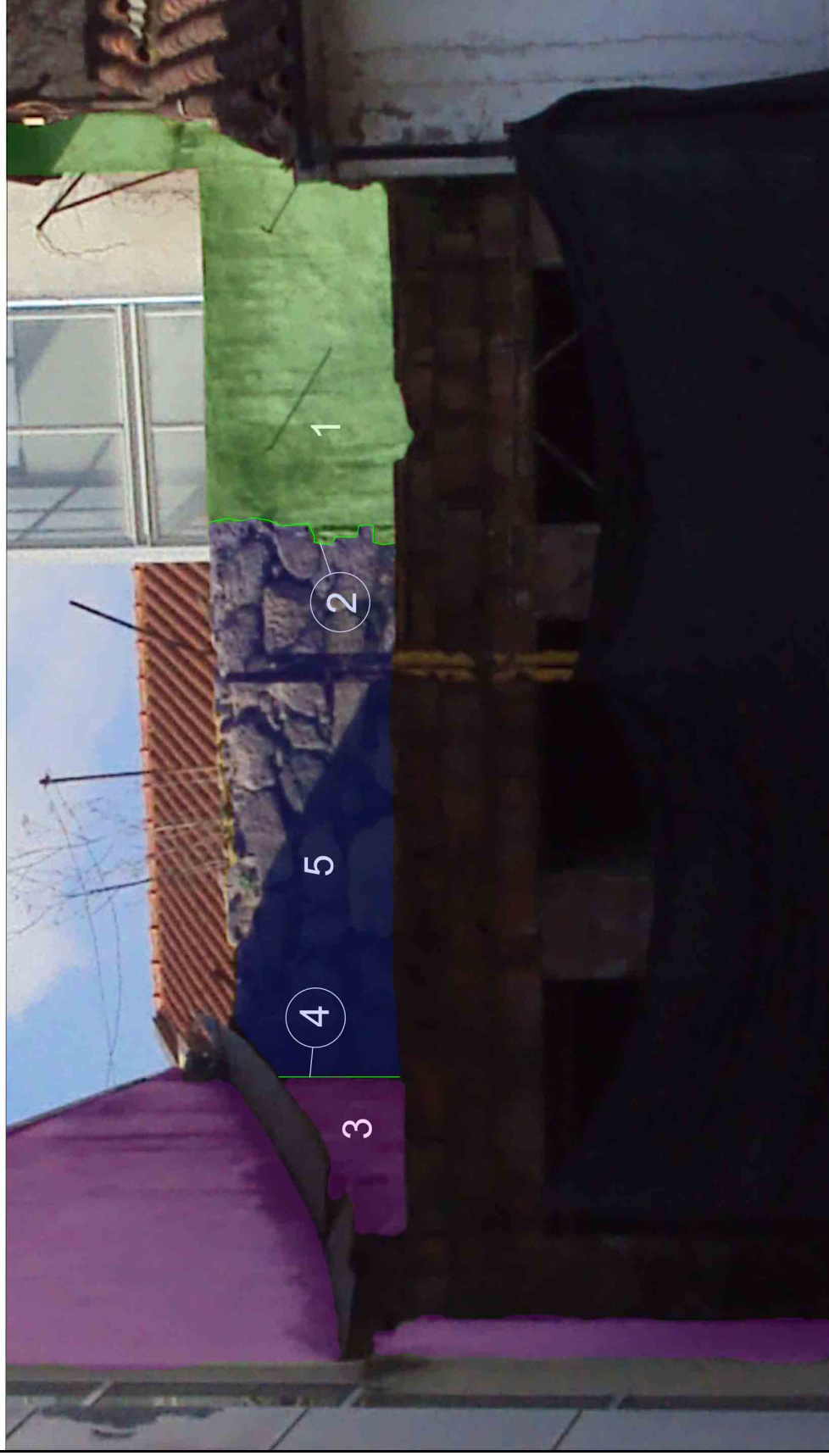


Diagrama:



Legenda:

Interface de ligação

2ª metade Séc. XX

Séc. XIX/XX

Época Medieval, pós Séc. XV



Ficha Nº: 12

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Num estabelecimento comercial sito no Largo do Apoio, antiga Rua da Calçada, pudemos observar a existência de evidências relacionadas com a muralha. Uma das divisões interiores, estendendo-se longitudinalmente em relação à fachada, apresentou ao nível do teto aquilo que pensamos ser um aproveitamento da muralha. Pensamos tratar-se de um compartimento aberto no interior da estrutura da muralha, ficando o miolo visível ao nível do teto, reforçado com algum betão. A secção abarca todo o tecto do compartimento, coincidindo a sua largura com os 3m da muralha e o seu comprimento atingindo aproximadamente os 6m. Constitui igualmente um segmento do pano Nordeste e é coincidente com o terraço referido no sítio A9-03.

De acordo com a leitura efectuada podemos afirmar que apenas se verificou a existência de dois momentos bem distintos. O primeiro, traduzido pelas UE's 1 a 3, diz respeito aos paramentos do compartimento (UE 1), que para todos os efeitos e até onde conseguimos apurar pertencem ao século XX. Da mesma forma, a este período temos que atribuir ainda o interface de ruptura (UE 2) provocado na muralha pela construção já referida. Para completar esta fase, temos evidenciar a existência de betão (UE 3) que se encontra a reforçar a estrutura da muralha.

Bibliografia:





## Parcela A9-04 - Teto

Diagrama:



Legenda:

— Interface de ruptura



2ª metade Séc. XX



Época Medieval, pós Séc. XV



Ficha Nº: 13

ID\_sit:

Fotos:

Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Concelho:



Tipo:

Cronologia:

Descricao:

No largo da Porta nova, no local da antiga Rua da Calçada e precisamente na Casa da Calçada, edifício atribuível ao século XVIII, pudemos constatar a existência de um terraço superior que se estende no sentido Oeste-Este, por cima de parte dos restantes edifícios. A delimitar a parte Este do terraço observamos uma possível secção da estrutura da muralha.

Apesar de contemplar um revestimento de argamassa, a sua morfologia evidencia os elementos pétreos, tornando assim num plano com cerca de 2,5m de largura. Tendo em consideração o observado, a presença deste vestígio leva a considerar que o próprio terraço se sobrepõe à estrutura da muralha, tal como a própria morfologia do quarteirão evidencia ser um segmento do pano Nordeste.

Bibliografia:



Ficha Nº: 14

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

As atuais instalações do Banco Totta conferem hoje um espaço que aglutinou uma série de antigas parcelas, desde a que se encontra no Largo Dr. José Novais contiguamente à Torre de Cimo de Vila e que se estende, pela parte interior do quarteirão, até ao piso térreo da Casa da Calçada. Esta nova parcela, configurando um “L”, permite pelo seu interior a ligação entre a Rua Faria Borges e o Largo Dr. José Novais. No seu espaço interior, é então possível observar parte do troço Este da muralha, proveniente da Torre de Cimo de Vila. Em termos de características, é possível observar que a remodelação mais recente do banco pôs a descoberto um grande segmento da estrutura medieval. Mais propriamente trata-se de um troço de muralha, com um aparelho irregular e juntas rebocadas. No paramento é possível observar-se duas aberturas, uma pequena porta, retangular, com lintel ligeiramente arqueado. Outra abertura diz respeito a uma grande abertura em arco alongado. Nesta abertura é possível o interior do arco encontra-se rebocado, sendo apenas possível verificar os elementos pétreos da face.

A leitura que foi possível efetuar demonstrou existirem diferentes fases construtivas que consideramos necessário evidenciar. A fase mais recente, indubitavelmente datável já da segunda metade do século XX, traduz-se pelas primeiras cinco unidades estratigráficas desta sequência. A UE 1, diz respeito ao suporte do piso superior, que adossa à muralha por um interface de ligação, UE 2. Já a UE 3, traduz-se pelo betão usado para reforçar tanto a parte original como a reconstrução da muralha, verificável em todo o paramento.

Tendo o edifício sido alvo de uma reformulação recente que afetou diretamente a estrutura da muralha, a ação materializa-se pela existência de um interface de rutura, a UE 4, entre a reconstrução da muralha, a UE 5, e a muralha cujo aparelho nos parece indicar tratar-se do original, a UE 8.

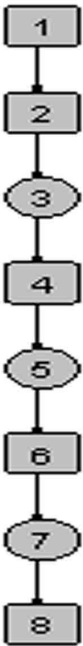
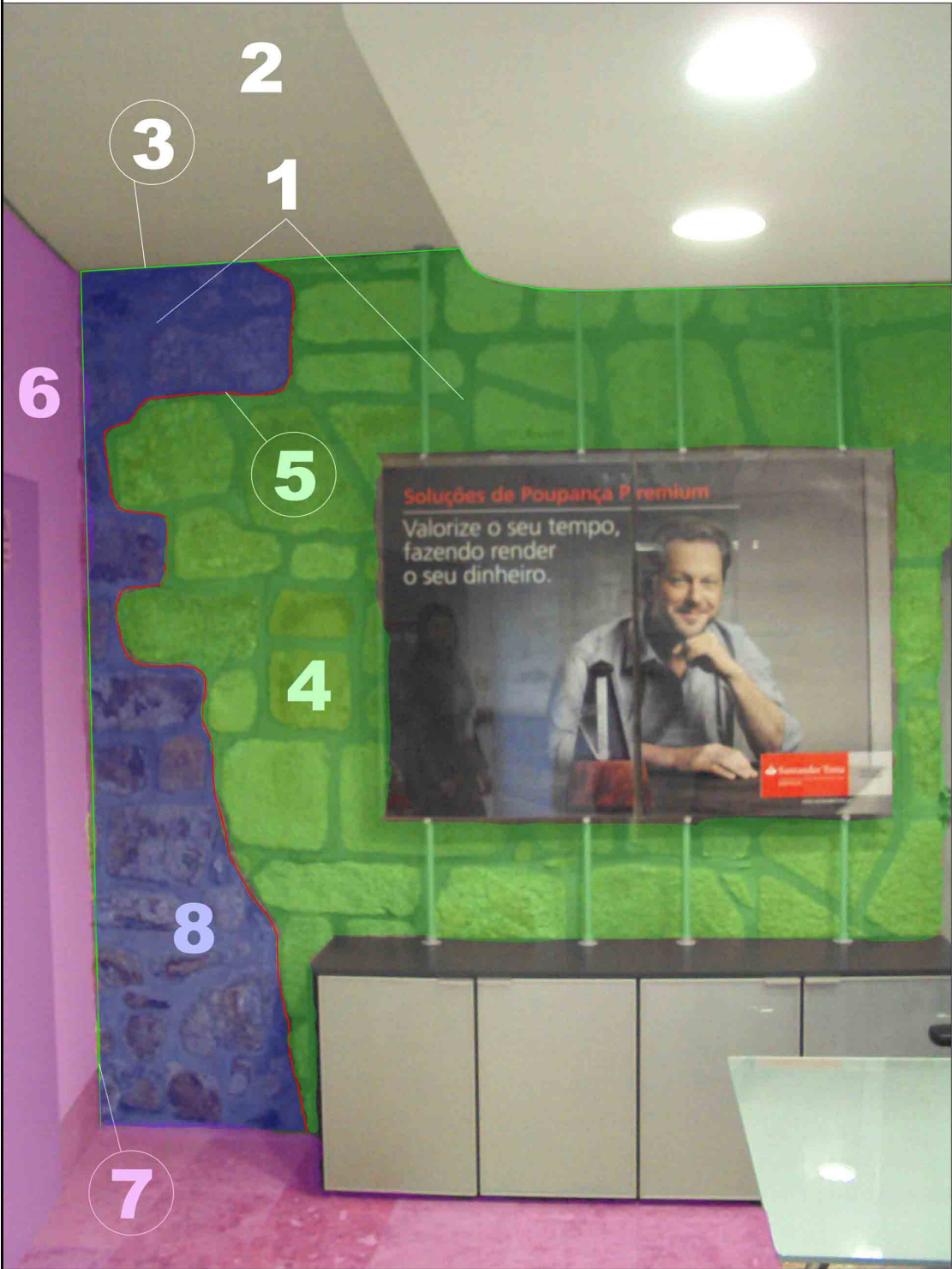
Apesar também fazer parte das alterações recentes, temos a ressaltar que, ao nível das fases construtiva a parede de fachada do edifício, possui uma relação de equivalência com as UE's 5 e 6 do sítio A9-01. Assim, temos que distinguir a ação construtiva acima referida, uma vez que constituem alterações anteriores à reformulação da instituição bancária, mais propriamente entre os finais do século XIX, inícios do século XX. Para o efeito em questão, a sua representação é estabelecida através da UE 6, que diz respeito ao paramento de fachada e à UE 7, que representa o interface de ligação que estabelecem com a estrutura da muralha.

Bibliografia:



Parcela A9-12 - Alçado Oeste

Diagrama:



Legenda:

Interface de ligação  
Interface de ruptura



2ª metade Séc. XX



Época Medieval, pós Séc. XV



Séc. XIX/XX





ID\_sit: 

Fotos:

Sitio: Acronimo: Localizacao: Quarteirao: Freguesia: Concelho: Tipo: Cronologia: 

## Descricao:

A torre de Cimo de Vila é uma edificação de planta quadrangular. As fachadas Norte e Oeste estão voltadas ao Largo da Porta Nova. A fachada Sul está voltada ao Largo Doutor José Novais. Quanto à fachada Este, observamos construções adossadas.

A sua principal função era defender a Porta de Cimo de Vila. Situada em frente ao antigo campo da feira, constituía um ponto estratégico de controlo de uma das mais importantes saídas carrárias de Barcelos, que estabelecia a ligação com Viana do Castelo e Ponte de Lima. É a única torre remanescente do sistema original, podendo ser observada na representação de Duarte d'Armas do século XVI.

No seu estado primitivo a torre seria aberta na fachada voltada ao interior da vila, ou seja, teria uma planta em "U", tal como a Torre do Vale, e paredes com cerca de 2,36m de espessura. Possuía um sistema de portas em cotovelo, característica que a tornaria mais defensável. Também da sua formulação inicial são os vários pisos, contando possivelmente com um resguardo em madeira.

A estrutura que hoje podemos observar, não traduz de forma estática a edificação medieval. É sim, o resultado de várias transformações que ocorreram ao longo do tempo, a partir da sua génese medieval. Apesar de já em 1595 servir como presídio, apenas no século XVII, por volta de 1631 se terá procedido à construção da parede que fechou a estrutura. Nos finais do século XVI as características tipológicas da torre já não seriam adequadas ao aumento do tráfego carrário, optando-se assim pela abertura de uma porta mais funcional, neste caso a Porta Nova.

As ameias colocadas ao nível da cobertura possuíam uma função de adorno, em substituição de outras, com funções defensivas, que inicialmente envergava

No século XIX foi descrita como uma edificação alta, de forma quadrangular, com apenas três andares.

No que concerne à composição das suas fachadas, mais propriamente ao nível das aberturas, no alçado Oeste possui: no quarto piso uma abertura em arco redondo; no terceiro piso uma abertura em arco quebrado; no segundo piso uma seteira. No rés-do-chão possui a entrada original da torre, em arco quebrado, com aduelas bem aparelhadas e um extradorso bem delimitado. No alçado Norte possui apenas uma abertura em arco quebrado. No alçado Sul apresenta uma série de 6 aberturas, duas por cada piso de forma paralela, e uma entrada dupla no rés-do-chão em arco quebrado, no local das outras das portas originais. O alçado Este possui adossado a si várias construções.

No entanto, em algumas fotografias de inícios do século XX, é possível ver-se ao nível das aberturas a existência de gradeamentos, possivelmente associados à sua utilização como estabelecimento prisional.

possui um aparelho de cantaria em granito, não havendo uma integração da torre na estrutura da cerca e resultando numa maior espessura, neste caso do piso térreo da face Sul. Relativamente ao facto de originalmente ter possuído um resguardo em madeira na face aberta, justifica a hipótese pelo facto das juntas de união das pedras da parede que se construída no século XVII para fechar a edificação, conterem o contorno de mísulas ao nível dos dois pisos superiores. as paredes originais, com cerca de 2,64m, e a parede que fecha a estrutura, como já referido, resultado de uma reformulação do século XVII e que apenas possui cerca de 0,90 m.

Relativamente ainda às reformulações do séc. XVII, o mesmo autor refere também a existência de alterações ao nível da estrutura interior, nomeadamente das soluções adoptadas para apoio das vigas de madeira que suportam a estrutura do soalho. O suporte dos pavimentos superiores vai diferindo. O pavimento do primeiro andar é suportado

por uma viga no rés-do-chão, repetindo-se o mesmo sistema no segundo andar e suportando o pavimento do terceiro. No primeiro andar, não se verifica a existência de um pilar, sendo o pavimento do segundo suportado por um arco de volta perfeita que descarrega nas paredes Nascente e Ponte, esta já obra datada do século XVII. Desta forma, o autor conclui que possivelmente esta será uma solução adoptada na mesma altura.

A intervenção arqueológica realizada na torre justificada por um programa de recuperação e valorização traz-nos um acervo de informação de teor arqueológico que ajudam a confirmar e a completar a análise encetada até este momento. Um dado fundamental refere-se ao que podemos chamar de um primeiro momento, correspondente à construção da torre, onde os resultados mostram que a torre terá sido construída no primeiro quartel do século XV entre 1404 e 1416, não tendo sido registadas quaisquer estruturas e portanto nenhum tipo de ocupação anterior (Brochado, 2009). Um segundo momento, diz então respeito à construção da parede Sul, datada do século XVII, em 1631 e portanto concordante com a perda de função defensiva e aquisição de função de presídio. A registrar há ainda um terceiro momento, este já do século XX, que se traduz essencialmente por uma reestruturação do piso inferior, nomeadamente, ao nível do pavimento, com a substituição do lajeado em granito pelo betão e tijoleira cerâmica. Desta torre há ainda algumas fontes iconográficas a ter em consideração. Para além de constar na importante representação de Duarte d'Armas, trouxe à luz do dia umas representações de autor desconhecido. No entanto, o mesmo autor conseguiu situar a execução dos desenhos algures pelo início do séc. XIX, devido a umas notas que acompanhavam a colecção e onde é mencionada a data referente a 1806.

Assim, por esta exposição pudemos compreender não só a implicação de importância que esta torre possuía no contexto da organização dos pontos de comunicação da vila medieval com o exterior, bem como a preocupação defensiva explícita pela forma de passagem adotada. No entanto, pudemos igualmente reter que este edifício não se manteve estático à passagem do tempo, Tendo a sua evolução manifestando-se quer ao nível arquitetónico, como já foi amplamente escrutinado, quer ao nível da sua funcionalidade.

Sabemos que desde a sua construção, no século XV, serviu como forma de defender e controlar uma porta da muralha. A partir de finais do século XVI passa a servir como instituição prisional, função que mantém até a década de 30 do século XX. Mais recentemente, funcionou ainda como posto de informação turística da cidade. Para além destas funções que estão documentadas, Teotónio da Fonseca refere que, para além de torre da porta, terá sido reutilizada como residência do Alcaide, ou até como torre de menagem, facto sobre o qual não há evidências, hipótese alvo de refutação por Ferreira de Almeida com base na tipologia da torre, não adequada a este tipo de utilização.

A partir da leitura estratigráfica do paramento Sul podemos observar que a estrutura ainda ostenta indícios de diferentes fases construtivas. A primeira grande fase, que engloba as EU's 3 e 4, semelhante ao que podemos observar na muralha traduz o período de intervenções da DGEMN. Especificamente na torre, pudemos constatar modificações pelo menos ao nível dos merlões, onde pela comparação das fotografias que antecedem o período destas intervenções e pelas que procedem o mesmo (Anexo III, Fotografia nº4; Anexo III, Fotografia nº5), podemos observar diferenças quanto ao número de merlões. Possivelmente alguns destes elementos terão sido anteriormente afetados pelo terramoto de 1755, como consta nas Memórias Paroquiais de 1758. Esta ausência terá então contemplado o conjunto de ações efetuadas pela DGEMN.

Seguidamente, em concordância com a leitura realizada para a muralha, é possível distinguir um período construtivo que engloba o século XIX e XX. Neste caso, referimo-nos à edificação sobre a muralha que se anexou à torre aproveitando o paramento Sul da mesma. Assim, ao nível da torre as evidências desta edificação traduzem-se pelas aberturas identificadas pela EU 9. Especificamente trata-se de três janelas e uma porta, abertas na parede Sul e que permitiam a ligação entre a edificação e o interior da torre. Em termos de datação podemos verificar que não são visíveis na ilustração do século XIX, sendo mais plausível a sua ligação ao período e à edificação em causa. O registo mais antigo que possuímos das mesmas traduz-se precisamente já por uma fotografia de 1952, altura em que procederam à demolição da edificação.

#### Bibliografia:

Almeida, 1990; Brochado, 2009; Capela e Borralheiro; Flores, 1999; Fonseca, 1938; Norton, 19951; Trigueiros et al, 1998; Vale, 1991;

## Parcela A9-01 - Alçado Oeste

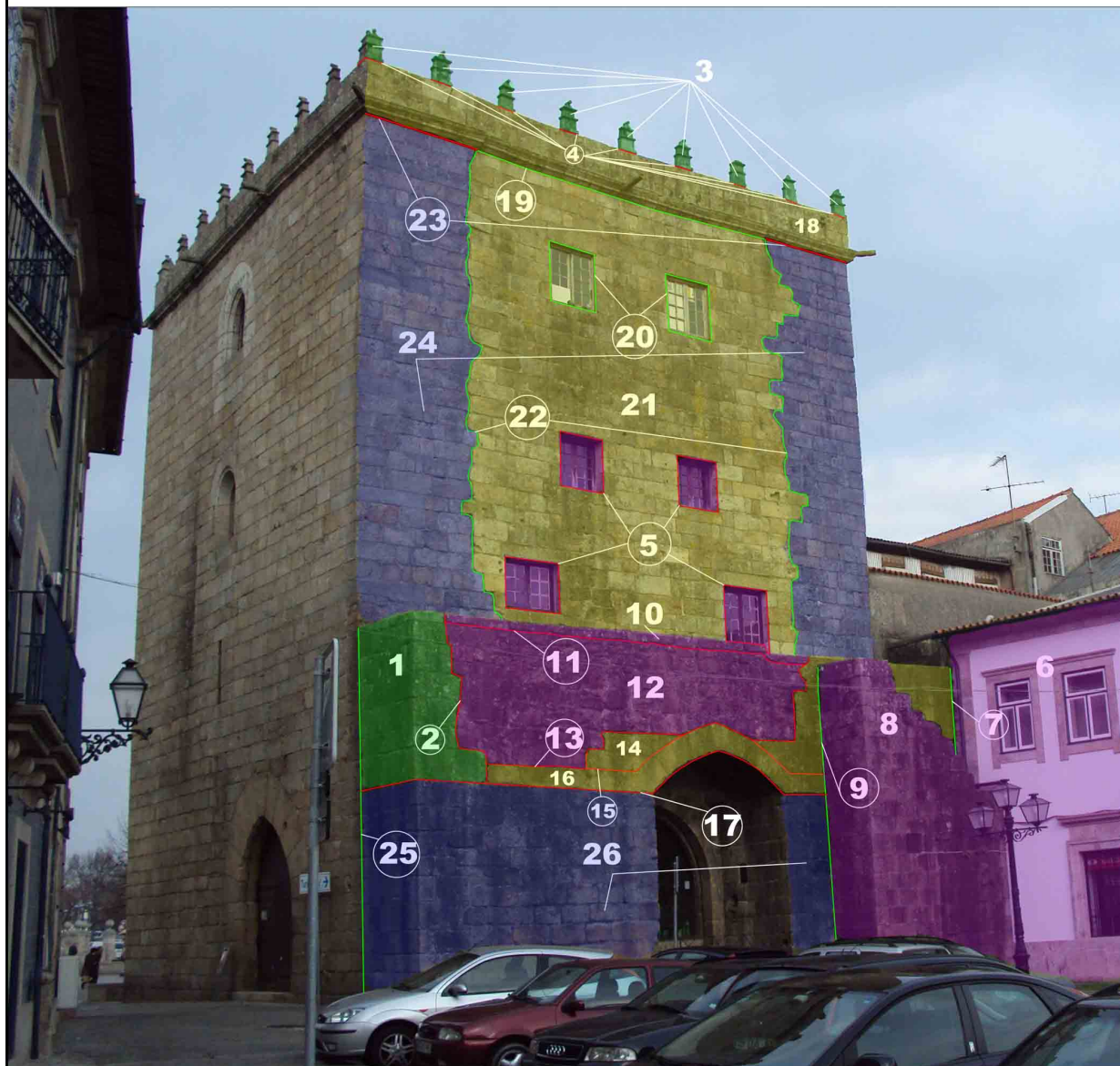
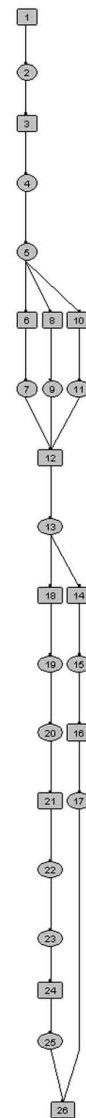


Diagrama:



Legenda:

— Interface de ruptura

— Interface de ligação



2ª metade Séc. XX



Época Moderna, pós Séc. XVII  
(1631)



Séc. XIX/XX

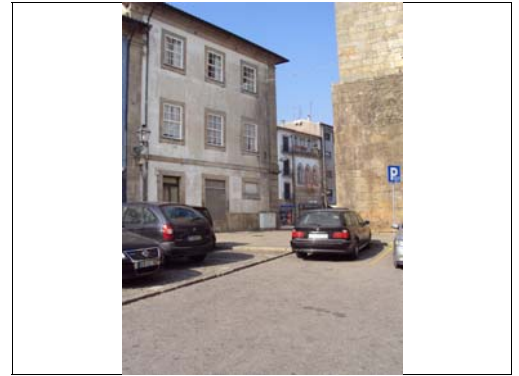


Época Medieval, pós Séc. XV  
(1406-1425)



ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Apesar de não ter sido identificada qualquer existência de vestígios da muralha, as fontes documentais permitem recuperar o traçado do troço Nordeste.

No decurso das demolições do século XVIII, o espaço em causa terá sido usado pelos Pais do Bispo de Leiria para a construção de uma habitação na parcela em causa. Esta acção construtiva acabou também por afectar o pano da muralha no local onde se encontra adossada a Torre de Cimo de Vila, através de um arranjo urbanístico como forma de rematar o corte provocado pela demolição da muralha. Num dos vértices então formados, procedeu-se à colocação de um cunhal igual ao da casa construída, conferindo uma simetria à passagem existente entre a casa e a torre. Esta alteração manteve-se até meados do século XX.

Regredindo no tempo, no século XVIII o cenário seria relativamente diferente. O sítio onde foi construída a habitação, mantinha ainda os traços da urbe medieval associados à presença da muralha. No local onde veio a ser construída a casa, situava-se então parte do pano Nordeste da muralha e uma artéria paralela que estabelecia ligação entre a Rua D. António Barroso (antiga Rua Direita) e o largo Doutor José Novais (antigo Largo da cadeia) pela parte interna. A formação desta parcela estendeu-se para além dos muros da cerca, ocupando parte de um terreiro utilizado para trocas comerciais.

Junto a esta artéria é mencionada a existência de uma habitação dos tios maternos do Bispo de Leiria. Estendia-se ao nível do primeiro andar para cima da viela, supondo-se um assentamento na estrutura da muralha. Esta última constituía o troço que ia da Porta Nova até à Torre de Cimo de Vila e que se estendia paralela mente à viela na direcção Noroeste-Sudeste.

Bibliografia:



Ficha Nº: 17

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

A abertura de uma porta nova, não só implica desde logo uma alteração ao nível da muralha, como também uma mudança, ou um aparecimento de novos locais e formas de trânsito. Estas diferenças acabam por inferir directamente sobre a morfologia da urbe. Exemplo disso, a Porta Nova, marca um momento específico da morfologia urbana de Barcelos, que se pauta pela abertura de uma porta apta a receber o trânsito até então efectuado pela Porta de Cimo de Vila, desviando assim uma das principais artérias da vila, ainda no final do século XVI.

A sua abertura ocorreu no século XVI, possivelmente um pouco antes de 1595, segundo as fontes documentais. A demolição desta porta aparece-nos documentada como tendo ocorrido no século XVIII, mais propriamente em 1794 .

Não obstante, esta porta marca o início de uma acção que foi repetindo posteriormente com a abertura de novas portas. No entanto, o contexto e os factores que determinam a sua abertura diferem dos que se seguiram. Não se trata propriamente da adição de uma nova porta, uma vez que a sua abertura parece ser motivada pela impossibilidade de se adaptar a porta da torre às necessidades que a vila solicitava no alvor do século XVII.

Ao nível da morfologia urbana, esta porta vem implementar o desenvolvimento de uma artéria que passa a constituir efectivamente uma Rua Direita. Nos séculos que se sucederam este cariz vai traduzir-se num alargamento, assumindo-se como a principal artéria do núcleo urbano existente no interior do perímetro amuralhado.

Bibliografia:

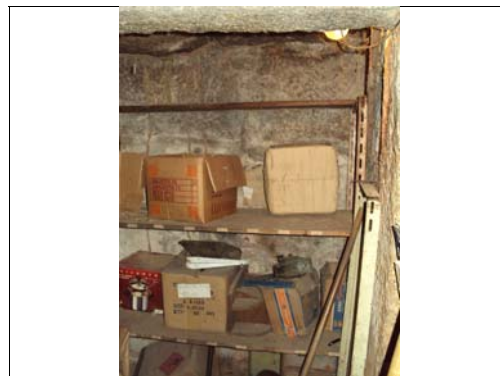




Ficha Nº: 18

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

No interior de um estabelecimento comercial com fachada traseira voltada para a Travessa de Entre-Muros foi possível observar a existência de um compartimento a sustentar uma zona de escadas com cerca de 1,80m de largura e orientação Nordeste/Sudoeste.

Pensamos tratar-se de uma parte remanescente de um troço de muralha do pano Noroeste, reutilizado como suporte para um vão de escadas e paramento de fachada do edifício. Os elementos parcialmente visíveis no paramento de uma divisão, atualmente usada como armazém, podem ter constituído parte do paramento da muralha ou já dos seus alicerces.

Bibliografia:



Ficha Nº: 19

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Na fachada voltada à Travessa de Entre-Muros foi possível identificar uma possível remanescência de um troço do Pano Noroeste. No interior de um estabelecimento comercial a servir de alicerce à fachada e em forma de soco, observamos a existência de uma estrutura com cerca de 3,5m de comprimento, 1,80 de largura e orientação Nordeste/Sudoeste. A sua constituição era à base de elementos pétreos dispostos de forma irregular, argamassados (já com vestígios de betão armado) e apresentado uma possível rutura na zona onde agora se situam umas escadas em betão armado.

Bibliografia:



Ficha Nº: 20

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Silhar sito na base do exterior de um edifício, precisamente no seguimento da fachada virada à Travessa Entre Muros. Apesar de se tratar apenas de um silhar, dada a dissonância arquitectónica com os outros elementos do edifício, põem-se a hipótese de se tratar de um elemento aproveitado da estrutura da muralha para suporte da construção.

Bibliografia:



Ficha Nº: 21

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Apesar de não fazer parte das portas originais do sistema defensivo do Séc. XV, esta porta terá sido aberta em 1631 (séc. XVII). A Porta da Ferraria ter-se-á localizado junto à actual Praça de Pontevedra no seguimento da Antiga Travessa da Rua Direita, actual travessa D. António Barroso, visível na planta de Barcelos do século XIX (Vilas Boas, 1771-1809). Actualmente, já não se verificam quaisquer evidências da porta devido à sua demolição, juntamente com todo troço onde actualmente se situa a praça, no decorrer do século XVIII.

Bibliografia:





Ficha Nº: 22

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Muro de delimitação de propriedade, em alvenaria irregular, sendo que a fileira inferior apresenta elementos de maior dimensão e apesar de parecerem já algo deslocados ou rearranjados, pelas características construtivas que se conhecem da muralha, parecem adequar-se à hipótese de serem uma reminiscência da cerca medieval.

Bibliografia:



ID\_sit: 

Fotos:

Sítio: Acronimo: Localizacao: Quarteirao: Freguesia: Tipo: Concelho: Cronologia: 

## Descricao:

Contemporânea da construção da muralha e uma das principais portas, a Porta do Vale possuía uma das três torres do sistema defensivo. Na representação de Duarte d'Armas é visível uma torre em forma de "U", possivelmente com características semelhantes à estrutura original da Torre do Cimo de Vila. Apresentava um alinhamento das portas e não a solução em cotovelo. A adoção desta solução tem sido justificada pela necessidade de uma porta funcional para o trânsito de transportes carrários, uma vez que constituía um acesso aos terrenos agrícolas na zona do "Vale".

Relativamente à forma como a torre se associava ao pano de muralha, não existia uma integração. Encontrava-se adossada ao paramento exterior do pano de muralha, duplicando a espessura do paramento exterior.

No século XVIII a torre ainda se encontrava edificada, constando nas Memórias Paroquiais de 1758. Para além de confirmar a disposição retilínea das portas, é referida uma reutilização como local de culto. Uma característica bem destacada nas memórias do século XVIII prende-se com a existência de um nicho que "... recolhe hua milagrosa imagem de hum santo Crucefixo". Em 1689 terá sido instalado um oratório ou ermida no pavimento térreo.

Apesar da agregação de uma nova funcionalidade, a torre terá sido demolida nos finais do mesmo século, mais propriamente em 1794, data atribuída ao início do processo de demolição de vários troços da muralha.

## Bibliografia:



ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Nas traseiras de uma habitação com fachada para a Rua do Poço estende-se um muro a servir como divisória. Alinhado com os paramentos das construções contíguas, possui orientação Nordeste/Sudoeste. Do que pudemos observar, o muro encontra-se rebocado sendo difícil perceber as suas características construtivas. Não foi possível perceber a sua espessura, mas através do alinhamento que possui e do conjunto que forma com as parcelas que estão no seu seguimento, parece-nos que respeita o traçado do pano Noroeste da muralha. Não foi, no entanto, possível avaliar a questão do reaproveitamento ou existência de reminiscências da estrutura medieval. A importância deste local prende-se sobretudo com a confirmação do traçado da muralha, uma vez que não nos foi possível efectuar uma avaliação quanto às características construtivas.

Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982; Fonseca, 1938;



Ficha Nº: 25

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

O paramento de trás de um edifício de uma habitação com fachada para a Rua do Poço, apresenta algumas evidências passíveis de relação com a muralha. Apesar de se encontrar rebocado e de não ter sido possível aferir a sua espessura, pelo seu alinhamento e do conjunto que forma com as parcelas contíguas, parece-nos que a sua orientação Nordeste/Sudoeste respeita o traçado do pano Noroeste da muralha medieval. No entanto, ainda não nos foi possível avaliar a questão do reaproveitamento ou existência de reminiscências da estrutura medieval. A importância deste local prende-se sobretudo com a confirmação do traçado da muralha, uma vez que não nos foi possível efectuar uma avaliação quanto às características construtivas.

Bibliografia:





Ficha Nº: 26

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Na sequência do paramento do sítio C1-03, paramento de trás do edifício de habitação que ocupa esta parcela, apesar de rebocado e de não ter sido possível aferir a sua espessura, pelo seu alinhamento e do conjunto que forma com as parcelas que estão no seu seguimento, parece-nos que a sua disposição respeita o traçado da muralha medieval. Não sendo possível avaliar a questão do reaproveitamento ou existência de reminiscências da estrutura medieval, parece configurar parte do pano Noroeste.

Bibliografia:



Ficha Nº: 27

ID\_sit: 16

Fotos:



Sítio: Estabelecimento comercial

Acronimo: C1-11

Localizacao: Rua Duques de Bragança

Quarteirao: C-1

Freguesia: Barcelos

Tipo: Pano de muralha

Concelho: Barcelos

Cronologia: Seculos XV, XIX, XX

Descricao:

Como divisória Oeste da zona de logradouro encontra-se um segmento da muralha medieval, num prolongamento de cerca de 32m com orientação Norte/Sul. Além de ambas as faces parcialmente visíveis, através das rupturas existentes, é possível observar a estrutura em secção. A ruptura mais a Sul é proveniente da demolição da antiga Porta de Fundo de Vila. A ruptura a Norte, provém de ruimento/demolição não determinado.

Pela leitura da secção observada a Norte, pudemos constatar a existência de três momentos distintos. O mais recente diz respeito a um conjunto de anexos edificadas na zona da muralha demolida e anexadas à face interior. Neste conjunto, a primeira unidade estratigráfica, UE 1, corresponde ao betão usado na cobertura de um anexo de carácter bastante recente. Seguindo-se o seu respectivo interface de ligação (UE 2), as UE's 3 e 4 correspondem aos referidos anexos que se encontram a preencher, de forma parcial, o interface de ruptura provocado pela demolição da muralha, ou UE 5.

Um segundo momento, enquadrável entre o século XIX e inícios do XX, demonstrou a existência de um edifício (EU 6) adossado à face externa da muralha através do interface de ligação, EU 7.

Apesar visível em secção, regista-se a existência parcial da estrutura medieval, onde podemos observar parte do seu interior e os elementos que compõe o aparelho da face exterior.

Através da secção Sul, pudemos verificar que essencialmente se retem os mesmos momentos construtivos, apesar de diferir na forma e no número as alterações ao nível da estrutura da muralha.

Como primeira fase, registamos uma série de alterações de carácter bastante recente que se traduzem por acções dispersas. As duas primeiras (UE 's 1 e 2) dizem respeito à aplicação de betão (a preencher parte do interface de ruptura provocado na muralha pela demolição da Porta de Fundo da Vila) com o propósito de selar a cobertura de uma habitação adossada à face exterior da muralha. Da mesma forma, pudemos observar a utilização do mesmo material, a UE 3, que se traduz por uma espécie de plataforma, sobre a ruptura da cerca, e que permite o acesso à parte superior da estrutura medieval. O seu interface de ligação está representado pela UE 4, que liga este pavimento às escadas e ao paramento de remate da estrutura da muralha, respectivamente UE's 10 e 11.

Duas acções de carácter distinto, traduzem-se pela ocupação da parte superior da estrutura da muralha por uma espécie de anexo, UE 5, e o respectivo interface de ligação de uma edificação adossada à face exterior da muralha. Da mesma forma, adossados à face interior da cerca, observou-se a existência de anexos adossados, pela UE 7.

A finalizar o leque das alterações recentes, registamos um pavimento (EU 8) da actual Rua do Arco que segundo fontes orais de um morador, até há bem pouco tempo possuía lajeado. Este pavimento relaciona-se com o muro de divisória Sul através de um interface de ligação com o muro, a UE 12.

O segundo momento, situado entre o século XIX e inícios do XX, enquadra-se no momento posterior à demolição da Porta de Fundo da Vila. As primeiras acções individualizadas traduzem uma reconstrução na zona da muralha em forma de remate, U E 10, que preenche o interface de ruptura. O segundo, UE 11, engloba as escadas que passam a permitir o aceso à plataforma superior da estrutura da muralha a partir do logradouro da habitação.

Prosseguindo com a sequência, deparámo-nos com a existência de um muro de delimitação de parcela, UE 12, que está igualmente assente sobre o interface de ruptura da muralha, dando continuidade ao remate executado.

No lado exterior da cerca pudemos verificar a existência de parte de um lajeado, a UE 14, que se encosta, através da UE

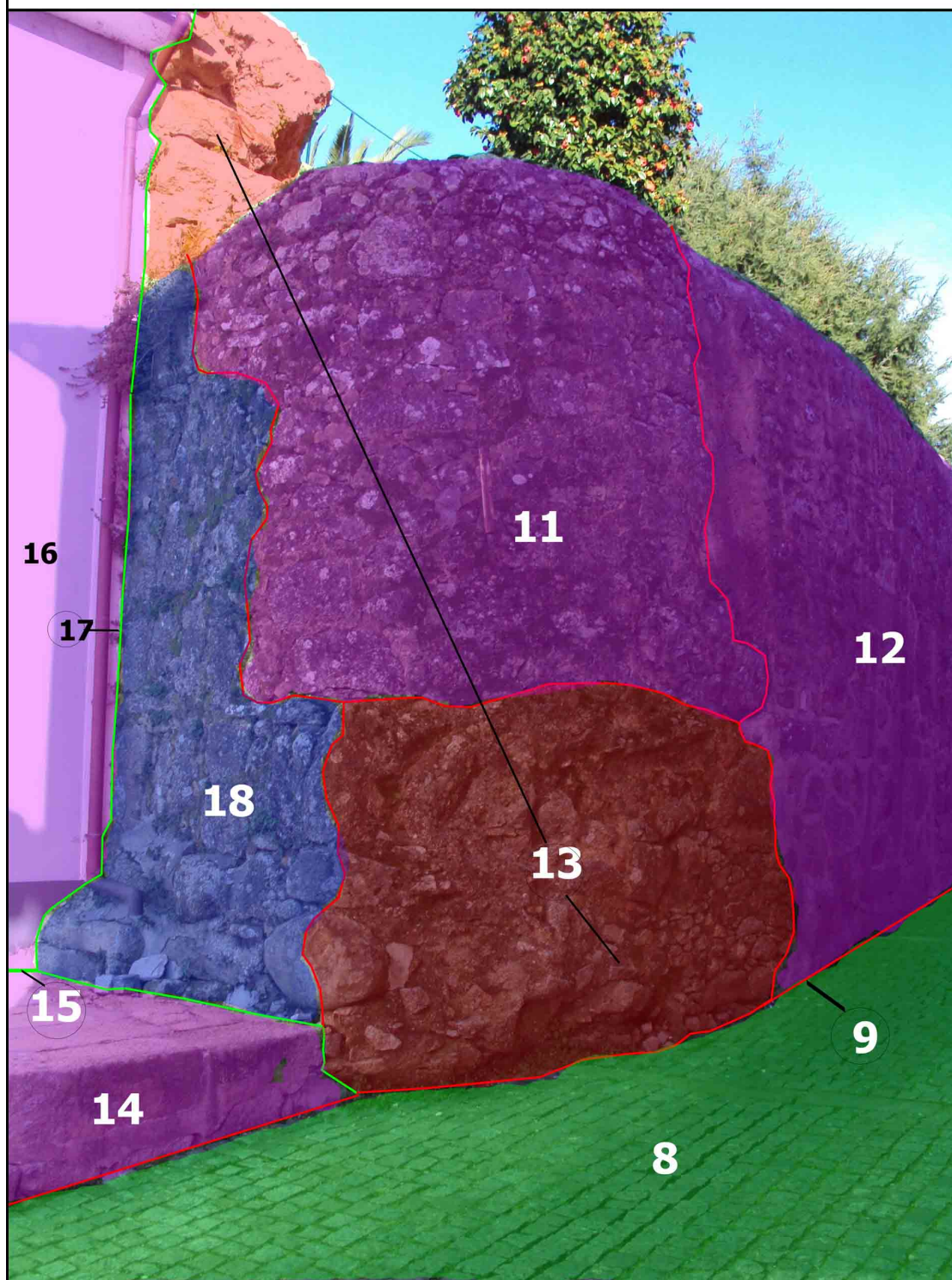
15, ao conjunto de habitações que se estendem paralelamente adossadas à muralha. A este último conjunto, a UE 16, apesar da utilização de materiais recentes que para o efeito (apenas apresentam um significado circunstancial à análise), fecham esta fase construtiva. A relação que estabelecem com a estrutura da muralha é-nos dada através do interface de ligação UE 17.

O momento menos recente diz respeito à estrutura da muralha medieval, um troço de muralha datável do século XV, fragmentado a Norte e a Sul. Tanto na face interior, como na exterior, comporta um aparelho em alvenaria, com silhares irregulares (cerca de 80cm de comprimento e 30cm de largura). Quanto ao miolo da estrutura, é essencialmente composto por pedra miúda, cal e argamassa de argila.

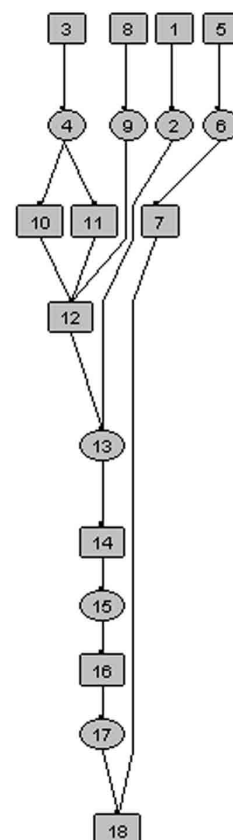
#### Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982; Fonseca, 1938;

## Parcela C1-11 - Secção Sul



**Diagrama:**



**Legenda:**

### Interface de ligação

### **Interface de ruptura**

2<sup>a</sup> metade Séc. XX

Séc. XIX/XX

**Interface de demolição da muralha Séc. XIX/XX?  
(Visto em secção)**

Época Medieval, pós Séc. XV





## Parcela C1-11 - Secção Sul

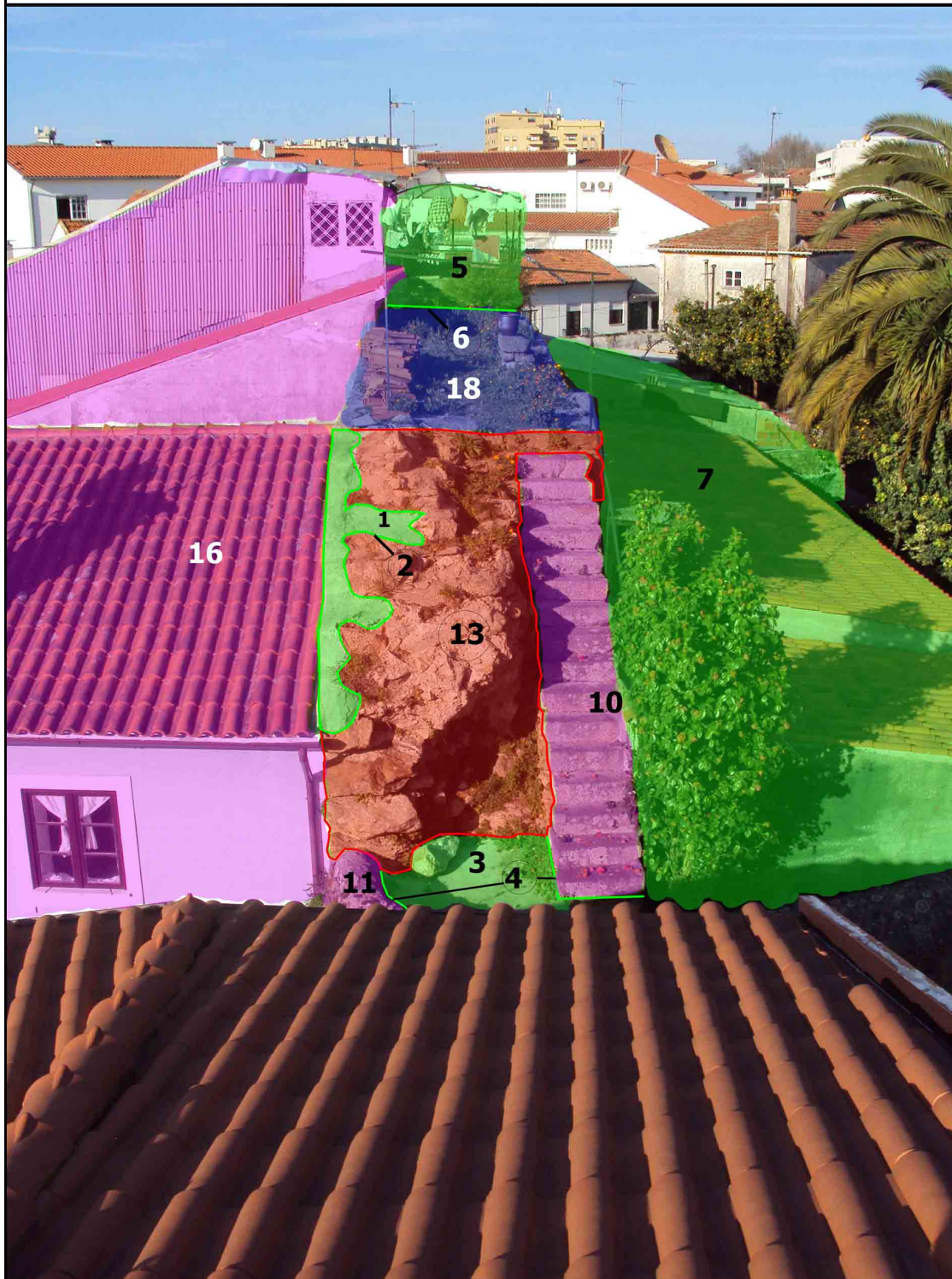
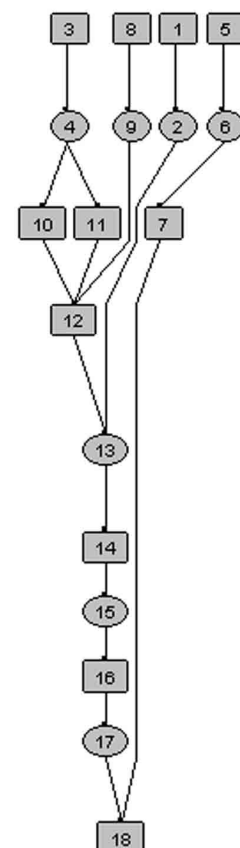


Diagrama:



Legenda:

Interface de ligação  
Interface de ruptura

2ª metade Séc. XX

Interface de demolição da muralha Séc. XIX/XX?  
(Visto em secção)

Séc. XIX/XX

Época Medieval, pós Séc. XV





Parcela C1-11 - Secção Norte

Diagrama:



Legenda:

Interface de ligação  
Interface de ruptura

2ª metade Séc. XX

Interface de demolição da muralha Séc. XIX/XX?

Séc. XIX/XX



ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Desprovida de qualquer estrutura de defesa a Porta do Fundo de Vila em nenhum momento parece ter adquirido a monumentalidade observada nas restantes portas originais dos sistema defensivo. Este facto, provavelmente explica por que razão esta porta é muitas vezes relegada à condição de postigo, juntamente com o Pecegal. Actualmente, a sua presença subsiste no topónimo "Rua do Arco", correspondente à artéria por onde se fazia a ligação entre o interior do perímetro amuralhado e o arrabalde da Fonte de Baixo.

A falta de relevância que é atribuída à composição desta porta permite-nos considerar uma caracterização bastante simples: uma simples abertura no pano de muralha, ostentando um arco, possivelmente quebrado. Paradoxalmente, a falta de imponência física da porta, contrasta com a necessidade de manutenção de uma artéria, fundamental no contexto do desenvolvimento e expansão da vila medieval de Barcelos.

Da análise que pudemos efectuar, apesar da porta já não existir, a presença de troços da muralha ainda bem conservados em ambos os lados, permite estabelecer a sua localização de forma muito precisa. No sítio C1-11 é possível ver o interface de rutura da demolição da porta. No sítio C2-02, apesar de não existir um interface de ruptura, é possível ver que parte da fachada conserva a morfologia da muralha, agora vista em secção.

Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982; Capela e Borrealheiro, 1998; Fonseca, 1938; Pereira, 1867;



ID\_sit: 

Fotos:

Sítio: Acronimo: Localizacao: Quarteirao: Freguesia: Tipo: Concelho: Cronologia: 

## Descricao:

Paramento de fachada de uma habitação voltada à Rua do Arco, com continuidade para a Fonte de Baixo, onde é possível observar-se a morfologia da muralha em secção. Trata-se de um segmento com 3 metros de largura, a partir do Norte da fachada. Estas evidências levam a determinar que tratar-se-á de um aproveitamento da estrutura da muralha. Segundo informações do proprietário a parcela foi obtida através de aforamento em escritura pela Casa de Bragança, no decorrer do século XIX.

Em termos gerais parece Tratar-se de uma construção que passou a sobrepor a estrutura da muralha pelo lado externo do perímetro amuralhado. A face interior da estrutura é ainda observável no sítio RDBB-12 e pela própria espessura do paramento Norte da habitação. A secção que agora se observa na fachada da habitação é proveniente da demolição do Postigo de Fundo de Vila.

Mais pormenorizadamente, a análise do edificado revelou essencialmente três fases construtivas distintas. A primeira caracteriza-se por um conjunto de acções de carácter recente. Referimo-nos a uma camada de betão (UE 1) colocada na cobertura da habitação, sobre a estrutura da muralha, possuindo um interface de ligação com a cobertura da habitação, a UE 2. Segue-se a cobertura da habitação, a UE 3, que se encontra a preencher o interface de ruptura da parte superior da muralha, UE 4.

Incluída neste conjunto está ainda a acção distinta referente à colocação do pavimento em calçada na Rua do Arco (UE 5) e ao seu interface de ligação com a parede da habitação, UE 6.

Entrando num segundo momento, que podemos situar no século XIX e princípios do XX, destacamos o interface de ruptura provocado na estrutura da muralha ao nível do 2º andar, para ampliação da habitação para a própria estrutura da muralha, a UE 7. No mesmo seguimento, temos de destacar a presença de um muro de delimitação de parcela (UE 8), que vai encostar através de um interface de ligação (UE 9), à face interior da cerca.

Como interface de ruptura segue-se então a UE 10, que traduz a demolição da Porta de Fundo de Vila. Adossada à face exterior do perímetro da muralha, podemos verificar a presença de uma habitação, pelo menos desde o século XIX. Esta acção é traduzida pela UE 11, referente à habitação e pela UE 12, referente ao interface de ligação com o paramento da muralha.

O terceiro momento registado diz então respeito à estrutura da muralha, datável do século XV e traduzida pela UE 13. Trata-se de um troço do pano Oeste, com cerca de 3m de espessura. Do que pudemos apurar, a estrutura encontra-se fossilizada no edificado ao nível dos 2 primeiros andares. Apenas a face interior é visível, devido à sua utilização como muro de delimitação de parcela. Apresenta um aparelho em cantaria com silhares de média dimensão. Podemos ver que para além da adição de suportes em metal, também detectamos a presença de betão para reforço da estrutura e a adição de anexos de carácter bastante recente na parte superior da estrutura.

## Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982;



## Parcela C2-03 - Alçado Norte

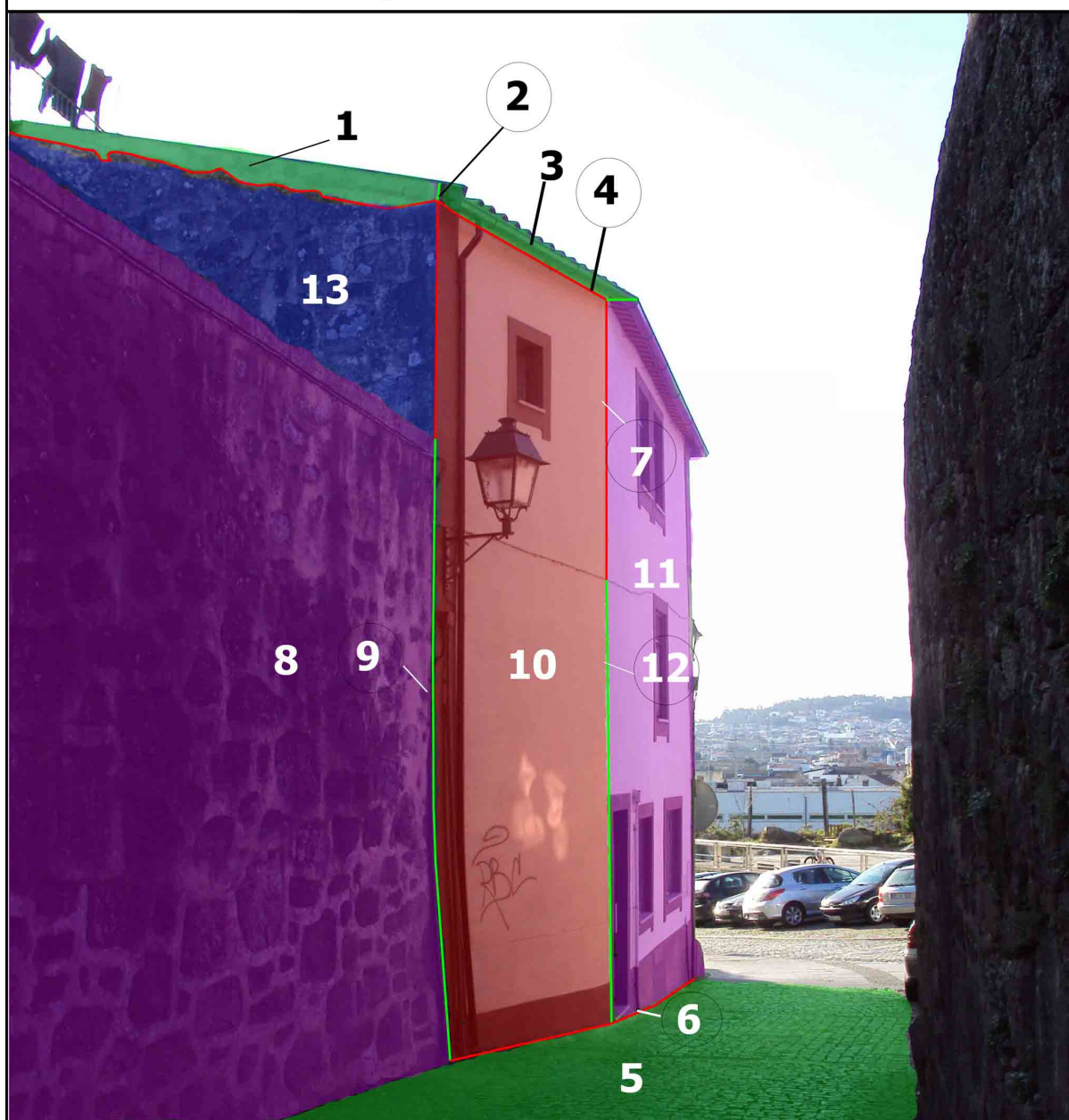
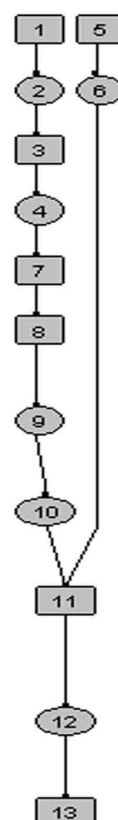


Diagrama:



Legenda:

— Interface de ligação  
— Interface de ruptura



2ª metade Séc. XX



Interface de demolição da muralha Séc. XIX/XX?  
(Visto em secção)



Séc. XIX/XX



Época Medieval, pós Séc. XV





Ficha Nº: 30

ID\_sit: 21

Fotos:



Sítio: Habitação

Acronimo: C2-12

Localizacao: Rua Duques de Bragança

Quarteirao: C-2

Freguesia: Barcelos

Tipo: Pano de muralha

Concelho: Barcelos

Cronologia: Séculos XV, XIX, XX

Descricao:

No limite do logradouro de uma habitação com fachada para a Rua Duques de Bragança, foi possível verificar um troço do pano oeste da muralha.

A partir da leitura estratigráfica efectuada na secção Sul apenas recuperam-se, no conjunto geral, dois momentos construtivos. O primeiro diz respeito a alterações de carácter recente, visíveis em ambos os lados da estrutura. A unidade estratigráfica UE 1, reporta-se a uma edificação de carácter recente, cuja relação com a estrutura da muralha se estabelece de forma intrusiva. A UE 2, por sua vez, refere-se ao encaixe de uma porta de acesso a um anexo que se encontra a preencher um espaço resultante da demolição/aluimento da muralha, preenchendo o interface de ruptura UE 3. A UE 4 reporta-se então ao interface de ruptura resultante da demolição/aluimento de um troço da muralha, ficando a estrutura visível em secção para o Norte. Da estrutura, observa-se essencialmente o seu interior, composto à base de argamassa de argila e cascalho, e também a face voltada para o interior do perímetro. Constituída por um aparelho em alvenaria com silhares de média dimensão bastante irregulares, percorre uma extensão de cerca de 25 metros de comprimento na direcção Norte/Sul. A face interna apresenta-se quase integralmente visível. A face Externa encontra-se integrada no edificado. A Sul, é possível observar-se a estrutura em secção, proveniente de uma ruptura para a construção de um anexo que ocupou o espaço da muralha.

Na parte superior apresenta também algumas rupturas preenchidas por estruturas de carácter recente que se sobrepõem à estrutura da cerca. Dentro do tipo de estruturas é possível verificar diferentes formas de ocupação, tanto sob a forma de terraço como também de anexos.

Na face interior, é possível verificar a existência de betão armado a reforçar a estrutura, bem como estruturas de suporte metálicas afixadas.

Em termos de aberturas registou-se a existência de uma abertura em arco, a cerca de 1,80m da ruptura a Sul com cerca de 1,4m de largura. Segundo informações fornecidas pelo actual proprietário, tratar-se-á de uma passagem de carácter recente, efectuada por um proprietário anterior para estabelecer comunicação com um armazém situado nas edificações anexas pela parte exterior à muralha.

Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982;



## Parcela C2-12 - Secção Sul

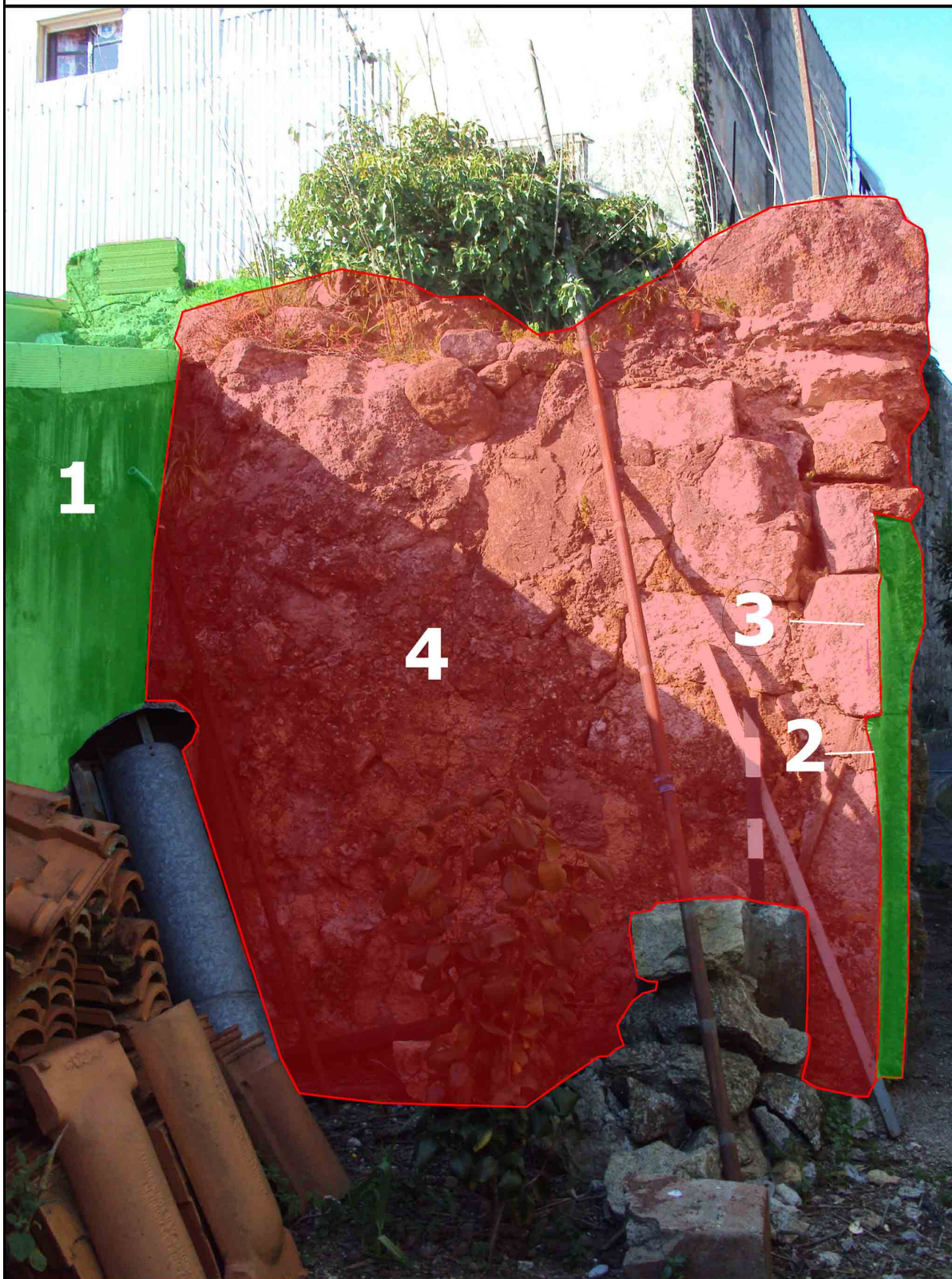
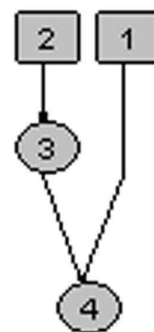


Diagrama:



Legenda:

Interface de ligação  
Interface de ruptura

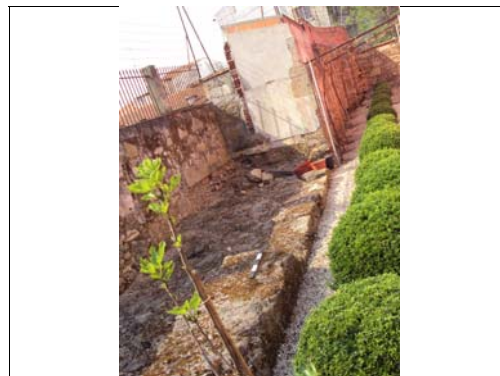
2ª metade Séc. XX

Interface de demolição da muralha Séc. XIX/XX?



ID\_sit: 

Fotos:

Sítio: Acronimo: Localizacao: Quarteirao: Freguesia: Tipo: Concelho: Cronologia: 

## Descricao:

Num logradouro de uma habitação com fachada para a Rua Duques de Bragança, uma intervenção arqueológica motivada pela construção de um anexo no logradouro de uma casa voltada à Rua Duques de Bragança, exumou os alicerces da estrutura da muralha medieval.

Ao nível do edificado, dos momentos construtivos observados, o primeiro diz respeito às acções de carácter recente. A UE 1 traduz a gravilha colocada como pavimento no seguimento da intervenção arqueológica, seguida pelo interface de ligação, UE 2, que estabelece com o muro UE 17. Seguidamente seguem-se um conjunto de acções, materializadas pela construção de anexos no local onde se estendia a muralha medieval. Em termos concretos, referimo-nos primeiramente às UE's 3 e 4, que traduzem respectivamente a cobertura de um anexo e o seu interface de ligação com o paramento UE 7. Esta última unidade referida, integra um conjunto de acções resultantes da construção de um anexo assente nas edificações anteriores. Primeiro temos a UE 5, materializada por uma das paredes do anexo, seguida pelo interface de ligação da mesma, às paredes laterais, UE's 6 e 7. O paramento voltado a Este, encontra-se ainda sobreposto a um segundo paramento, a UE 9, através de um interface de ligação, a UE 8. Neste ponto convém referir também a existência de uma espécie de paramento, UE 11, sobreposto pela UE 7, resultando daí o interface de ligação UE 10. Este paramento encontra-se assente no pavimento do anexo, UE 13, estabelecendo com o mesmo, uma relação de ligação expressa pelo interface UE 12.

Entrado numa segunda fase, pudemos constatar que este conjunto de acções, inseríveis pelo menos no século XIX e inícios do XX, se traduzem essencialmente por muros de alvenaria que têm como função delimitar parcelas, ocupando e sobrepondo a estrutura da muralha. Primeiramente é necessário referir a existência de uma unidade estratigráfica do tipo sedimentar, a UE 14, sobreposta pelo pavimento do anexo mais recente, UE 13. A unidade estratigráfica seguinte, a UE 15, parece tratar-se de um acrescento ao muro em alvenaria que se relaciona com o muro UE 17, através de um interface de ligação, a UE 16. Da mesma forma, a conformar a parte coincidente com a face exterior da muralha encontramos um muro, também em alvenaria, UE 18, que assenta directamente no interface de ruptura da muralha, a UE 19.

A finalizar as fases construtivas, a última fase reporta-se à estrutura da muralha traduzida pela UE 20, que é apenas visível na fileira inferior do muro, tendo para o Norte um alinhamento diferente do superior. A descrição da estrutura da muralha, quase reduzida ao seu alicerce, é-nos dada pela intervenção arqueológica realizada em 2005.

A intervenção teve como objectivo a avaliação de impacto da construção, bem como a protecção e salvaguarda de vestígios arqueológicos na área coincidente com a de implantação do edifício. Dados os motivos, a intervenção proporcionou então uma oportunidade para a produção e aprofundamento do conhecimento estratigráfico e cronológico da muralha medieval.

Em torno dos resultados obtidos, destacou-se a exumação de uma estrutura correspondente à muralha. Um muro com cerca de 2,20m de largura com extensão até ao exterior da parede de divisão do logradouro e com orientação de norte para Sul.

Nas características construtivas revelou possuir um aparelho em alvenaria seca, numa forma semelhante à do opus emplectum, com juntas argamassadas e cal, usado como agente de reforço e impermeabilização.

Este reforço representa possivelmente uma intervenção de consolidação associada a uma fase de transição entre a

época moderna e contemporânea, séculos XVIII/XIX.

Quanto ao que foi possível aferir dos dados cronológicos, a intervenção veio confirmar que a construção da muralha é datável do primeiro quartel do século XV. Em termos de alterações conhece uma alteração de reforço associada a unidades estratigráficas atribuíveis ao século XVIII. O registo estratigráfico demonstrou uma evolução maioritariamente em sucessão horizontal, à excepção do enchimento de uma vala de fundação. Em termos interpretativos retira-se da leitura um conjunto de nivelamentos artificiais ou naturais entre os séculos XVI e XX.

#### Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982; Brochado, 2005;



## Parcela C2-05 - Alçado Este

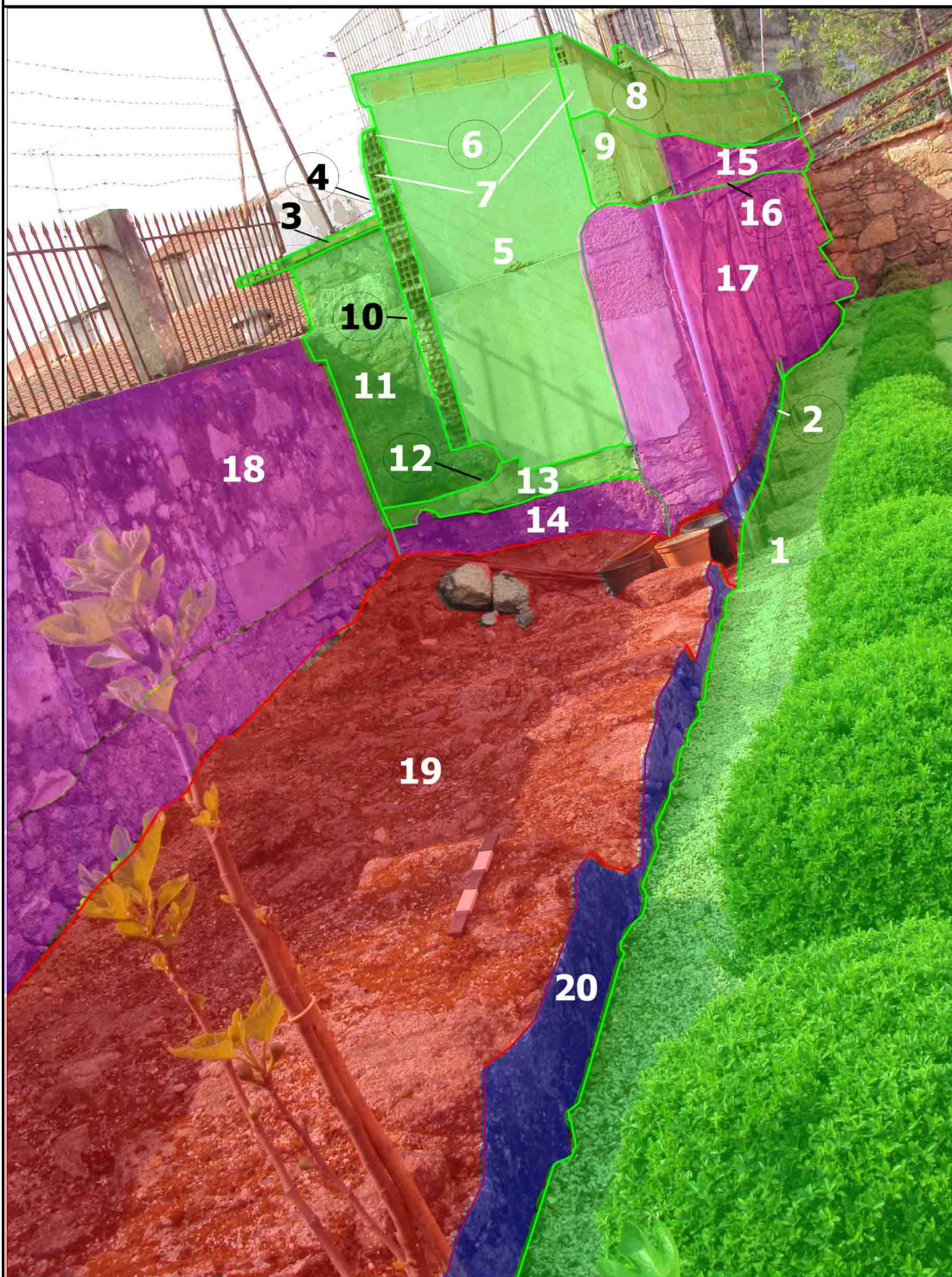
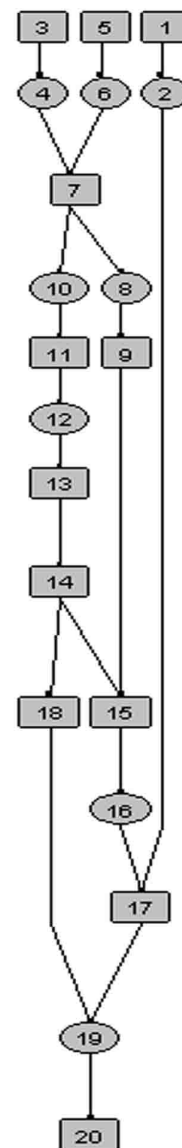


Diagrama:



Legenda:

— Interface de ligação  
— Interface de ruptura



2ª metade Séc. XX



Interface de demolição da muralha Séc. XIX/XX?  
(Visto em secção)



Séc. XIX/XX



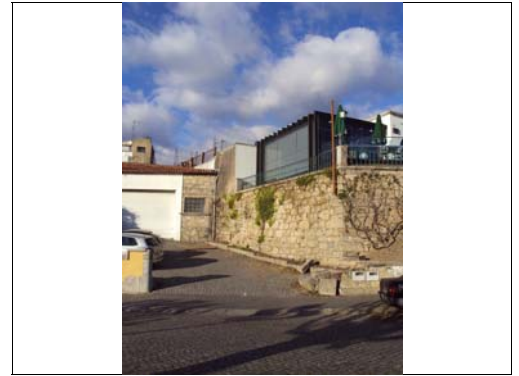
Época Medieval, pós Séc. XV





ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Muro de Contenção de reformulação dos inícios do século XX, possivelmente aquando da construção da Torre do Turismo, que segue o alinhamento da muralha e onde se verifica a existência de um interface de ruptura, sobressaindo a estrutura da muralha junto à massa edificada a Norte.

Da interpretação do local, a primeira fase traduz-se por algumas acções de carácter recente. Referimo-nos à UE 1, um arranjo na parte superior do terraço onde agora consta um gradeamento, tendo como interface de ligação com um anexo a UE 2.

No plano inferior, também de carácter recente, junto ao nível de circulação observa-se a existência de um canteiro que encosta à UE 7 através de um interface de ligação, a U E 4.

A segunda fase reporta-se a um anexo, UE 5, construído sobre a parte reconstruída do muro de contenção, ligado através do interface UE 6. A partir deste ponto temos então o muro de contenção, UE 7 que constitui um reaproveita a estrutura da muralha, preenchendo o interface de ruptura UE 8. No seguimento, regista-se a existência de uma edificação, pela UE 9, actualmente uma garagem adossada à face exterior da muralha através do interface de ligação, UE 10.

O último momento diz respeito à estrutura da muralha, U E 11. Apenas é visível o aparelho da face exterior, em alvenaria e com silhares de média dimensão. Reporta-se à parte exterior do pano Oeste. Esta reminiscência ocupa uma extensão de cerca de 3, 5 metros de comprimento e parece estar assente em determinados pontos no afloramento rochoso.

Bibliografia:



# Parcela C2-06 - Alçado Oeste

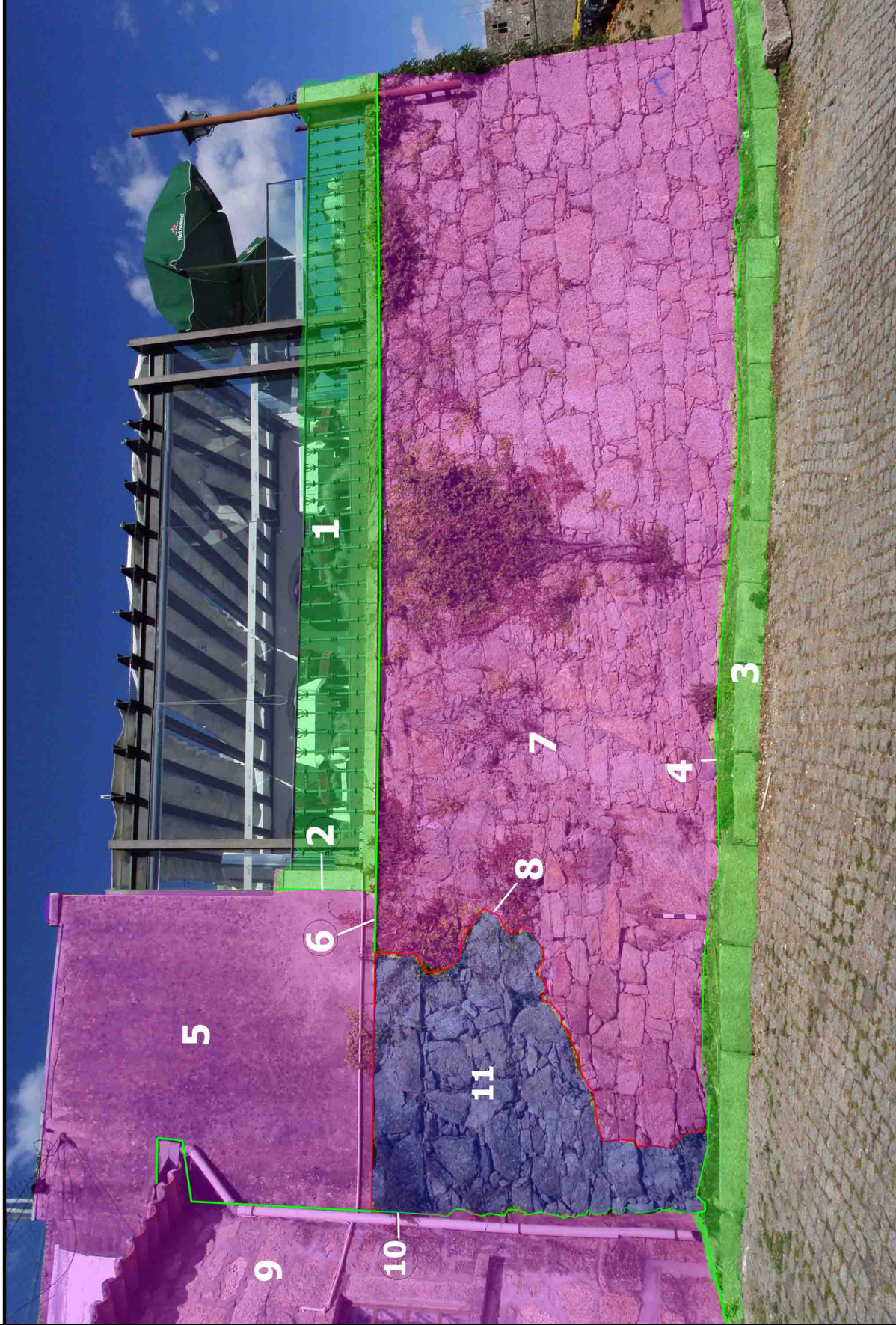
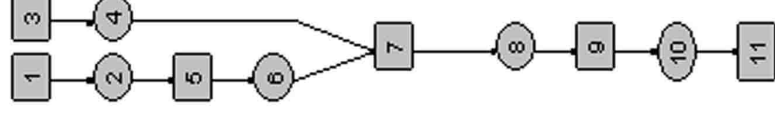


Diagrama:



Legenda:

- Interface de ligação
- Interface de ruptura



2ª metade Séc. XX



Época Medieval, pós Séc. XV



Séc. XIX/XX



ID\_sit: 28

Fotos:



Sitio: Miradouro

Acronimo: C3-08

Localizacao: Rua Duques de Bragança

Quarteirao: C-3

Freguesia: Barcelos

Tipo: paramento de edificação

Concelho: Barcelos

Cronologia: Séculos XV, XX

## Descricao:

Num dos paramentos de contenção do actual miradouro sobre o Cávado, verifica-se a existência de um aparelho que difere dos restantes observados. Num local que sofreu uma profunda alteração nos inícios do século XX. Apesar da leitura do local revelar a existência de diferentes fases construtivas, face aos dados de que dispomos apenas podemos apontar a existência de uma fase cronológica.

Não obstante, as unidades estratigráficas mais recentes prendem-se com a reformulação urbanística do local, empreendida nos inícios do século XX. As UE's 1 e 3 traduzem, respectivamente, o parapeito e o muro de contenção que se encontram ligados pelo interface de ligação UE 2. Já a UE 3, encontra-se a preencher um interface de ruptura visível num paramento anterior, que pode eventualmente estar relacionado com a muralha (UE 9). No entanto, na sequência estratigráfica é necessário referir a UE 5, que diz respeito à calçada das Vingandeiras, que se encontra associada à muralha através do interface UE 6. Este acesso é referenciado desde o século XVIII.

Entrando na fase menos recente, a UE 7 diz respeito a um ponto de inflexão que apresenta um aparelho de cantaria com silhares regulares, característica que tem sido apontada como tendo sido utilizada na muralha. Ou seja, os panos apresentam em grande parte do seu percurso um aparelho em alvenaria com silhares irregulares, exceptuando nos pontos de inflexão, onde o aparelho se apresenta regular. Desta forma, estabelece uma relação de ligação, através do interface UE 8, e contemporaneidade com o restante aparelho, a UE 9. Este aparelho, em alvenaria, é constituído por silhares bastante irregulares, unidos por uma argamassa amarela e argilosa visível nas juntas. Por último, podemos observar o interface de ligação que a estrutura possui com o afloramento rochoso, expresso pela UE 10.

## Bibliografia:

Almeida, 1990; Basto, 1982;





## Parcela C3-08 - Alçado Sul

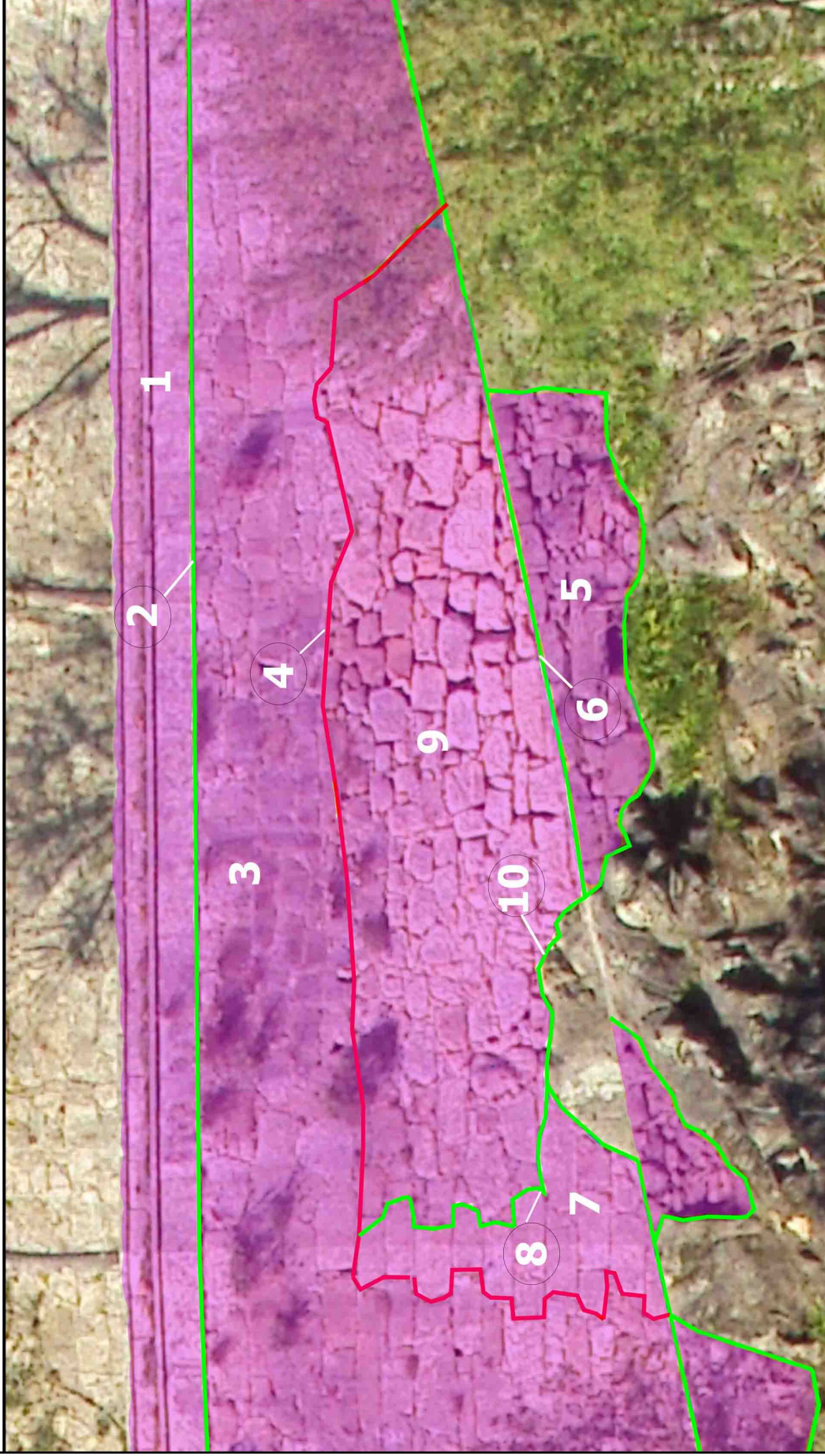
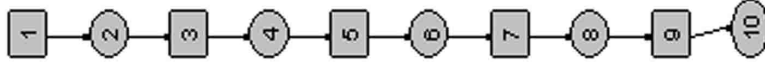


Diagrama:



Legenda:

Interface de ligação

Interface de ruptura



Séc. XIX/XX





ID\_sit: 

Fotos:

Sitio: Acronimo: Localizacao: Quarteirao: Freguesia: Tipo: Concelho: Cronologia: 

Descricao:

Trata-se de um postigo perto da ponte cujas referências apontam para a sua abertura no século XVIII. A referência mais antiga que encontramos diz respeito às Memórias Paroquiais de 1758 que refere na proximidade do lado da Torre da Ponte virado a Oeste, a existência de um postigo chamado dos Pelames. Pensamos tratar-se do postigo das Vingandeiras que o inquirido por lapso terá confundido com o Postigo do Pecegal, esse referido em vários locais como o dos Pelames, onde se situava uma artéria com o mesmo nome.

Da informação que reunimos, trata-se da abertura mais tardia executada ainda com a muralha funcional. No intramuro o seu acesso a partir do interior do perímetro amuralhado estabelecia-se transversalmente à antiga rua do Terreiro, hoje Rua Duques de Bragança, no seguimento da porta Oeste da Torre da Ponte. A sua continuidade no exterior levava à viela das Vingandeiras através de uma escadaria. Esta artéria possibilitava o acesso ao rio e às azenhas.

Trata-se de uma postigo de carácter tardio, apenas de utilização pedonal e que facilitava o acesso a um local que até então tinha como acesso mais próximo a Porta de Fundo de Vila, na zona da Fonte de Baixo.

Terá sido demolida Juntamente com a muralha já no século XX quando se construiu o miradouro. No entanto, esta entrada ainda subsisteno mesmo local, uma vez que mesmo já depois da reformulação do local, a continuidade das actividades que motivaram a sua abertura e a topografia bastante acidentada levaram à necessidade da manutenção deste acesso.

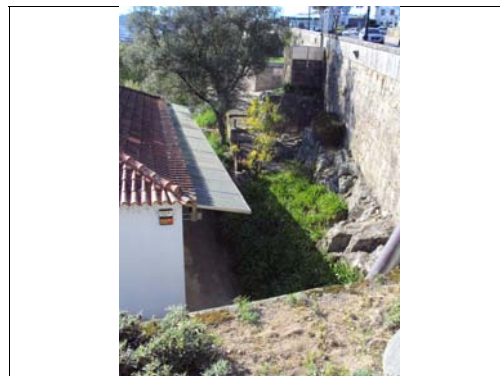
Bibliografia:



Ficha Nº: 35

ID\_sit:

Fotos:



Sítio:

Acronimo:

Localizacao:

Quarteirao:

Freguesia:

Tipo:

Concelho:

Cronologia:

Descricao:

Recorte na rocha no local onde se pressupõe ser o traçado da muralha. Com as reformulações de início do século XX terá sofrido alterações que levaram ao desmonte da estrutura. Trata-se de um segmento do Pano Noroeste da muralha que ligava à Torre da Ponte. O pano de muralha deveria estar eventualmente interrompido pelo Postigo das Vingandeiras.

Da leitura que efectuamos apenas podemos apontar a existência de duas fases distintas. A primeira envolve um conjunto de acções relacionadas com o arranjo urbanístico que o local sofreu nos finais do século XIX e inícios do século XX. A unidade estratigráfica número 1, corresponde ao parapeito do miradouro e à acção mais recente empreendida neste local. Possui uma relação de ligação expressa pelo interface UE 2, com o paramento que serve como muro de sustentação e que actualmente remata a parte superior do miradouro, a UE 3. Ainda que sem termos práticos na avaliação geral, quanto a nós, verifica-se uma pequena separação cronológica em relação às reformulações, sendo a zona que sobrepõe a Torre da Ponte ligeiramente antecedente. Assim, após o interface de ruptura UE 4, segue-se o parapeito do arranjo que sobrepõe a torre, ligado ao paramento de sustentação UE 7, também através de um interface de ligação, UE 6.

A Segunda fase encontra-se relacionada com a muralha medieval. Primeiramente observa-se o interface de ruptura provocado pelo desmoronamento da torre, a UE 8, e a estrutura da torre, a UE 9 a fechar, apesar de à partida não se verificar a existência da estrutura da muralha propriamente dita. Por último, resta o interface de assentamento da mesma na rocha, expresso pelo interface de ruptura, UE 10.

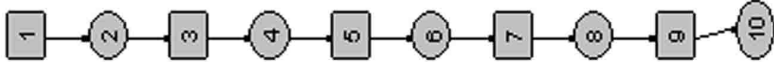
Bibliografia:



# Sítio: RDBB-10 - Alçado Sul



Diagrama:



Legenda:

- Interface de ligação
- Interface de ruptura

Séc. XIX/XX

Época Medieval, pós Séc. XV

Interface de demolição da muralha Séc. XIX/XX?  
(Visto em secção)

